

UNIVERSIDADE DE ÉVORA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

MUSEUS E MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO
DE PATRIMÓNIO INDUSTRIAL EM PORTUGAL (1974-2004)

Maria de Fátima de Carvalho Afonso

Dissertação apresentada para a obtenção
do grau de Mestre em Museologia

Orientadora:
Maria da Graça da Silveira Filipe,
Mestre em Museologia e Património

ESTA DISSERTAÇÃO NÃO INCLUI AS CRÍTICAS E SUGESTÕES FEITAS PELO JÚRI.

UNIVERSIDADE DE ÉVORA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

MUSEUS E MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO
DE PATRIMÓNIO INDUSTRIAL EM PORTUGAL (1974-2004)

Maria de Fátima de Carvalho Afonso

Dissertação apresentada para a obtenção
do grau de Mestre em Museologia

Orientadora:
Maria da Graça da Silveira Filipe,
Mestre em Museologia e Património

156 9449

ESTA DISSERTAÇÃO NÃO INCLUI AS CRÍTICAS E SUGESTÕES FEITAS PELO JÚRI.

RESUMO

Museus e métodos de investigação e de documentação de património industrial em Portugal (1974-2004)

Partindo do contexto histórico e patrimonial no qual se desenvolveu o interesse pelo património industrial em Portugal, a partir de meados dos anos 70 do século XX, procurando caracterizar as suas especificidades e enunciar o conjunto de referências de natureza legislativa no âmbito da sua salvaguarda, a presente dissertação centra-se na forma como diversas realizações expositivas e iniciativas museológicas reportadas a sítios do período industrial reflectem os respectivos processos de inventário e documentação e de investigação.

Esta dissertação constitui uma contribuição para a reflexão sobre os métodos de estudo, documentação e inventário de património industrial e sua importância enquanto funções inerentes à programação científica e museológica e à valorização daquele património, reconhecendo o papel de alguns museus inquiridos e analisados, em particular do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior, do Museu do Papel Terras de Santa Maria e do Museu da Electricidade da EDP.

ABSTRACT

Museums and industrial heritage's methods of research and documentation in Portugal (1974-2004)

Starting from the heritage and historical approaches, in which developed the interest for the industrial heritage in Portugal since the mid-seventies of the 20th century, demanding the characterization of its specific qualities and enouncing the main references of the legislation for the safeguard of industrial significant evidences, the present dissertation centres on the form in which several exhibitions and museological initiatives related to sites of the industrial period, reflect its inventory, documentation and research procedures.

This dissertation contributes to the reflection on the industrial heritage's methods of study, inventory and documentation and its importance while inherent functions to the scientific and museological programming and to the increased value of that heritage, recognising the role of some inquired and analysed museums, with particular regard to the Museum of Wool Manufacturing of the University of Beira Interior, the Paper Museum Terras de Santa Maria and the EDP's Electricity Museum.

AGRADECIMENTOS

Ao longo da preparação do presente trabalho tivemos a colaboração de várias pessoas e instituições merecedoras do nosso agradecimento e estima. Muito particularmente gostaríamos de expressar o nosso reconhecimento pela orientação que nos foi concedida pela Dra. Graça Filipe, cujo acompanhamento atento, o espírito crítico, a partilha de saber e a motivação, estiveram sempre presentes.

Expressamos o nosso agradecimento à Dra. Elisa Calado Pinheiro, ao Dr. Jorge Custódio e ao Dr. José Manuel Lopes Cordeiro, pelas entrevistas concedidas e por nos terem transmitido as suas perspectivas e reflexões pessoais sobre o património e a arqueologia industrial e a sua inserção no panorama museológico português.

Agradecemos igualmente a disponibilidade e a colaboração das seguintes instituições, sem as quais não teria sido possível desenvolver as pesquisas necessárias a este trabalho: IPPAR / Departamento de Estudos, em particular a atenção e o interesse que nos foram dispensados pela Dra. Deolinda Folgado; IPPAR / Direcção Regional de Lisboa; IPPAR / Direcção Regional de Castelo Branco; IPA / Extensão de Lisboa; APAI; Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior; Museu do Papel Terras de Santa Maria; Museu da Electricidade/Central Tejo e Fundação EDP.

Merecedor do nosso apreço foi ainda o ambiente estimulante proporcionado pela equipa do Ecomuseu Municipal do Seixal, que nos encorajou à realização de um mestrado em museologia e à reflexão sobre as diversas vertentes do nosso projecto de dissertação. Agradecemos ainda a solidariedade dos elementos do Serviço de Estudo e Inventário de Património Industrial, com os quais temos vindo a desenvolver a nossa actividade profissional no seio daquela entidade museológica, e a colaboração da equipa do Centro de Documentação e Informação do Ecomuseu Municipal do Seixal no decurso do nosso trabalho.

Ao Nuno, ao Gonçalo e ao Martim agradecemos a paciência e o encorajamento, constantes ao longo da elaboração desta dissertação.

ÍNDICE GERAL

1. INTRODUÇÃO	1
2. ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL E CONTEXTO DE SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO INDUSTRIAL	9
2.1. Conceitos de património industrial e de arqueologia industrial – entre paralelismo e convergência	9
2.2. Contexto das políticas de salvaguarda de património industrial e seu enquadramento legal	13
2.2.1. Breve perspectiva internacional	13
2.2.2. Situação actual em Portugal	19
2.3. Património industrial enquanto campo de aplicação das funções museais	23
2.3.1. “Fluidez” temática e (i)mobilidade do objecto industrial	23
2.3.2. Noções de sítio e de patrimonialização	26
2.3.3. Incorporação e musealização de património industrial	27
2.3.4. A investigação e a documentação no contexto do trabalho museal	29
3. EXPOSIÇÕES E INVENTÁRIOS – EXPERIÊNCIAS E PROJECTOS MARCANTES PARA O CONHECIMENTO DE PATRIMÓNIO INDUSTRIAL EM PORTUGAL	32
3.1. Um centro industrial com projecção e importância nacionais: Tomar	32
3.1.1. Projecto do Museu da Fábrica de Fiação de Tomar	34
3.1.2. Primeira Exposição de Arqueologia Industrial	40
3.2. O inventário no delinear de um movimento de sensibilização para a salvaguarda do património industrial	46
3.3. Comissão Organizadora das Exposições de Arqueologia Industrial – do seu papel inovador à frustração de uma consolidação institucional da protecção do património industrial	50
3.3.1. A exposição <i>Arqueologia Industrial: um mundo a descobrir, um mundo a defender</i>	57
3.3.2. O projecto de realização de uma exposição de arqueologia industrial no Porto	63
3.3.3. Um balanço ainda inconcluído	67
3.4. Iniciativas museológicas centrados em património industrial, com base na investigação e na documentação de alguns dos principais sectores industriais	76
4. MUSEUS DE INDÚSTRIA QUE SE CONSOLIDAM E PROGRESSIVA INSERÇÃO DO PATRIMÓNIO INDUSTRIAL NO PANORAMA MUSEOLÓGICO PORTUGUÊS	93
4.1. Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior	93
4.2. Museu do Papel Terras de Santa Maria	101
4.3. Museu da Electricidade/Central Tejo	105
4.4. Síntese e interpretação de dados de inquérito aos três museus	113
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	120

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	128
Documentos de arquivo	128
Legislação e textos normativos portugueses	130
Bibliografia geral	131

ANEXOS

1 – Contributo para uma cronologia sobre património industrial e museologia em Portugal (1974-2004)	I
2 – Ficha de levantamento/inquérito a museus, concebida e aplicada no âmbito da dissertação	XI
3 – Reprodução de ficha de inventário de objecto do Museu da Fábrica de Fiação de Tomar	XV
4 – Reprodução do cartaz <i>Primeira exposição de arqueologia industrial</i> (1978)	XVII
5 – Transcrição de entrevista de Jorge Custódio (26.04.2005)	XIX
6 – Guião geral da exposição <i>Arqueologia industrial: um mundo a descobrir, um mundo a defender</i>	LXIII
7 – Reprodução da ficha de objecto da exposição <i>Arqueologia industrial: um mundo a descobrir, um mundo a defender</i>	LXX
8 – Grupos temáticos e áreas de exposição na Central Tejo/85	LXXV
9 – Registos fotográficos da exposição <i>Arqueologia industrial: um mundo a descobrir, um mundo a defender</i>	LXXIX
10 – Quadro-síntese de objectos inventariados e locais de proveniência	LXXXII
11 – Reprodução do cartaz <i>Arqueologia industrial: um mundo a descobrir, um mundo a defender</i> , Central Tejo (1985)	LXXXV
12 – Registos fotográficos da actual reserva de acervo da exposição <i>Arqueologia industrial: um mundo a descobrir, um mundo a defender</i> .	LXXXVII
13 – Transcrição de entrevista de José Lopes Cordeiro (16.08.2005)	XC
14 – Transcrição de entrevista de Elisa Calado Pinheiro (19.05.2005)	CXXXVI
15 – Ficha de levantamento das unidades papeleiras	CL
16 – Reprodução do cartaz <i>Arqueologia industrial: um mundo a descobrir, um mundo a defender</i> , Central Tejo (1985)	CLVI
17 – Fichas de inventário utilizadas pelos museus inquiridos	CLVIII

ÍNDICE DE GRÁFICOS, QUADROS E ORGANIGRAMA

Gráfico 1 – Percentagens de objectos apresentados na exposição por entidades de proveniência	59
Gráfico 2 – Distribuição de objectos da exposição <i>Arqueologia industrial: um mundo a descobrir, um mundo a defender</i> por actividades industriais, transportes e telecomunicações	61
Quadro 1 – Plano de intenções para a realização da exposição de arqueologia industrial no Porto	67
Organigrama 1 – Exposição <i>Arqueologia industrial: um mundo a descobrir, um mundo a defender</i>	73

LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

AAIRL	Associação de Arqueologia Industrial da Região de Lisboa
AIP	Associação Industrial Portuguesa
ANIPC	Associação Nacional das Indústrias do Papel
APAI	Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial
APAM	Associação Portuguesa dos Amigos dos Moinhos
APOREM	Associação Portuguesa de Empresas com Museu
APPI	Associação Portuguesa para o Património Industrial
CIMFFT	Comissão de Instalação do Museu da Fábrica de Fiação de Tomar
COAI	Comissão Organizadora das Exposições de Arqueologia Industrial de Lisboa e Porto
COEAI	Comissão Organizadora da Exposição de Arqueologia Industrial
CMS	Câmara Municipal do Seixal
CRGE	Companhias Reunidas de Gás e Electricidade
EDP	Electricidade de Portugal, Empresa Pública
EMOYA	European Museum of the Year
EMS	Ecomuseu Municipal do Seixal
GTAI	Grupo de Trabalho do Porto de Arqueologia Industrial
ICOM	International Council of Museums (Conselho Internacional de Museus)
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IPA	Instituto Português de Arqueologia
IPM	Instituto Português de Museus
IPPC	Instituto Português de Património Cultural
IPPAR	Instituto Português de Património Arquitectónico
IUBI	Instituto Universitário da Beira Interior
TECNICELPA	Associação Portuguesa dos Técnicos das Indústrias de Celulose e Papel
TICCIH	The International Committee for the Conservation of Industrial Heritage
UBI	Universidade da Beira Interior
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

1. INTRODUÇÃO

A dissertação de Mestrado em Museologia agora apresentada, constitui um resultado de pesquisa e de reflexão sobre o alargamento da noção de património cultural e sobre a importância da salvaguarda e da valorização de património industrial na sociedade contemporânea, em que se evidencia o papel desempenhado em Portugal por diferentes entidades intervenientes no universo patrimonial, particularmente por alguns museus.

Na fase inicial, o nosso plano de investigação propunha-se caracterizar e analisar os vários inventários de património industrial realizados no nosso país nas três últimas décadas, procurando relacionar essas acções com aspectos de programação de museus que lhe estiveram ou estão associados, pretendendo apresentar um conjunto de princípios metodológicos de investigação e de documentação, assim como de contributos para a normalização de instrumentos documentais adequados ao inventário de património industrial, nomeadamente em contexto museal. Porém, à medida que fomos aprofundando a nossa pesquisa documental e reflectindo sobre o tema, pareceu-nos emergir algumas realizações, que se impuseram numa dupla perspectiva: por um lado, a da sua importância no âmbito do levantamento, do inventário, da investigação, da valorização e da divulgação de testemunhos industriais; por outro lado, a de revelação de um vasto campo de investigação ainda inexplorada na perspectiva museológica. Assim, algumas realizações foram priorizadas nesta dissertação, dando, naturalmente um maior desenvolvimento à experiência da Comissão Organizadora das Exposições de Arqueologia Industrial e ao espólio da exposição de *Arqueologia industrial: um mundo a descobrir, um mundo a defender*, realizada em 1985, em “reserva” no IPPAR / Departamento de Estudos).

Enquadrado a nível espacial no território nacional, o presente estudo reporta-se temporalmente ao período posterior a 1974, em que se assistiu não só a uma mudança de

regime político em Portugal mas também a importantes modificações socioculturais que possibilitaram a actuação de movimentos associativos locais de defesa do património. Esta nova realidade política e social contribuiu para o alargamento da noção de património, com repercussões no panorama museológico nacional. Tendo considerado o ano de 1974 como início do período temporal a estudar, considerámos que 2004 deveria balizar o seu *terminus*, devido à alteração na orgânica museológica do país que, em articulação com os princípios basilares da política e do regime de protecção e de valorização do património cultural previstos na Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, proporcionará um novo contexto de análise que venha a ser realizado futuramente.

Tendo como objecto de estudo o conhecimento e a caracterização dos diferentes métodos e técnicas aplicados no levantamento, inventário e estudo de património industrial, numa perspectiva do seu aproveitamento museológico, propomo-nos analisar e comparar os pressupostos de ordem teórica, conceptual e metodológica de alguns projectos no âmbito da divulgação e da musealização de património industrial realizado em Portugal, em particular dos que estiveram na origem da constituição de colecções e de iniciativas museológicas centradas em patrimónios de natureza técnico-industrial.

Assumi particular interesse a comparação de experiências, métodos e técnicas utilizadas por algumas instituições museológicas nacionais, procurando conhecer e analisar alguns casos de boas práticas aplicadas à valorização do património industrial, no que toca aos processos de investigação e de documentação, funções que consideramos indissociáveis da conservação e da interpretação e exposição (na área de comunicação). Um trabalho de maior aprofundamento e extensão do que aquele que agora se apresenta, poderia estudar as formas de organização internas implementadas para fazer aplicar as várias funções museológicas, ou quais as relações que desenvolveram com os públicos, entre outras. Contudo, o que principalmente nos propusemos foi compreender o papel de determinados procedimentos e acções, ao nível de levantamentos, da documentação e dos inventários, do estudo e da

investigação que estiveram na sua origem e até que ponto foram determinantes quer para a constituição do seu acervo, quer para o seu programa museológico.

Definido o objecto deste estudo e estabelecido o seu enquadramento espaço-temporal, elencamos os seus principais objectivos: definir e caracterizar o objecto de estudo – o património industrial e as suas especificidades; proceder ao levantamento e à caracterização dos principais museus com acervos de património industrial existentes em Portugal; estudar a evolução e o desenvolvimento de um conjunto de instituições museológicas consagradas à preservação dos testemunhos de património industrial que constituem os seus acervos; conhecer métodos de investigação e de documentação no processo de incorporação de património industrial em museus; conhecer a importância e as especificidades do inventário do património industrial, em função da sua natureza e das exigências quer da sua selecção, conservação e valorização, quer da sua interpretação e comunicação.

Sem subestimar o peso do inquérito e das entrevistas que efectuámos, a metodologia utilizada na dissertação privilegiou a pesquisa documental e bibliográfica, mediante a compilação de fontes, de modo a fornecer dados essenciais para a reflexão sobre as diversas perspectivas do estudo e para o desenvolvimento da presente dissertação.

Os dados recolhidos nas diversas fontes bibliográficas e documentais consultadas permitiram-nos também sistematizar um conjunto de informações que apresentamos sob forma de anexo, como contributo para uma cronologia sobre o tema¹.

A pesquisa bibliográfica não só forneceu dados essenciais à constituição da primeira parte da dissertação, como permitiu a reflexão sobre este tema. Assim, foi possível verificar que apesar de, no contexto internacional, se multiplicarem os artigos e os números especiais de publicações periódicas da especialidade sobre património e arqueologia industrial, incluindo temáticas de museologia, em Portugal esta situação não se verifica, não obstante existir já

¹ Ver Anexo 1 – Contributo para uma cronologia sobre património industrial e museologia em Portugal (1974-2004)

um considerável número de artigos publicados por autores portugueses sobretudo, em periódicos ou em actas de encontros científicos e catálogos de exposições.

O conhecimento e o estudo do património industrial pressupõe a existência de estudos monográficos sobre bens patrimoniais e, numa perspectiva mais abrangente, deverá ser feita a integração desses estudos em áreas geográficas e industriais, relacionando a actividade das unidades fabris com os seus contextos geográficos, históricos, tecnológicos, arquitectónicos e socioculturais. Infelizmente, e apesar de em alguns casos pontuais terem já sido publicadas algumas monografias com os resultados e conclusões de estudos e de inventários, as referências bibliográficas específicas continuam a ser insuficientes e a maioria dos estudos e trabalhos, muitas vezes circunscritos a casos de estudo, foram publicados em periódicos nem sempre da especialidade.

Identificamos sobretudo dois autores portugueses que procuraram compilar bibliografias sobre a temática da arqueologia e do património industrial. Assim, surgiu em 1982 o artigo “Arqueologia industrial: objecto e método”, da autoria de Jorge Custódio, publicado no *Boletim da Associação dos Professores de História*, que incluiu uma compilação das principais obras de referência na divulgação do novo campo de estudo publicados na Grã-Bretanha, em França, nos Estados Unidos da América, na Itália e em Portugal² (CUSTÓDIO 1982: 8-12). Mais tarde, José Manuel Lopes Cordeiro organizou as referências bibliográficas existentes sobre o tema e compilou-os nos seguintes artigos: “Bibliografia sobre arqueologia, património e museologia industrial. 1988-1990”, publicado em *Arqueologia Industrial*. II Série, (1-2), 1993 e “Bibliografia sobre arqueologia, património e museologia industrial. 1991-1994”, publicado em *Arqueologia Industrial*. III Série, (1-2), 1997. Neste mesmo periódico de referência, o autor procurou apresentar recensões críticas de monografias e artigos que iam sendo publicados sobre o tema. Outra importante fonte de

² Jorge Custódio organizou as referências bibliográficas existentes, entre os anos de 1790 a 1981, em Portugal, pelas seguintes entradas: catálogos de exposições, estudos, museus, pioneiros, publicação de materiais do Centro Nacional de Cultura e da AAIRL (CUSTÓDIO [et al] 1981: 15 p.).

informação neste domínio é constituída pelos relatórios nacionais do TICCIH publicados, mas de acesso restrito. No entanto, encontra-se por fazer uma actualização e uma sistematização da bibliografia produzida e disponível, em Portugal, que aborde criticamente a temática do património industrial e as metodologias utilizadas no seu estudo.

A documentação consultada para a realização do presente trabalho inclui documentos de carácter legislativo e normativo, documentos de natureza administrativa (documentação interna de instituições museais), documentos de divulgação (edições e outros materiais de difusão dos museus) e documentos de carácter científico sobre museus, museologia arqueologia e património industrial. A pesquisa documental levou-nos ainda à consulta de fontes não publicadas, reportadas quer a pedidos de realização de trabalhos arqueológicos dirigidos ao então Instituto Português de Património Cultural (IPPC) em antigos estabelecimentos fabris, quer à consulta de processos de classificação de alguns sítios industriais, quer ainda a espólios documentais relacionados com as exposições de arqueologia industrial organizadas sob os auspícios do antigo IPPC, documentação de acesso condicionado, actualmente à guarda de organismos oficiais, nomeadamente do Instituto Português de Arqueologia (IPA) e do Instituto Português de Património Arquitectónico (IPPAR). Esta documentação contém elementos informativos bastante diversificados, justificativos e fundamentadores de intervenções e da valorização dos sítios a que se reportam, contendo alguns pareceres, relatórios, actas de reuniões de trabalho, entre outros documentos que reflectem os pensamentos patrimonial e museológico do período em estudo. Para além destes, salientamos a consulta de documentação de acesso reservado, efectuada na sede da Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial.

Por outro lado, procedemos à produção de inquéritos dirigidos às instituições museológicas que constituíram sítios de referência em património industrial, bem como à realização e exploração de entrevistas, tendo para tal seleccionado alguns responsáveis científicos por processos de constituição, inventário e documentação de acervos museológicos de natureza

técnico-industrial. Neste âmbito entrevistámos Jorge Custódio, José Manuel Lopes Cordeiro e Elisa Calado Pinheiro, protagonistas de importantes realizações expositivas e museológicas centradas em património industrial.

A dissertação que agora se apresenta foi estruturada em cinco capítulos. Assim, no segundo capítulo será apresentado o enquadramento teórico e conceptual do tema. O terceiro capítulo analisa as primeiras realizações de levantamento e inventário de património industrial, entre as quais salientamos a *Primeira Exposição de Arqueologia Industrial* (1978), em Tomar, e a exposição de *Arqueologia industrial: um mundo a descobrir, um mundo a defender* (1985), em Lisboa, que tiveram como objectivo não só a sensibilização para a preservação e a divulgação de testemunhos industriais, mas também a criação e a instalação de museus de indústria. Apresentamos ainda as indústrias mais estudadas e representadas numa perspectiva museológica.

No quarto capítulo procuramos analisar e caracterizar os diferentes métodos e técnicas aplicados no inventário, na documentação e na investigação de património industrial em contexto museal, através da análise de três entidades museológicas: o Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior, na Covilhã; o Museu do Papel Terras de Santa Maria, em Paços de Brandão e o Museu da Electricidade da EDP, em Lisboa. Pelo seu estatuto no panorama museológico português e pelos seus processos de criação e desenvolvimento, estes museus permitiram-nos reflectir sobre uma área museológica específica em Portugal, a dos “fenómenos industriais e técnicos” (CUSTÓDIO 2000: 37). Utilizámos para tal os dados recolhidos no inquérito, cruzando-os com elementos das entrevistas realizadas, assim como com a documentação por nós pesquisada e analisada, e ainda com dados provenientes de observação directa, recolhidos no decurso de visitas que efectuámos àqueles museus.

Foi efectuado um inquérito, através do envio de uma ficha de levantamento/inquérito³, entre Fevereiro e Julho de 2005, destinado a obter informações sobre a caracterização geral das entidades museológicas seleccionadas, os principais campos temáticos, a constituição, o inventário e o estudo dos acervos museológicos, os seus actuais projectos de investigação e formas de comunicação com os públicos.

Na selecção de iniciativas museológicas a estudar foi nossa preocupação não só procurar analisar experiências diversificadas quer quanto às indústrias supostamente representadas nos acervos, quer quanto à tutela e à localização geográfica dos museus. Pareceu-nos igualmente interessante reflectir sobre museus de indústria que se encontram, actualmente, em diferentes estádios de desenvolvimento e maturação. Assim, enquanto poderemos considerar o Museu de Lanifícios uma instituição consolidada, o Museu da Electricidade surge como uma entidade em reestruturação e o Museu do Papel como um museu de criação recente.

Foi ainda nosso critério de selecção que as entidades museológicas estivessem na sua génese associadas a processos de inventário e de investigação, e que fossem, temporalmente, muito próximas das realizações tratadas no terceiro capítulo ou mesmo relacionar-se, ainda que de forma indirecta, com a exposição *Arqueologia industrial: um mundo a descobrir, um mundo a defender* e com o contexto associativo que esteve na sua origem. Outro aspecto que tivemos em conta foi a possível integração destas entidades museológicas no espectro de indústrias mais estudadas e mais representadas no panorama museológico quer nacional, quer mesmo internacional.

Ao integrarmos, no plano profissional, a equipa técnica e científica do Ecomuseu Municipal do Seixal, e apesar daquela entidade museológica poder ser considerada como um dos sítios de referência de património industrial no nosso país, dada a extensão do seu acervo reportado a várias indústrias, pareceu-nos inoportuno inseri-lo nos casos de estudo, tanto mais que uma outra dissertação de mestrado relativamente recente o abordou e

³ Ver Anexo 2 – Ficha de levantamento/inquérito a museus, concebida e aplicada no âmbito da dissertação.

incluiu aspectos da constituição do respectivo acervo técnico-industrial e das suas metodologias de inventário, de investigação e valorização.

Por último, no quinto capítulo, serão apresentadas considerações finais, a que se seguem as referências bibliográficas (excluindo, portanto, as leituras efectuadas, mas não referenciadas ao longo dos capítulos) e um conjunto de anexos.

2. ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL E CONTEXTOS DE SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO INDUSTRIAL

2.1. Conceitos de património industrial e de arqueologia industrial – entre paralelismo e convergência

A arqueologia industrial, nascida no Reino Unido, foi um resultado da II Guerra Mundial, dado que esta veio não só destruir um elevado número de estabelecimentos fabris que remontavam ao início da Revolução Industrial Inglesa, como também provocou a aceleração do ritmo de modernização tecnológica nas unidades fabris, implementando novas máquinas e novos processos de trabalho, necessários ao pretendido crescimento económico da sociedade do pós-guerra.

Inicialmente confinada ao estudo dos monumentos industriais⁴, emergiu a noção de arqueologia industrial como: “...a field of study concerned with investigating, surveying, recording and, in some cases, with preserving industrial monuments. It aims, moreover, at assessing the significance of the monuments in the context of social and technological history” (BUCHANAN 1985: 105). Angus Buchanan concilia conceptualmente os aspectos práticos da observação, do registo e do estudo das evidências no terreno, através da aplicação dos procedimentos específicos do método arqueológico – prospecção e eventual escavação, documentação, classificação, análise estratigráfica e análise espacial – com a vertente teórica da abordagem histórica ancorada na interpretação de fontes, sobretudo documentais, para compreender, interpretar e explicar diferentes aspectos do património industrial.

Os anos 60 do século XX foram marcados pelo despertar de uma consciência cívica em torno da salvaguarda e da conservação dos testemunhos industriais que deu lugar, nos países europeus economicamente mais desenvolvidos e industrializados, a movimentos associativos que

⁴ Em 1959, o *Council for British Archaeology* propôs a definição de “monumento industrial” correspondendo a toda a espécie de edifícios ou de estruturas *in situ*, datadas particularmente da Revolução Industrial, que ilustrem o desenvolvimento dos processos industriais e técnicos, considerando, entre estes, os meios de comunicação (ANDRIEUX 1992: 75).

promoveram os estudos de arqueologia industrial, dando continuidade ao movimento de sensibilização dos cidadãos e das autoridades para o estudo, conservação e divulgação de bens materiais ligados à industrialização⁵ – nomeadamente a maquinaria e as estruturas industriais edificadas marcantes, quer ao nível da arquitectura, quer como importantes obras de engenharia e de tecnologia – incentivando a realização de escavações arqueológicas em sítios industriais e a publicação de textos da especialidade. Procurou-se ainda levar os respectivos países a colmatarem o vazio institucional e legislativo existente e a criarem um corpo normativo para a protecção do património industrial, constituído pelo conjunto das realizações materiais e imateriais que nos foram legadas pelas actividades industriais ao longo da história: os edifícios, as máquinas, os equipamentos e os produtos, os arquivos empresariais, os testemunhos orais, os sítios industriais e a própria paisagem industrial. Evidências que constituem, simultaneamente, o objecto e as fontes de estudo da arqueologia industrial (MENDES 1993: 10).

A partir do território britânico deu-se um progressivo alargamento de âmbito geográfico a outros países europeus – entre os quais destacamos a França – e aos Estados Unidos da América do Norte, detentores de vestígios industriais importantes, dado o seu contributo inventivo e inovador a nível técnico e tecnológico, para a história industrial e económica do mundo industrializado.

Denis Woronoff sublinha que “L’archéologie industrielle n’est pas une nouvelle discipline, dans le champ historique, mais une nouvelle approche historique de l’industrie. [...] L’archéologie industrielle se définit d’abord par un site. Plus précisément, c’est l’étude d’une activité de fabrication dans un site. Il s’agit donc d’une démarche de terrain, attentif surtout aux relations entre un espace et un travail. Elle peut emprunter [...] l’information contenue dans les archives de l’usine, interroger les collections d’outils et de machines mais elle n’est ni une histoire des entreprises ni une muséographie des

⁵ Para Paul Bairoch, a “industrialização” é um processo que implica profundas modificações das estruturas económicas e sociais devidas ao desenvolvimento rápido da indústria, consistindo “...essencialmente num crescimento quantitativo do volume da produção, aumento possível pela importante inovação técnica, não se modificando radicalmente nem a estrutura do consumo dos bens manufacturados nem mesmo os grandes esquemas técnicos da produção” (BAIROCH 1986: 327).

techniques. La recherche des traces, d'autre part, s'ouvre sur la conservation de celles-ci” (WORONOFF 1989 : 448). O estudo do património industrial, partindo do princípio da localização, integra uma dupla dinâmica: por um lado, a do próprio sítio industrial que, enquanto lugar de produção ocupado por sucessivas actividades, transforma o território, construindo a própria paisagem e, por outro lado, a dinâmica dos fluxos (de energia, dos produtos e dos trabalhadores) que percorreram o espaço fabril, traduzindo materialmente a sua actividade. A arqueologia industrial procura compreender a forma como estas duas vertentes se organizaram e como se articularam, contribuindo para o conhecimento e a preservação daqueles testemunhos (WORONOFF 1989 : 449).

De acordo com Jean-Yves Andrieux, a arqueologia industrial em França distanciou-se da perspectiva anglo-saxónica ao estabelecer uma relação de proximidade com a história e a antropologia sociais, aproximando-se da linha de pensamento dos países do Sul da Europa (ANDRIEUX 1992: 72). No entanto, as reflexões de alguns estudiosos da arqueologia industrial britânica evoluíram também neste sentido. Sobre este assunto Kenneth Hudson, um dos pioneiros e teorizadores da arqueologia industrial na Grã-Bretanha, referiu: “People are more importante and more interesting than objects [...] and all history is, in the last resort, social history. [...] The history of technology, more accurately and more humanely defined, is the history of people earning a living with the tools equipment, materials and skills which were available at the time, not of tools, equipment and materials.” (HUDSON 1975: VII-VIII)

Durante os anos setenta do século XX e nas décadas que se seguiram, o crescente interesse pela salvaguarda do património industrial reflectiu-se num mais amplo alargamento geográfico, estendendo-se progressivamente a países onde a Revolução Industrial se introduziu mais tardiamente (os países escandinavos e os países do Sul da Europa – Itália, Portugal, Espanha e Grécia – bem como os países da Ásia e da América Central e do Sul). Vários autores, entre os quais Marilyn Palmer e Peter Neaverson, defenderem que a arqueologia industrial é “...a way of looking at a period of human history using all the evidence available

and not just the documentary. The parameters of that period have not been strictly defined [...] but it is probably true to say that industrial archaeology concentrates on the period when the manufacture of goods ceased to be at the level of domestic or craft production and moved into industrial or capitalism production” (PALMER e NEAVERSON, 1998: 15). Apesar disso, a arqueologia industrial naqueles países reflectiu o conceito de industrialização a um tempo longo, marcado por continuidades e coexistências quer a nível tecnológico, quer de modos de organização do trabalho. A constatação do alargamento espaço-temporal daquele campo de estudo tornou-se ainda mais evidente quando, nos anos oitenta, o estudo e a salvaguarda dos testemunhos de património industrial se estendeu aos países da América Latina, habitualmente associados a antigas estruturas económicas de tipo colonial, passando a valorizar o lugar ocupado por estes países na história da circulação intercontinental de tecnologias e de produtos, bem como nas diversas formas de organização do trabalho.⁶

A expansão geográfica e cronológica implicou o alargamento temático do património industrial a salvaguardar. Os estudos deixaram de se limitar a perspectivas de abordagem de uma fábrica ou manufatura, de um determinado equipamento industrial, ou de sectores industriais que estiveram mais estreitamente relacionados com o arranque da revolução industrial segundo o modelo britânico, e que poderemos talvez considerar como os primeiros temas de estudo desta disciplina – a metalurgia, o vidro, as minas, os têxteis e a cerâmica – passando a desenvolver uma vertente mais integradora do património industrial reportado a um dado território, abrangendo, entre outros aspectos, a exploração e a transformação de matérias-primas, o sistema de transportes e comunicações, os equipamentos colectivos (MENDES 1995: 86) e, ainda, as infra-estruturas energéticas, as obras públicas, o estudo das indústrias do século XX, e a recuperação e a reutilização dos espaços industriais e comerciais.

⁶ Sobre o estudo do património industrial na América Latina, ver BERGERON, Louis – “Le patrimoine industriel de l’Amérique latine: un champ ouvert à l’investigation”. In *Universalis 1997. La politique, les connaissances, la culture en 1996*. Paris: Encyclopaedia Universalis, 1997. pp. 236-239.

No que toca a Portugal, apesar de existir um considerável número de textos publicados sobre o conceito de arqueologia industrial e sobre algumas realizações no campo da identificação, da valorização e da divulgação de património industrial, sobretudo em periódicos, catálogos de exposições e actas de encontros científicos, as abordagens dos nossos autores e especialistas deste campo disciplinar (Jorge Custódio, José Amado Mendes e José Lopes Cordeiro, entre outros) seria porventura mais aprofundada se houvesse um maior número de publicações onde se concentrassem e se comparassem, de um modo mais directo e crítico, os procedimentos metodológicos aplicados e os resultados das várias intervenções e estudos realizados, bem como as medidas de conservação e de protecção adequados a essas experiências e as formas de valorização e divulgação encontradas para esses testemunhos, contribuindo assim para o desenvolvimento e consolidação desta área de conhecimento e para a salvaguarda do património industrial em Portugal.

2.2. Contexto das políticas de salvaguarda do património industrial e seu enquadramento legal

2.2.1. Breve perspectiva internacional

Importa aqui salientar a evolução dos principais conceitos e princípios relacionados com o património industrial, apresentando as principais cartas, convenções e recomendações com interesse para a salvaguarda desses bens, que obtiveram repercussão a nível nacional.

A *Carta sobre o restauro de monumentos históricos*⁷, em 1931, aconselhava o respeito pelo carácter e pela fisionomia das cidades, sobretudo na área envolvente de “monumentos de interesse histórico ou artístico”. Contudo, no que se refere à valorização desses monumentos recomendava “...a supressão [...] de qualquer indústria ruidosa e das chaminés altas”

⁷ A Carta de Atenas consiste nas conclusões gerais da Conferência Internacional sobre a Protecção e a Conservação de Monumentos de Arte e de História, organizada pelo Serviço Internacional de Museus (organismo criado em 1926).

(CORREIA e LOPES 2004: 44) situados junto a monumentos artísticos ou históricos, o que denotava o menosprezo a que estava votado este tipo de estruturas e testemunhos industriais.

O Conselho da Europa, constituído em 1949⁸, com sede em Estrasburgo, encontra-se na génese de novos princípios e filosofias de abordagem do património que, sobretudo a partir dos anos 70 do século XX, defendem uma perspectiva patrimonial que tem vindo a integrar não só os grandes monumentos históricos mas também outros testemunhos da paisagem cultural e construída, entre os quais, os elementos de interesse técnico e industrial. Entre nós, o desenvolvimento de um conjunto de legislação para protecção de património cultural resultaram, em parte, da divulgação dos princípios e recomendações estabelecidas pelo Conselho da Europa nesse domínio.

Em 1964, procurando rever e ampliar os princípios preconizados na Carta de Atenas, surgia, no âmbito do segundo Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos, reunido em Veneza, a *Carta sobre a conservação e restauro dos monumentos e dos sítios*, documento que substituiu o conceito de monumento histórico pelo de “património arquitectónico”, numa visão mais lata, passando a abranger não só o monumento isolado, mas também os espaços envolventes que o contextualizam, resultando daí as noções de conjuntos e de sítios, considerados como bens patrimoniais⁹.

Em 1977, dado que a campanha pelo Ano Europeu do Património Arquitectónico, decorrida dois anos antes¹⁰, não tinha contemplado as construções nascidas da industrialização da Europa e constituindo estas uma parte importante do património arquitectónico europeu que não deveria ser negligenciada na elaboração de um programa para a conservação integrada e o

⁸ Apesar de constituído no final da década de 40 do século XX, Portugal só aderiu ao Conselho da Europa em Setembro de 1976.

⁹ Na sequência deste congresso, em 1965, foi criado o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), com o objectivo de promover a protecção, salvaguarda e valorização de monumentos, conjuntos e sítios, desempenhando actualmente um papel de consultoria junto da UNESCO. A Comissão Nacional Portuguesa do ICOMOS foi formalmente criada em 1980 (*Diário da República*, 3ª Série, de 6.01.1983).

¹⁰ Em 1975, a Carta Europeia do Património Arquitectónico foi adoptada pelo Comité dos Ministros do Conselho da Europa, tendo sido amplamente divulgada no Congresso sobre o Património Arquitectónico Europeu, realizado em Amesterdão, nesse mesmo ano.

urbanismo, foi apresentada à Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa uma moção¹¹ destinada à elaboração, pela primeira vez, de uma recomendação relativa à arqueologia industrial. Esta moção salientava : “...le public cherche à se situer par rapport à ce passé et, par conséquent, de la nécessité de conserver les machines et ses vestiges de l’arrière-plan social et économique qui appartiennent à ce patrimoine industrielle” (ponto 4), aceitando, por isso, com agrado as iniciativas desenvolvidas no campo da arqueologia industrial. Recomendava-se assim ao Comité de Ministros da Cultura e da Educação que o Conselho da Europa prosseguisse os trabalhos relativos à conservação integrada do património arquitectónico da Europa, tendo especial atenção às construções que acompanharam a industrialização da sociedade moderna, encorajando a conservação das máquinas e dos vestígios sociais e económicos estudados pela arqueologia industrial.

Após a realização de alguns encontros internacionais ao longo dos anos setenta do século XX, na terceira Conferência Internacional sobre a Conservação de Monumentos Industriais, realizada em 1978, em Grangarde (Suécia), foi constituída uma comissão não governamental em prol da conservação, salvaguarda e estudo do património industrial – *The International Committee for the Conservation of Industrial Heritage* (TICCIH)¹². Aproveitando as sinergias geradas pelo evento, no ano seguinte foi apresentado à Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa um relatório sobre arqueologia industrial e um projecto de recomendação apresentado pelo Comité para a Cultura e a Educação¹³. Neste documento, os autores relatavam não só a importância da conferência internacional ocorrida na Suécia, mas também a publicação de vários textos sobre esta temática, referindo os seus aspectos tecnológicos ou estéticos, e fazendo ainda notar que a maior parte dos prémios europeus então atribuídos no plano museológico, recompensaram a

¹¹ A moção foi apresentada no *Documento 3980*, de 28.04.1977, do Comité para a Cultura e a Educação.

¹² O TICCIH é assim uma organização mundial para a arqueologia industrial e tem como objectivo a promoção da cooperação internacional no domínio da salvaguarda, conservação, investigação, inventário, documentação, valorização e a formação em todos os aspectos do património industrial, bem como o desenvolvimento da educação nestes domínios. O TICCIH conta actualmente com os Representantes Nacionais ou Correspondentes em 54 países associados, entre os quais Portugal.

¹³ Referimo-nos ao *Documento 4357*, de 11 de Maio de 1979, do Comité para a Cultura e a Educação.

actividade de “museus de arqueologia industrial”, entre os quais, o Ironbridge Gorge Museum Trust (*European Museum of the Year* – EMOYA, 1977) e o Ecomuseu de Creusot – Montceau-les-Mines (prémio Conselho da Europa, 1978).

A *Recomendação 872 (1979)* relativa à arqueologia industrial, reconhecia o seu interesse a nível científico, estético e sociológico, ponderando que, por via do desenvolvimento e do conhecimento desta nova disciplina¹⁴, a sociedade contemporânea estaria em melhores condições para compreender as suas origens recentes e muitos dos problemas sociais e industriais da actualidade. Considerava, por outro lado, necessário “...que l’Etat et les collectivités locales prêtent plus activement leur concours pour le recensement du patrimoine industriel, la sélection, la sauvegarde et l’entretien des monuments et objectes qui sont constamment répertoriés, et pour la constitution d’une documentation à leur sujet” (ponto 6). Dada a ausência de coordenação e de organização na maioria dos países membros, no que respeitava à arqueologia industrial, o documento aconselhava ao Comité de Ministros a formação de um grupo de peritos governamentais interdisciplinar que definisse os objectivos específicos deste campo de estudo nos estados-membros, propusesse meios para o recenseamento e a classificação do património industrial e coordenasse a análise do património identificado, tendo em conta as investigações realizadas neste domínio quer no plano nacional, quer no plano internacional. Por outro lado, a Recomendação convidava os estados-membros a darem assistência financeira, participando na salvaguarda dos monumentos industriais, bem como a encorajar iniciativas semelhantes realizadas a nível local, e a elaborar legislação de protecção extensível àqueles monumentos, atribuindo-lhes uma maior atenção.

A segunda Conferência Europeia de Ministros Responsáveis pelo Património Arquitectónico, realizada em Granada, em 1985, na Resolução n.º 2 relacionada com a promoção do

¹⁴ O relatório – *Documento 4357*, de 11 de Maio de 1979 – que dá origem à *Recomendação 872 (1979)*, refere: “Quelles que soient ses connotations, l’expression «archéologie industrielle» est celle qu’on utilise aujourd’hui pour désigner l’étude sérieuse de la période industrielle dans son ensemble”.

património arquitectónico na vida sociocultural como factor de qualidade, referiu-se pela primeira vez à arquitectura técnica e industrial como parte integrante de um conceito mais amplo de património arquitectónico. Nesta conferência, assumiu especial relevância a clarificação de categorias de bens a proteger: a arquitectura vernácula, rural, técnica e industrial e a arquitectura dos séculos XIX e XX, e a sua envolvente¹⁵.

A *Convenção para a salvaguarda do património arquitectónico da Europa* (documento que ficou conhecido como Convenção de Granada) comprometia os vários Estados aderentes a estabelecer um regime legal de protecção de bens imóveis que compreendiam o património arquitectónico abrangendo os *monumentos* – todos os edifícios e estruturas de destacado interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico, os *conjuntos arquitectónicos* – agrupamentos homogéneos de construções urbanas ou rurais que se destaquem pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico, e que sejam suficientemente coerentes para ser objecto de uma delimitação topográfica e os *sítios* – obras combinadas do homem e da Natureza, parcialmente construídas e que constituam espaços suficientemente característicos e homogéneos para delimitar-se topograficamente e que tenham um destacado interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico (art.º 1º).

A *Recomendação R (90) 20* do Conselho da Europa, emitida pelo Comité de Ministros, reunidos a 13 de Setembro de 1990, relativa à protecção e conservação do património técnico, industrial e de Engenharia Civil na Europa aconselhava, no seu prólogo, os governos dos estados membros a unir esforços para preservar o património técnico, industrial e de engenharia civil enquanto parte integrante do património histórico europeu, procurando manter e preservar conjuntos industriais excepcionais que integram esse património histórico, considerando não só os

¹⁵ O Decreto do Presidente da República, Mário Soares, n.º 5/91, de 23 de Janeiro, ratifica a *Convenção para a salvaguarda do património arquitectónico da Europa*, assinado na 2ª Conferência Europeia dos Ministros responsáveis pelo Património Arquitectónico. Granada, 3 e 4 de Outubro de 1985.

edifícios, monumentos técnicos, sítios ou objectos, mas também a sua envolvência física, como um conjunto de conhecimentos, de técnicas e de formas de vida.

Esta Recomendação definia medidas que permitiam a identificação, o inventário e a análise científica do património técnico, industrial e de engenharia civil. Este documento instigava, entre outras princípios, à elaboração de inventários pormenorizados que tivessem em conta o seu carácter interdisciplinar, passíveis de serem utilizados em políticas de protecção e valorização; na promoção de programas de estudo e investigação do património técnico, industrial e de engenharia civil – através não só de organismos públicos mas também de instituições de investigação universitária e científica, de companhias industriais e comerciais interessadas e de associações comprometidas na defesa e promoção deste património – e numa melhor utilização dos recursos humanos, tendo como objectivo a protecção não só dos arquivos, mas também das técnicas, dos conhecimentos e do funcionamento de ferramentas, máquinas e instalações. Dada a impossibilidade de preservar todas as construções técnicas ou industriais existentes na Europa, a mesma *Recomendação R (90) 20* preconizava a selecção de testemunhos deste património, de modo a assegurar uma representação equilibrada dos distintos ramos da produção industrial. No âmbito das políticas de protecção e de conservação do património técnico, industrial e de engenharia civil a nível europeu, referia ainda a adopção de medidas legislativas adequadas à natureza deste património e a promoção de uma política territorial que, tendo em conta a existência de zonas industriais abandonadas, criasse áreas de reserva para uma futura intervenção ou como medida eventual de protecção.

Em 2000, procurando rever e actualizar os princípios e valores divulgados na Carta de Veneza, surgiu a *Carta de Cracóvia sobre os princípios para a conservação e restauro do património construído*, adoptada na Conferência Internacional sobre Conservação que teve lugar naquela cidade. Esta Carta apresentou um conceito de património bastante lato, definido como o conjunto de obras do homem nas quais uma comunidade reconhece os seus valores específicos e particulares com os quais se identifica. Este documento salienta a

diversidade cultural e a pluralidade de valores presentes no processo de unificação europeia, enfatizando a responsabilidade de cada comunidade, tendo em conta a sua memória colectiva e a sua história, na identificação e na gestão do seu património.

Mais recentemente, a *Carta Nizhny Tagil sobre o património industrial* (documento adoptado no congresso do TICCIH que reuniu em Moscovo, em 2003), destacou o valor universal dos vestígios materiais que testemunharam as profundas modificações verificadas a nível social, técnico e económico decorrentes da Revolução Industrial – os edifícios e outras estruturas construídas tendo em conta o desenvolvimento de actividades industriais, os processos e os utensílios utilizados, as cidades e as paisagens nas quais se inseriram, bem como todas as suas manifestações tangíveis e intangíveis¹⁶ – e que assumiriam uma importância fundamental na qualificação ambiental e urbana, devendo por isso ser reconhecido o interesse da sua identificação, inventário, estudo, protecção e conservação.

2.2.2. Situação actual em Portugal

Os princípios doutrinários e recomendações defendidos pelo Conselho da Europa no que respeita ao património cultural tiveram a sua influência no nosso país, embora os textos legais e normativos que se reportem à salvaguarda do património industrial tenham surgido com um considerável atraso em relação aos restantes países europeus.

Assim, a Lei n.º 13/85, de 6 de Julho, que definiu o Património Cultural Português, incluindo os “bens materiais e imateriais” considerados de “...interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo” (art.º 1º), contribuiu para actualizar conceptualmente a legislação portuguesa sobre património, ao integrar os conceitos patrimoniais mais recentes. Esta lei acrescentou à figura de *monumento* – definido, na alínea a) do art.º 8º, como

¹⁶ A Carta sobre o Património Industrial reflecte os princípios da Declaração da Conferência de Helsínquia, saída da quarta Conferência Europeia de Ministros responsáveis pelo Património Cultural celebrada em 1996, que amplia o conceito de património que passa a integrar não apenas os patrimónios arquitectónico e arqueológico, mas também as paisagens culturais, os bens móveis e o património intangível ou imaterial.

“...obra de arquitectura, composições importantes ou criações mais modestas¹⁷” –, os conceitos de *conjunto* e *sítio* como outros tipos de bens imóveis a proteger e classificar, atendendo ao seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, técnico ou social. Este texto legislativo reflectiu a abertura da noção de património cultural em Portugal, abrangendo, entre outros, os bens com interesse “científico, técnico ou social” onde se podiam enquadrar os testemunhos industriais, que até então não tinham sido considerados em documentos normativos portugueses.

Seguindo claramente as disposições da Convenção de Granada no que se refere à realização de inventários, a Lei do Património Cultural Português determinou a elaboração de inventários sistemáticos para identificação precisa dos monumentos, dos conjuntos arquitectónicos e dos sítios que são objecto de protecção (n.º 1, do art.º 19º), a elaborar então pelo IPPC. Apesar de inovadora e importante no panorama da legislação portuguesa sobre património e de reconhecer a necessidade da realização do inventário, a Lei n.º 13/85 não chegou a ser regulamentada, pelo que não alcançou os necessários efeitos práticos.

O texto legislativo que introduziu uma perspectiva mais lata de património cultural, ao mesmo tempo que estabeleceu o actual regime de protecção e valorização de património cultural, foi a Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro. Acerca do conceito e do âmbito do património cultural, este diploma integra todos os bens com interesse cultural relevante, designadamente a nível “...histórico, paleontológico, arqueológico, arquitectónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico” (n.º 3 do art.º 2º).

O património cultural, constituído não só por bens materiais e imateriais de interesse cultural relevante, integra também os “...respectivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa” (n.º 6 do art.º 2º). Os bens imateriais são considerados “...parcelas estruturantes da identidade e da memória colectiva portuguesa” (n.º 4 do art.º 2º) constituindo testemunhos de valor

¹⁷ A noção de monumento histórico que englobava tanto as grandes criações arquitectónicas quanto as obras mais modestas do passado que adquiriram, com a passagem do tempo um significado cultural (tanto como monumento isolado como sítio, rural ou urbano) fora já defendida no art.º 1º da Carta de Veneza (1964).

civilizacional ou cultural (n.º 1 do art.º 91º). A mesma lei determina especial protecção para as “...expressões orais de transmissão cultural e os modos tradicionais de fazer, nomeadamente as técnicas tradicionais de construção e de fabrico” (n.º 2 do mesmo artigo) e refere a classificação e a inventariação como formas de protecção legal dos bens culturais, às quais faz corresponder dois níveis de registo: o registo patrimonial de classificação e o registo patrimonial de inventário (n.º 2 do art.º 16º).

O referido diploma estabelece ainda que os “...bens inventariados gozam de protecção com vista a evitar o seu perecimento ou degradação, a apoiar a sua conservação e a divulgar a respectiva existência”, sendo esse inventário assegurado e coordenado pelo Governo, em articulação com os inventários já existentes (n.º 1 e 2 do art.º 61º). Embora consideremos que a elaboração de um inventário possa contribuir para a identificação dos bens culturais e para o conhecimento do seu estado de conservação, constituindo um *corpus* de informação e um instrumento essencial para o desenvolvimento de estratégias e de tomada de decisão, por parte das entidades competentes, tendo em vista a preservação, a comunicação e a difusão dos bens culturais, tal não significa que através do inventário esses bens obtenham uma protecção efectiva.

A lei determina como um dos princípios gerais o da inventariação dos bens culturais, “...assegurando-se o levantamento sistemático, actualizado e tendencialmente exaustivo dos bens culturais existentes [a nível nacional] com vista à respectiva identificação” (alínea a) do art.º 6º), prevendo-se a inspecção e prevenção através de processos e controlos adequados, sem no entanto esclarecer quais são. De igual modo, que se refere aos “novos tipos de bens culturais” não menciona o organismo estatal ao qual competirá a coordenação, a inspecção e o controlo dos bens inventariados, não menciona qual o grau de envolvimento e de participação do poder público e privado no âmbito da preservação desses bens, não esclarece até que ponto o inventário irá legitimar o valor cultural de um bem ou quais os

mecanismos legais impeditivos da sua deterioração, modificação, perda de integridade ou destruição, e tão pouco refere as respectivas sanções a aplicar.

Tal como a sua antecessora, a Lei n.º 107/2001, ao remeter para legislação de desenvolvimento o estabelecimento de formas de protecção aplicáveis aos “novos tipos de bens culturais”, nomeadamente os que integram o património industrial (n.º 3 do art.º 72º) e tendo decorrido os prazos legais previstos para a publicação desses textos normativos, continua em grande medida por produzir os efeitos necessários. A ausência de legislação regulamentar que lhe deveria dar o indispensável desenvolvimento e que referiria quais os mecanismos específicos e necessários para protecção dos bens culturais, não permite a efectiva aplicação deste diploma legal.

2.3. Património industrial enquanto campo de aplicação das funções museais

2.3.1. “Fluidez” temática e (i)mobilidade do objecto industrial

Considerando que “...qualquer bem cultural do domínio de todas as manifestações culturais realizadas no espaço e no tempo é museológico ou tem a potencialidade de vir a sê-lo” (TEIXEIRA 1984: 36), devido à sua carga valorativa enquanto documento e reflexo de uma sociedade e de uma cultura¹⁸, e apesar dos limites entre as colecções e os domínios de actividades nos museus de ciência, técnica e indústria poderem ser considerados como “fluidos”¹⁹, importa aqui esclarecer acerca da natureza particular do objecto a incorporar no museu de indústria. Este é um aspecto que se reveste de particular importância, se considerarmos que a delimitação da vocação e do âmbito de competências e de actividades

¹⁸ Segundo M. Braz Teixeira, o homem na sua actividade cultural criou um universo de objectos, entre os quais se distinguem as seguintes espécies: objectos religiosos, objectos heróicos, objectos artísticos, objectos científicos, objectos técnicos, objectos supérfluos, objectos fúteis e o lixo, sendo todas estas categorias de objectos susceptíveis de apreciação estética e com potencialidades para se tornarem objecto museológico.

¹⁹ Fernando Bragança Gil conclui sobre a fluidez existente entre museus – sobretudo no que respeita a museus de ciência e técnica – ao reflectir que um mesmo objecto pode figurar em diferentes tipos de colecções comunicando, em exibição, mensagens distintas. Do mesmo modo, uma máquina simples produzida por uma sociedade pré-industrial pertencente a uma colecção de museu de Etnologia poderá constar de uma exposição de museus de ciência e tecnologia dedicada à mecânica e suas aplicações (GIL 1994: 3-7).

específicas do um museu se pode fundamentar na natureza e na temática do objecto museológico que incorpora no seu acervo.

Ao reflectir sobre a génese e a formação do objecto museal, Madalena Braz Teixeira declara que os objectos técnicos são, em grande medida, “... a projecção pragmática do saber científico” (TEIXEIRA 1984: 35), assumindo a existência de uma distinção entre o objecto técnico e o objecto científico. Poderemos então considerar que os objectos técnicos constituem um fim em si, não pressupondo como objectivo principal o de difundir os conhecimentos e princípios científicos que nele são preexistentes.

O objecto aplicado à indústria é um objecto-utensílio, com uma função técnica determinada tendo em vista contribuir, de um modo directo ou não, para a transformação da matéria-prima no produto final do processo industrial. Devido à inovação tecnológica, esse objecto deixa de ter valor para a indústria, torna-se obsoleto sendo o seu destino a destruição, accidental ou propositada, o esquecimento num armazém ou, em casos de alguma raridade, torna-se um objecto admirado que, adquirindo um significado que transcende a sua utilização pragmática, se preserva devido ao seu valor histórico, tecnológico e sociocultural, pela sua singularidade ou representatividade, pela apreciação estética da sua estrutura e formas, ou enquanto testemunho da relação entre o homem e o trabalho, tornando-se susceptível de se tornar um objecto museológico.

Porém, o testemunho da relação entre o homem e o mundo do trabalho não se resume, entre outros, aos instrumentos, às máquinas, aos documentos escritos e iconográficos. Encontra-se também presente nos bens arquitectónicos de tipo industrial. A finalidade técnica, as inovações e os processos tecnológicos condicionam – através de sucessivas modificações, adaptações e ampliações das instalações – a morfologia arquitectónica dos edificios fabris, produzindo uma certa “sedimentação” patente não só nos testemunhos industriais construídos mas também nos espaços oficinais que integram e caracterizam os imóveis. A progressiva construção e modificação das instalações industriais contribuíram

para a expansão do tecido urbano, promovendo novas áreas habitacionais e tornando-se marcantes na paisagem e no quotidiano das populações onde se inseriram.

No entanto, frequentemente estes testemunhos que interessa salvaguardar e conservar são constituídos por objectos de grande dimensão, apoiados, por vezes, na própria estrutura do edifício. Assim, no que respeita a objectos técnicos e industriais e segundo proposta da *Museums & Galleries Commission*, na Grã-Bretanha, poderemos distinguir os bens móveis de natureza industrial em objectos de pequeno porte e fáceis de transportar e os outros elementos (com excepção para os edifícios fabris) que, devido ao seu excessivo volume e peso, não podem ser facilmente transportados (MUSEUMS... 1994: 5). Porém, tendo em conta que um edifício industrial, ainda que desactivado, poderá conter total ou parcialmente, *in situ*, o seu equipamento tecnológico, deveremos considerar a máquina ou um outro equipamento fabril, participante no processo produtivo, como objecto móvel ou como parte integrante do imóvel? Para tentarmos esclarecer esta questão recorreremos ao *Código Civil Português* que considera, no n.º 3, do art.º 204.º: “É parte integrante toda a coisa móvel ligada materialmente ao prédio em carácter de permanência”. Logo, no caso das máquinas industriais, estas poderão ser consideradas como parte integrante da estrutura industrial construída. Contudo, no n.º 14, do art.º 204 (Coisas imóveis), considera-se pressuposto essencial da classificação como coisa imóvel a incorporação no solo de qualquer edifício ou construção, sendo certo que a base da distinção entre coisas móveis e imóveis é a circunstância de poderem, ou não, ser deslocadas sem se deteriorarem (NETO 1999: 95-97). Na alínea II, do n.º 37 do art.º 204, referindo-se especificamente a máquinas fabris menciona que “Os maquinismos de uma fábrica ligados ao solo ou encostados às paredes com parafusos chumbados para se não deslocarem durante o seu funcionamento não são partes integrantes, por poderem ser retirados quando avariarem ou forem substituídos sem

sofrer qualquer dano ou destruição do prédio.”²⁰ Concluimos assim que, na perspectiva da legislação portuguesa, as máquinas industriais surgem-nos como objectos móveis. Contudo, factores extrínsecos a um edifício conferem um valor patrimonial e cultural que a própria construção arquitectónica por si não teria. As fábricas recebem e mantêm uma importância cultural que não lhes advém apenas da arquitectura, mas do uso que nela se concentrou e que traduz valores culturais cuja potencialidade patrimonial depende grandemente da integração e interdependência físicas que o tempo e aquele mesmo uso fundiram no conjunto ou no sítio. Resulta daqui que ao fazer deslocar ou remover as máquinas e outros elementos do seu contexto original, este perde significativamente o seu sentido, contribuindo para a destruição irreparável de uma “camada sedimentar” do imóvel ou do sítio. Por outro lado, todos os objectos utilizados em meio fabril – entre outros, os instrumentos, as ferramentas, as máquinas de produção – devem ser documentados e estudados por si e em interacção quer com o contexto de produção, quer em relação ao espaço onde se integram, que lhes confere especificidade e sentido. Sobre este assunto, a *Carta Nizhny Tagil sobre o património industrial* (2003), no ponto 5, alínea a), refere: “La valeur et l’authenticité d’un site industriel peuvent être fortement réduites si les machines sont retirées ou si des éléments secondaires faisant partie de l’ensemble sont détruits.” Apesar de concordarmos com esta perspectiva, parece-nos, no entanto, que estes elementos – máquinas, instrumentos, entre outros elementos que caracterizam o espaço industrial – depois de serem devidamente documentados, devem ser deslocados quando esta solução for a única forma de assegurar a conservação e a integridade desses mesmos objectos.

De acordo com Louis Bergeron, importa também preservar o objecto imaterial, podendo os especialistas em património industrial desempenhar um papel determinante no seu conhecimento, salvaguarda e valorização. O património industrial encontra-se associado a

²⁰ O critério de parte integrante é o da ligação material ao imóvel com carácter de permanência e que não poderá separar-se sem haver destruição do objecto ou máquina, ou danificar o prédio.

memórias técnicas e sociais, que lhe atribuíram uma dimensão sociocultural e influenciaram de forma determinante os modos de vida do homem (quer se trate dos responsáveis pela sua criação técnica, quer dos seus produtores ou dos seus utilizadores), interagindo com e modificando o meio onde a indústria se inseriu. Na recolha da memória escrita e oral, ou na conservação da documentação técnica, a museologia é um instrumento fundamental da transmissão e recuperação de uma identidade profissional e social, prestando um importante contributo para a consolidação da identidade de uma comunidade local (BERGERON 1998: [1]).

2.3.2. Noções de sítio e de patrimonialização

Reportando-nos à definição emergente da *Convenção para a salvaguarda do património arquitectónico da Europa* (1985), os sítios são obras parcialmente construídas por acção do homem sobre a Natureza, constituindo espaços com interesse e valor “histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico”, integrando determinadas características que lhe emprestam identidade e que permitem proceder a uma delimitação topográfica (art.º 1º).

O estudo do património industrial assenta na noção de sítio, mais precisamente na documentação e na investigação duma actividade industrial respeitante a um determinado sítio. A natureza e o modo de produção, as fontes de energia e a evolução tecnológica verificada ao longo do tempo, a disposição das oficinas e de máquinas, de equipamentos industriais e de matéria-prima no espaço fabril e o princípio da organização do trabalho, são alguns dos factores que ditaram a repartição dos espaços (WORONOFF 1989: 449). A indústria deu lugar ao habitat operário agrupado, situado nas proximidades da fábrica e à construção de acessos e de vias de transporte para matérias-primas, produtos acabados e trabalhadores, aspectos que ajudam a moldar o tecido urbano e a área de envolvimento da unidade industrial, contribuindo para a transformação do território e para a construção da paisagem industrial.

O património industrial inscreve-se no quadro do património cultural, tanto pelo valor histórico da evolução da indústria, quanto pelas repercussões sociológicas e culturais que

acarreta, e ainda pela carga afectiva que traduz, colocada ao longo do tempo no objecto ou no sítio industrial e que o vai transformando em bem cultural, com o qual nos identificamos e que reconhecemos e assumimos como parte da nossa herança cultural.

“A memória colectiva condiciona a definição do conteúdo do(s) património(s), mantendo ou acrescentando uma herança cultural. O processo de patrimonialização decorre assim, fundamentalmente, das atitudes e da consciência expressas pela comunidade...” (FILIPE 2000: 283), em função das quais um dado objecto passa a pertencer, de facto, ao conjunto de bens designados por património.

2.3.3. Incorporação e musealização de património industrial

De acordo com Maria Olímpia Lameiras-Campagnolo, o conceito “musealizar” encontra-se associado ao acondicionamento de entidades singulares ou seriadas (entre as quais, os actos técnicos e fenómenos), enquanto “suportes de identificação significativa, plástica e semântica”, acumulada no âmbito das relações estabelecidas por essas “...entidades na situação em que foram concebidas, criadas, utilizadas, detidas, contempladas e depois localizadas, identificadas, seleccionadas” (LAMEIRAS-CAMPAGNOLO 1998: 188). Importa ainda, para que se concretize a “musealização”, transformar essas entidades em “bens museológicos”, ou seja, em “componentes conserváveis e apresentáveis de uma linguagem”, através da aplicação das funções museológicas, de conservação/documentação, exposição/interpretação e de outras, tais como o ensino, a edição e a investigação, integrando essas “...entidades numa dupla rede, técnico-logística e discursiva, de relações funcionais”, enquadradas jurídica e institucionalmente num museu (LAMEIRAS-CAMPAGNOLO 1998: 188).

Em 2004, o texto “Exposição de motivos” que fundamentava a proposta da Lei Quadro dos Museus²¹ referia que os museus portugueses tinham deixado de ter como único

²¹ O documento da Lei Quadro dos Museus a que nos referimos é a versão de 27.02.04, com alterações do âmbito do Ministério da Defesa Nacional, consultada em fase de discussão pública.

“...objectivo a salvaguarda e exposição de obras de arte e passaram a conservar a memória colectiva por formas mais alargadas, conservando e mostrando a história das comunidades, a evolução das ciências e das técnicas, as artes e ofícios tradicionais, as formas de vida das populações, especialmente das que habitam nos territórios envolventes. [...] passaram a dar resposta à procura da memória do passado e da compreensão das mutações sociais, económicas, culturais e ambientais que se foram verificando ao longo do tempo” (ponto 2), procurando salvaguardar também novos bens culturais entre os quais o património industrial, “...colocando-se aí problemas específicos como os da dimensão e características dos testemunhos a conservar” (ponto 5).

Como já referimos, a dimensão dos objectos industriais nem sempre permite a sua recolha e a sua integração no espaço físico do museu. Se considerarmos ainda a importância da sua interpretação em estreita relação com o respectivo contexto, compreendemos a necessidade e a progressiva tendência das entidades museológicas vocacionadas para a sua incorporação, em valorizar e divulgar o património industrial conservado *in situ*, preferencialmente em funcionamento. O recurso à musealização do local de produção permite a reconstituição de ambientes de trabalho e de funcionamento de máquinas, proporcionando a comunicação de diferentes abordagens técnico-industriais, bem como o estabelecimento do contacto directo e constante entre os visitantes e o património industrial de uma determinada comunidade.

Tendo em conta a generalização das preocupações patrimoniais que actualmente se fazem sentir e a identificação, selecção e amplitude de objectos musealizáveis, Henrique Coutinho Gouveia faz corresponder a musealização de um sítio à “...transposição de valores patrimoniais para o plano museológico, sem que, para isso tenham de ser deslocados do local onde se encontram” (GOUVEIA 1992: 87), respeitando a manutenção e conservação no local de testemunhos móveis com os quais se relaciona e que contribuem para a leitura e interpretação do sítio em si. O “...valor dos sítios como testemunhos reside em factores culturais ou ambientais que lhe são inerentes e que, mediante um programa de musealização

adequado, são objecto de pesquisa, conservação e interpretação” (GOUVEIA 1992: 94).

O mesmo autor sublinha ainda que a noção de musealização de sítio poderá não implicar a contextualização institucional e a estrutura complexa e exigente que um museu requer, mas apenas a aplicação de algumas modalidades de trabalho museológico como sejam a conservação e a interpretação (GOUVEIA 1992: 89-90), utilizando-se muitas vezes a exposição como modalidade interpretativa complementar permitindo o aprofundamento explicativo da natureza, da evolução e das transformações tecnológicas ocorridas ao longo do tempo, bem como dos aspectos sócio-económicos do trabalho desempenhado naquele sítio.

Não obstante a noção de musealização de sítio poder não representar a integração formal de um bem cultural no acervo do museu, podendo não se aplicar, portanto, a função museológica da incorporação, para Henrique Coutinho Gouveia a criação de museus de sítio “...pressupõe a criação de instituições autónomas com um modelo de organização e funcionamento idêntico ao dos restantes museus (GOUVEIA 1992: 95). Louis Bergeron acrescenta aos museus de sítio, os museus com um campo temático reportado a uma indústria, os ecomuseus e museus reportados a um território específico de intervenção, considerando que são estas estruturas museológicas que têm vindo a enquadrar na sua programação e no seu funcionamento, a gestão do património industrial, colocando em evidência o sistema de produção, a história do trabalho industrial e os produtos, em função do desenvolvimento tecnológico (BERGERON 1992: 271-280).

2.3.4. A investigação e a documentação no contexto do trabalho museal

De acordo com a Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto – aprovou a Lei Quadro dos Museus Portugueses – “...os bens culturais incorporados são obrigatoriamente objecto de elaboração do correspondente inventário museológico” (n.º 1, do art.º 15.º). Assim, no sistema museológico, as acções de inventariar, de registar e de classificar inserem-se na função museológica de documentação, que tem como objectivo registar os dados relativos aos objectos e às colecções

que constituem o acervo do museu “...que possibilitem aprofundar e disponibilizar informação sobre os bens culturais, bem como acompanhar e historiar o respectivo processo e a actividade do museu” (art.º 25.º). Trata-se de um processo dinâmico baseado no desenvolvimento de pesquisas conducentes à produção de conhecimentos sobre aspectos socioculturais que integraram a produção e a fruição dos objectos incorporados no museu.

Esta função encontra-se estreitamente relacionada com a função museológica de estudo e investigação que constitui o suporte científico das restantes funções museológicas – incorporação, inventário e documentação, conservação, segurança, interpretação e exposição, e educação (art.º 7.º) – contribuindo para “...estabelecer a política de incorporações, identificar e caracterizar os bens culturais incorporados ou incorporáveis e para fins de documentação, de conservação, de interpretação e exposição, e de educação” (art.º 8.º) e para o aprofundamento do estudo das áreas disciplinares que constituem a vocação do museu, ao valorizar o conhecimento dos acervos e dos patrimónios, e ao contribuir para a divulgação destes junto das populações.

O museu, ao adquirir um testemunho industrial e ao aplicar-lhe as funções museológicas de inventário e documentação, recolhe um certo número de informações não só referentes às características físicas específicas do objecto, à sua produção, função e uso, mas também em relação ao espaço e à comunidade onde se insere, bem como à sua contextualização e aos aspectos socio-económicos e culturais que lhe estão associados.

Os dados de recolha e do trabalho de campo que antecede a incorporação, a identificação e as informações respeitantes ao seu contexto histórico e cultural, bem como todas as referências patrimoniais do objecto, devem ser introduzidos nos instrumentos documentais de registo – onde serão associadas aos elementos de ingresso administrativo – constituindo elementos fundamentais para a consolidação do conhecimento reportado ao objecto e à sua interpretação.

Torna-se portanto indispensável que o museu disponha de um sistema de documentação no qual figurem todos os dados inerentes ao objecto recolhido, devendo a documentação ser objecto de um trabalho planificado e continuado, segundo uma actuação normalizada e

realizado por pessoal qualificado e sob controlo do museu, para que os critérios de documentação não se tornem irregulares ou subjectivos e evoluam de forma controlada.

Sob a perspectiva do estudo e investigação, o objecto museal, testemunho material e reflexo de uma sociedade e de uma cultura, é portador de informação de carácter dinâmico, passível de diferentes abordagens e interpretações por diferentes especialistas das diversas disciplinas. Só documentando e estudando o objecto de uma forma interdisciplinar, interpretando-o e explicando o contexto cultural e histórico que esteve na sua origem, se pode perspectivar uma comunicação eficaz e passível de ser aceite e entendida pelos diferentes utilizadores do museu. Cabe a este, tendo em vista o cumprimento das razões específicas da sua existência e dos seus objectivos, programar, implementar e desenvolver as políticas e métodos de investigação que julgue mais adequados à correcta identificação, análise e compreensão dos objectos, contribuindo assim para a sua correcta interpretação, contextualização e divulgação.

O conjunto de referências de natureza legislativa e normativa no âmbito da salvaguarda de património industrial, bem como a apresentação dos problemas que se colocam à sua transposição para o plano museológico, enquadram e perspectivam uma melhor compreensão da emergência de iniciativas promotoras da identificação, da inventariação e da valorização e, em algumas situações, da documentação, da investigação, da conservação e da musealização de património industrial em Portugal, que seguidamente iremos apresentar.

3. EXPOSIÇÕES E INVENTÁRIOS – EXPERIÊNCIAS E PROJECTOS MARCANTES PARA O CONHECIMENTO DE PATRIMÓNIO INDUSTRIAL EM PORTUGAL

3.1. Um centro industrial com projecção e importância nacionais: Tomar

Em 1975, a então Direcção-Geral do Património Cultural²² foi alertada para a existência de um importante espólio no estabelecimento industrial da Companhia da Fábrica de Fiação de Tomar, incluindo vasta documentação, que importava preservar e salvaguardar (COSTA 1979: [65])

A unidade fabril da Companhia da Fábrica de Fiação de Tomar teve origem, em 1789, na sociedade de Jácome Ratton & Filho com Timotheo Lecussan Verdier, para a instalação de um estabelecimento industrial de fiação de algodão, então denominado Real Fábrica de Fiação de Tomar. Podemos considerar esta unidade industrial um importante testemunho não só do fenómeno da introdução de processos de manufactura experimentados noutros países e de inovações mecânicas e tecnológicas no sector da fiação, como também da adaptação e utilização de novas energias. No decurso da sua história aplicou as energias a sangue, hidráulica e a vapor, tendo sido a primeira fábrica a trabalhar com iluminação eléctrica em Portugal (GUIMARÃES 1976: V), evidenciando-se ainda pela qualidade dos seus produtos.

Ao longo do século XIX foram promovidas exposições sobre as actividades económicas relacionadas com a agricultura e com a indústria em Portugal, procurando divulgar os progressos técnicos verificados nas fábricas do país e promover a venda de produtos nacionais. Às sociedades e associações de interesses agrícolas, industriais e comerciais ficou a dever-se a organização de exposições nacionais de indústria, consideradas uma das formas mais eficazes de promover e incentivar o desenvolvimento económico do país, dando a conhecer as tecnologias, as máquinas, as técnicas e os processos industriais já experimentados noutros países (MATOS 1998: 188-189). Estas iniciativas foram encaradas

²² Em 1975 foi criada a Secretaria de Estado da Cultura, ascendendo a parte da tutela do património cultural à categoria de direcção-geral: a Direcção-Geral do Património Cultural.

como “...fontes de progresso das artes e das indústrias [e] consideradas como um forte contributo para o aperfeiçoamento profissional dos trabalhadores, o incremento do consumo e o aumento da produção” (GOUVEIA 1980: 9), para além do seu valor didáctico e formativo, especificamente destinado à população trabalhadora.

Estas mesmas preocupações de carácter pedagógico e cultural, aplicadas ao ensino industrial e técnico que então se procurava organizar e implementar, nortearam a criação dos museus de indústria no Portugal Oitocentista. Poderemos talvez considerar que, à semelhança do que aconteceu noutros países e um pouco por toda a Europa²³, os museus de indústria do século XIX, em Portugal, beneficiaram também de alguma experiência no âmbito da organização de iniciativas de exposições de índole industrial, procurando apresentar nos museus, então criados, os processos de fabrico, as máquinas, os modelos e os produtos nacionais que tinham obtido a nível nacional e mesmo internacional, uma imagem de qualidade, o que permitia demonstrar as possibilidades da indústria nacional e dos produtos portugueses no mercado externo.

O timbre de carta comercial da Companhia da Fábrica de Fiação de Tomar, na década de 70 do século XX, informa-nos que a fábrica adquirira “As mais altas recompensas em todas as exposições a que tem concorrido desde 1855”²⁴. Não é, pois, de estranhar que a divulgação e o reconhecimento do prestígio dos seus produtos, premiados no âmbito destes certames, tenham contribuído para que, ainda no século XIX, este estabelecimento industrial reunisse um conjunto de objectos que integrou a exposição do Museu Industrial e Comercial do Porto, fundado por Decreto de 24 de Dezembro de 1883 (o qual também criou os museus industriais e comerciais

²³ Para Jorge Custódio os “Museus industriais são, pois, fruto da experiência adquirida naqueles certames [exposições industriais] e surgem como instituições com uma determinada vocação, quer para o exterior (mercado externo) quer para o interior (mercado interno pedagogia, história das técnicas)” (CUSTÓDIO [et al] 1991: 9).

²⁴ Os produtos da Fábrica de Fiação de Tomar distinguiram-se na Exposição Universal de Paris (1855), na Exposição de Filadélfia (1876) e na Exposição Industrial Portuguesa (1888), entre outros eventos da mesma natureza em que esteve representada.

de Lisboa e Porto)²⁵. Os principais objectivos dos museus industriais do século XIX foram os de promover a instrução da população trabalhadora, procurando implementar o ensino industrial, de forma a contribuir para um incremento generalizado da indústria.

3.1.1. Projecto do Museu da Fábrica de Fiação de Tomar

Na segunda metade do século XX, o Eng.º João Miguel dos Santos Simões (1907-1972), então proprietário e director técnico da Fábrica de Fiação de Tomar, para além do propósito de divulgar uma monografia sobre a história deste estabelecimento fabril – numa altura em que a fábrica se preparava para comemorar o seu segundo centenário (1771-1971) – tencionava organizar o *Museu Histórico da Fábrica de Fiação de Tomar*, aproveitando o vasto arquivo histórico da empresa e a biblioteca especializada que a fábrica mantinha, para além de amostras de produtos e de algumas máquinas e equipamentos industriais mais antigos. Importa aqui referir o papel relevante desempenhado por Santos Simões no quadro patrimonológico e museológico nacional. Da sua formação académica salientamos, para além do estudo dos têxteis realizado no *College of Technology* de Manchester, a licenciatura, em 1926, em engenharia têxtil na *École Supérieure de Filature et Tissage de Mulhouse*, em França.

Sediando a sua actividade profissional em Tomar, João Miguel Santos Simões participou activamente na vida cultural da cidade, onde foi superintendente do Convento de Cristo, director do Museu Luso-Hebraico e delegado da Comissão de Arte e Arqueologia. Sempre que a actividade profissional o permitia, dedicou-se ao estudo da azulejaria. Evidenciando-se o seu trabalho de investigador nesta área. Devido aos seus conhecimentos nesta área, foi convidado a organizar a secção de cerâmica do Museu Nacional de Arte Antiga. Em 1950 organiza uma exposição sobre o quinto Centenário do Nascimento da Rainha D. Leonor, no Convento da Madre

²⁵ O Museu Industrial e Comercial do Porto foi extinto no final do século XIX pelo Decreto de 23 de Dezembro de 1899, na sequência do qual o acervo foi desmembrado (VASCONCELOS 1983: 48-51).

de Deus, em Lisboa, iniciativa que seria conducente à instalação neste local de um museu dedicado ao azulejo português, no qual participou activamente, a partir de 1960.

Entre a multiplicidade das suas actividades foi ainda membro fundador da Associação Portuguesa dos Amigos dos Moinhos, em Lisboa. No ano seguinte à fundação daquela associação, em 1965, J. M. Santos Simões publicou na *Revista Municipal de Lisboa* um pequeno artigo com o propósito de alertar a opinião pública para a situação de abandono e de degradação em que se encontravam os moinhos de vento localizados na Ajuda, em Lisboa. Contribuiu para o estudo histórico e o desenvolvimento do levantamento destas estruturas moageiras, muitas das quais em estado de abandonado ou ruína, de acordo com os objectivos principais da Associação Portuguesa dos Amigos dos Moinhos: “...promover por todos os meios legais a protecção e a conservação dos engenhos tradicionais utilizando a energia eólica ou hidráulica – Moinhos de Vento e de Água – existentes no território português, e, bem assim, estudar a sua história, evolução tecnológica e características etnográficas que constituem a disciplina da Molinologia” (ASSOCIAÇÃO... 1965a: 3-4).

No mesmo artigo, Santos Simões faz alusão ao “primoroso pequeno estudo” intitulado *Archeologia Industrial Portuguesa – Os Moinhos* (1896), da autoria de Sousa Viterbo²⁶, em que este defendia a criação de uma estrutura museológica que apresentasse “...todos os processos e todos os instrumentos e aparelhos seguidos e adoptados desde os tempos mais remotos até aos nossos dias. O museu que realizasse semelhante ideia seria a escola mais instrutiva do mundo” (VITERBO 1896: 3). O seu discurso integra-se claramente no pensamento museológico português dos finais do século XIX no que se reporta a museus industriais, sobretudo ao fundamentar as suas preocupações na conservação e na exposição ao público das máquinas (deslocadas do seu contexto industrial para o interior de um espaço

²⁶ Francisco de Sousa Viterbo (1845-1910) licenciado na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa e tendo servido na Armada como médico-naval, acabaria por abandonar a medicina para se dedicar à arqueologia, passando a ensinar, a partir de 1881, na Academia de Belas-Artes de Lisboa. Evidenciando-se nas actividades de poeta, jornalista e de historiador, foi um dos primeiros estudiosos nacionais a dedicar-se à história das indústrias portuguesas (TORRES 1985: 337-339).

museológico) com o objectivo da sua exploração pedagógica e a divulgação de inovações técnicas e industriais que lhes estavam associadas.

Conforme estudo efectuado por Paulo Oliveira Ramos²⁷, em 30 de Abril de 1966, Santos Simões proferiu uma conferência onde – decorridos setenta anos após Sousa Viterbo ter usado pela primeira vez a terminologia – voltou a aplicar a expressão “arqueologia industrial”, escrevendo a este propósito: “Em todos os países civilizados se tem desenvolvido extraordinário interesse pela investigação histórica das técnicas, particularmente daquelas que estão na base das realizações industriais dos nossos dias [...] salientando por forma especial os raríssimos e verdadeiramente extraordinários Moinhos de Maré, hoje universalmente considerados como arquétipos [que] tem de ser urgentemente classificados como Monumentos Nacionais.”²⁸ (RAMOS 2003: 205). Sabemos, portanto, que Santos Simões admirava o estudo de Sousa Viterbo sobre os moinhos portugueses, e conhecia a noção de Sousa Viterbo de arqueologia industrial²⁹.

Compreendemos assim o interesse de Santos Simões em salvaguardar através da organização de um “museu” – área em que detinha uma preciosa experiência quer no campo da investigação, quer a nível da organização museológica e museográfica – os testemunhos industriais de uma fábrica bicentenária, cuja qualidade dos produtos tinha sido amplamente reconhecida em diversas exposições de âmbito nacional e internacional,

²⁷ No âmbito de dissertação de doutoramento, *A princesinha branca e esbelta e o dragão negro e rotundo. Um estudo de história do património de Lisboa. 1888 – Anos 50*, Paulo Oliveira Ramos teve oportunidade de estudar a documentação do Arquivo Histórico da Associação dos Arqueólogos Portugueses, de que J. M. Santos Simões foi sócio efectivo, participando nos trabalhos da Secção de História.

²⁸ Na década de 70 do século XX, várias associações locais de defesa do património desenvolveram trabalho no âmbito do levantamento de moinhos eólicos e hidráulicos. Os primeiros moinhos de maré a beneficiarem de protecção legal foram os dez moinhos de maré do concelho do Seixal, classificados como Imóveis de Interesse Público pelo Decreto N.º 29/84, de 25 de Junho (ver Anexo 1: Cronologia).

²⁹ Apesar de se dever a Sousa Viterbo a introdução em Portugal, no século XIX, do termo “arqueologia industrial”, esta revestia um significado mais restrito do que aquele que lhe foi atribuído a partir de meados do século XX, por autores britânicos. Vivendo num período de grandes transformações industrial e social que alteraram a paisagem e os modos de vida no nosso país, Sousa Viterbo apelava ao inventário de todos os vestígios das antigas “... indústrias caseiras, suplantadas tão despoticamente pela omnipotência da machina [ou da maquinofactura]” (VITERBO 1912: 40-41).

Em 1886, o autor manifestou veementemente esta posição ao insurgir-se contra a Fábrica de Gás de Belém, então instalada junto à Torre de S. Vicente, em Lisboa, referindo-se-lhe como “...objecto duma archeologia repugnante, como um parasita detestável, como um invejoso perverso [que] caia aos bocados, cheio de ferrugem, cheio de lepra, carcomido, andrajoso, como tronco fulminado por Deus!” (RAMOS 2003: 117-118).

com uma história empresarial notável à qual a sua própria família estava indissociavelmente ligada. Contudo, este será, porventura, um dos interesses menos conhecidos na figura multifacetada do Eng.º Santos Simões.

Mercê do interesse deste investigador e industrial em preservar os objectos e documentação histórica da Fábrica de Fiação de Tomar e, após o seu falecimento, ocorrido em 1972, graças à acção de alguns antigos trabalhadores que continuaram empenhados na recolha e na salvaguarda de testemunhos industriais, "...a própria empresa constituiu um núcleo composto por um arquivo e um museu" (COSTA 1979: [65]). Os objectos recolhidos em meio industrial, considerados obsoletos por uma indústria que tecnologicamente se modernizara, para além de indispensáveis ao estudo da história da empresa, destinavam-se à constituição de um espólio que integrasse o projecto do Museu da Fábrica de Fiação de Tomar. Entre outros objectos, foram recolhidos antigos teares e urdideiras, para além de variada documentação proveniente do arquivo empresarial.

Em 1975, por intervenção de Manuel da Silva Guimarães³⁰ foi dado conhecimento à Direcção-Geral do Património Cultural da existência deste importante espólio na fábrica. Constituiu-se então uma Comissão de Instalação do Museu da Fábrica de Fiação de Tomar (CIMFFT), sob o patrocínio da Secretaria de Estado da Cultura, composta por Fernando Marques da Costa (tradutor correspondente da Biblioteca Nacional de Lisboa, requisitado em representação da Secretaria de Estado da Cultura), Manuel da Silva Guimarães (bibliotecário da Biblioteca Municipal de Tomar) e Artur do Cruzeiro Seixas (artista plástico). Considerava-se assim que participavam na CIMFFT, respectivamente, um técnico para o estudo do espólio sob os pontos

³⁰ Manuel da Silva Guimarães foi autor de *História de uma fábrica. A Real Fábrica de Fiação de Thomar*, monografia que retrata a história da empresa desde a sua instalação na antiga vila até ao estabelecimento da Real Companhia da Fábrica de Fiação de Tomar, em 1873.

de vista da investigação e do tratamento arquivístico, um assessor para problemas relativos à Fábrica de Fiação de Tomar e um “museografo”³¹.

Em ofício de Marques da Costa dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Tomar, datado de 28 de Julho de 1978, aquele informava que a Secretaria de Estado da Cultura nomeara a Comissão com o objectivo de proceder ao estudo e à instalação de um Museu Industrial a partir do núcleo³² inicial da Fábrica de Fiação de Tomar. A partir desta concepção pretendia-se levar por diante toda uma actividade cultural, museológica e de investigação sobre as evidências e as tradições industriais concelhias.

As tarefas iniciais da Comissão seriam as de inventariar e documentar, estudar, conservar e divulgar o espólio de reconhecido valor histórico e tecnológico que fora seleccionado pela fábrica, e que a empresa mantivera no seu espaço. A par da formação do museu, uma das preocupações principais da Comissão foi a de salvaguardar o arquivo empresarial. Fernando Marques Costa foi especificamente requisitado para o tratamento arquivístico do material e para a elaboração duma publicação sobre o assunto.

Em relatório datado de 15 de Agosto de 1977³³, Marques da Costa descrevia a situação em que se encontrava o espólio da fábrica destinado ao futuro museu. O pavilhão que então albergava os objectos e a documentação, localizado no interior da área fabril, encontrava-se organizado em três secções: uma secção ocupada por uma das oficinas da fábrica ainda em actividade, tendo-se instalado nas restantes o arquivo e o museu, cujos espaços comunicavam através de um vão de porta, ocupando uma área total de 426 m². Eram consideradas preocupantes, quer as condições de conservação dos objectos industriais e dos documentos gráficos em suporte de papel, quer a qualidade de construção do edifício,

³¹ Em relatório realizado pela Comissão (1978.08.25), a função de Cruzeiro Seixas no projecto foi definida como “museografo”, dado que a ele competia a apresentação cénica dos objectos no espaço do museu.

³² Dado que a documentação emanada pela Comissão de Instalação do Museu da Fábrica de Fiação de Tomar utilizou a terminologia *núcleo* para designar o espólio presente na Fábrica de Fiação de Tomar, decidimos manter esta mesma terminologia ao longo do texto que se refere à iniciativa.

³³ COMISSÃO de Instalação do Museu da Fábrica de Fiação de Tomar – *Relatório. 1977.08.15. [à] Direcção-Geral do Património Cultural. [dactilografado]. 1977. p.6. Acessível na APAI. Lisboa.*

que se considerava desadequado para albergar o espólio, pelo que se solicitavam as necessárias intervenções à Direcção-Geral do Património Cultural, desde logo, no edifício. O espaço onde se encontravam os objectos também não oferecia quer as necessárias condições técnicas e de tratamento, nem de acesso. Pelas razões apresentadas, desde o início do projecto que se previu a construção de um novo edifício para instalar o museu e o arquivo³⁴.

Entre os vários problemas de conservação de que enfermava o volumoso arquivo histórico – constituído, por obras encadernadas e documentação avulsa³⁵, atingindo um volume aproximado de 30 m³ – foram salientados o incorrecto acondicionamento dos manuscritos não encadernados e a necessidade urgente de restauro dos materiais. Apesar desta situação, e dada a atenção e o interesse com que os investigadores nacionais patenteavam este arquivo empresarial, impunha-se a realização de uma publicação sobre o Arquivo da Real Fábrica de Fiação de Tomar, valorizando e divulgando o trabalho arquivístico e, simultaneamente, de conservação, então em curso.

O Decreto-Lei n.º 429/77, de 15 de Outubro, reconheceu a importância de que se revestiam “...certos arquivos de empresas privadas, e em particular das de maior antiguidade³⁶, relevância económica ou influência política, para o correcto conhecimento histórico da época contemporânea”, bem como o facto destes fundos documentais poderem constituir um acervo cultural, histórico ou científico importante. Assim, determinou a inalienabilidade e

³⁴ Cf. COSTA, Marques da – [Ofício] 1978.07.28 [ao] Presidente da Câmara Municipal de Tomar. [dactilografado]. 1978. Acessível na APAI. Lisboa.

Encontravam-se em debate as possíveis localizações para instalação do museu, entre as quais a construção de um edifício de raiz em terreno oferecido pela Companhia da Fábrica de Fiação de Tomar, opção de que a Câmara Municipal de Tomar discordava em absoluto, propondo, por seu lado, integrar o museu num equipamento polivalente de cultura que a Câmara pretendia construir. Outra hipótese a considerar seria a recuperação do edifício devoluto do Convento de S. Francisco, para aí instalar, para além de vários equipamentos municipais, o museu industrial. Esta tinha sido uma sugestão aventada pelo Centro de Estudos e Protecção do Património da Região de Tomar, entidade que no ano anterior tinha pedido a classificação do edifício.

³⁵ COMPANHIA da Fábrica de Fiação de Tomar, SARL – [Ofício] 1978.07.5 [a] Companhia de Seguros Portuguesa Previdente. [dactilografado]. 1978. Acessível na APAI. Lisboa.

Pretendia-se o transporte do arquivo histórico da Fábrica de Fiação de Tomar para a Biblioteca Nacional para proceder a um expurgo. No ano anterior, em 21 de Novembro de 1977, a Comissão apresentou à Direcção-Geral de Património Cultural uma lista de documentos catalogados pertencentes ao mesmo museu da Fábrica de Fiação de Tomar, na qual constavam cento e oitenta e cinco espécies.

³⁶ O Decreto-Lei n.º 429/77, de 15 de Outubro, no seu art.º 3º, abrangia as empresas constituídas há mais de vinte e cinco anos e com capital social superior a 50 000 contos.

insusceptibilidade de “...saírem do território nacional os arquivos ou bens culturais, históricos ou científicos das empresas privadas, nacionais ou estrangeiras, que, pela sua antiguidade, relevância económica ou influência política hajam tido grande projecção na vida nacional em qualquer tempo” (n.º 1 do art.º 1º), responsabilizando os respectivos órgãos de direcção das empresas pela conservação da documentação (n.º 2 do art.º 1º)³⁷.

Em 21 de Novembro de 1977, a Comissão apresentou à Direcção-Geral de Património Cultural uma lista dos objectos limpos e reparados pertencentes ao Museu da Fábrica de Fiação de Tomar que ascendia a trinta e seis peças, entre máquinas da indústria têxtil e elementos ligados às infra-estruturas energéticas da fábrica³⁸.

3.1.2. Primeira Exposição de Arqueologia Industrial

Procurando sensibilizar a população e as empresas sediadas no Concelho de Tomar para a importância histórica e cultural do seu património industrial, “...a Comissão lançou [em 1976] a ideia de realização de uma exposição para dinamizar junto da população o museu em estudo e conseguir até algumas peças.”³⁹ Esperava-se que esta iniciativa cultural incentivasse doações de materiais – objectos, produtos da fábrica e documentação – efectuadas pela comunidade local ao futuro museu de indústria.

³⁷ Este decreto exclui os arquivos históricos das empresas públicas e nacionalizadas, situação que a Lei N.º 107/2001, de 8 de Setembro, procura de certa forma colmatar, salientando que o património arquivístico integra “...todos os arquivos produzidos por entidades de nacionalidade portuguesa que se revistam de interesse cultural relevante” (n.º 1 do art.º 80.º).

No entanto, não define especificamente em que tipo de arquivos deverá esta documentação gráfica ser incorporada. O Decreto-Lei n.º 47/2004, de 3 de Março, procurou resolver esta dificuldade ao estabelecer que, no que se refere a documentação produzida por serviços da administração central do Estado, bem como por empresas públicas de âmbito nacional (alíneas a) e b) do art.º 3º), que constituam arquivos de reconhecido valor histórico que não se encontrem devidamente organizados e de acesso público, poderão ser incorporados nos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (n.º 1 do mesmo artigo), ou nos arquivos distritais, com o objectivo de os preservar, defender, valorizar e comunicar.

³⁸ Ver em Anexo 3 a reprodução de ficha de inventário de objectos do Museu da Fábrica de Fiação de Tomar.

³⁹ COMPANHIA da Fábrica de Fiação de Tomar, SARL – [Ofício] 1978.07.5 [a] Companhia de Seguros Portuguesa Previdente. [dactilografado]. 1978. [p. 11]. Acessível na APAI. Lisboa.

Dois anos mais tarde, foi apresentada a *Primeira Exposição de Arqueologia Industrial*, exposição temporária realizada no edifício da geradora eléctrica da firma Mendes Godinho⁴⁰, na Levada de Tomar⁴¹. A este propósito, em carta pessoal dirigida a Fernando Marques Costa, em Julho de 1978, Cruzeiro Seixal declarava: “Quanto à sua sugestão de que a exposição seja de Arqueologia Industrial, não era essa em princípio a minha ideia, mas estando embora bastante afastado dessa problemática, não vejo que lhe oponha, a não ser que ainda me parece pobre o conjunto de peças de que dispomos.”⁴² Inaugurada a 13 de Outubro de 1978, a exposição foi concebida como “experiência piloto” (COSTA 1978: [10]) em Portugal apresentando alguns objectos seleccionados do espólio da fábrica.

Tomadas as necessárias medidas no âmbito da conservação dos objectos e da documentação e projectando a realização de uma exposição que, de certa forma, poderia ajudar a divulgar e a consolidar o projecto do museu, a CIMFFT confrontou-se com problemas de outra ordem. Através do relatório da CIMFFT dirigido à Direcção-Geral do Património Cultural, datado de 25 de Agosto de 1978⁴³, eram mencionadas como principais dificuldades: a inexistência de qualquer tipo de definição dos termos em que o espólio do Museu e do Arquivo da Real Fábrica de Fiação de Tomar era entregue pela empresa aos cuidados da Secretaria de Estado da Cultura, a falta de uma inventariação completa dos objectos, existindo apenas uma inventariação parcial da documentação do arquivo empresarial e, sobretudo, o facto de não haver “...nenhuma oficialização da formação do museu nem tão pouco uma Comissão instaladora”⁴⁴. Portanto, tornava-se problemático negociar os termos de cedência do espólio da

⁴⁰ Em 1912 deu-se início a laboração da fábrica de moagens *A Portugália* de Manuel Mendes Godinho, no local dos antigos *Lagares d'El Rei*, na Levada de Tomar. No ano seguinte, este empresário comprou os restantes lagares e moinhos que ficavam próximo do seu estabelecimento industrial, dando origem à formação de um importante conjunto industrial no concelho de Tomar.

⁴¹ Como iniciativa complementar, a Comissão pretendia ainda montar uma estrutura itinerante, essencialmente didáctica que, durante a duração da exposição temporária, percorresse algumas freguesias do concelho de Tomar.

⁴² O pequeno número de objectos expostos e a modéstia da exposição será, de facto, uma das críticas apontadas pelos visitantes da exposição.

⁴³ COMISSÃO de Instalação do Museu da Fábrica de Fiação de Tomar – *Relatório*. 1978.08.25. [dactilografado]. 1978. [34 p.]. Acessível na APAI. Lisboa.

⁴⁴ O despacho do senhor Secretário de Estado da Cultura refere-se apenas à nomeação de uma Comissão para a organização de um museu [ofício n.º 7041 – 17/5/78 da Direcção-Geral].

empresa, não estando este minimamente identificado e documentado e não se encontrando as competências da CIMFFT devidamente reconhecidas. Estes aspectos dificultaram bastante a acção da CIMFFT, que sentiu, inicialmente, alguma apreensão por parte da Companhia da Fábrica de Fiação de Tomar em reconhecer e aceitar a legitimidade da sua actuação.

Para além destes problemas perfilavam-se outros de ordem conceptual, relacionados com o âmbito do próprio museu. Assim, em reunião havida, em 21 de Dezembro de 1977, na Direcção-Geral de Património Cultural, em Lisboa, com a presença da CIMFFT, do presidente da Câmara Municipal de Tomar e de um representante do Ministério das Obras Públicas (presença necessária devido a obras previstas para instalação do museu), fora acordado que o Museu seria de âmbito nacional. Contudo, as reflexões da Comissão tinham-na levado a questionar a sua pertinência. O núcleo da Fábrica de Fiação de Tomar não era encarado como o único núcleo de arqueologia industrial já organizado naquele Concelho e, por outro lado, um dos objectivos do projecto era o de incluir os espólios industriais da região, ou mesmo de outras regiões do país, no futuro museu. Logo, a CIMFFT questionava-se se seria lícito denominá-lo “Museu Nacional da Fábrica de Fiação de Tomar”, com base apenas no facto do trabalho de estudo e instalação desta unidade museológica se havia iniciado no núcleo da Fábrica de Fiação de Tomar. Questionava a preferência por procurar uma definição “...englobante que permitisse a defesa e a articulação dos diferentes núcleos existentes lançando até uma experiência e inédita a nível nacional?”⁴⁵

Embora a Comissão não chegasse a propor qual seria a terminologia “englobante” que definiria o museu, reportava-se a experiências realizadas nesta área em países estrangeiros (sem mencionar quais), referindo que, nesses casos, “...a partir dos núcleos museográficos e das peças preservadas *in situ* é possível elaborar roteiros por regiões com larga audiência de turismo quer interno quer externo.” O relatório concluía ponderando que a cidade de

⁴⁵ COMISSÃO de Instalação do Museu da Fábrica de Fiação de Tomar – *Relatório*. 1978.08.25. [dactilografado]. 1978. [p.4]. Acessível na APAI. Lisboa.

“...Tomar parece reunir condições para levar por diante uma exposição piloto de um Museu Industrial – Arqueologia Industrial, já que possui vários núcleos preservados, distintos entre si, e a possibilidade de desenvolver uma pesquisa complementar que complete o levantamento do concelho visando a definição da primeira carta concelhia de Arqueologia Industrial.”⁴⁶

Outra dificuldade sentida dizia respeito à falta dos recursos humanos especializados para desenvolver as acções necessárias, pelo que se encontrava em fase de contratação de serviços um investigador especializado em arqueologia industrial.

Em carta dirigida a Cruzeiro Seixas e datada de Tomar, a 25 de Outubro de 1978, Fernando Marques da Costa explicava a sua perspectiva pessoal sobre o futuro museu, afirmando que a entidade museal a ser criada devia ser encarada como centro de investigação de âmbito distrital quanto ao levantamento do terreno, mas de âmbito nacional quanto ao apoio técnico a esse levantamento, trabalhando em articulação com centros universitários e de investigação histórica e técnica. O museu organizar-se-ia através da implementação de diversos serviços: o centro de tratamento museográfico, o serviço de relações públicas e de dinamização cultural que, articulado com a Secretaria de Estado do Turismo e Secretaria de Estado do Ambiente, organizaria campanhas de dinamização e de valorização do Património Histórico-Industrial. Existiriam ainda os serviços de apoio: a secretaria, o gabinete técnico (com arquitectos, desenhadores e um engenheiro de máquinas) e a biblioteca. Um dos principais objectivos do museu seria ainda a conservação em funcionamento de máquinas para fins pedagógicos, mantendo ainda núcleos museográficos locais junto das unidades fabris que possuíssem objectos musealizados que, obrigatoriamente, deviam ser preservados no próprio local.

Tendo em mente o projecto de organização e de instalação do futuro Museu da Fábrica de Fiação de Tomar, foi inaugurada em Outubro de 1978 a *Primeira Exposição de Arqueologia Industrial*, em Tomar, sob a coordenação de Fernando Marques da Costa (CUSTÓDIO 1979:

⁴⁶ Idem, [p. 6].

[5]). O texto “Da revolução industrial à consumatividade”, de Fernando Marques da Costa, inserido no catálogo da exposição⁴⁷, apontava como principal objectivo a constituição de um espólio representativo da Companhia de Fiação de Tomar, que, de certa forma, garantisse a instalação do futuro Museu da Fábrica de Fiação de Tomar, considerado como um importante recurso para a dinamização do turismo e para o desenvolvimento local e, a partir da constituição desta colecção, de carácter privado, tornar “...possível organizar um núcleo museográfico que integre culturalmente este espólio e dinamize a partir dele o estudo da Arqueologia Industrial concelhia, articulando em sucessivos projectos de investigação móveis, outros espólios existentes.” (COSTA 1978: [11]). Também se preconizava que, pelo estudo e interpretação dos vestígios materiais desta e de outras fábricas, seria possível encontrar as linhas orientadoras da industrialização (ou de desindustrialização) da região, ou dos diferentes ramos industriais.

No mesmo texto, Fernando Marques da Costa caracterizava o espólio reunido, que distinguia em duas grandes áreas: o arquivo (constituído pelo arquivo histórico empresarial, que cronologicamente incidia, sobretudo, no período entre 1870 e 1925; arquivos de antigos proprietários; documentação iconográfica; biblioteca especializada e debuxos originais) e a produção, integrando maquinaria de finais do século XIX e do século XX, acessórios e peças diversas, matrizes de estampagem e amostras de tecidos produzidos na fábrica.

O plano da exposição incluiu integração dos equipamentos existentes no edifício da central eléctrica da firma Mendes Godinho. Devido ao escasso número de objectos expostos, o próprio edifício da empresa Mendes Godinho impunha a sua presença, atraindo o interesse dos visitantes pelas características do espaço.

⁴⁷ Esta iniciativa cultural deu origem, em 1978, a dois produtos de divulgação da iniciativa – um cartaz (ver Anexo 4), e um catálogo – edições que, tal como a exposição propriamente dita, contaram com o apoio da Secretaria de Estado da Cultura. No catálogo da exposição inscreveram-se trinta e três entradas, abrangendo documentos do arquivo empresarial, documentação iconográfica, distinções obtidas em diversas exposições industriais nacionais e internacionais, um mostruário de fiados (proveniente da Real Fábrica de Fiação de Tomar, participou em várias exposições nacionais no final do século XIX), para além de outros objectos e equipamentos da fábrica, entre os quais destacamos: uma urdideira Sucker Grunberg, um tear de meias de Ge.^o Blackburn & C.^o MaKers, Nottingham (1884) e uma urdideira John M. Summer & C.^o, Manchester (1885).

Apesar da Comissão se encontrar ciente de que a investigação estaria na génese de um programa de musealização do espólio pertencente à Fábrica de Fiação de Tomar, a exposição limitou-se a dar a conhecer através de objectos e documentos seleccionados – devido à sua singularidade, representatividade, interesse histórico e técnico – o seu potencial museológico. Pretendia-se que a exposição sensibilizasse os públicos para a preservação destes testemunhos industriais, constituindo o primeiro passo para a criação de um museu industrial em Tomar.

Durante o decorrer da exposição, nos finais de Novembro de 1978, a Fábrica de Fiação de Tomar encerrou o que, por um lado, impossibilitou o acesso ao edifício que acolhia o museu que, como já referimos, se localizava no interior da área fabril, dada a intervenção da Comissão de Trabalhadores, proibindo a entrada na fábrica. Por outro lado, tal decisão dificultou o retorno imediato das peças ao museu, após o encerramento da exposição.

Com efeito, o último relatório da CIMFFT a que tivemos acesso, datado de Junho de 1979⁴⁸, salientava um outro acontecimento importante neste processo: a apresentação da proposta de viabilização do projecto do museu, após a desintervenção da fábrica pelo Estado, em Fevereiro de 1979. O relatório reconhecia vários problemas a resolver, sendo um dos principais a clarificação da situação jurídica do espólio da Fábrica de Fiação de Tomar. Devido à necessidade de se estabelecerem negociações sobre a aquisição do espólio do museu com a entidade privada – a empresa – tornava-se cada vez mais premente e necessária a realização da inventariação do espólio. Porém, não chegaram a ser concluídas as negociações entre os representantes da empresa e a Direcção-Geral do Património Cultural.

Consideramos que apesar da não concretização do projecto de instalação do Museu da Fábrica de Fiação de Tomar, tendo para tal concorrido a conjuntura de instabilidade política, económica e social vivida no pós-25 de Abril, a acção da CIMFFT não só chamou a atenção – sobretudo, com a realização da exposição – para a salvaguarda, preservação e divulgação de equipamentos

⁴⁸ COMISSÃO de Instalação do Museu da Fábrica de Fiação de Tomar – *Relatório semestral de actividade no âmbito do projecto do Museu da Real Fábrica de Fiação de Tomar. 1979.06.12* [dactilografado]. 1979. [3 p.]. Acessível na APAI. Lisboa.

técnicos e industriais relacionados com a indústria de fiação e tecelagem que corriam o risco de vir a desaparecer a breve trecho, como contribuiu para a sensibilização, o interesse e a divulgação de um novo campo de estudo no nosso país – a arqueologia industrial⁴⁹.

Para além destes aspectos, importa salientar que a actuação da CIMFFT também se distinguiu no campo das propostas de classificação de património industrial construído, tendo sido dirigida à Direcção-Geral do Património Cultural, em 25 de Agosto de 1978, uma proposta de classificação do açude, do canal e da própria fábrica, considerado o relevante interesse histórico deste conjunto. Foi também proposta a criação oficial de um perímetro ambiental de defesa do referido açude⁵⁰, considerado uma das mais importantes obras de engenharia civil ligada ao desenvolvimento industrial dos séculos XIX e XX. A CIMFFT procedeu ainda ao estudo do património histórico industrial da Central Eléctrica Mendes Godinho, organizando o seu processo de classificação⁵¹.

Na década seguinte, a Fábrica de Fiação de Tomar constituiu um dos exemplos de fábrica hidráulica nas origens da industrialização em Portugal, representada na exposição *Um mundo a descobrir, um mundo a defender*, realizada em Lisboa, em 1985⁵².

3.2. O inventário no delinear de um movimento de sensibilização para a salvaguarda do património industrial

A partir das décadas de 80 e de 90 do século XX assistiu-se à emergência e ao desenvolvimento de projectos e actividades de documentação de património industrial com o objectivo da sua conservação e musealização. Procuraremos tornar compreensível este fenómeno, apresentando

⁴⁹ A exposição teve, no entanto, uma restrita difusão junto dos meios de comunicação. A iniciativa, tanto quando nos foi possível apurar, teve divulgação num periódico local, intitulado *Cidade de Tomar* que, em Outubro e Novembro de 1978, publicou alguns pequenos artigos sobre o assunto.

⁵⁰ Direcção Regional de Lisboa, do Instituto Português de Património Arquitectónico. Processo n.º 79/3 (32).

⁵¹ Apesar dos esforços desenvolvidos junto da Direcção Regional de Lisboa do Instituto Português de Património Arquitectónico, não foi possível localizar nenhuma destas propostas de classificação, sabendo, no entanto, que os respectivos processos não foram concluídos.

⁵² A par da fábrica de fiação de Tomar, foram ainda apresentadas como exemplo de fábricas hidráulicas: o filatório à piemonteza de Chacim, a fábrica de Alcobaça, a fábrica do Marvão, a fábrica de Padronelo, a fábrica de Mussaco (Covilhã), a fábrica de lanifícios da Romeira (Alenquer) e a fábrica de cobertores de Moncorvo.

algumas das iniciativas que maior relevância tiveram no âmbito do levantamento e de inventário de testemunhos industriais, cujos resultados foram divulgados em eventos expositivos.

Em finais da década de 70, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, no Curso de História e no âmbito da cadeira de opção de *Revolução Industrial e problemas da indústria em Portugal nos séculos XVIII e XIX*, foi realizado um primeiro levantamento documental, e desenvolvido trabalho de campo junto de antigas fábricas e sítios industriais. Estas investigações sectoriais, realizadas em contexto universitário, assinalaram, como zonas industriais de particular interesse patrimonial: a Baixa de Alenquer, Sacavém, no concelho de Loures, Alcântara e Xabregas, em Lisboa, e Massarelos, no Porto.

Como resultado desse trabalho de âmbito académico, foi organizada e apresentada, em Julho de 1979, a exposição temporária *Aspectos da Revolução e Civilização Industrial*, que pretendeu, “...ainda que muito limitada, ser uma segunda exposição de Arqueologia Industrial no país” (CUSTÓDIO 1979: [5]). A exposição *Aspectos da Revolução e Civilização Industrial* apresentou temas como: as energias, a agricultura, a indústria doméstica, a indústria moderna e as suas consequências, as minas, os meios de transporte e a comunicação, o vidro, a cerâmica, a imprensa operária, o espaço doméstico, as exposições industriais, entre outros.

No ano seguinte, no I Encontro Nacional de Associações de Defesa do Património Cultural e Natural, promovido pelo Grupo de Trabalho Inter-Associações, foram divulgados pela primeira vez junto da opinião pública os objectivos da Arqueologia Industrial: “Solicita-se a atenção da Secretaria do Estado da Cultura para a necessidade de inventariação, classificação e investigação do património que a arqueologia industrial venha a referenciar como de interesse público, nomeadamente velhas fábricas, máquinas e zonas industriais de interesse histórico-industrial, objectos de civilização material e ainda azenhas, moinhos, açudes, moinhos de maré e outros edifícios que na sua estrutura ou construção manifestem as características da civilização material [...]. Estamos em vias de perder todos esses

edifícios e máquinas fundamentais da experiência industrial, como também, do complexo conhecimento que através deles podemos obter.” (CUSTÓDIO 1980: 26)

As mesmas sinergias levaram à criação, em 1980, da Associação de Arqueologia Industrial da Região de Lisboa (AAIRL)⁵³, que constituiu a primeira experiência associativista em Portugal agindo no sentido da sensibilização para a defesa do património e da arqueologia industrial. Em 1981, Jorge Custódio, sócio fundador da associação, reflectindo criticamente sobre os objectivos que então norteavam a associação refere que esta tinha “uma focagem relativamente estreita” (CUSTÓDIO 1981: 35) e uma delimitação geográfica de abrangência regional. Estas terão sido algumas das razões pelas quais, em 1986, no seguimento dos bons resultados obtidos no I Encontro Nacional sobre o Património Industrial, promovido pela referida associação, esta adquiriu uma abrangência nacional ao dar origem à Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial (APAI)⁵⁴, promotora de diversas acções de formação, da realização de inventário e estudos de património industrial, da organização de encontros nacionais e internacionais, e de acções de apoio à concretização de projectos museológicos.

Entre 9 e 23 de Julho de 1982, teve lugar no Panteão Nacional, em Lisboa, a exposição itinerante *Remains of a Revolution. Arqueologia Industrial na Grã-Bretanha*⁵⁵. Na nossa entrevista de 26 de Abril de 2005, Jorge Custódio referiu que esta foi a primeira exposição “oficializada” sobre o património industrial, dado que coincidiu com o início da sua própria colaboração com o IPPC, a convite de Natália Correia Guedes. Aquela exposição, ainda

⁵³ A AAIRL constituiu-se legalmente a 28.04.1980, no 13º Cartório Notarial de Lisboa. Esta associação promoveu várias acções no âmbito da arqueologia industrial, entre as quais destacamos a organização de exposições, algumas publicações, cursos breves de formação, trabalhos de campo, intervenções arqueológicas e visitas guiadas. Na nossa entrevista de 26 de Abril de 2005, Jorge Custódio salientou que esta associação foi formada maioritariamente pelos seus alunos da Faculdade de Letras de Lisboa (Cf. Anexo 5)

⁵⁴ Na década seguinte, em 1997, foi fundada a Associação Portuguesa para o Património Industrial (APPI) que, embora o núcleo fundador fosse maioritariamente constituído por associados oriundos do Norte do país, se propôs ter igualmente uma representatividade a nível nacional.

⁵⁵ A nível de conteúdos, a exposição baseou-se nos trabalhos de investigação de Anthony Burton, autor do livro *Remains of a revolution*. London: A Deutsch, 1975, ilustrados a partir da fotografia de Clive Coote dos vestígios da primeira Revolução Industrial, na Grã-Bretanha. A apresentação da exposição em Lisboa foi possível mediante a colaboração que se estabeleceu entre o Instituto Britânico de Lisboa, a Comissão Organizadora da Exposição de Arqueologia Industrial e o IPPC/Secretaria de Estado da Cultura. Esta exposição já tinha sido apresentada anteriormente na Grã-Bretanha, em França, na Suécia e em Espanha.

segundo Jorge Custódio, depois de adaptada aos conhecimentos que existiam em Portugal sobre aquele assunto, teve a particularidade de obter notoriedade, servindo para chamar a atenção da opinião pública para os testemunhos industriais e procurando sensibilizar para o interesse que poderia revestir a sua defesa e salvaguarda.

Foram várias as iniciativas, ocorridas no final dos anos 80 e ao longo da década de 90 do século XX, no âmbito de levantamento de património industrial, em escalas concelhias. O inventário do património industrial de Lisboa, promovido pela APAI em colaboração com a Câmara Municipal de Lisboa, a partir de 1988, foi desde logo condicionado pela dimensão da cidade e por dificuldades inerentes aos recursos materiais e humanos disponíveis na associação, pelo que foi necessário restringir as áreas de levantamento e inventário às zonas lisboetas onde estes seriam mais prementes, dada a desindustrialização sofrida e as previstas transformações da malha urbana. Foram assim escolhidas as áreas de Bom Sucesso, em Belém, Alcântara, Vale de Chelas e Campo Grande, procurando realizar um inventário sistemático apoiado num sistema integrado de fichas.

No início dos anos 90, a APAI continuou a sua acção de sensibilização e de valorização do património industrial, procurando estabelecer parcerias não só com empresas e outras associações de defesa de património, mas alicerçando também a sua actuação na celebração de protocolos de colaboração com as autarquias, especialmente as localizadas na Área Metropolitana de Lisboa, tendo em vista promover inventários de base territorial⁵⁶. Assim, entre 1992 e 1994, decorreu uma acção de levantamento e inventário no concelho da Amadora, mais precisamente na Falagueira – Venda Nova, bairro de forte concentração industrial e com assinalável presença de testemunhos relacionados com a industrialização a que o conselho foi sujeito a partir de meados do século XIX. A realização desse inventário e

⁵⁶ Na década anterior tinham sido realizados inventários centrados em temáticas específicas como o das fábricas de papel do concelho de Santa Maria da Feira (1986-1989), o das fábricas de vidros da Marinha Grande (1987-1989) ou o das fábricas da Covilhã (1986-1990) a que nos referiremos no ponto 4.1., entre outros.

do inerente estudo de testemunhos industriais justificou-se face ao acelerado processo de desindustrialização e de transformação que então se fazia sentir, imprimindo-lhe, desde logo, um carácter de emergência (CUSTÓDIO 1996: 22). Efectuou-se sobre esse território, um inventário baseado num levantamento exaustivo das unidades industriais no espaço e no tempo, documentadas com o apoio de fotografia aérea e de dados pesquisados em processos de obra das câmaras municipais de Oeiras e de Amadora. Além de publicação de resultados, foi realizada uma exposição temática.

Em 1993, após o estabelecimento de um protocolo entre a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira (entidade de tutela do Museu Municipal de Vila Franca de Xira), a Pós-graduação – História Regional e Local da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e a APAI (como entidades parceiras e de apoio científico do projecto), teve início o inventário de património industrial do concelho de Vila Franca de Xira. Aquele inventário procurou, através da elaboração de um recenseamento e de um cadastro geral das fábricas do Concelho e da documentação por via do levantamento oral, documental e registo fotográfico, pesquisar e conhecer um elevado número de unidades industriais heterogéneas existentes no concelho de Vila Franca de Xira (CAMACHO 1996: 14-15). Tendo estudado cerca de 200 empresas, laborando em diferentes ramos da indústria, o inventário deu origem, em 1995, à realização de uma exposição temporária sob o título *O homem, o trabalho e a fábrica – a indústria no concelho de Vila Franca de Xira*, e à edição do respectivo catálogo.

3.3. Comissão Organizadora das Exposições de Arqueologia Industrial – do seu papel inovador à frustração de uma consolidação institucional da protecção do património industrial

A primeira iniciativa de inventário, recolha e estudo do património industrial de âmbito nacional foi concretizada através da preparação e realização de uma exposição temporária intitulada *Arqueologia industrial: um mundo a descobrir, um mundo a defender*, inaugurada

em Maio de 1985 no espaço da Central Tejo⁵⁷, em Lisboa, aí permanecendo até Dezembro do mesmo ano. Em Junho de 1981 foi apreciada e aprovada por Natália Correia Guedes, então presidente do IPPC, um projecto orçamentado da autoria de Jorge Custódio, para a realização de uma exposição sobre arqueologia industrial, que se previa essencialmente fotográfica, a realizar em Lisboa no ano seguinte.

Por despacho do Secretário de Estado da Cultura, de 16 de Dezembro de 1981, procedeu-se à nomeação de uma primeira comissão organizadora da exposição – que em 1984, passava a ser designada por Comissão Organizadora das Exposições de Arqueologia Industrial de Lisboa e Porto (COAI) – constituída por Jorge Custódio, coordenador do projecto, pelo Engenheiro Elias Casanovas e por João Castel-Branco, este último como responsável pela parte museológica da exposição.

Para a realização da exposição a Comissão definiu os seguintes objectivos⁵⁸:

- “- Conciliar o povo português com a tecnologia, pela mediação da história das técnicas e do património industrial;
- Chamar a atenção do industrial para o facto de a indústria portuguesa ter uma história;
- Divulgar junto do grande público os inventores portugueses e as suas principais experiências e invenções;
- Demonstrar que a cultura portuguesa não se reduz de forma alguma às letras e às artes, mas participa também na vida económica, do trabalho e do quotidiano.”

Além do aproveitamento de materiais e investigação realizados precedentemente por Jorge Custódio, de levantamentos de alunos seus do ensino superior e das investigações em curso na

⁵⁷ A Central Tejo, propriedade da Electricidade de Portugal – EDP, é uma antiga central termoeléctrica, instalada em 1908 na Junqueira, junto ao rio Tejo, tendo durante várias décadas abastecido de electricidade a cidade de Lisboa.

⁵⁸ Anteriormente a 1984, e no âmbito do IPPC, foram criados grupos de trabalho e comissões que procuraram viabilizar os objectivos e a realização da exposição. Ver Despacho n.º 36/84, de 18.04.1984, do Ministro da Cultura, António Coimbra Martins, publicado em *Diário da República*, II Série, n.º 107, de 9.05.1984, p. 4146.

AAIRL⁵⁹, pretendia-se iniciar os trabalhos com o levantamento e a inventariação de património industrial português, fase que antecederia a organização da exposição propriamente dita, e para a qual se tinha elaborado um instrumento de registo de objectos⁶⁰. Ainda em 1981, deu-se início à organização de um gabinete de apoio à realização da exposição, designado Gabinete de Trabalho de Arqueologia Industrial, formado sobretudo com elementos da AAIRL, cujos objectivos principais foram a “...documentação iconográfica, fotográfica, cartográfica dos objectos considerados fundamentais para a exposição, de acordo com planos e guião previamente entregues ao IPPC; levantamento e classificação de máquinas, instrumentos de trabalho, modelos e objectos que poderão figurar na exposição; organização de um catálogo que seja um repositório dos percursos expositivos e do material recolhido consubstancie os conhecimentos adquiridos e funcione como instrumento de trabalho futuro; informação precisa acompanhada de iconografia para o primeiro roteiro do património industrial do país a colocar à disposição da população portuguesa durante o período de duração da exposição”⁶¹.

Nesse mesmo ano, fizeram-se as primeiras pesquisas, procedeu-se ao levantamento fotográfico, contactaram-se empresas públicas e privadas, procurando “...associar a esta exposição as principais fábricas e empresas privadas e nacionalizadas assim como organismos públicos e

⁵⁹ CUSTÓDIO, Jorge – *Relatório e orçamento da Exposição de Arqueologia Industrial*. [dactilografado]. [s.d.]. p.2. Acessível no Instituto Português de Património Arqueológico. Departamento de Estudos. Lisboa. Portugal. A acta da primeira reunião de trabalhos da comissão organizadora da exposição, realizada a 6 de Janeiro de 1982, refere o funcionamento de duas equipas de trabalho constituída por elementos da AAIRL, a trabalhar no levantamento e estudo dos temas “Produção e transformação do papel” e “Consumo, quotidiano e industria”. Cf. COAI – *Acta da primeira reunião de trabalhos*. Jan. 1982. p.2. Acessível no IPPAR. Departamento de Estudos. Lisboa.

⁶⁰ Para além da utilização de fichas – bibliográfica, iconográfica e de leitura – que funcionavam como instrumentos de trabalho para sistematizar e veicular a informação obtida a partir do levantamento das fontes de informação e bibliografia complementar, a equipa de investigação aproveitou “... a fase de levantamento e organização [da exposição *Um mundo a descobrir, um mundo a defender*] para testar a ficha modelo de inventário...”. CUSTÓDIO, Jorge – *Relatório e orçamento da Exposição de Arqueologia Industrial*. [dactilografado]. [s.d.]. p. 2. Acessível no IPPAR. Departamento de Estudos. Lisboa. Portugal.

⁶¹ Ver IPPAR. COAI – *Gabinete de trabalho de arqueologia industrial*. [dactilografado]. [s.d.]. [3 p.]. Acessível no IPPAR. Departamento de Estudos. Lisboa.

associações que eventualmente representaram na História da Indústria Portuguesa do séc. XIX e do séc. XX um lugar cimeiro, senão mesmo pioneiro.”⁶²

Ao longo das várias viagens efectuadas pelo país, pelos elementos do Gabinete de Trabalho de apoio à exposição e da Comissão de Organização, através de audiências com os responsáveis técnicos quer de visitas às instalações, procurou-se associar ao levantamento dos estabelecimentos industriais representativas da indústria portuguesa dos últimos séculos, a sensibilização de entidades públicas e privadas para a preservação da memória histórica e técnica, através da conservação e valorização da documentação e do equipamento técnico-funcional.

Atendendo à amplitude da temática abordada, foram seleccionados os diversos sub-temas que constituiriam o suporte para a pesquisa documental⁶³: as fábricas, as minas, as fontes de energia, as máquinas, as tecnologias (as invenções e as inovações, as filiações tecnológicas, os materiais de construção e os catálogos de produtos), a extensão do mundo fabril e outros universos económicos, sociais e socioculturais (os equipamentos colectivos, o abastecimento de água, o gás, a produção e o abastecimento de electricidade, os faróis, os portos), os transportes, as escolas industriais, as associações comerciais e industriais (a sua intervenção na vida social e política), a extensão sociocultural das fábricas (os bairros operários, as creches, as associações, o desporto, os bombeiros, as escolas), os consumos, a engenharia e as suas implicações no urbanismo, os aspectos turísticos (a interferência da arqueologia do ferro, do tijolo e do vidro na vida urbana) e as exposições industriais de âmbito local, nacional, internacional e universal).

O Gabinete de Trabalho, em conjunto com a Comissão de Organização, levou a cabo um importante levantamento do património industrial, através de contactos realizados junto de várias entidades, nomeadamente ministérios, direcções-gerais e entidades governamentais,

⁶² COAI – [Ofício]. 1981.11.30 [ao] Secretário-Geral da Ordem dos Engenheiros [dactilografado]. 1981. [p. 1]. Acessível no IPPAR. Departamento de Estudos.

⁶³ IPPAR. COAI – Gabinete de trabalho de arqueologia industrial. [dactilografado]. [s.d.]. [3 p.]. Acessível no IPPAR. Departamento de Estudos. Lisboa.

câmaras municipais e assembleias distritais, museus⁶⁴, arquivos, mapotecas e bibliotecas, institutos, academias e faculdades, antigas escolas industriais, associações, grupos e sociedades culturais, empresas públicas e privadas. Estes contactos permitiram a aquisição e recolha de uma significativa colecção de documentação gráfica e de objectos de natureza técnico-industrial de considerável interesse.

O investimento a nível de inventário, documentação e investigação efectuado para a preparação da exposição, levou a que a estrutura temática inicialmente proposta para a exposição, em 1981 – centrada na fábrica como monumento da civilização industrial, fazendo-se referência aos equipamentos colectivos, às energias e máquinas, ao consumo, ao quotidiano e à indústria – evoluísse, de acordo com o guião geral e final da exposição⁶⁵, para cinco áreas ou núcleos expositivos nos dois principais edifícios da Central Tejo (edifícios das caldeiras e casa das máquinas), abrangendo as seguintes temáticas: energia e máquinas; a fábrica como monumento da civilização industrial; o mundo mineiro; os equipamentos colectivos; e indústria, quotidiano e consumo.

Entre as várias contrariedades enfrentadas no decurso da organização da exposição, salientou-se, desde logo, a indefinição do local para a sua realização⁶⁶, aspecto que foi condicionante quer para a realização do evento, quer para o funcionamento da própria Comissão Organizadora da Exposição de Arqueologia Industrial (COEAI). Desde o início da constituição da COEAI fez-se sentir uma deficiente articulação e entendimento entre os seus elementos constituintes, chegando

⁶⁴ Entre os museus que colaboraram na iniciativa, entre 1981 e 1985, encontravam-se o Museu Nacional do Traje, o Museu Machado de Castro, o Museu Nacional de Arqueologia, o Museu Nacional de Soares dos Reis, Museu Nacional da Ciência e da Técnica, o Museu Municipal do Seixal/Ecomuseu Municipal do Seixal, a Biblioteca-Museu da Câmara Municipal do Concelho da Lousã, o Museu Militar de Lisboa, o Museu do Azulejo, o Museu de Etnologia, o Museu Alberto Sampaio, o Museu dos CTT, o Museu dos Transportes Urbanos de Coimbra, o Museu Monográfico de Conímbriga, o Museu da Cidade de Lisboa, o Museu Nacional de Arte Antiga, o Museu da Marinha, a Comissão Instaladora do Museu Municipal de Portimão, o Museu das Curiosidades de Jerusalém do Romeu e o Museu Provincial de Cáceres, Espanha. Cf. COAI – *Entidades colaboradoras*. [manuscrito]. [s.d.]. [f.3]. Acessível no IPPAR. Departamento de Estudos. Lisboa.

⁶⁵ Ver Anexo 6: Guião da exposição.

⁶⁶ Inicialmente tinha sido sugerido o espaço do Panteão Nacional, em Lisboa, recusado por ser considerado contrário aos propósitos de sensibilização da opinião pública para o património industrial. A comissão organizadora, após ver recusada a sua proposta de utilização da fábrica de sedas, às Amoreiras, viu solucionado o problema com a cedência temporária das instalações da Central Tejo, para a realização da exposição.

a sugerir-se a emissão de um novo despacho definidor das “...atribuições de cada elemento dentro da COEAI para que haja uma maior articulação entre eles e para que os problemas sejam mais rapidamente e responsabilmente resolvidos.”⁶⁷ A 18 de Maio de 1982, Jorge Custódio propôs não só a reestruturação da COEAI, mas também a inclusão de novos elementos – tanto mais que esta ficara desfalcada a nível do apoio museológico, dada a saída de João Castel-Branco – atribuindo-lhe, simultaneamente, maior operacionalidade interna.

Na proposta para reestruturação da comissão de organização da exposição, foram propostos os seguintes elementos: Jorge Custódio, na coordenação e organização geral da exposição, nos contactos com empresas e outros organismos nacionais; Luís Casanovas, nos aspectos administrativos e nos contactos com organismos similares estrangeiros; Madalena Brás Teixeira, na coordenação museológica da exposição e nos contactos com Museus Técnicos e Industriais; e Constança Rosa no secretariado, na organização do Centro de Documentação e na elaboração do roteiro do património industrial.

A situação só ficou resolvida quando, em 1984, foi constituída a Comissão Organizadora das Exposições de Arqueologia Industrial (COAI), pelo despacho n.º 36/84, de 9 de Maio, do Ministério da Cultura, integrado por Jorge Custódio como coordenador, pela arquitecta Susana Canedo Neves pelo Ministério da Indústria, pelo professor Luís Alte da Veiga representante pelo Museu Nacional da Ciência e da Técnica, por Rui Pereira Leite pela Associação Industrial Portuguesa, por João Victor Correia de Almeida Sardoeiro pela Associação Industrial Portuense, e por António José Castanheira Maia Nabais, museólogo. Mais tarde, o então Ministro da Cultura, António Coimbra Martins, emitiu um aditamento ao referido despacho (despacho n.º 85/84, de 17 de Agosto), acrescentando à comissão anteriormente formada um representante do Ministério do Equipamento Social.

⁶⁷ COAI – *Acta da sexta reunião de trabalhos. 1982.03.27.* [dactilografado]. 1982. p. 1. Acessível no IPPAR. Departamento de Estudos. Lisboa.

A constituição desta nova comissão gerou algumas dificuldades iniciais quer a nível da coordenação da própria COAI, que acabou por continuar a cargo de Jorge Custódio, mentor do projecto, quer pelo estabelecimento de uma ligação institucional que pressupunha a subordinação do projecto, a nível científico, ao Museu da Ciência e da Técnica, questão sobre a qual Jorge Custódio estava em desacordo, dado que "...o objecto da arqueologia industrial se distanciava dos objectivos daquele museu ainda que pudesse haver aspectos interdisciplinares."⁶⁸ Aliás, a principal colaboração técnica de âmbito museológico e museográfico à exposição veio do Departamento de Museus, Palácios e Fundações do IPPC, que acompanhou a acção da COAI desde os seus primeiros momentos, nomeadamente no que se refere aos recursos técnico e administrativo do instituto, para além apoios significativos de empresas públicas e privadas, assim como junto da Associação Industrial Portuguesa (AIP) e da Associação Comercial do Porto.

Apesar dos aspectos atrás mencionados, acrescidos ainda de sérias dificuldades no plano orçamental, prosseguiu o trabalho de levantamento, tendo os elementos da COAI efectuado visitas a vários pontos do país para a preparação da exposição, acções que se reflectiram na constituição de um importante repositório de informação e de documentação, sendo criado um centro de documentação numa área cultural nova no nosso país.

O Centro de Documentação Especializado em Arqueologia Industrial – aberto ao público na Central Tejo, entre Setembro e Dezembro de 1985 – constituiu o seu acervo com a colaboração de diversas entidades públicas e privadas, como sejam, a Imprensa Nacional/Casa da Moeda, a Ordem dos Engenheiros, a Associação Industrial Portuguesa, a Escola Secundária Marquês de Pombal, além de várias assembleias distritais e empresas industriais. Uma importante colecção documental foi aí depositada pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial que cedeu à COAI, com carácter definitivo, todo o seu espólio de registo de patentes anterior a 1960 (cerca

⁶⁸ CUSTÓDIO, Jorge – *Memorandum*. [dactilografado]. [s.d.] p. 2 Acessível no IPPAR. Departamento de Estudos. Lisboa.

de 45.000 registos)⁶⁹. O centro de documentação chegou a atingir, entre monografias e periódicos, cerca de oitocentos títulos versando sobre aspectos gerais relacionados com o objecto, o método e a história da arqueologia industrial, sobre a ciência e a tecnologia, as energias, a história do operariado, além de outras áreas complementares. A COAI dispunha ainda de cerca de mil e quinhentos diapositivos, dezenas de fotografias, microfilmes e algumas plantas (originais ou cópias) de edifícios fabris.

O catálogo do centro de documentação incluía não só informações respeitantes às espécies ali existentes, como também mencionava vários arquivos⁷⁰, bibliotecas e centros de documentação espalhados pelo país. Pretendia-se ainda que este património documental pudesse vir a tornar-se de grande utilidade não só para a preparação e organização das exposições cuja realização estava prevista para Lisboa e Porto, como para a consulta de especialistas e museólogos⁷¹.

3.3.1. A exposição *Arqueologia industrial: um mundo a descobrir, um mundo a defender*

Entre Setembro de 1984 e Maio de 1985, decorreram os trabalhos de montagem da exposição de arqueologia industrial nos edifícios da Central Tejo, ocupando uma área total de 5.100 m² e envolvendo a recuperação dos antigos espaços fabris (para o acolhimento da iniciativa) e, de acordo com o seu guião, dando lugar à criação de circuitos expositivos, a

⁶⁹ COAI – *Centro de Documentação especializado em Arqueologia industrial*. [dactilografado]. 1984. p.2. Acessível no IPPAR. Departamento de Estudos. Lisboa. Portugal. CR-1/COAI

De acordo com a documentação consultada, após o encerramento do Centro de Documentação, as patentes doadas pela então Repartição de Propriedade Industrial à COAI / IPPC foram depositadas no Armazém do Palácio do Vidigal, em Vendas Novas, edifício que tinha sido cedido, em 1981, pela Fundação da Casa de Bragança ao IPPC, para aí instalar um depósito / Galeria de Estudo de Objectos de Interesse Museológico (GUEDES 1982: 101-102). Contudo, não foi possível localizar aquela documentação no IPPAR / Direcção Regional de Évora.

⁷⁰ A COAI pretendeu ainda implementar a articulação entre o seu Centro de Documentação e alguns arquivos empresariais tendo para tal tencionado fazer o inventário da documentação histórica que se encontrava nos arquivos de diversas empresas, de modo a facilitar o acesso de todos os interessados na área às fontes de informação. Em 1984, estabeleceu acordos de disponibilização de documentação empresarial com os arquivos históricos da Companhia de Lanifícios da Arrentela, no Seixal, da Fábrica Escola Irmãos Stephens, na Marinha Grande, e da Fábrica de Porcelana Vista Alegre, em Ílhavo. A médio prazo era seu objectivo a elaboração de um roteiro dos vários arquivos históricos empresariais existentes no país.

⁷¹ Cf. CUSTÓDIO, Jorge – *Exposição de Arqueologia Industrial. Relatório e orçamento. 1983.03.21* [dactilografado]. 1983. p. 2. Acessível no IPPAR. Departamento de Estudos. Lisboa.

instalação de máquinas, à reconstituição de alguns cenários de ambientes de trabalho em contexto de oficina e de mina, e à apresentação de modelos, maquetas e outros objectos⁷².

A 24 de Maio a exposição *Arqueologia industrial: um mundo a descobrir, um mundo a defender* foi inaugurada, apresentando apenas alguns dos temas previstos: “Energia e máquinas”, “A fábrica como monumento da civilização industrial” e “O mundo mineiro”.

Alguns meses mais tarde, a COAI, na sequência das determinações dos despachos ministeriais n.º 36/84 de 9 de Maio de 1984, e n.º 47/85 de 13 de Maio, concluiu a exposição com a montagem do segundo núcleo na Casa das Máquinas da Central Tejo – núcleo “Equipamentos colectivos” e “Indústria, quotidiano e consumo”, inaugurado a 18 de Outubro e aí permanecendo até Dezembro de 1985.

Em *O Dia*, de 25 de Maio de 1985, refere-se ao evento do seguinte modo: “Exposição de arqueologia industrial inclui objectos com seis mil anos. A mais antiga [...] remonta ao período calcolítico [...] existindo peças que datavam do Império Romano, embora a maioria seja proveniente do século XIX”⁷³. Com um âmbito cronológico de amostragem que vai da Época Romana⁷⁴ à Idade Contemporânea (com uma maior incidência cronológica desde o séc. XVIII a 1940), a exposição procurou apresentar “...uma análise sistemática do objecto de arqueologia industrial”⁷⁵. Apesar destes objectos poderem representar, por exemplo, a evolução das energias utilizadas – desde a energia a sangue à energia eléctrica – podemos questionar se através destes testemunhos era dada uma correcta leitura e interpretação da industrialização em Portugal.

⁷² Ver Anexo 6: Guião da Exposição.

A exposição apresentou uma colecção muito heterogénea mas de considerável significado e valor histórico, patrimonial e simbólico, representativa de diversas actividades e áreas industriais. Neste evento foram apresentadas máquinas, por vezes de grande tonelagem, equipamentos de transporte, motores e modelos de natureza industrial, ferramentas, e instrumentos de trabalho, moldes e produtos, diversa documentação gráfica – fotografias, cartazes, postais, anúncios, retratos, catálogos de produtos, reprodução de gravuras de revistas, anuários, plantas e desenhos de instalações e equipamentos fabris, documentação escrita, entre outros (Ver Anexo 7).

⁷³ “Exposição de Arqueologia Industrial inclui objectos com seis mil anos.” *O Dia*, n.º 2961, (25.05.1985), p. 11.

⁷⁴ Na lista de objectos da exposição fazem parte fragmentos de cerâmica Lusitano-Romana, as Tábuas de Bronze de Aljustrel, vários objectos em esparto, lucernas, uma moeda e unguentários, datados da Época Romana.

⁷⁵ Definição dada por Jorge Custódio da amostra apresentada na Central Tejo. “Central Tejo abriu ontem as portas. A história da nossa indústria contada em fotos e peças”. *Diário de Lisboa*, n.º 21768, (1985.05.25), p. 7.

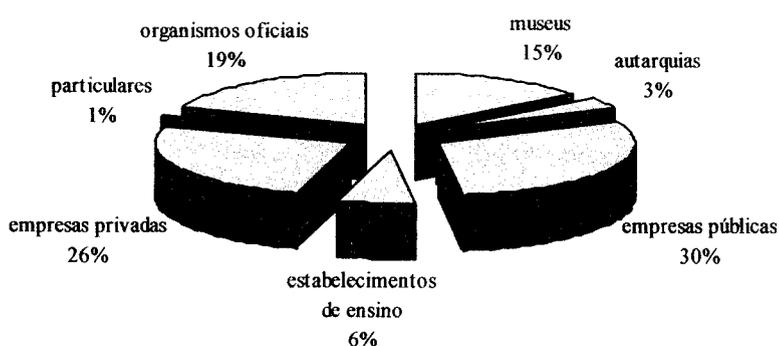
A informação disponível permite-nos saber quais os núcleos temáticos⁷⁶ que constituíam a exposição e, ainda que parcialmente, o percurso proposto (dado que não consta do espólio documental qualquer esboço que registe o percurso a realizar pelos visitantes da exposição) que decorre do estabelecimento de uma coerência expositiva quer a nível temático, quer histórico.

No plano museográfico, houve o aproveitamento e uma valorização do equipamento existente nos edifícios da Central Tejo, onde o espaço foi assumido, simultaneamente, como contendor e conteúdo. A partir de algumas imagens registadas pelos periódicos que divulgaram o evento, podemos formular uma ideia de como os objectos e os textos informativos foram dispostos nos espaços⁷⁷.

O arrolamento final de objectos contabiliza novecentos e quarenta e três objectos que fizeram parte da exposição *Arqueologia industrial: um mundo a descobrir, um mundo a defender*⁷⁸.

Através da utilização deste levantamento elementar, apresentamos o seguinte gráfico:

Gráfico 1 - Percentagens de objectos apresentados na exposição por entidades de proveniência



Concluimos que a maioria dos objectos apresentados na exposição era proveniente de empresas públicas e privadas, e de vários organismos oficiais (ministérios, direcções-

⁷⁶ Ver Anexo 8: Grupos temáticos e sua localização em planta (áreas de exposição).

⁷⁷ Ver Anexo 9: registos fotográficos da exposição.

⁷⁸ A lista de objectos elencada pela COAI refere o *número de inventário* atribuído pela COAI a cada peça, a *designação* e a *proveniência* do objecto ou entidade depositante. COAI – *Peças - Inventário*. [dactilografado]. [1985]. [82 p.] Acessível no IPPAR. Departamento de Estudos. Lisboa.

Acerca deste assunto ver Anexo 10: Quadro-síntese de objectos inventariados e locais de proveniência.

gerais, entre outros), enquanto os restantes objectos provinham de autarquias, de estabelecimentos de ensino secundário e superior, de acervos de museus – do Museu Militar, do Museu de Etnologia, do Museu Nacional da Ciência e da Técnica, do Museu do Traje, do Museu de Ferro de Moncorvo, do Museu Nacional de Arqueologia e do Museu da Marinha, grande número dos quais de natureza etnográfica ou arqueológica – e só um número muito limitado era proveniente de particulares.

Será importante referir que dos objectos recolhidos em empresas públicas, privadas, e estabelecimentos de ensino, grande parte era proveniente de entidades com acervos de indústria abertas ao público ou com intenção de vir a constituir a sua colecção museológica. Nesta situação, encontravam-se a Fábrica Escola Irmãos Stephens, na Marinha Grande, a Escola Industrial Marquês de Pombal, em Alcântara – Lisboa, a Fábrica de Porcelana Vista Alegre, em Ílhavo, a empresa Pirites Alentejanas, em Aljustrel, a EPAL, os CTT/TLP e a Carris, em Lisboa, e o Caminho de Ferro Português⁷⁹.

Através da análise do Gráfico 2, que se reporta à distribuição de objectos pelas diferentes actividades industriais, concluímos que os sectores mais representados na exposição foram as minas, a metalurgia, as moagens, o papel, os têxteis, o vidro, o abastecimento público de água, a energia vapor, a energia e a iluminação eléctrica, os transportes e as telecomunicações.

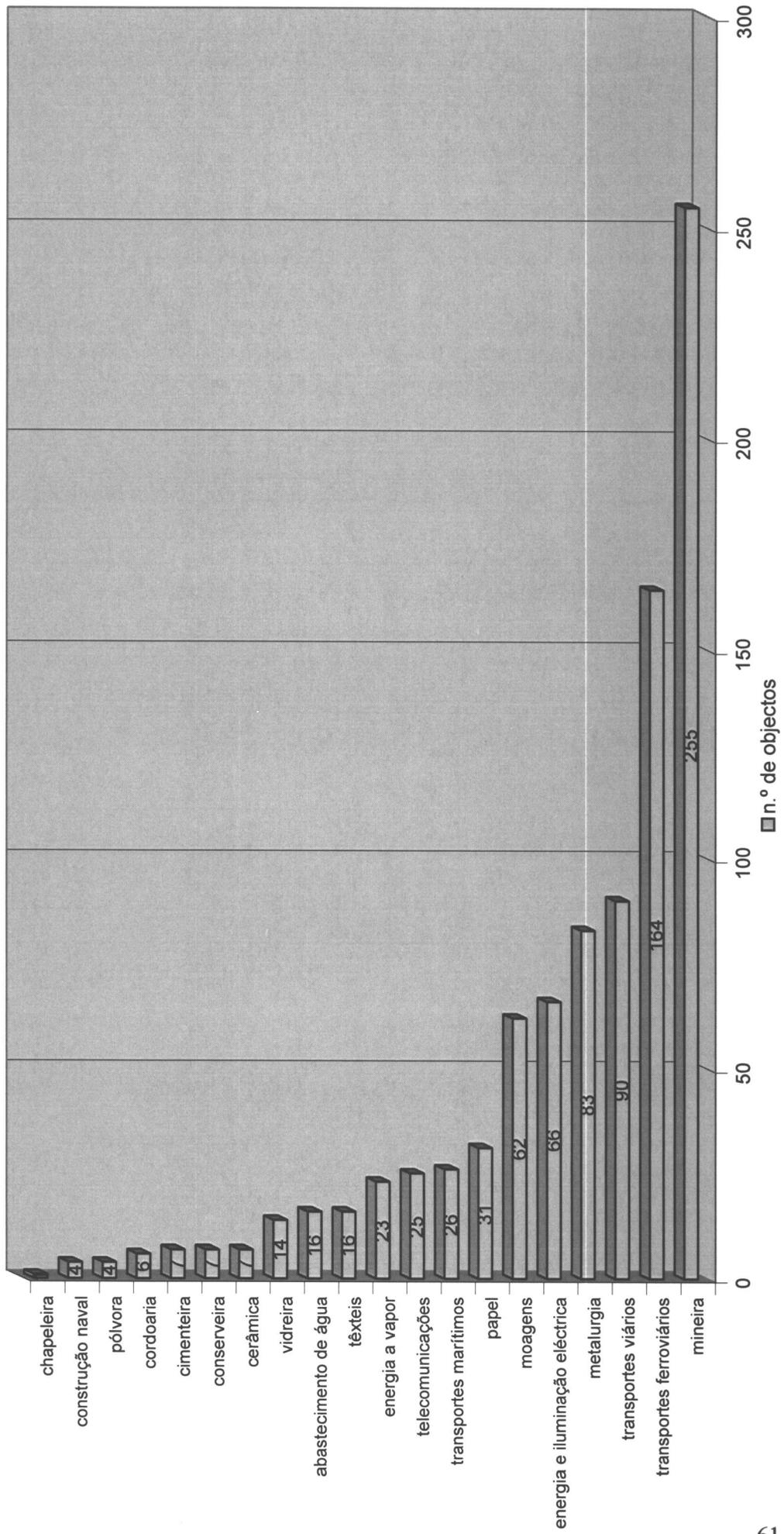
Numa das primeiras reuniões da COAI, no início da década de 80, Jorge Custódio fez notar que então se encontravam em curso estudos sobre moinhos de maré, unidades fabris do século XVIII e XIX⁸⁰, infraestruturas e equipamentos colectivos (caminhos de ferro, portos, pontes, abastecimentos de água, transportes urbanos e escolas industriais), engenhos de madeira e das

⁷⁹ O espólio do Caminho de Ferro Português encontrava-se localizado, entre outros sítios, no Entroncamento, em Gaia, em Braga e em Chaves.

O próprio Museu de Ferro de Moncorvo, mencionado como entidade depositante na lista de objectos inventariados elaborada pela COAI, era uma estrutura museológica com colecção de indústria tutelada pela empresa FERROMINAS, E.P., museu de iniciativa empresarial aberto ao público em 1983.

⁸⁰ Em reunião de trabalho da COAI, Jorge Custódio referiu a existência de alguns estudos em curso, nomeadamente sobre as “...indústrias de Moagem, Metais, Cerâmica, Fundição, Papel, Cortiça, Conservas de Peixe e Lanifícios.” Cf. COAI – *Acta da quarta reunião de trabalhos. [1982].* [dactilografado]. 1982. p. 3. Acessível no IPPAR. Departamento de Estudos. Lisboa.

Gráfico 2 - Distribuição de objectos da exposição *Arqueologia industrial: um mundo a descobrir, um mundo a defender*, por actividades industriais, transportes e telecomunicações



transformações tecnológicas no tecido urbano. Tendo em conta os resultados da análise do referido gráfico, podemos considerar que, em última análise, a exposição traduziu os temas de estudo de património industrial que então se encontravam em desenvolvimento no nosso país e que, em grande medida, encontraram uma correspondência efectiva com as principais tendências internacionais de investigação⁸¹.

No plano da divulgação deste evento cultural, a exposição contou apenas com a publicação de um folheto, de dois cartazes alusivos à exposição⁸², de uma colecção de postais e de uma brochura⁸³ com alguns textos de contextualização da responsabilidade da COAI e do Gabinete de Trabalho, para além de vários artigos publicados em periódicos sobre a inauguração e o encerramento do evento. Apesar da reunião de materiais e da redacção de alguns textos, o catálogo da exposição nunca foi concluído.

Ao longo do ano de 1985, foram realizadas iniciativas complementares ao evento, em diferentes regiões do país. A dinamização cultural incluiu diversas iniciativas dispersas pelo país, entre as quais destacamos a abertura de exposições temporárias – nomeadamente as exposições “Indústria dos Lanifícios na Covilhã”, realizada na Covilhã, “Primórdios da mecanização da agricultura”, realizada no edifício do Matadouro Municipal de Santarém, e “Memória Industrial de Portimão: as fábricas de conservas”, organizada pela Comissão Instaladora do Museu Municipal da Câmara Municipal de Portimão –, o seminário em Espinho sobre arqueologia industrial organizado com a colaboração da AAIRL, a abertura ao público da Estação Elevatória de Águas dos Barbadinhos, em Lisboa, e a circulação na cidade de Lisboa de um eléctrico de 1900, restaurado e equipado pela Carris, fazendo o circuito Central Tejo – Barbadinhos, para além de alguns colóquios e conferências sobre temas ligados à indústria portuguesa.

⁸¹ A nível internacional, tais investigações remetiam para: “Une archéologie de l’industrie, active surtout dans les domaines liés aux techniques du feu (métallurgie, céramique, verrerie, etc.) et de la mine” (ANDRIEUX 1992: 36).

⁸² Ver Anexo 11: Reprodução de cartaz de exposição.

⁸³ Ver CUSTÓDIO, Jorge [et al] – *Exposição de Arqueologia Industrial. Um Mundo a Descobrir, um Mundo a Defender* [brochura policopiada]. [S.l.:s.n.], [1985]. 52 p. Acessível no IPPAR. Departamento de Estudos. Lisboa.

3.3.2. O projecto de realização de uma exposição de arqueologia industrial no Porto

A 25 de Novembro de 1982, foi decidida a criação de duas subcomissões para melhor andamento dos trabalhos, uma em Lisboa e outra no Porto, com objectivos comuns, para a realização, nesta última cidade, da exposição de arqueologia industrial, "...exposição a realizar no Porto, eventualmente no Mercado das Frutas, cuja coordenação e programação dependerá da disponibilidade do Prof. Alte da Veiga, bem como do andamento da exposição de Lisboa e da recolha complementar que se vier a fazer na capital do Norte."⁸⁴

Para concretização do projecto, a COAI organizou, em meados de 1984, no Porto, um Seminário de Arqueologia Industrial, nas instalações da então Associação Industrial Portuense, com o objectivo de encontrar e formar indivíduos interessados em colaborar nesta iniciativa no Porto (CORDEIRO 2000: 121). Resultou daí que, em Novembro do mesmo ano, foi formado o Grupo de Trabalho do Porto de Arqueologia Industrial (GTAI), integrado por elementos que haviam participado naquele seminário sob a coordenação de Teresa Viana, então Conservadora Principal do Museu Soares dos Reis. Esperava-se que, tal como acontecera em Lisboa, a preparação da exposição fosse o primeiro passo para o início da inventariação, documentação, estudo, conservação e divulgação do património industrial existente na região Norte do país, sobretudo em áreas consideradas fundamentais para conhecer e caracterizar a história da indústria naquela região.

O GTAI estruturou-se através da constituição de um secretariado técnico, de um grupo de investigação e de um grupo de apoio, contando ainda com o apoio científico e técnico da COAI. Esta Comissão procurou estabelecer um protocolo com a Associação Industrial Portuense procurando garantir o seu apoio para o funcionamento do grupo de trabalho no Porto, nomeadamente apoio logístico e a concessão de um espaço de trabalho. No início de 1985, o

⁸⁴ Cf. TEIXEIRA, Madalena Brás – *Informação sobre Comissão da Exposição de Arqueologia Industrial. 1982.11.25 [à] Presidência do Conselho de Ministros. Secretaria do Estado da Cultura. IPPC. [dactilografado]. 1982 [p. 1] Acessível no IPPAR. Departamento de Estudos. Lisboa.*

núcleo do Departamento do Património Arquitectónico do IPPC a funcionar na Delegação Regional do Norte do Ministério da Cultura, dispôs-se não só a participar nos estudos de investigação, na selecção de material e na organização da exposição, apoiando a iniciativa em casos concretos e pontuais sobre que estes serviços já possuíam elementos, obtidos através de trabalhos prévios de inventariação, de classificação de imóveis e de obras de recuperação⁸⁵.

A principal preocupação após a formação do GTAI foi a de encontrar o espaço adequado para receber a exposição, que se esperava realizar naquela cidade, em 1986, subordinada a um guião semelhante ao elaborado para a exposição na Central Tejo, em Lisboa, mas adoptado à especificidade da indústria portuense, ou seja, enfatizando a área dos têxteis e da fundição, tendo sido escolhidas para o efeito as antigas instalações da Fundição do Ouro (Companhia Aliança), na cidade do Porto: “ Os edifícios da Companhia Aliança oferecem garantias, em termos de espaço para a instalação da exposição [...]. Acresce a esta situação o facto de estarem ainda colocadas no terreno algumas peças de invulgar valor [...]. Essas máquinas podem pois ser integradas no percurso expositivo e responder à necessária adequação do guião às características da indústria portuense. [...] Será também, a nosso ver, o suporte físico e histórico necessário e possível para um futuro museu industrial do Porto indo ao encontro das perspectivas actuais da Arqueologia Industrial.”⁸⁶

Para além destes espaços fabris terem sido considerados adequados para acolher a exposição, acrescia o facto da Companhia Aliança ser proprietária de um importante arquivo empresarial⁸⁷ através do qual seria possível reconstituir não só a história da Fundição de Massarelos, mas ainda contribuir para o conhecimento da história industrial, social, económica e tecnológica

⁸⁵ Cf. IPPC. Delegação Regional do Porto – [Ofício]. 1985.09.26. [dactilografado]. 1985. pp 1-2. Acessível no IPPAR. Departamento de Estudos. Lisboa.

⁸⁶ Cf. CUSTÓDIO, Jorge – [Parecer] *A Companhia Aliança SARL e seu espólio. Do ponto de vista da Arqueologia Industrial.* 1984.10.10. [dactilografado]. 1984. pp. 1-2. Acessível no IPPAR. Departamento de Estudos. Lisboa.

⁸⁷ Na proposta de venda dirigida à AIP pela Companhia Aliança SARL, em processo de falência, salientamos entre os bens da empresa: o edifício de armazém de moldes, o edifício de escritório e a serralharia mecânica, as caldeiras e a fundição, para além de diversos equipamentos, mobiliário antigo, desenhos, arquivo empresarial, livros técnicos (o inventário destes atingiu os cento e quatro títulos), clichés fotográficos e zincogravuras. Cf. COAI – *Processo Companhia Aliança. Assunto – Museu de Arqueologia Industrial. Instalações.* [dactilografado]. [s.d.]. 15 p. Acessível no IPPAR. Departamento de Estudos. Lisboa.

portuguesa dos dois últimos séculos. Por todas estas razões, julgava-se necessário mobilizar esforços para a sua aquisição e classificação como imóvel de interesse público.⁸⁸

Importa referir que a proposta de constituição de um Museu de Indústria na cidade do Porto foi bem acolhida por várias entidades, nomeadamente pela Câmara Municipal do Porto e pela AIP. No entanto, apesar do proprietário apresentar ao Estado uma proposta de venda das instalações e do seu espólio e de, em 1989, o então IPPC emitir um parecer favorável à protecção legal de uma parte daquele património (nomeadamente, parte do seu equipamento técnico-funcional e do arquivo da empresa, considerando-o em vias de classificação), dadas as dificuldades que se prendiam com a grave situação económica da empresa, não foi possível salvaguardar o património da empresa nem as suas instalações (CORDEIRO 2000: 121-122).

Não obstante a indefinição quanto ao local da exposição, os respectivos trabalhos de preparação continuaram e, no final de 1984, delineavam-se as linhas gerais do guião da exposição do Porto que se deveria centrar, segundo proposta da COAI, no vinho do Porto⁸⁹, considerando, a montante, a “arqueologia rural” (quintas, lagares, entre outros equipamentos rurais) e o transporte do vinho até Gaia e, a jusante, as indústrias do vidro, cortiça, tanoaria, entre outras. Esta proposta temática, estruturante da exposição, não foi bem acolhida pelo GTAI que discordou com a subordinação de uma exposição de arqueologia industrial ao tema central da produção e comercialização do vinho do Porto, defendendo antes que deveria relevar aspectos da industrialização da região do Porto, tais como a fundição, a metalurgia, os têxteis, a cerâmica e, possivelmente, as moagens e os curtumes.

No início de 1986, surge a hipótese da exposição ser realizada na Central de Massarelos dos Serviços dos Transportes Colectivos do Porto, prevendo-se a colaboração entre o GTAI e o Grupo do Museu dos Transportes do Norte. O projecto da exposição visava

⁸⁸ CUSTÓDIO, Jorge – *[Parecer] A Companhia Aliança SARL (e seu espólio). Do ponto de vista da Arqueologia Industrial. 1984.10.10.* [dactilografado]. 1984. p. 3. Acessível no IPPAR. Departamento de Estudos. Lisboa.

⁸⁹ Cf. COAI – *Acta de reunião de trabalhos. 1984.11.12.* [dactilografado]. 1984. p. 2. Acessível no IPPAR. Departamento de Estudos. Lisboa.

então a ocupação do edifício da antiga alfândega que se encontrava em estudo no Ministério das Obras Públicas e Transportes.

Em Fevereiro desse mesmo ano teve lugar o colóquio *O Porto manufactureiro e fabril*, realizado nas instalações da Ordem dos Engenheiros – Direcção Regional do Norte, do qual saem conclusões importantes quanto à definição da missão e da acção do GTAI. Entre as várias conclusões salientamos a chamada de atenção para casos concretos cuja salvaguarda se considerava comprometida (como era o caso da Companhia Aliança, a Fábrica de Jacinto, a Fábrica de Cerâmica de Massarelos, a Estação Elevatória de Água do Sousa, entre outros), a necessidade de apoio e colaboração em iniciativas de preservação e de reutilização do património industrial por parte das entidades privadas, como era então o caso da Companhia Aurificia, no Porto, e da Fábrica de Cerâmica das Devesas, em Vila Nova de Gaia, e ainda:

- “[...] 7º Dada a proximidade da extinção da COAI⁹⁰, o Grupo de Trabalho do Porto propõe desde já organizar-se em grupo autónomo com o apoio das entidades locais e regionais, estando neste momento a encarar a possibilidade da sua transformação numa Associação de Arqueologia Industrial da Região Norte. [...]
- 8º O grupo elaborará um programa de uma exposição no âmbito da Arqueologia Industrial, de carácter regional, a realizar em 1987, com o apoio das entidades públicas e privadas que a ele venham a aderir.”⁹¹

O plano de intenções para a realização da exposição de arqueologia industrial no Porto divulgado pelo GTAI nesse mesmo ano, enuncia como objectivo principal procurar evidenciar o processo de transformação económico-social que conduziu à sociedade moderna e industrializada através das conquistas tecnológicas e respectivas consequências no ambiente humano em geral (desde as alterações no sector da produção até ao meio físico e ambiental). Esta abordagem seria conseguida através de quatro vectores considerados fundamentais na

⁹⁰ As actividades da COAI cessaram em Maio de 1986.

⁹¹ Cf. GTAI. Ordem dos Engenheiros-Direcção Regional do Norte – Colóquio «*O Porto manufactureiro e fabril*». *Conclusões*. 1986.02.7-8 [dactilografado]. 1986. pp. 1-3. Acessível no IPPAR Departamento de Estudos. Lisboa.

percepção disciplinar do referido processo de transformação, a tratar em alguns núcleos expositivos situados em diferentes zonas da cidade do Porto, mas “...ligados por um percurso, realizando uma ideia de exposição como viagem a um mundo que se descobre ou redescobre.”⁹²

**Quadro 1 – Plano de intenções para a realização da exposição
de arqueologia industrial no Porto**

<i>Temáticas a tratar na exposição</i>	<i>Núcleos expositivos</i>
A Arqueologia Industrial como disciplina	Mercado Ferreira Borges
A Energia como propulsora de transformação (as forças energéticas pré e pós-industriais)	Central do Freixo
A Indústria como cenário da transformação (alterações económico-social-tecnológico do processo de produção)	Articulação de duas ou três áreas industriais na zona ocidental da cidade
Os transportes como veículo de transformação (a velocidade e a circulação – índices de mudança)	Estação de recolha dos Serviços dos Transportes Colectivos do Porto em Massarelos

Fonte: GTAI – *Exposição de Arqueologia Industrial no Porto. Plano de intenções* [dactilografado]. 1986. 4 p.

3.3.3. Um balanço ainda inconcluído

A iniciativa referida no ponto 3.3.1. assumiu especial interesse, dado que não só constituiu um momento importante na sensibilização e divulgação do património industrial nacional, como contribuiu para a recuperação e para o aproveitamento museológico do edifício da Central Tejo.

⁹² Cf. GTAI – *Exposição de Arqueologia Industrial no Porto. Plano de intenções*. [dactilografado]. 1986. 4 p. Acessível no IPPAR. Departamento de Estudos. Lisboa.

Na entrevista que nos cedeu, José Lopes Cordeiro (antigo membro do GTAI) a propósito da não concretização da exposição prevista para a cidade do Porto, sublinhou que o entusiasmo e o empenho do GTAI foi, de certa forma, compensado através da realização de duas iniciativas, organizadas autonomamente àquele evento: a exposição *O Centenário da Ponte de D. Luís I*, realizada na reitoria da Universidade do Porto, em 1986, e a organização de um colóquio sobre património industrial em colaboração com a Ordem dos Engenheiros, cuja programação incluiu uma visita ao património industrial da região.

As dificuldades sentidas a nível de dotação orçamental e de definição de local para realização desta iniciativa que fizeram protelar a sua concretização⁹³ permitiram atingir um maior grau de aprofundamento no que se refere ao levantamento e ao estudo de património industrial a nível nacional, objectivo que tinha sido gizado inicialmente como primordial a todo o empreendimento e que, de outro modo, não teria sido possível realizar de uma forma tão desenvolvida.

A preparação da exposição proporcionou o estabelecimento de contactos directos com o mundo empresarial e com experiências concretas de investigação, permitindo a constituição de um importante repositório de informação sobre a indústria, o empresariado, as tecnologias em Portugal e a reunião de uma importante colecção de indústria.

A indefinição do local onde iria decorrer a exposição, acabou por ser ultrapassada da melhor forma com a cedência das instalações da Central Tejo, em Belém, "...edifício que não só permite uma grandiosa exposição como é o local mais adequado, quer por ser um edifício fabril, quer por estar já reconhecido oficialmente o seu valor patrimonial como imóvel de interesse público, quer porque, na nossa perspectiva funciona como património industrial inserido na sua paisagem própria, podendo evocar a sua própria história industrial e técnica, porque felizmente o equipamento foi salvaguardado em grande parte."⁹⁴ Este espaço fabril conferiu uma importante projecção e mediatismo ao projecto, contribuindo para a adesão e o bom acolhimento por parte dos públicos à exposição, que chegou a atingir um total de 11.079 visitantes, entre Maio e Outubro de 1985, sobretudo constituído por público escolar.

Perante a inexistência em Portugal de um "...organismo central especificamente vocacionado para a recolha e estudo do património industrial e suas implicações"⁹⁵, um dos objectivos da exposição foi desde logo o da criação de uma estrutura que assegurasse, no âmbito do IPPC, a salvaguarda do património industrial, coordenasse a investigação na área e procedesse ao

⁹³ A exposição inicialmente pensada para 1982, aproveitando as sinergias geradas pela XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura, realizada em Lisboa, acabou por ser inaugurada a 24 de Maio de 1985.

⁹⁴ Cf. CUSTÓDIO, Jorge – *Exposição de Arqueologia Industrial. Relatório e orçamento. 1983.03.21* [dactilografado]. 1983. p.3. Acessível no IPPAR. Departamento de Estudos. Lisboa.

⁹⁵ Cf. Despacho n.º 36/84, de 18.04.1984, do Ministro da Cultura, António Coimbra Martins, publicado em *Diário da República*, II Série, n.º 107, de 9.05.1984, p. 4146.

inventário desse património⁹⁶. No entanto, no âmbito da lei orgânica do IPPC, então em discussão, não se encontrava prevista qualquer estrutura para a salvaguarda do património industrial, não se enquadrando nos departamentos previstos, ainda que tenha a ver com os *museus*, com a *arqueologia* e com o *património arquitectónico*.

Dada a inexistência de estruturas na orgânica do então IPPC destinadas à resolução de problemas levantados pela emergência do património industrial, a COAI assumiu, durante o período que se reporta à sua existência⁹⁷, funções de consultora em matérias inerentes ao património industrial. Além do aconselhamento técnico e científico, apoiou a apresentação de processos de classificação⁹⁸ e respondeu a solicitações várias, sobretudo de empresas, para a elaboração de pareceres sobre casos de ameaça à integridade dos bens, à avaliação ou ao estudo de património industrial.⁹⁹

Se as finalidades imediatas da COAI e desta iniciativa cultural foram alcançadas, o mesmo já não se poderá dizer dos objectivos a atingir a médio e longo prazo¹⁰⁰, entre os quais relevamos a criação do museu da indústria, incentivar a realização de museus empresariais e locais quando solicitado o apoio técnico e museológico, apoiar a investigação, através do Centro de Documentação da COAI, nas áreas da arqueologia industrial, história industrial e

⁹⁶ Cf. SANTOS, Maria Luísa – [Informação]. 1988.03.15 [manuscrito]. 1988. [f. 2]. Acessível no IPPAR. Departamento de Estudos. Lisboa.

A COAI considerou que todo o trabalho de levantamento, identificação e documentação que foi realizado com vista à exposição seria um primeiro passo para a inventariação dos testemunhos da civilização industrial ainda existentes no país, e para o estudo e investigação de áreas industriais consideradas fundamentais para a compreensão da industrialização portuguesa, bem como para a conservação e salvaguarda destes bens.

⁹⁷ Por despacho n.º 36/84, de 18.04, a COAI era criada por um período de um ano, este período foi posteriormente prorrogado por mais um ano através do despacho n.º 47/85, de 13.05, do Ministro da Cultura, António Coimbra Martins, tendo a comissão mantido oficialmente as suas funções até 9.05.1986.

⁹⁸ Entre o apoio dado pela COAI a várias propostas de classificação de estabelecimentos fabris como imóveis de interesse público (apresentadas pela própria COAI ou em colaboração com associações de defesa do património), salientamos a proposta de classificação da Fábrica de Cerâmica Lusitânia, em Lisboa (insurgindo-se a COAI publicamente contra a demolição deste estabelecimento fabril), a da Fábrica de Vidros das Gaivotas, Lda., em Lisboa, a da Fundação de Massarelos (Companhia Aliança), no Porto, e a da Fábrica Nova da Romeira, em Alenquer, entre outras.

⁹⁹ Ao longo do período em que exerceu a sua actividade a COAI concedeu vários pareceres, nomeadamente sobre a aquisição de alguns objectos cuja singularidade e representatividade no nosso país justificariam a sua aquisição pelo IPPC, e ainda sobre alguns projectos de musealização de colecções de património industrial, como foi o caso da empresa Serviço de Transportes Colectivos do Porto que manifestou a intenção de organizar o seu próprio museu.

¹⁰⁰ Os objectivos da exposição *Um mundo a descobrir, um mundo a defender*, a médio e longo prazo, foram definidos pela COAI. Cf. COAI – *Exposição de arqueologia industrial. JC-3/COAI* [dactilografado]. [1984]. [1p.]. Acessível no IPPAR. Departamento de Estudos. Lisboa.

empresarial, cultura técnica e história das técnicas, história do trabalho e ainda incentivar a criação de associações locais do património industrial.

Outro dos propósitos subjacentes ao projecto era o da criação de condições técnicas e práticas para o apoio à constituição – um pouco à imagem da estrutura orgânica do próprio IPPC instituída em 1980 – de núcleos regionais de museologia industrial incentivando as empresas a preservar a sua memória histórica e técnica. No caso das empresas não quererem ou não poderem constituir esses núcleos, o Estado deveria intervir na salvaguarda desse património industrial¹⁰¹.

Apesar dos esforços dispendidos nesse sentido e das acções desenvolvidas, esta iniciativa não conseguiu concretizar o seu principal propósito que era o de transmutar todo o trabalho de levantamento, inventário e estudo, de preparação da exposição e de reunião de um número significativo e representativo de testemunhos industriais, na génese do futuro museu da indústria.

A este propósito, no discurso de abertura do I Encontro Nacional sobre o Património Industrial, Jorge Custódio referia-se ao projecto de constituição do museu: “Em relação ao Museu pretende-se que se realize uma instituição de âmbito nacional onde estejam representadas as empresas e se coordenem todas as conquistas e valores da história técnica e da cultura material, as suas diversas componentes económicas, sociais, humanas e mentais. Pretende-se um Museu que seja um espelho da industrialização portuguesa e uma fonte de informação e pedagogia das novas gerações. Pretende-se uma instituição, não centralizada, mas descentralizada. Não um museu tradicional mas um consórcio de museus...” (CUSTÓDIO 1990:32).

Assim, e na sequência da exposição de arqueologia industrial realizada na Central Tejo, foi sentida a necessidade da criação de um “museu da indústria e dos transportes”, para que foi decidido elaborar o respectivo projecto.

¹⁰¹ Cf. COAI – *Gabinete de trabalho de arqueologia industrial*. [dactilografado]. [s.d.]. p. 2. Acessível no IPPC. Departamento de Estudos. Lisboa.

Ouvidas algumas empresas que haviam colaborado na exposição, a AIP resolveu apresentar a proposta pública de criação do Museu da Indústria e dos Transportes. Nesse sentido, fez-se uma reunião com membros da COAI e do IPPC/Departamento de Museus, Palácios e Fundações, tendo-se criado uma comissão dinamizadora do referido museu, que apresentou um projecto inicial de promoção e dinamização¹⁰². Numa segunda reunião realizada, ficou então determinado que a designação “comissão dinamizadora” se deveria substituir por “Comissão Instaladora do Museu da Indústria e dos Transportes”. Desta comissão fariam parte representantes do IPPC – o presidente do IPPC chegou a indicar pessoas para integrarem a comissão instaladora: Jorge Custódio, Luís Elias Casanovas, Henrique Gouveia, Nuno Fernandes e Adília Alarcão – e alguns elementos a designar pela AIP, por algumas empresas e pela AAIRL. Entre outras finalidades, a Comissão Instaladora deveria proceder à recolha de materiais e documentação, desenvolver em coordenação com o IPPC trabalhos de investigação e de inventariação do património industrial, estabelecer o programa e o orçamento para o museu, efectuar os contactos com as empresas e os estudos propostos de financiamento em que se definissem as formas de participação do Estado e das entidades privadas na concretização do projecto¹⁰³. Nessa mesma reunião, resolveu-se, como melhor forma de resolver a institucionalização do museu, fazê-lo sob a forma de “fundação”¹⁰⁴, contando com a participação do IPPC, da Associação Industrial Portuguesa e de empresas industriais, propondo-se sediar o projecto no espaço da antiga fábrica da Standard Eléctrica, então pertencente à AIP.

O programa de acção para o lançamento e a dinamização do Museu da Indústria e dos Transportes deveria obedecer a um conjunto de iniciativas de âmbito local e nacional que possibilitasse a futura

¹⁰² O programa que decorreu entre Abril e Novembro incluía, entre outras iniciativas, a inauguração a 1 de Junho da exposição “125 Anos do primeiro comboio em Santarém”; a Animação Cultural do Museu do Autocarro (com exposição da responsabilidade da Carris no interior de um autocarro que percorreu os principais pontos da cidade, em especial escolas, ao longo do mês de Junho) e o I Encontro Nacional sobre Património Industrial. Cf. COAI – *Ano de 1986. Programa Acções de Dinamização. Museu da Indústria e dos Transportes*. [dactilografado]. [1986]. [3 p.]. Acessível no IPPC. Departamento de Estudos. Lisboa.

¹⁰³ Cf. SANTOS, Maria Luísa – [Informação]. 1988.03.15. [manuscrito]. 1988. [3 f.]. Acessível no IPPC. Departamento de Estudos. Lisboa.

¹⁰⁴ Cf. SANTOS, Maria Luísa – *Projecto do «Museu da Indústria e dos Transportes»*. 1986.12.11 [manuscrito]. 1986. fs.3-4. Acessível no IPPAR. Departamento de Estudos. Lisboa.

criação do museu. Previa-se para o início do ano de 1987 a apresentação pública do projecto, a realizar por investigadores ligados ao IPPC. No entanto, e dada a inexistência de alternativas viáveis e consequentes, bem como a pressão exercida pela EDP no sentido da disponibilização da Central Tejo de modo a instalar o seu próprio museu, a COAI procedeu ao desmontar da exposição, à devolução de objectos e à organização do arquivo da COAI.

Após o encerramento da exposição *Um mundo a descobrir, um mundo a defender*, continuaram a chegar ao IPPC ofertas de equipamentos e outros materiais com manifesto interesse para a arqueologia industrial. Estas doações, bem como todo o espólio reunido ao longo do período de preparação das exposições de Lisboa e Porto foram, por despacho ministerial, consideradas património do IPPC, bem como todos os bens que vieram a ser adquiridos mediante a acção da COAI.¹⁰⁵ Aquando da extinção daquele instituto, a propriedade e guarda desta colecção de património industrial transitou para o IPPAR.

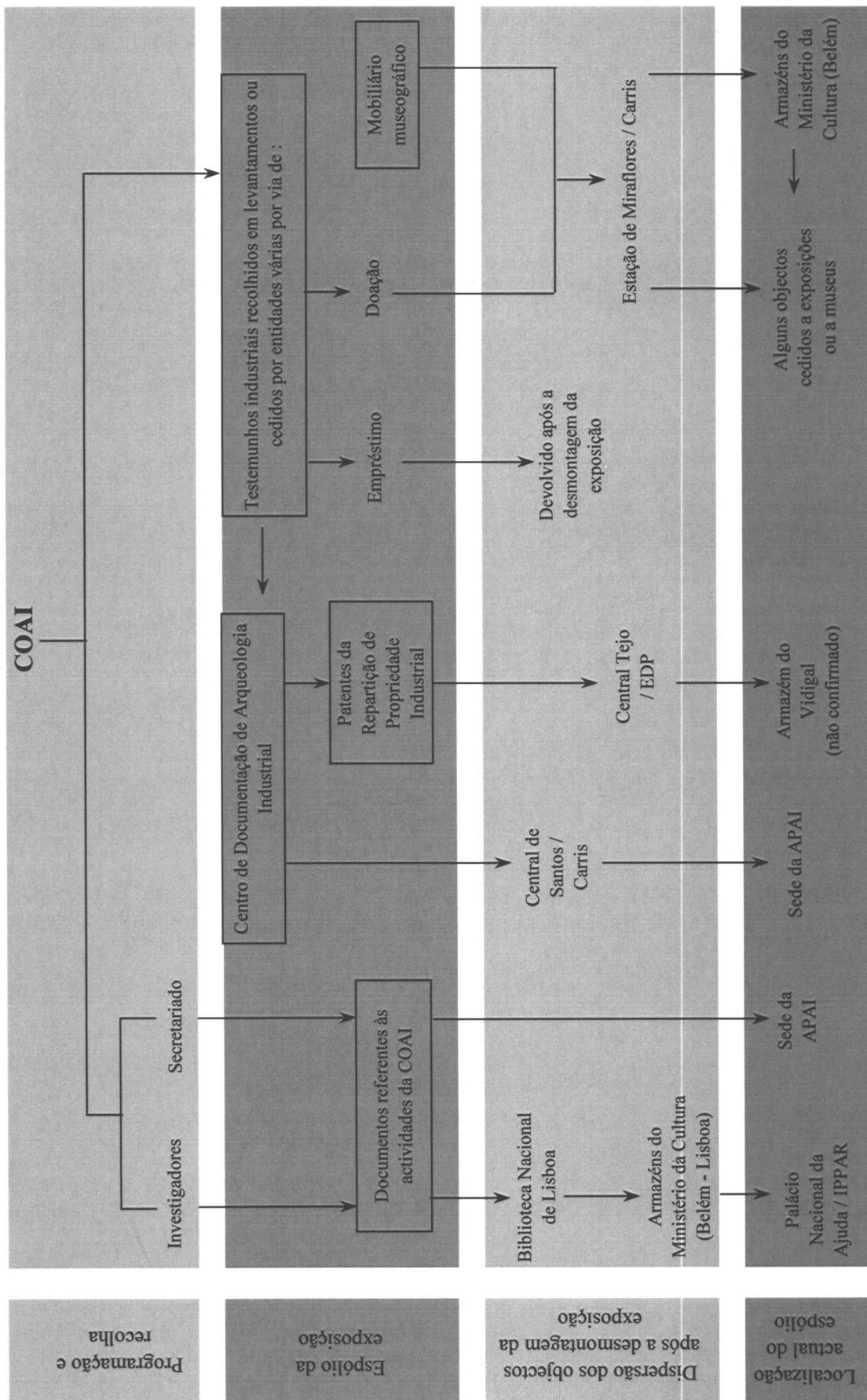
A falta de recursos humanos e materiais por parte do IPPC e, mais tarde, do IPPAR, em assegurar a manutenção e estudo deste importante espólio técnico e industrial, bem como a participação de objectos desta colecção de património industrial em exposições de carácter monográfico e local, como sejam, as exposições *Real Tinturaria de Panos da Covilhã*, no Museu de Lanifícios da Covilhã, *Os Empresários e as suas Realizações*, no Porto e em Gaia, a exposição sobre as minas de S. Domingos de Mértola, organizada Câmara Municipal de Mértola, ou a exposição no Museu de Moncorvo, dispersaram, através de cedência temporária ou de doação, alguns materiais da significativa colecção que se havia reunido¹⁰⁶.

O espólio da exposição (proveniente do depósito da Carris, em Miraflores, e de um armazém do Ministério da Cultura / IPA) foi, em 1996, congregado nos antigos armazéns do exército situados em Belém, na cidade de Lisboa, actualmente sob tutela do Ministério da Cultura. Foi

¹⁰⁵ Ver Despacho n.º 36/84, de 18.04.1984, do Ministro da Cultura, António Coimbra Martins, publicado em *Diário da República*, II Série, n.º 107, de 9.05.1984, p. 4146.

¹⁰⁶ Ver Organigrama 1. Sobre este assunto, ver ainda FOLGADO, Deolinda – “Organização da reserva de arqueologia-património industrial do IPPAR”. *Almadan*. IIª Série (6). Almada: Centro de Arqueologia de Almada, Outubro 1997. p. 146.

Organigrama 1 - Exposição Arqueologia industrial: um mundo a descobrir, um mundo a defender



neste espaço, visitado por nós em Fevereiro de 2005, que encontramos parte do espólio da exposição, constituído por testemunhos industriais provenientes de diversas áreas: da indústria têxtil e da tinturaria, da indústria alimentar e de moagem, de fundição e de trefilaria, de carpintaria, de minas, de telecomunicações e de energia (componentes de moinhos, um gasogénio e uma máquina a vapor), entre outros¹⁰⁷. Grande parte dos objectos procedentes da exposição encontra-se em mau estado de conservação, e muitos, devido à dimensão, foram desmontados e acondicionados por peças, encontrando-se ainda hoje encaixotados.

Pelo que nos foi dado observar, e apesar dos objectos terem sido marcados a tinta branca e etiquetados, podemos concluir não ser fácil a identificação de algumas peças e, sobretudo, a associação de componentes dispersos de um mesmo objecto, de ferramentas ou motores agregados aos equipamentos, ou de elementos de colecções, devido à aparente ausência de um trabalho prévio de inventário e de documentação mais aprofundado sobre os objectos.

Ao longo dos anos 80 permaneceu latente a expectativa de constituição de um museu que traduzisse a industrialização portuguesa, no entanto, tal não se veio a efectivar. Contudo, no início da década seguinte, aquele propósito foi de certa forma retomado quando surgiu, no Norte do país, o projecto do Museu da Ciência e Indústria do Porto¹⁰⁸, sendo organizada, em 1993, na cidade do Porto, uma exposição fotográfica – *Memória da Indústria* – baseada em imagens da Colecção Alvão que, segundo J. Lopes Cordeiro¹⁰⁹, teve como objectivo a apresentação do projecto do Museu de Ciência e Indústria, complementada pela publicação do respectivo catálogo com um texto de contextualização sobre a indústria portuense durante o século XIX.

¹⁰⁷ Ver Anexo 12: registos fotográficos do espólio em reserva.

Ao espólio da exposição, foram acrescentados objectos e colecções em fase posterior à desmontagem da exposição, entre as quais salientamos os objectos provenientes de uma oficina de sapataria, e uma colecção de moldes proveniente da Fábrica de Cerâmica Lusitânia, no Campo Pequeno (actualmente demolida, resta dela um dos seus fornos).

¹⁰⁸ O Museu da Ciência e Indústria foi sediado nas antigas instalações fabris da Companhia de Moagens Harmonia, na Quinta do Freixo, junto ao palácio do século XVIII. Esta unidade industrial era constituída por dois edifícios, o mais antigo dos quais datado da última década do século XIX. Após falência da empresa, em 1984 o Estado adquire os imóveis para, entre outras funções, aí acolher um Museu de Arte Moderna, mas na década seguinte os edifícios passam para a alçada do município portuense que aí pretende instalar a Junta Metropolitana do Porto e o Museu da Ciência e Indústria.

¹⁰⁹ Entrevista a José Lopes Cordeiro, gravada em 16.08.2005 (Ver Anexo 13).

Nesse mesmo ano, em 1993, foi constituída formalmente, pela Câmara Municipal do Porto e pela Associação Industrial Portuense, a Associação para o Museu da Ciência e Indústria (AMCI), entidade que tutelaria o museu, que se pretendia integrar numa entidade museológica mais abrangente, o Museu da Cidade do Porto. Prevendo-se a sua organização em dois pólos: o Pólo da Indústria e o Pólo da Ciência, este último acabou por ser, mais tarde, abandonado.

Alicerçado num programa de investigação desenvolvido entre 1990 e 1992, cujos resultados não foram ainda divulgados, o Pólo da Indústria procurou valorizar a indústria do Porto e respectiva área de influência económica, entre finais do século XVIII e meados do XX.

J. Lopes Cordeiro referiu, no decorrer da entrevista por nós realizada, que o “...grande desafio que tinha lançado neste projecto [do Museu da Ciência e Indústria] não era tanto a nível das instalações do museu, mas o juntar um espólio suficientemente representativo para mostrar o que foi o processo de industrialização do Porto, nas suas diferentes vertentes”. A constituição de um acervo permitiria o futuro desenvolvimento de actividades próprias da entidade museológica, como é o caso da divulgação e da comunicação do museu com os seus públicos sobre os processos de transformação e de industrialização da cidade do Porto, ou a recolha, a conservação e o estudo de equipamentos técnico-funcionais e de documentação. O projecto do museu incluía, entre os vários serviços a criar, a organização de um centro de documentação aberto a investigadores que desenvolvam trabalho nas temáticas abordadas pelo museu (CORDEIRO 1999: 86).

Apesar de existir uma relação histórica entre a Companhia de Moagens Harmonia e o Palácio do Freixo, o programa arquitectónico de reabilitação deste último edifício, da responsabilidade do Arq.º Fernando Távora, isolou e estigmatizou a fábrica, o que terá contribuído, na opinião de J. Lopes Cordeiro, cumulativamente com problemas de gestão museológica e com a falta de apoio, por parte da tutela, no desenvolvimento de algumas

funções museológicas, nomeadamente da investigação, para a situação de encerramento ao público daquelas instalações, situação em que se encontra actualmente.

De seguida abordaremos, sucintamente, alguns casos de musealização de património industrial que tiveram como base de trabalho a realização de inventários de testemunhos industriais.

3.4. Iniciativas museológicas centradas em património industrial, com base na investigação e documentação de alguns dos principais sectores industriais

Kenneth Hudson¹¹⁰, no seu estudo *A guide to the Industrial Archaeology of Europe*, publicado em 1971, declarou não existir em Portugal qualquer museu de ciência e técnica ou mesmo uma entidade museológica ao ar livre, mas apenas alguns museus de empresa. Entre os museus de empresa então existentes em Portugal, refere o Museu da Vista Alegre¹¹¹ associado à fábrica de porcelana fundada em 1824 em Ílhavo, Aveiro, e o Museu do Vinho do Porto¹¹² instalado em S. Pedro de Alcântara, Lisboa. Este autor apresentou ainda algumas propostas para a criação de museus específicos a algumas das indústrias que tiveram maior expressão e representatividade no nosso país, como sejam, as indústrias mineira, corticeira e conserveira. Considerou ainda que alguns edifícios ou sítios, devido ao grande potencial turístico e histórico que apresentavam – entre outros, as estações ferroviárias de Viana do Castelo, de S. Bento, no Porto, e do Rossio, em Lisboa, além da estação e das oficinas de caminhos de ferro da Linha de Sul e Sueste, no Barreiro – poderiam ser considerados locais privilegiados para acolher um museu dos transportes ou um museu de caminhos de ferro (HUDSON 1971: 122). Em 1984, no decurso da organização da exposição *Arqueologia industrial: um mundo a descobrir, um mundo a defender*, em Lisboa, foi pela primeira vez realizada uma

¹¹⁰ O conhecimento que Kenneth Hudson detinha sobre museus com colecções de indústria em Portugal era, em 1971, indirecto, dado que só mais tarde foi convidado a participar em Portugal, num ciclo de conferências do Curso de Museologia promovido pelo IPPC (1983).

¹¹¹ O Museu Histórico da Vista Alegre, realização de iniciativa empresarial, foi aberto ao público em 1947, sendo remodelado em 2002.

¹¹² Actualmente existe no mesmo local o Solar do Vinho do Porto, vocacionado para o acolhimento de turistas que visitam o nosso país. Em 2004 abriu ao público o Museu do Vinho do Porto, de tutela municipal, com área expositiva num antigo armazém ribeirinho da cidade do Porto.

apresentação sobre a situação do património industrial em Portugal numa assembleia do TICCIH. Nesta apresentação, Jorge Custódio¹¹³ salientou a actuação do governo português, através do IPPC, no sentido de classificar alguns testemunhos industriais construídos como imóveis de interesse público, para além de iniciativas de âmbito local, tais como: “Last year began an experience of archaeological mining with investigation of iron slags at Moncorvo [...], a mining enterprise of the region organized a Iron Museum that contains aspects of geological character of the region, some interesting remains of an unknown roman mining town, the history of iron working from rural and Medieval Age until the beginnings of the 19th century. It also includes aspects of the modern mining and industrial heritage of the enterprise. [...] At Covilhã a woollen industrial town in the mountains of the interior, and at Portimão [...] small societies and groups are working to preserve study and to put on at the museum the principal facts and machinery of both industries. At Portimão the local department from one of the principal canned foods factories organized a museum of the industry with a complete group collection of engine-tools of the industry...”¹¹⁴

Passados cerca de vinte anos sobre este testemunho, iremos de seguida abordar, de forma sucinta, entidades museológicas consagradas a algumas das indústrias mais estudadas e representadas no actual panorama museológico português¹¹⁵, excluindo a indústria moageira.

¹¹³ Jorge Custódio foi vogal do TICCIH entre 1986 e 1990. A partir da VIII Conferência do TICCIH realizada em Madrid, em Setembro de 1992, José M. Lopes Cordeiro tornou-se representante de Portugal e, mais tarde, membro do *Board of Direction* do TICCIH, cargo que desempenha desde então.

¹¹⁴ CUSTÓDIO, Jorge – *National Report of Portugal*. [dactilografado]. [1984]. 3 f.. Acessível no IPPAR. Departamento de Estudos. Lisboa.

J. Custódio foi convidado pelo TICCIH a assistir à V International Conference of the Conservation of the Industrial Heritage, em Lowell/Boston, nos E.U.A., realizada de 8 a 14 de Junho de 1984, tendo feito uma apresentação sobre a situação do país no que se reportava a acções no âmbito da arqueologia industrial.

¹¹⁵ Nesta abordagem necessariamente sucinta, não nos iremos reportar à indústria moageira e ao património molinológico, dadas as suas especificidades e por constituírem áreas, apesar de tudo, melhor contempladas em estudos quer etno-tecnológicos, quer no âmbito da arqueologia industrial.

• *Indústria Mineira*

Algumas iniciativas empresariais estiveram na génese da reunião de espólios e na organização de pequenos “museus” junto de algumas das principais concentrações mineiras, tais foram os casos das Pirites Alentejanas, em Aljustrel, e de S. Pedro da Cova, em Gondomar.

Decorreram, entre 1982 e 1983, os trabalhos de investigação e recolha nas minas de Moncorvo com vista à criação do Museu do Ferro da Região de Moncorvo. O museu, instalado junto à área de mineração ainda em actividade, foi inaugurado em 1983, e resultou da colaboração entre a empresa Ferrominas, E.P., a COAI e os Serviços Regionais de Arqueologia da Região Norte / IPPC, tendo contado ainda com o apoio da Universidade do Minho e do Museu Martins Sarmiento de Guimarães. A exposição, instalada provisoriamente em espaços da empresa, divulgava a história e as iniciativas da empresa Ferrominas, bem como de alguns aspectos dos processos técnicos que estiveram na origem e no desenvolvimento da indústria mineira a nível local, através da exibição de equipamentos e documentação escrita e iconográfica¹¹⁶. Mais tarde, em 1995, foi inaugurado o Museu de Ferro da Região de Moncorvo que passou a apresentar, na exposição permanente, o espólio daquele museu então trasladado para Torre de Moncorvo, passando a subordinar-se à tutela municipal.

Mais recentemente, com a desactivação das minas do Lousal em Grândola, e com as dificuldades económico-sociais daí decorrentes, foi criada, pela SAPEC (empresa proprietária da mina) e pela Câmara Municipal de Grândola, a Fundação Frederic Velge, coordenadora do Programa de Desenvolvimento Integrado e de Redinamização do Lousal, um plano de reabilitação faseada do sítio industrial mais amplo e tendo em vista o seu aproveitamento turístico, no âmbito do qual surgiu um Projecto de Musealização da Mina do Lousal, sob a orientação técnica e científica da APAI.

¹¹⁶ Cf. *MUSEU do Ferro da Região de Moncorvo. Catálogo* [policopiado]. Carvalhal: Ferrominas, E.P., 1983. [25 p.].

Dada a extensão do sítio, segundo o que foi anunciado, o Museu Mineiro do Lousal será desenvolvido faseadamente, encontrando-se neste momento aberto ao público o edifício da central eléctrica e o edifício que cumpre as funções de centro de interpretação, loja e auditório. Este último edifício dispõe de uma pequena área expositiva que apresenta uma contextualização do sítio, bem como o restante programa museológico a implementar que abrange a criação de um núcleo central, um núcleo geológico, o tratamento museográfico de um paiol (simulando uma galeria de mina), a recuperação de um dos malacates da mina e a organização de um centro de documentação e arquivo.

Tanto para a recuperação de equipamentos e imóveis, identificação e inventário de património industrial, como para a dinamização de todo o projecto e acções culturais e de animação o projecto recorre-se de antigos trabalhadores daquela comunidade mineira.

• *Indústria Vidreira*

O decreto-lei n.º 39840/54, de 4 de Outubro, determinou a organização de um museu anexo às instalações da Fábrica – Escola Irmãos Stephens (criada pelo mesmo decreto), então, Nacional Fábrica de Vidros da Marinha Grande, com acervo constituído por colecções representativas da indústria vidreira nacional, quer nos aspectos técnicos quer nos artísticos. Anos mais tarde, na sequência da discussão do Plano Museológico do País realizada pelos serviços técnicos do IPPC, surgiu a proposta de um planeamento museológico aprovado pelo Secretário de Estado da Cultura, em 3 de Dezembro de 1981. Entre os projectos apresentados, sob o item: “Museus a organizar com urgência, para que se não percam colecções existentes”, encontramos o “Museu Nacional do Vidro”, a instalar no antigo Palácio dos Irmãos Stephens, na Marinha Grande, que iria recolher “...colecções de vidros das fábricas da Marinha Grande” (GUEDES 1982: 81).

Em 1982, perseguindo o objectivo de aprofundar o estudo sobre a indústria vidreira, a AAIRL empreendeu, pela primeira vez no nosso país, uma campanha de trabalhos arqueológicos de

âmbito industrial na antiga fábrica da Companhia das Fábricas de Garrafas da Amora (1888-1930), no concelho do Seixal,¹¹⁷ com o apoio daquela autarquia. Nesse ano foram efectuados trabalhos de levantamento, de reconhecimento e sondagem no terreno, de recolha de materiais localizados à superfície, bem como o estudo local da fábrica, o que implicou não só a pesquisa documental, mas também a realização de um inquérito a antigos trabalhadores.

Após esta fase dos trabalhos foi elaborado um relatório da responsabilidade da Comissão Executiva da AAIRL apresentado, a 3 de Novembro de 1982, à Direcção-Geral do Património Cultural, e um pedido de autorização de trabalhos arqueológicos com o objectivo de obter uma autorização oficial para intervir, no ano seguinte, sob a responsabilidade científica do arqueólogo Cláudio Torres, na zona no designado *Forno 2* da Fábrica de Garrafas de Vidro, em Amora, de modo a conhecer a primitiva estrutura do forno e quais as suas características. Na sequência das duas campanhas de trabalhos arqueológicos, foram apresentados os resultados numa exposição realizada entre Setembro e Outubro de 1983, intitulada *Dos Vidros de Coina à Fábrica de Garrafas de Vidro da Amora: cinco séculos da indústria do vidro em Portugal*, organizada conjuntamente pela Câmara Municipal do Seixal, pelo museu municipal e pela AAIRL, da qual foi publicado catálogo.

Aquela associação teve como principal propósito integrar estes trabalhos arqueológicos numa investigação mais abrangente sobre as fábricas de vidro da região de Lisboa¹¹⁸, que envolveria ainda o estudo da Fábrica de Vidro Gaivotas¹¹⁹, da Fábrica de Garrações de Vidro do Bom Sucesso e da Empresa de Vidros de Lisboa. Em 1989, a APAI organizou a

¹¹⁷ Processo da Fábrica de Vidro da Amora n.º S-15420. Acessível no Ministério da Cultura. Instituto Português do Arqueologia. Serviço Regional de Arqueologia da Zona Centro, Lisboa. Portugal.

¹¹⁸ A APAI irá desenvolver trabalhos de âmbito arqueológico na antiga Fábrica de Vidro de Coina (1719-1749), no Barreiro, acções que foram iniciadas em 1983 e tiveram o seu *terminus* em 1986, resultando daí uma monografia. E, mais tarde, na Fábrica de Vidros Lusitana, na Marinha Grande, em 1990.

¹¹⁹ Em 1985, existiu o propósito por parte do IPPC de transformar a Fábrica de Vidros Gaivotas, Lda. em “Escola de aprendizagem e Museu do Vidro”, sendo considerada urgente a inventariação do equipamento industrial. Tendo em vista a classificação daquele imóvel, um parecer da assessoria técnica do IPPC salienta o valor patrimonial de todo o conjunto, desaconselhando a deslocalização do equipamento técnico-funcional da fábrica e a reconversão do edifício para um outro fim. Cf. IPPC. Assessoria Técnica – *Parecer. Proc.º 84/23-6(60), 1985.01.15.* [dactilografado]. 1985. p 2. Acessível no IPPAR. Departamento de Estudos. Lisboa. Contudo, aquele propósito nunca foi concretizado.

Conferência Internacional sobre História, Tecnologia e Arqueologia Industrial do Vidro, em Lisboa e na Marinha Grande, no âmbito da qual concebeu e apresentou, a partir da investigação que tinha vindo a desenvolver, três exposições temporárias: *O Vidro em Portugal*, no Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa, *A Real Fábrica de Vidros de Coima*, na Biblioteca Municipal do Barreiro, e *A Indústria do Vidro na Perspectiva da Arqueologia Industrial*, no Palácio Stephens, na Marinha Grande.

Esta última exposição surgiu, portanto, na esteira do propósito proclamado pelo IPPC, e que até então a Secretária de Estado da Cultura não tinha conseguido concretizar. A organização do evento possibilitou o início de contactos com várias entidades locais na Marinha Grande (autarquia, empresas vidreiras e sindicatos), contribuiu para o inventário de ferramentas, máquinas, equipamentos industriais e objectos de vidro em várias empresas vidreiras daquele Concelho, permitindo desta forma perscrutar a possibilidade de recolha de objectos junto dessas entidades para a constituição de um futuro acervo museológico. Ainda com a colaboração de algumas empresas vidreiras e da autarquia, foi possível disponibilizar uma antiga fábrica daquela indústria para a criação de uma área de reserva, funcionando também aí uma oficina de restauro e conservação.

Poderemos talvez considerar esta experiência como precursora do Museu do Vidro, de tutela municipal, projecto que veio a concretizar-se em 1998, sediado, tal como fora deliberado em 1954, no palacete dos Irmãos Stephens, na Marinha Grande, anexo às instalações industriais da “fábrica velha”¹²⁰. O Museu do Vidro apresenta na sua exposição permanente os aspectos técnico-funcionais utilizados no processo de produção e os produtos daí resultantes, tanto no aspecto de técnica de fabrico e decoração, como na sua função quotidiana.

¹²⁰ Outra entidade museológica dedicada à indústria vidreira é o Museu Santos Barosa da Fabricação do Vidro, também ele localizado na Marinha Grande. Este museu foi fundado em 1989, por iniciativa empresarial, no âmbito das comemorações do centenário da fábrica.

• *Indústria Conserveira*

Em 1983 foi criada, por iniciativa autárquica, a Comissão Instaladora do Museu de Portimão dando origem ao Projecto Museológico Municipal que, desde finais dessa década desenvolveu trabalho no que respeita ao levantamento patrimonial e de investigação procurando ainda acautelar o destino de acervos de objectos e documentação provenientes das fábricas conserveiras, dos estaleiros de construção e reparação naval, bem como de indústrias de apoio àquelas actividades, localizados em território concelhio. Após a anunciada intenção da autarquia, nos anos 80, de instalar no antigo mercado municipal um “Museu de Tecnologia Industrial” contemplando o acervo constituído em grande parte pelo equipamento de antigas fábricas da indústria conserveira do concelho (ARQUEOLOGIA... 1987-88: 39), em 1997 foi adquirida pela Câmara Municipal de Portimão a antiga Fábrica de Conservas *Feu-S.Francisco* visando a futura instalação do museu municipal. O museu, ao criar o Centro de Documentação e Informação e o Centro de Recolha e Oficina instalado em antigos espaços industriais, para conservação do espólio constituído, possibilitou a reabilitação para fins culturais de estruturas industriais desactivadas e, por outro lado, contribuiu para a requalificação urbana daquela zona ribeirinha do rio Arade. Aberto ao público, desde 1999, para apresentação de exposições temporárias e itinerantes, tem prevista instalação definitiva, mediante programação museológica e projecto arquitectónico actualmente em concretização.

A indústria conserveira foi, de resto, tema de estudo e de levantamentos de testemunhos específicos à actividade dando origem, em 1989, à exposição temporária *A indústria conserveira em Matosinhos. Exposição de Arqueologia Industrial*, promovida por aquela autarquia. Segundo José Lopes Cordeiro¹²¹, coordenador científico da exposição, o evento foi precedido de “...um trabalho de inventário não exaustivo, mas bastante considerável quer em termos de instalações fabris, quer de equipamentos que existiam e que foram recolhidos para a exposição. Recolha e aquisição, porque a Câmara comprou algumas máquinas que iam para a sucata [...] e enfim uma

¹²¹ Cf. Entrevista gravada em 16.08.2005, de José Lopes Cordeiro (Anexo 13)

série de peças que se tentou recolher, que os industriais não queriam de volta e que ficaram lá. Muita gente disse, quando se fez a exposição, que estava ali o museu.” No entanto, com a desmontagem da exposição o acervo foi disperso, sendo devolvida aos proprietários a maior parte dos objectos e documentação, enquanto outros continuam sob tutela da autarquia.

A partir de 1995, o Museu do Trabalho Michel Giacometti, em Setúbal, fundado em 1987, foi sediado na antiga Fábrica Perienes de conservas de peixe, reabilitada e musealizada, tendo incorporado instrumentos e equipamentos técnico-funcionais e procedido à recolha de testemunhos orais de memórias daquela indústria com grande representatividade na região sadina. Integrou ainda elementos de litografia, actividade subsidiária à conserveira. Este acervo representativo de uma actividade industrial local surge em complementaridade à Colecção Giacometti que empresta o nome ao museu e que resultou de uma recolha no terreno de testemunhos do trabalho e do quotidiano rural, efectuada a nível nacional, em 1975.

• *Indústria têxtil*

Para além de vários projectos no âmbito do património industrial têxtil, existem no nosso país dois casos de referência no plano museológico. Referimo-nos ao Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior, na Covilhã (a que nos iremos reportar em detalhe no ponto 4.1.) e ao Museu da *Indústria Têxtil da Bacia do Ave*.

Em finais de 1986 teve início um inventário de património industrial de base territorial, integrado no programa de elaboração da carta arqueológica nacional. O inventário contou com o apoio do Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte do IPPC, tendo como principais objectivos a identificação e o levantamento de testemunhos de património industrial na região da Bacia do rio Ave, e o estudo de formas adequadas de protecção legal dos vestígios inventariados (CORDEIRO 1987: 3).

Alicerçado neste inventário e num programa de investigação científica sobre o processo de industrialização do referido território, em 1987, a Unidade de Arqueologia da Universidade do

Minho apresentou o documento *Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave – Propostas para um programa*, o qual previa a constituição de uma estrutura museológica polinucleada e descentralizada situada ao longo do curso do rio Ave e dos seus afluentes. Os projectados núcleos museológicos seriam distribuídos pelos concelhos onde a indústria têxtil tinha alcançado alguma expressão e significado, aproveitando museologicamente as instalações e conservando em funcionamento os equipamentos fabris¹²², de modo a possibilitar a compreensão do processo de industrialização que atravessou toda a região (CORDEIRO 1987-88: 23), e contribuindo para o desenvolvimento sustentado daquela região.

Em 1988, a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão comprometeu-se a criar as condições necessárias para o estabelecimento do núcleo do museu no concelho, sendo aprovada uma *Proposta de inventário do Património Industrial do Concelho de Vila Nova de Famalicão*, acção essencial para o estabelecimento de uma futura estrutura museológica, prevendo-se a disponibilização ao público dos resultados desse trabalho através da organização de uma exposição. No ano seguinte foi constituído o gabinete do Museu da Indústria Têxtil, em Famalicão¹²³, que procurou realizar, para além do inventário e do estudo da indústria têxtil da região, uma actividade regular no âmbito da recolha, inventariação e do estudo do património industrial daquela região. Em 1990, iniciou-se a publicação de um Boletim Informativo, sob o título *Museu de Indústria Têxtil*, com o objectivo de divulgação do projecto. Este continuava a contemplar a criação de núcleos localizados noutros concelhos da região através da musealização de estruturas *in situ*.

Funcionando até 1992 em condições precárias, e dado o débil grau de empenho revelado pelas restantes autarquias envolvidas no projecto, após a realização da exposição *Património Industrial do Vale do Ave* – iniciativa que apresentou publicamente o Núcleo de Famalicão do

¹²² Algumas empresas da região da Bacia do Ave tinham guardado maquinaria que consideravam de interesse histórico (CORDEIRO 1997: 166), o que poderia tornar-se na génese do acervo do futuro museu.

¹²³ Tendo em vista a criação do Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave, estabeleceu-se um protocolo de colaboração, em 1992, entre a Universidade do Minho e o município de Vila Nova de Famalicão, assegurando a edibilidade os recursos humanos e materiais necessários ao projecto.

Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave – o *Museu de Indústria Têxtil* assumiu-se como um projecto municipal, ganhando um novo alento com a abertura ao público da área de reserva, em 1995, e com a sua instalação num armazém de uma fábrica têxtil de meados do século XX. O museu vive actualmente um período de reorganização e prepara o relançamento do seu projecto museológico através da realização da exposição *O jornal «O Têxtil» e as lutas sindicais na Bacia do Ave entre 1956 e 1974*, projectando ainda a instalação num outro espaço.

• *Indústria baleeira*

Na Região Autónoma dos Açores, devido à identificação cultural das populações do Arquipélago Açoreano com a actividade da baleação e da extracção industrial de óleo e farinha de cetáceos realizada, sobretudo, nas Ilhas do Pico, Faial, Flores e Corvo, onde a pesca aos cetáceos foi praticada até aos anos 80 do século XX, surgiram projectos de reabilitação de algumas destas unidades industriais para aproveitamento museológico¹²⁴. Neste contexto, relevamos o trabalho levado a cabo na fábrica da baleia de S. Roque do Pico iniciado, em 1992, sob a direcção e responsabilidade científica do Prof. Rui Sousa Martins e com a colaboração do Centro de Estudos Etnográficos da Universidade dos Açores, no âmbito do inventário e do estudo das instalações da fábrica de óleos, farinhas e adubos das Armações Baleeiras Reunidas, Lda., em S. Roque do Pico, quer no que diz respeito ao conjunto dos edifícios da fábrica e respectivos equipamentos técnico-funcionais, quer no que respeita ao arquivo da empresa. Este trabalho de levantamento, inventário e estudo da história da empresa e dos processos técnicos de produção presentes na fábrica, levado a cabo pela equipa dirigida pelo Prof. Sousa Martins, com a colaboração de antigos operários da fábrica e de antigos baleeiros,

¹²⁴ Em 1983 foi adquirida pela Câmara Municipal de Sta. Cruz das Flores a Fábrica Baleeira do Boqueirão, com o objectivo de musealizar o conjunto dos imóveis, integrando-os no “circuito baleeiro do concelho de Sta. Cruz das Flores”, procurando valorizar assim a memória da baleação na Ilha das Flores (VIEIRA, 1996: 110)

alicerçou o projecto de intervenção e musealização do sítio¹²⁵, que conduziu à abertura do Museu da Indústria Baleeira, em 1994, considerado o primeiro museu industrial dos Açores. A iniciativa deveu-se à Secretaria Regional do Turismo e Ambiente que adquirira a fábrica em 1990. Em 1997, com a extinção daquela secretaria, o museu foi anexado ao Museu do Pico¹²⁶, sendo a sua tutela transferida para a Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais.

• *Indústria da pólvora*

Outro projecto alicerçado na investigação universitária foi o do Museu de Pólvora Negra, em Barcarena. Após adquirir a antiga Fábrica de Pólvora Negra, a autarquia de Oeiras procurou firmar parcerias entre o Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras / Câmara Municipal e o Instituto Superior Técnico, a Universidade Nova de Lisboa e a Universidade de Évora, de forma a desenvolver o necessário projecto de investigação histórica sobre aquele antigo sítio industrial e o estudo técnico-funcional dos seus sistemas hidráulicos, no qual se ancora aquele museu, sediado desde 1998 num dos espaços da fábrica.

Nesse mesmo ano, a Fábrica de Pólvora Negra de Vale de Milhaços, no concelho do Seixal, sítio industrial onde funcionava ainda uma máquina a vapor do século XIX que servia de motor a todas as oficinas, passou a ser objecto de inventário e estudo do Ecomuseu Municipal do Seixal (EMS), tendo-se realizado uma exposição a propósito do centenário daquela fábrica no Concelho. Mais tarde, o estudo daquela unidade industrial evoluiu para a interpretação *in situ* do circuito produtivo da pólvora com o apoio de um núcleo expositivo, instalado desde 2000, no edifício da oficina de carbonização reabilitado para o efeito. Com o encerramento da fábrica, o sítio industrial passou a constituir uma das

¹²⁵ A intervenção efectuada na fábrica da baleia das Armações Baleeiras Reunidas, Lda. procurou manter, tanto quanto possível, a traça arquitectónica do edifício e os equipamentos encontram-se, na sua maioria *in situ*.

¹²⁶ Em 1998 inicia-se a requalificação do Museu do Pico em Museu Regional. Actualmente, o Museu Regional do Pico é uma estrutura polinucleada, constituída por: o Museu dos Baleeiros, nas Lages, o Museu da Indústria Baleeira, em S. Roque, e o Museu do Vinho, na Madalena.

extensões do EMS¹²⁷ e um património integrado em espaço de tutela mista, com propósito de aproveitamento não exclusivamente museológico.

• *Indústria corticeira*

Em 1987, a Câmara Municipal da Moita adquiriu "...as instalações e parte do equipamento [da Fábrica Corticeira Socorquex] com o objectivo de criar um museu no sector produtivo da fábrica e instalar serviços camarários na área circundante (zona social, administrativa e oficial)" (ABREU 1993: 44) e o propósito de constituir o "Núcleo da Indústria Corticeira" a integrar no Museu Municipal da Moita. A equipa técnica envolvida no projecto de aproveitamento museológico de algumas das secções da fábrica, iniciou então um trabalho de investigação quer a nível histórico (com o estudo da história da empresa e a sua integração no desenvolvimento da indústria corticeira em Portugal), quer através da interpretação da sua implantação geográfica e das suas características arquitectónicas, quer ainda do estudo do processo de fabrico do aglomerado negro, das profissões envolvidas, dos produtos e da sua comercialização. Contudo, este projecto nunca veio a concretizar-se, tendo-se aí instalado alguns dos serviços da autarquia. No final de 1996, deu-se a municipalização da antiga fábrica corticeira *Mundet & C.ª, Lda* pela Câmara Municipal do Seixal, proposta defendida pelo Ecomuseu Municipal desde o início daquela década. A antiga fábrica Mundet (Seixal) integra não só um considerável conjunto de edifícios, entre os quais salientamos o edifício das caldeiras *Babcock & Wilcox* de produção de vapor e as caldeiras de cozer (que constituíram, respectivamente a partir de 1998 e 2000, áreas expositivas do SEM abertas ao público), para além do volumoso arquivo da empresa, que inclui o fundo de desenhos técnicos de equipamentos e de espaços fabris e espólio fotográfico da empresa.

¹²⁷ O EMS tem actualmente a seguinte organização territorial: o Núcleo Sede (integra os serviços administrativo, educativo e o centro de documentação e informação); o Núcleo Naval, em Arrentela e as embarcações tradicionais do Tejo; o Núcleo da Mundet (acolhe área expositiva e o serviço de estudo e inventário do património industrial); o Núcleo da Quinta da Trindade onde funcionam as reservas e os serviços de arqueologia e de conservação e restauro; o Núcleo da Olaria Romana da Quinta do Rouxinol e o Núcleo do Moinho de Maré de Corroios. Constituem ainda extensões do museu, a Fábrica da Pólvora de Vale de Milhaços e a Quinta de S. Pedro.

A extensão de todo este património industrial veio contribuir decisivamente para a alteração das prioridades pré-estabelecidas na gestão e programação do EMS, obrigando à reavaliação de métodos e processos de investigação e de documentação, adoptando-os à especificidade de inventário de sítio industrial: "...face à necessidade da elaboração de um programa científico consistente para um futuro programa museológico envolvendo a fábrica, e contextualizando esta, nas mais variadas vertentes da história local do século XX, os resultados do inventário de património industrial mostraram-se por si só insuficientes, exigindo a reperspectivação da função museológica de investigação" (FILIPE 2000: 332), contribuindo de forma determinante para a afirmação do património industrial na investigação interna do museu.

Em 2000 foi aberto ao público o Museu da Cortiça da Fábrica do Inglês resultando, por um lado, da estratégia de um grupo de empreendimento imobiliário e de indústria da restauração que procurou apostar na promoção da cultura e da animação e, por outro lado, da salvaguarda do património industrial corticeiro daquela fábrica. O projecto previu a musealização de uma das oficinas da fábrica reportada à indústria de transformação de cortiça, na qual se apresenta a contextualização histórica não só daquela empresa, mas também de outras unidades industriais corticeiras que se estabeleceram em Silves no século XIX, e onde se estabelece a articulação do montado à fábrica, apresentando também as várias máquinas corticeiras de produção de rolha. Nos restantes imóveis destinados à restauração, bem como na zona ao ar livre, o espaço é pontuado por alguns equipamentos e estruturas que testemunharam a actividade corticeira naquele sítio.

Foi criada uma reserva museológica para equipamentos técnico-funcionais, arquivo documental e amostras de produtos, prevendo-se ainda a organização de uma área de arquivo histórico e ainda um centro de documentação.

Devido ao interesse que o património industrial corticeiro tem vindo a despertar nos vários pontos do país onde existiu a concentração daquela indústria, surgiu a ideia da criação de

um “itinerário dos núcleos corticeiros portugueses” (CUSTÓDIO 1999: 44) que incluíse o Seixal, a Moita, o Montijo, Portalegre, Silves e Santa Maria de Lamas.

• *Indústria cerâmica*

O Museu da Cerâmica de Sacavém foi criado por deliberação camarária em 1995, na sequência do processo de encerramento da Fábrica de Louça de Sacavém.

José Lopes Cordeiro referiu que no caso do Museu da Cerâmica de Sacavém “...obviamente houve ali uma grande cedência que foi a destruição do património “fábrica” que foi, praticamente, toda destruída. Agora uma coisa que me agrada naquele museu, por um lado é a ideia em si: a Câmara [Municipal de Loures] ter exigido como contrapartida a construção de um museu pela destruição da fábrica, não se perdeu tudo, e depois é o trabalho que elas fazem. Elas têm boas condições, tiveram a sorte de salvaguardar o arquivo da fábrica ou uma boa parte dele, que está bem tratado e digitalizado e acessível o que nem sempre acontece. É exemplar. Tem uma actividade mais ou menos regular com exposições sobre a sua temática específica.”

Inaugurado em 2001, o projecto arquitectónico do edificio englobou o último testemunho construído da fábrica – o Forno 18 –, enquadrando-o na área de percurso expositivo. O mesmo edificio integra ainda os serviços técnicos do museu, a área de actividades de animação pedagógica, reservas e loja. A equipa técnica e científica do museu tem desenvolvido um trabalho não só a nível da investigação histórica e social da fábrica, mas também tem estudado os processos de fabrico e inventariado e documentado o acervo do museu¹²⁸.

Para além deste, existem outras entidades museológicas consagradas à cerâmica como sejam o Museu da Cerâmica, nas Caldas da Rainha (que não consideramos propriamente um museu de indústria, dado que restringe os seus estudos aos aspectos decorativos e estéticos do objecto), e o Museu da Vista Alegre, em Ílhavo.

¹²⁸ Devido ao processo de falência e hasta pública dos bens da Fábrica de Louça de Sacavém, não foi possível ao museu adquirir e incorporar máquinas industriais daquele estabelecimento fabril.

A partir do que referimos anteriormente e analisando sumariamente os casos que acabámos de apresentar, poderemos depreender que as primeiras acções de sensibilização para a salvaguarda de testemunhos industriais, acompanhadas dos estudos e dos levantamentos realizados no nosso país, a partir de meados da década de 70 do século XX, levaram à criação de projectos e a diversas iniciativas museológicas – algumas das quais com a orientação técnica e científica da COAI/AAIRL e, mais tarde, sob a égide da APAI ou da APPI – o que poderemos talvez considerar como a emergência de uma “primeira geração de museus de indústria” em Portugal, no século XX.

Para além de reflectirem os inventários e os estudos então efectuados, estas primeiras iniciativas museológicas ancoraram-se, por vezes, em iniciativas empresariais ou autárquicas que estiveram na génese da selecção, recolha e constituição de acervos empresariais ou de utensílios de trabalho reportados às principais actividades económicas locais, entre as quais a indústria, com o propósito de organizar os respectivos “museus”. Foram interpretadas e apresentadas, do ponto de vista museológico, as indústrias mineira, moageira (através do aproveitamento museológico de alguns moinhos¹²⁹), têxtil, conserveira, vidreira, papelreira (a que nos iremos referir com detalhe no ponto 4.2), cerâmica, e ainda “patrimónios” de outros sectores, como o abastecimento público de água, a energia e a iluminação eléctrica, os transportes e as telecomunicações, seguindo um pouco na esteira das industriais mais estudadas e de maior impacto museológico e museográfico a nível internacional.

Num segundo momento, que poderemos localizar a partir dos anos 90 do século XX, poderemos talvez considerar o surgimento da uma “segunda geração de museus de indústria”.

Face ao desaparecimento de muitos dos testemunhos históricos mais significativos e representativos do património industrial português (tanto Jorge Custódio como José Lopes

¹²⁹ Por termos excluído deste ponto a área da iniciativa moageira e o património molinológico, cabe fazer aqui referência à musealização no âmbito do Ecomuseu Municipal do Seixal, e abertura ao público, desde 1996, do Moinho de Maré de Corroios.

Cordeiro, referem a perda das grandes fábricas históricas que marcaram a industrialização portuguesa no século XIX), esta “segunda geração” centrou a sua actividade em testemunhos representativos do trabalho industrial local e com os quais as populações ainda se identificam, passando a englobar, para além das indústrias até então mais estudadas, “novas” áreas industriais, como sejam, a cortiça, a pólvora, a cerâmica, a chapelaria¹³⁰, entre outras.

Parece-nos evidente que, em alguns casos, mediante o interesse crescente das autarquias pelo património industrial, que levou a um “...movimento de aquisição de unidades fabris desactivadas por parte de Câmaras Municipais” extensivo a todo o país: a Fábrica da Pólvora de Barcarena, em Oeiras, a Fábrica de Louças de Sacavém, em Loures, a Fábrica de Papel, em Santa Maria da Feira, entre outros casos (CAMACHO 2002: 114-115), houve um aproveitamento museológico desses imóveis ou sítios.

Por outro lado, mercê de um certo enfraquecimento do movimento associativo de defesa do património cultural e procurando afirmar cientificamente o seu trabalho, esta “segunda geração de museus de indústria” promoveu a parceria com institutos e universidades na área do inventário e, sobretudo, no âmbito da investigação. Beneficiando, simultaneamente, do aumento do número de técnicos de museu com formação, a nível de pós-graduação ou mestrado, em património e museologia.

Parece-nos óbvia, em alguns casos, a procura de novos modelos de programação e de gestão que visem não só a promoção de iniciativas culturais, mas também de lazer e animação, recorrendo ao turismo como forma de revitalização, dinamização e sustentabilidade dos projectos museológicos (poderemos apontar aqui os casos do Museu Mineiro do Lousal, do Museu da Fábrica do Inglês, em Silves e da Fábrica de Pólvora Negra, em Barcarena).

Em relação às áreas disciplinares implicadas nos levantamentos, inventários e investigações realizados, tanto quanto nos foi possível averiguar, estas acções têm vindo a ser efectuadas, por participantes com formação na área da história e da antropologia, dado que a aplicação dos seus

¹³⁰ Recentemente, em 2005, foi aberto ao público o Museu da Indústria Chapeleira, em S. João da Madeira.

métodos de investigação ao fenómeno industrial permite o desenvolvimento de estudos conducentes ao conhecimento dos seus aspectos históricos e socioprofissionais (tais como a implantação geográfica da indústria, a história da empresa, os processos de produção e as profissões envolvidas). Ao evoluir para o aprofundamento do estudo do fenómeno industrial, recorre-se à engenharia, para a compreensão, entre outras vertentes, de aspectos funcionais e tecnológicos, ou à arqueologia, quando se tornou necessário proceder a intervenções arqueológicas. Assim, apesar de teoricamente se defender o estudo interdisciplinar e pluridisciplinar do património industrial, na prática o seu estudo é promovido por um conjunto limitado de áreas do conhecimento.

Esta abordagem necessariamente sintética devido aos limites da extensão formal deste trabalho, revela-nos um vasto campo de investigação de património industrial reportado a vários temas que mereceriam, por si só, ser objecto de uma outra abordagem ainda inexplorada do ponto de vista do estudo museológico, que nos remeteria não só para a génese mas para o processo de consolidação das actividades desenvolvidas em torno das suas vocações disciplinares, aspectos a carecer de uma futura reflexão mais contextualizadora e aprofundada.

Traçado o contexto histórico e patrimonial no qual se desenvolveu o crescente interesse pelos testemunhos da actividade industrial e tendo referido algumas das principais iniciativas e realizações de âmbito museológico e de patrimonialização, verificadas em Portugal nas três últimas décadas, passamos a analisar alguns dos sítios de referência no aproveitamento museológico, valorização e divulgação de património industrial, que emergiram, em diferentes momentos, no panorama museológico português.

4. MUSEUS DE INDÚSTRIA QUE SE CONSOLIDAM E PROGRESSIVA INSERÇÃO DO PATRIMÓNIO INDUSTRIAL NO PANORAMA MUSEOLÓGICO PORTUGUÊS

Tomaremos como ponto de partida três realidades museológicas no âmbito do património industrial – o Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior, na Covilhã, o Museu do Papel Terras de Santa Maria, em Paços de Brandão e o Museu da Electricidade / Central Tejo, em Lisboa – enquanto entidades distintas quer em termos de tutela, quer de processos de criação e géneses específicas, quer ainda ao nível dos meios de consolidação dos seus projectos, todas de mérito reconhecido, pelas suas actividades e as suas equipas técnicas e científicas e salientando-se como sítios de referência em património industrial no nosso país. Ao seleccionar e abordar estes três museus, tivemos como principal propósito, não o seu estudo exaustivo, mas a reflexão sobre o papel que as acções de inventário, documentação e investigação de património industrial poderão ter desempenhado na sua génese e consolidação em função dos resultados que têm vindo a obter, considerada a sua importância no panorama museológico português.

4.1. Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior

Na entrevista que nos deu a 19 de Maio de 2005, Elisa Pinheiro¹³¹, responsável científica do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior, na Covilhã, referiu ter fundado e presidido, em 1974, a Associação de Estudo e Defesa de Património Histórico-Cultural da Covilhã, ressaltando o papel desta associação local no âmbito da realização de levantamentos documentais e fotográficos, bem como de exposições sobre património industrial.

Em 1976, no decurso das obras de adaptação a Instituto Politécnico da Covilhã do imóvel – utilizado, até 1959, como quartel do Batalhão de Caçadores 2 – foi detectado um conjunto de estruturas em pedra aparelhada na ala poente do edifício Sul, que constavam de poços cilíndricos, fornalhas e caldeiras. As obras foram de imediato suspensas e a

¹³¹ Ver Anexo 14: Entrevista de Elisa Pinheiro, gravada em 19.05.2005.

comissão instaladora do Instituto Politécnico mandou recolher, num único local, todos os objectos encontrados (entre outros, um relógio de sol em xisto e várias pedras de caleiras soltas), solicitando, nesse mesmo ano, apoio técnico ao Director-Geral do Patrocínio Cultural – Secretaria de Estado da Cultura para identificar o achado.

De acordo com o parecer do então Director do Museu de Francisco Tavares Proença Júnior, datado de 9 de Novembro de 1976, expresso após visita ao local, era “...intenção da Comissão fazer instalar no local e em lugares anexos um museu que narre a história das técnicas de transformação dos lanifícios”¹³², a integrar no próprio espaço do Instituto Politécnico da Covilhã. A esta decisão não terá sido alheia a acção da própria Associação de Estudo e Defesa de Património da Covilhã que procurou alertar e sensibilizar aquele instituto para a importância do seu próprio património industrial¹³³.

No ano seguinte, após visita aos achados ocasionais, foi solicitada por Natália Correia Guedes, então Directora do Museu do Traje, a classificação e protecção das diferentes testemunhos arqueológicos encontrados no edifício onde esteve instalada a Real Fábrica de Panos da Covilhã¹³⁴, bem como a criação do Museu Têxtil na Covilhã.

No ofício dirigido ao Director Geral do Património Cultural, datado de 24 de Janeiro de 1977, Natália Correia Guedes defende que a “...organização do Museu justifica-se plenamente dada a tradição que a Covilhã tem no fabrico de têxteis”, sugerindo para o efeito a constituição de uma Comissão de apoio à sua instalação, à qual competiria: o estudo da localização e a programação do futuro museu, integrando as estruturas construídas então descobertas, a pesquisa documental sobre o sítio e, ainda, a recolha de objectos para a constituição do futuro acervo museológico. Como via de divulgação de intenções, Natália Correia Guedes sugere ainda “...a realização de uma primeira exposição temporária para evidenciar as possibilidades

¹³² O documento encontra-se integrado no Processo de classificação n.º 05.0310/01: conjunto de fornalhas e poços cilíndricos da antiga Tinturaria da Real Fábrica de Panos da Covilhã, do século XVIII. Acessível no Ministério da Cultura. Instituto Português do Património Cultural. Direcção Regional de Castelo Branco.

¹³³ Cf. Entrevista gravada em 19.05.2005, de Elisa Pinheiro (Anexo 14).

¹³⁴ A classificação dos achados arqueológicos foi levada à Junta Nacional de Educação que, em 1 de Abril de 1977, aprovou o parecer que foi apresentado ao Secretário de Estado da Cultura para o despacho final.

de reunião de elementos sobre o assunto e divulgar junto da população, o interesse e o bom andamento da iniciativa e a indispensável colaboração na recolha e identificação de objectos que aquele poderá dar.”¹³⁵ Disponibiliza o apoio técnico dos Serviços do Museu Nacional do Traje para a realização daquela iniciativa.

Pretendendo o Instituto Universitário da Beira Interior (IUBI) iniciar obras de reabilitação daquelas instalações que acolheriam um espaço museológico – o “Museu de Lanifícios da Região da Covilhã”¹³⁶ – e a biblioteca geral daquele instituto, o IUBI estabeleceu, em 1985, um protocolo com a AAIRL. Tendo em vista a viabilização do projecto de instalação do museu, tutelado pelo IUBI, a AAIRL tomou então a responsabilidade científica da intervenção arqueológica, considerada inadiável face à necessidade de concretização do projecto de montagem do museu. Anteriormente, a mesma associação tinha sido promotora de experiências no âmbito do trabalho arqueológico em contexto fabril, sendo pioneira neste tipo de acções realizadas em Portugal.

Os trabalhos de arqueologia, realizados em 1986, na tinturaria da Real Fábrica de Panos da Covilhã, fundada durante o período Pombalino, teve como principais objectivos a definição das condições possíveis de recuperação das estruturas construídas tendo em vista o seu aproveitamento museológico, e a remoção de materiais aí introduzidos em obras de “embelezamento” realizadas durante a segunda fase de adaptação do edifício e que dificultavam a leitura e a reconstituição com rigor científico dos equipamentos presentes naquele espaço. A responsabilidade científica desta intervenção ficou a cargo de Jorge Custódio, membro da AAIRL, coadjuvado na Covilhã por Fernando Maia, tendo a equipa que dirigia o projecto museológico e o Grupo de Trabalho dos Lanifícios da Covilhã, acompanhado os trabalhos.

Quanto aos processos metodológicos utilizados, o relatório dos trabalhos foi da autoria de Jorge

¹³⁵ O documento encontra-se integrado no Processo de classificação n.º 05.0310/01: conjunto de fornalhas e poços cilíndricos da antiga Tinturaria da Real Fábrica de Panos da Covilhã, do século XVIII. Acessível no Ministério da Cultura. Instituto Português do Património Cultural. Direcção Regional de Castelo Branco.

¹³⁶ CUSTÓDIO, Jorge, PINHEIRO, Elisa, SANTOS, Maria Luísa e RIBEIRO, Isabel – Relatório. Real fábrica de Panos da Covilhã (Actual UBI). Intervenção Arqueológica de Emergência – Julho a Dezembro de 1986. [Covilhã]: AAIRL, Outubro de 1987. [p. 1].

Custódio, não detalhando os procedimentos seguidos: “...metodologia empregue pela equipa responsável assentou nos princípios gerais do método arqueológico, caldeado pelos princípios teóricos e metodologias da arqueologia industrial”.¹³⁷

Da intervenção resultou a recolha de diversos materiais da primitiva construção de pedra, restos de cerâmica, de vidros e de tecidos, além de metais (ferros e latões) pertencentes aos diferentes períodos de ocupação, sendo a conservação dos materiais encontrados solicitada ao Museu Monográfico de Conímbriga.

Após a desobstrução e limpeza das fornalhas, em 1989 surgiu um novo pedido de autorização de trabalhos arqueológicos, com a colaboração do arqueólogo Martin Höck da Universidade da Beira Interior, com o objectivo de colocar a descoberto o suporte de caldeiras que se verificou existirem na “sala do tinte grande”, assim como efectuar uma sondagem da zona de queda da água, ou presumível cisterna¹³⁸.

Importa aqui salientar que existia já um trabalho desenvolvido quer pela Associação de Estudo e Defesa de Património Histórico-Cultural da Covilhã, quer pelo Grupo de Trabalho do Museu de Lanifícios da AAIRL, na Covilhã (o qual era coordenado localmente por Elisa Pinheiro, constituindo também o elemento de ligação entre o IUBI e a AAIRL, em Lisboa), tendo-se realizado em 1980, um levantamento fotográfico dos portais das fábricas da Covilhã. Com o material entretanto reunido e após pesquisa documental, a Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural, com a colaboração de professores em formação na Escola Secundária Frei Heitor Pinto, resolveu realizar uma exposição procurando com esta iniciativa sensibilizar a comunidade local para a riqueza do seu património industrial. Este levantamento e a informação recolhida sobre as 159 firmas

¹³⁷ CUSTÓDIO, Jorge, PINHEIRO, Elisa, SANTOS, Maria Luísa e RIBEIRO, Isabel – Relatório. Real fábrica de Panos da Covilhã (Actual UBI). Intervenção Arqueológica de Emergência – Julho a Dezembro de 1986. [Covilhã]: AAIRL, Outubro de 1987. [p. 16].

¹³⁸ A APAI irá ainda intervir no Alto-forno de Pedreanes, na Marinha Grande (1988/90) e na Fábrica de Papel do Engenho Novo, em Paços de Brandão (1990), onde realizou trabalhos arqueológicos.

industriais que existiam na Covilhã em 1936, permitiram efectuar uma primeira caracterização da indústria de lanifícios daquela cidade. (MAIA e PINHEIRO 1989: 167)

Com a condicionante de ter a Universidade da Beira Interior (UBI)¹³⁹ sido estabelecida nos antigos edifícios fabris onde se pretendia instalar também o museu, o Projecto do Museu de Lanifícios da Região da Covilhã¹⁴⁰, elaborado em 1985, procurou capitalizar quer as estruturas construídas e os objectos provenientes dos trabalhos arqueológicos, quer as informações provenientes da pesquisa documental e os levantamentos e inventários até então realizados, e que contextualizavam aquele estabelecimento industrial do século XVIII.

Assim, o projecto de musealização incluiu a constituição de uma área de exposição permanente correspondente ao espaço da tinturaria pombalina da Real Fábrica de Panos da Covilhã (cuja abertura ao público se encontrar, neste documento, prevista para 1986, mas que não se veio a verificar) onde se apresentava o reconhecimento e o estudo do sistema tintureiro, a que correspondiam e o restauro e conservação das estruturas *in situ* (tinas e fornalhas) com o objectivo de possibilitar a reconstituição museológica do ambiente daquele espaço industrial, apresentados não só os objectos encontrados nas escavações, como também matérias-primas, plantas e imagens de trabalho das tinturarias do Antigo Regime (Séculos XVI-XVIII). Em relação aos outros sub-temas ou núcleos da exposição, existia uma área destinada a apresentar aspectos de contextualização sobre os lanifícios da Região da Covilhã nos séculos XIX e XX, e um terceiro núcleo que abordaria aspectos ligados à comercialização e apresentação dos produtos¹⁴¹.

¹³⁹ O Instituto Universitário da Beira Interior ascende à categoria de universidade em Abril de 1986.

¹⁴⁰ Documento de cinco páginas e anexos fotográficos da autoria de Jorge Custódio, coordenador do projecto museológico, integrado no Processo de classificação n.º 05.0310/01: conjunto de fornalhas e poços cilíndricos da antiga Tinturaria da Real Fábrica de Panos da Covilhã, do século XVIII. Acessível no Ministério da Cultura. Instituto Português do Património Cultural. Direcção regional de Castelo Branco.

“O projecto de instalação do Museu dos Lanifícios da Região da Covilhã” foi apresentado publicamente por Elisa Pinheiro e Fernando Maia no *I Encontro Nacional sobre Património Industrial. Coimbra – Guimarães – Lisboa/1986. Actas e comunicações*, realizado em 1986.

¹⁴¹ Na entrevista que nos deu a 19.05.2005, Elisa Pinheiro salientou o importante contributo do trabalho de campo realizado na área da Serra da Estrela, tendo em vista os objectos e materiais ligados aos trabalhos dos lanifícios e que poderiam ser recolhidos, de forma a constituir o futuro acervo.

A equipa de projecto para a instalação do museu – Grupo de Trabalho do Museu dos Lanifícios da AAIRL – era constituída por elementos da AAIRL e por Elisa Pinheiro, Fernando Maia e pelo desenhador Santos Marques, a nível local. Contava ainda com apoios institucionais pontuais, quer da autarquia, quer do Departamento de Arqueologia da Zona Centro, do Museu Monográfico de Conímbriga e do Museu Municipal de Castelo Branco.

Em 1987, realizou-se, nas instalações da UBI, o Seminário de Arqueologia Industrial, História e Tecnologia dos Lanifícios, apresentando-se então publicamente, nos espaços reabilitados das antigas tinturarias da Real Fábrica de Panos da Covilhã, a exposição temporária *As Fábricas de João Mendes Veiga e Sucessores*¹⁴², que decorreu entre 30 de Abril a 19 de Julho, e que resultou do trabalho de investigação efectuado por Jorge Custódio, Elisa Pinheiro, Luísa Santos e Isabel Ribeiro, com a contribuição do Pedro Aboim. Foi a partir desta exposição que se resolveu abrir ao público o Museu de Lanifícios da Região da Covilhã, facto que ocorreu em 1992.

Elisa Pinheiro, na entrevista que nos deu em 19 de Maio de 2005, referiu que o acervo do museu resultou dos achados da intervenção arqueológica, “... de três peças e mais umas pequenas que estão cá provenientes da COAI, em depósito, e que vieram através do IPPC”¹⁴³, tendo a UBI, na fase de instalação do museu, adquirido através de compra algumas tinas de cobre, uma caneleira e um tear, objectos actualmente em exposição.

Durante o processo de levantamento dos sítios industriais da indústria de lanifícios e de instalação do museu, as recolhas de instrumentos e máquinas não foram muito frequentes, dado que, na maioria dos casos, as fábricas foram desactivadas e submetidas a processos de falência e hasta

¹⁴² Com a entrada em vigor dos estatutos da UBI, em 1989, integrou a sua orgânica o Centro de Estudo e Protecção do Património (criado ainda no período de instalação da universidade), com competências, entre outras, no âmbito da preservação do património industrial sob tutela da UBI e da instalação do museu. O catálogo da exposição *As Fábricas de João Mendes Veiga e Sucessores* foi publicado, em 1990, no primeiro número dos *Cadernos de Arqueologia, Arqueologia Industrial e Património Arquitectónico*, editados pelo Centro de Estudo e Protecção do Património da UBI.

¹⁴³ Cf. Entrevista realizada a Elisa Pinheiro, a 19.05.2005 (Anexo 14).

pública dos equipamentos, pelo que, na sua maioria, já não tinham equipamentos instalados. Só após a abertura ao público do museu se registaram algumas doações.

Actualmente, o Museu de Lanifícios apresenta-se polinucleado, integrando para além da Real Fábrica de Panos, a partir de 1998 o Núcleo das Râmolas de Sol, antiga estrutura construída de apoio à indústria de lanifícios, e a Real Fábrica Veiga. Este último núcleo, após ter sido submetido a uma intervenção arqueológica e museológica, foi inaugurado em Abril de 2005, acolhendo o Centro de Interpretação dos Lanifícios e o Centro de Documentação e Arquivo Histórico dos Lanifícios¹⁴⁴, que integrou, ao longo do tempo, a documentação histórica e técnica da indústria dos lanifícios proveniente, sobretudo, dos arquivos de empresas desactivadas do ramo. A 30 Abril de 1999, estabeleceu-se o Protocolo entre a Universidade da Beira Interior e o Instituto Português do Património Arquitectónico para a Salvaguarda e Valorização do Património Cultural Edificado da Beira Interior, cuja primeira acção de cooperação foi a realização do “Inventário do património industrial da cidade da Covilhã”. Iniciou-se assim um protocolo de colaboração interinstitucional no âmbito do inventário e estudo do património industrial, numa iniciativa, tanto quanto nos foi dado saber, até então inédita em Portugal. A acção teve como principais objectivos o conhecimento do património industrial da cidade da Covilhã, através da identificação das unidades industriais existentes e da caracterização do património industrial em presença nesses estabelecimentos fabris (a arquitectura dos edifícios, a energia e a maquinaria utilizada, entre outros aspectos), prevendo-se a elaboração de uma carta de património industrial da Covilhã.¹⁴⁵

A formação da equipa de inventário e a coordenação local dos trabalhos de reconhecimento, identificação e caracterização das fábricas, pesquisa histórica e documental e tratamento de

¹⁴⁴ Através de candidatura ao Projecto ARQUEOTEX – Rede Europeia do Património Industrial, em 1998, foi possível a criação de um Centro de Documentação e Arquivo Histórico dos Lanifícios, concretizando assim uma aspiração expressa no projecto de musealização dos anos 80, que defendia a necessidade de organizar aquele serviço para apoiar a realização quer da exposição permanente, quer de exposições temporárias que se viessem a efectuar.

¹⁴⁵ Cf. Protocolo entre a Universidade da Beira Interior e o Instituto Português do Património Arquitectónico para a Salvaguarda e Valorização do Património Cultural Edificado da Beira Interior. Covilhã. 30.04.1999. [Dactilografado], 11 p. Acessível no Museu de Lanifícios da Beira Interior. UBI.

dados, esteve a cargo do Museu de Lanifícios / UBI. Para tal, e como instrumento de trabalho, foi elaborada por técnicos do IPPAR / Departamento de Estudos em colaboração com a UBI, uma ficha de inventário do património imóvel, de acordo com as especificidades da indústria dos lanifícios, testada no âmbito do trabalho desenvolvido no terreno.

Uma das intenções, quanto a nós mais interessantes, nesta acção era a da criação de uma “base de dados para tratamento dos conteúdos recolhidos no inventário a ser realizada pela UBI em colaboração com o IPPAR”¹⁴⁶, que permitiria, posteriormente, a articulação da informação recolhida com o Sistema de Informação do IPPAR¹⁴⁷. Esperava-se que este trabalho resultasse no embrião de um sistema de informação e documentação de património industrial a desenvolver, em fase posterior, a nível nacional.

Da acção, que decorreu entre 1999 e 2002, resultou a constituição de 106 processos de documentação reportados às unidades inventariadas¹⁴⁸. Esta informação, inicialmente organizada em dossiês de sítio, foi depois trasladada para a base de dados destinada à gestão do património inventariado no IPPAR, pretendendo-se que, a partir deste trabalho, fossem elaboradas as propostas de classificação das estruturas construídas consideradas de maior interesse patrimonial. Apesar do protocolo estabelecer a edição conjunta dos resultados, até ao momento estes não foram ainda divulgados, existindo, contudo, sobre esta iniciativa alguns artigos publicados quer por Deolinda Folgado (técnica do IPPAR / Departamento de Estudos responsável pela coordenação do trabalho em Lisboa), quer por Elisa Pinheiro.

Outra parceria recentemente estabelecida teve o propósito de “... contribuir para a criação e o desenvolvimento de uma rede de informação têxtil à dimensão europeia” (PINHEIRO 2004: [3]), entre o Museu de Lanifícios e o Museu Vostell Marpartida, de Cáceres, na

¹⁴⁶ Idem, [p. 9].

¹⁴⁷ Esta mesma intenção encontra-se expressa num artigo escrito por Deolinda Folgado, técnica do IPPAR, que refere o esforço realizado para a normalização de linguagem e na construção de um *thesaurus* adequado ao preenchimento da ficha e a uma futura base de dados de património industrial (FOLGADO 2000: 232-235).

¹⁴⁸ Os dados resultantes do inventário foram disponibilizados à edilidade local, que procurou articular essa informação com os objectivos do Programa POLIS, em curso naquela cidade, comprometendo-se a sinalizar todos os imóveis considerados de valor histórico e patrimonial relevante.

Estremadura Espanhola. Esta parceria procurou, a partir do reconhecimento dos vestígios de campo e através de pesquisa documental e histórica, identificar e estudar numa perspectiva antropológica e patrimonial a Rota da Lã – TRANSLANA¹⁴⁹ e as vias da transumância, visando a definição e a valorização de uma rota peninsular da lã, contribuindo também para o desenvolvimento do turismo cultural.

O Museu de Lanifícios lançou assim um novo projecto de investigação que, no que respeita ao território nacional, não se confina ao concelho da Covilhã, mas antes estuda uma área mais ampla que corresponde à região da Serra da Estrela.

Este museu integra actualmente a Rede Portuguesa de Museus.

4.2. Museu do Papel Terras de Santa Maria

O museu do papel foi um projecto acalentado pela população local desde os anos 40 do século XX (FINA 2000: 4). No entanto, só em 1989 foi dado o primeiro passo nesse sentido, com o estabelecimento do protocolo entre a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, a Associação Nacional das Indústrias do Papel (ANIPC), e a APAI. Com o principal objectivo de desenvolver conjuntamente um projecto de investigação sobre a indústria papelreira naquele Concelho, pretendia-se simultaneamente proceder à recolha do património da indústria do papel tendo em vista a criação de um Museu do Papel a instalar na antiga Fábrica do Engenho Novo. A implementação do museu naquele espaço, levaria à “...concretização do projecto de aproveitamento da Quinta do Engenho Novo, um Património Municipal que deverá desempenhar um papel activo no desenvolvimento cultural e turístico do [...] Concelho”. (ANACLETO 1989: 2).

Nos anos 90, o Grupo de Trabalho do Papel da AAIRL tinha iniciado, em colaboração com a Associação Portuguesa dos Técnicos das Indústrias de Celulose e Papel (TECNICELPA), um

¹⁴⁹ O projecto Rota da Lã – TRANSLANA obteve a aprovação da União Europeia no âmbito do INTERREG III A. Iniciado em 2003, os resultados parcelares da pesquisa, em curso, encontram-se já publicados.



projecto de inventário das fábricas de papel¹⁵⁰, com o objectivo de cartografar as unidades industriais de acordo com critérios de ordem técnica e patrimonial, bem como a elaboração de um itinerário da indústria papelreira a nível nacional, prevendo-se a médio ou longo prazo a realização de estudos monográficos sobre unidades papelreiras e a criação de núcleos museológicos – em Lisboa, em Tomar e na região do Porto – ligados ao papel e à sua produção. A visita efectuada por este Grupo de Trabalho às fábricas de papel na região de Santa Maria da Feira e Paços de Brandão, levou à realização de um encontro – através da intervenção da TECNICELPA – com a autarquia, no sentido de ali se criar um grupo de trabalho local sob a supervisão científica da AAIRL e coordenado localmente pela autarquia, que pudesse desenvolver um trabalho de inventário e de estudo das unidades industriais papelreiras existentes na área do Município. Para o desenvolvimento do trabalho de inventário do terreno foi proposta a utilização de uma ficha de inventário de unidades papelreiras elaborada conjuntamente pelo Grupo de Trabalho do Papel da AAIRL e pela TECNICELPA. O projecto contava ainda com o apoio da Associação Nacional das Indústrias de Papel e Cartão.

Parte do grupo de trabalho local iria estudar pormenorizadamente a antiga Fábrica do Engenho Novo, em Paços de Brandão (construída em 1875, tinha sido destruída por um incêndio em 1958), cujas ruínas haviam sido adquiridas pelo Município. Mais tarde, dados os elevados custos do programa apresentado pela APAI para reabilitar museologicamente a Fábrica de Papel do Engenho Novo, incomportáveis para a Autarquia, o projecto foi afastado. Tendo em vista a concretização do projecto museológico, a Câmara Municipal decidiu-se pela compra, em 1992¹⁵¹, da Fábrica de Custódio Pais, fundada em 1822 e situada em Riomaior, considerada em condições de conservação razoáveis para aí instalar o museu, aprofundando-se a investigação sobre a indústria do papel e, em especial, sobre a

¹⁵⁰ Ver Anexo 15: Ficha de levantamento das unidades papelreiras.

¹⁵¹ Em 1992, a APAI promove a realização do seminário Arqueologia Industrial, Museologia e Indústria do Papel, em Paços de Brandão.

história daquela unidade industrial. Aquela autarquia adquiriu ainda outro imóvel papelero em Paços de Brandão: a Fábrica dos Azevedos (fundada em 1825).

O programa museológico do museu salienta "...a necessidade de adaptação dos espaços manufactureiros e fabris a uma nova funcionalidade museológica, tendo presente o princípio da não descaracterização destes mesmos espaços, equacionando-se, desde início, soluções de compromisso que viabilizassem o grande desafio deste projecto: um espaço dedicado à História do Papel em Portugal que, simultaneamente, incorporasse uma exposição permanente em actividade, dedicada aos processos de fabrico proto-industriais e industriais" (SANTOS 2003: 10-11).

Pelas características e estado de conservação das estruturas construídas, bem como pelo espólio industrial existente na Fábrica de Custódio Pais (ainda em actividade nos finais dos anos 80), foi dado início, em 1998, ao processo de musealização da fábrica com a intenção de se tornar o núcleo central do futuro Museu do Papel, procedendo-se à consolidação das estruturas existentes e ao tratamento da zona envolvente, à recuperação de infra-estruturas energéticas, de instrumentos de equipamento técnico-funcionais relacionados com processos de trabalho e com dois momentos tecnológicos distintos: a produção manufactureira oitocentista, utilizando a energia hidráulica para mover o moinho de galgas e o trapo como matéria-prima (espaço reportado ao antigo *Engenho da Lourença*, e aos processos de trabalho utilizados nos séculos XVIII e XIX) e o fabrico de papel em contínuo, com equipamento motorizado que utiliza a energia eléctrica, executando a reciclagem de trapo e de papel velho (espaço da *Casa da Máquina*, relativo ao fabrico de papel no século XX). Instalado num antigo engenho papelero e ancorado no levantamento e inventariação das unidades papeleiras existentes no concelho de Santa Maria da Feira, assim como na realização de projectos de investigação sobre a indústria do papel, promovidos pela Autarquia, a partir do início da década de 90 do século XX, sem os quais o projecto museológico não seria possível, o Museu do Papel Terras de Santa Maria – entidade museológica de tutela municipal, aberto ao público em 2001 – tem como missão

“...preservar memórias do fabrico do papel, potencializando os valores históricos, culturais e sócio-económicos de uma região papelreira com três séculos de actividade” (SANTOS 2003: 19).

O projecto do museu previa a reconversão de património industrial papelreiro em espaço museológico, efectuando-se uma intervenção de reabilitação e de reconstituição no caso da roda hidráulica, o que possibilitou a conservação do equipamento produtivo em funcionamento, embora não permanentemente. Procurou-se ainda que esta reabilitação não descaracterizasse a unidade papelreira, tendo-se optado por uma informação minimalista de apoio à interpretação do espaço industrial pelos públicos. Não sendo autorizada a visita desacompanhada aos antigos espaços fabris, a leitura e interpretação da fábrica é apoiada em visitas guiadas e na apresentação de um vídeo de contextualização. Através do serviço educativo do museu, os visitantes são incentivados a participarem nos processos e gestos inerentes à produção do papel folha a folha e informados sobre aspectos da evolução construtiva do imóvel, história da fábrica e características do equipamento e processos produtivos. O projecto do museu abrange ainda a criação de um pólo de investigação da História da Indústria do Papel em Portugal.

Concordamos com José Lopes Cordeiro, quando, na entrevista que nos cedeu, ao comparar os projectos do Museu do Papel com o Museu da Chapelaria (entidade museológica que abriu ao público em S. João da Madeira, em 2005), referiu que estas instituições, recentemente constituídas, dispõem de uma boa base de investigação, através da qual conseguiram identificar e documentar os processos produtivos inerentes àquelas indústrias, e que “...agora podem debruçar-se e virar-se para outros aspectos e contextualizar e mostrar a indústria chapeleira na história regional e na história nacional (o mesmo para o Papel), mostrar a história social, a história operária, a história empresarial”.

Este museu integra actualmente a Rede Portuguesa de Museus.

4.3. Museu da Electricidade / Central Tejo

Diversas empresas foram ao longo do seu percurso histórico criando os seus próprios acervos de testemunhos históricos e industriais¹⁵², respeitantes às suas áreas de actividade, constituídos por instrumentos, equipamentos e máquinas que deixaram de fazer parte do seu processo produtivo, e ainda por documentação antiga e amostras de produtos. Estes materiais recolhidos e apresentados em áreas “nobres” dos seus estabelecimentos fabris, constituíram colecções que serviram de instrumento de divulgação das suas iniciativas empresariais e de promoção da excelência da sua produção junto, sobretudo, de clientes e de agentes comerciais. Na década de 80 do século XX apareceram empresas dispostas a abrir ao público o seu “museu”, de forma regular e permanente¹⁵³.

Desde meados do século XX, o conjunto dos edifícios que constituem a Central Tejo, situados na zona ribeirinha de Belém, em Lisboa, tinham sido já parcialmente desafectados da produção eléctrica, passando os seus serviços, em 1968, a uma dispensa efectiva com o início de actividade da central térmica do Carregado. “Houve nessa altura licença para desclassificar e desmantelar todo o equipamento...” (SIMÕES 1983/1984/1985: 69), pelo que, no início dos anos 80, restava apenas algum do seu equipamento electro-mecânico e uma central transformadora em funcionamento.

Apesar de, em resposta ao nosso inquérito, se referir que a fundação do museu datou de 1986, com abertura ao público em 1990, outras fontes por nós consultadas, nomeadamente a documentação entregue ao IPPC para instauração do processo de classificação do edifício da Central Tejo, tornaram evidente que no início da década de 80 do século XX, a EDP – Electricidade de Portugal, EP tinha já a intenção de criar o Museu de Electricidade

¹⁵² Entre as várias empresas que recolheram materiais nos seus estabelecimentos fabris e organizaram “museus”, destacamos a Sociedade Corticeira Robinson, em Portalegre, a empresa Vista Alegre, em Ílhavo, e a EPAL, em Lisboa.

¹⁵³ O despoletar do interesse das empresas pela criação de museus conduziu à organização, em 1992, da Associação Portuguesa de Empresas com Museu (APOREM), com o objectivo de preservar e divulgar património histórico e industrial tutelados por empresas, apoiando e colaborando com as empresas que pretendessem criar museus ou núcleos museológicos com abertura permanente à população.

nas instalações da Central Tejo, procurando preservar o legado patrimonial de anteriores empresas¹⁵⁴, constituído por instalações, equipamentos técnico-funcionais e outros bens de relevante interesse técnico e histórico.

Já em 1976, período anterior à criação da própria EDP, tinha existido o propósito, no seio do Conselho de Administração das Companhias Reunidas de Gás e Electricidade (CRGE), de “...propor ao governo a criação do Museu Nacional da Electricidade e do Gás (ou do Museu Nacional da Energia), instalando-o no edifício da Central Tejo, que, à data, já tinha terminado a sua função de unidade produtora de energia eléctrica, constituindo-se para o efeito uma Comissão Instaladora que desenvolveria a sua actividade no âmbito da CRGE, proprietária do imóvel” (FREIRIA e FERREIRA, 1999: 61). Esta acção foi no entanto interrompida com a cessação das funções daquele Conselho de Administração. No início da década seguinte, o Conselho de Gerência da EDP decidiu constituir um grupo de trabalho com vista à criação de uma Comissão Instaladora do Museu da Electricidade.

Dada a qualidade arquitectónica do conjunto representado pela Central Tejo, em Lisboa, foi decidido pelo Conselho de Gerência da EDP, a de 30 de Setembro de 1980, a organização de um processo para, em termos legais, solicitar a classificação dos imóveis, do equipamento e da zona envolvente¹⁵⁵. Em 1981, no exercício das suas competências, a Comissão promoveu a elaboração dum estudo prévio tendo como objectivo a definição duma proposta base de reconversão museológica da central eléctrica, tendo a mesma Comissão considerado que a reabilitação dos imóveis para uma tal utilização servia igualmente a finalidade de preservar o conjunto de edifícios que representavam um caso interessante de arquitectura industrial do princípio do século, os quais, juntamente com o conjunto dos equipamentos ainda existentes,

¹⁵⁴ No início da década de 80 do século XX, faziam parte do património da EDP as primeiras instalações de produção, transporte e distribuição de energia eléctrica no nosso país, sendo sua directa antecessora a empresa Companhias Reunidas de Gás e Electricidade.

¹⁵⁵ Processo de classificação da Central Tejo. Documento do Conselho de Gerência da EDP/ Empresa Pública, constante no processo (30.09.1980). [dactilografado]. 1980. Acessível no IPPAR. Direcção Regional de Lisboa.

apresentavam características que se julgava pudessem contribuir para a sua classificação no âmbito da “arqueologia industrial”¹⁵⁶.

A valorização e a classificação da Central Tejo (considerada Imóvel de Interesse Público pelo Decreto N.º 1/86 de 3 de Janeiro) fez-se por via de critérios de qualidade estética e do valor arquitectónico do edifício, relegando para segundo plano a sua natureza industrial e técnica. Assim, a descrição apresentada, em 1981, tendo em vista a eventual classificação do imóvel, refere-se ao edifício que alberga as caldeiras de baixa pressão nos seguintes termos: “Toda a área é notável pela sua espacialidade e iluminação. É o local onde as janelas são mais numerosas e altas, proporcionando uma luz coada muito agradável...”, seguindo-se no mesmo texto a descrição do edifício da sala das máquinas AEG: “O efeito perspéctico da sua estrutura metálica, o jogo volumétrico criado pelas diversas tubagens que se estendem ao longo das paredes e que atravessam o espaço, numa composição cromática bastante interessante, tornam este espaço muito sugestivo.”¹⁵⁷ Assim, embora a apreciação do conjunto dos imóveis não ignore a existência de equipamento técnico-funcional no seu interior, apenas teve em conta uma pequena parcela dos testemunhos industriais em presença.

A omissão destes elementos e a falta de informação que emerge da investigação, da descrição e da documentação de testemunhos industriais, pelos responsáveis pelo preenchimento das propostas

¹⁵⁶ Processo de classificação da Central Tejo. Requerimento de Joaquim Rocha Cabral, Administrador do Conselho de Gerência da EDP/Empresa Pública, [ao] Presidente da Câmara Municipal de Lisboa (12.08.1982). [dactilografado]. 1982. Acessível no IPPAR. Direcção Regional de Lisboa.

Entre os primeiros casos de património industrial imóvel a obter a classificação de Imóvel de Interesse Público, salientamos os casos da Fábrica de Cerâmica Viúva Lamego, em Lisboa, em 1978, do conjunto de fornalhas e poços cilíndricos da antiga Tinturaria da Real Fábrica de Panos da Covilhã, do século XVIII, em 1982, da Fábrica Nova da Romeira, em Alenquer, em 1984, e da Central Tejo, em Lisboa, em 1986.

Tal como tivemos oportunidade de referir, conceito de património cultural adquiriu um sentido mais abrangente na Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, passando a considerar o interesse do imóvel enquanto testemunho notável de vivências ou factos históricos e o seu valor técnico ou material (alíneas d) e e) do art.º 17) entre os critérios a ter em conta para a apreciação técnica dos processos. Contudo, ao verificarmos os imóveis classificados pelo antigo IPPC e pelo actual IPPAR, constatamos que, até ao momento, não foi atribuído o valor de Monumento Nacional a nenhum edifício, conjunto ou sítio industrial. Na maioria dos casos de património industrial construído que obtiveram o grau de classificação de Imóvel de Interesse Público, foram considerados, sobretudo, os critérios de qualidade estética e do valor arquitectónico do edifício.

¹⁵⁷ Proposta de classificação da Central Tejo. Texto de Teresa Gambôa, apresentado a 8 de Outubro de 1981. Acessível no IPPAR. Direcção Regional de Lisboa.

de classificação que chegam ao IPPAR, podem também contribuir para uma certa relutância no reconhecimento jurídico do seu valor histórico e patrimonial dos edifícios industriais.

Por outro lado, a informação recolhida através das metodologias de inventário, da documentação e da investigação, podem contribuir de forma determinante para a elaboração de um projecto de reabilitação, de reutilização e de fruição pela população, de valorização e de sustentação que poderá passar, ou não, pela apropriação museológica dos espaços.

A classificação das instalações da Central Tejo valorizou bastante este património, tornando-se o imóvel não só representativo do sítio como também, mais tarde, da própria imagem do museu¹⁵⁸. Segundo documentação existente no processo de classificação da Central Tejo, em 1982 a empresa tinha já definido um projecto para o futuro museu que previa a utilização do conjunto de edifícios principais – os imóveis das caldeiras de alta e baixa pressões e o edifício dos geradores – entretanto desactivados, e reservando também para o futuro museu a parte ainda em serviço da subestação, logo que igualmente desactivada, permitindo agregar uma área considerável aos edifícios inicialmente afectos ao museu.

Para além da área expositiva na Central Tejo, e baseando-se no levantamento a nível nacional já realizado por um grupo de trabalho, a empresa pretendia musealizar os aspectos mais representativos do seu património construído: “...haverá Museus no Porto e em Lisboa, assim como Secções Museológicas constituídas por instalações e equipamentos cuja dimensão ou estado de conservação impossibilitem ou desaconselhem a sua transferência para os Museus “mãe” (FIGUEIRA 1981: 3). Esta parece ser ainda hoje uma das estratégias na gestão do património histórico da empresa, dado que, em resposta ao nosso inquérito, foi referido o projecto de abertura de futuros núcleos museológicos na Central da Póvoa e no Posto de Transformação de Alcanena.

¹⁵⁸ Já anteriormente, a Central Tejo, imóvel que acolheu em 1985 a exposição *Arqueologia Industrial: um mundo a descobrir, um mundo a defender*, emprestou a sua imagem para a divulgação do evento tal como se pode observar nos cartazes de promoção da iniciativa (Ver Anexo 16), tornando-se um dos elementos mais importantes em exposição. Tornou-se de tal modo indissociável daquela realização que é comum referir-se-lhe como a “Exposição da Central Tejo”.

Com vista à concretização do Museu da Electricidade era ainda considerado necessário constituir o acervo do museu. Com este objectivo, o periódico *Rede Eléctrica*, propriedade da EDP, noticia em 1981 a realização de um “...inventário prévio do que pode ser considerado de interesse para figurar num futuro Museu de Electricidade, organizado pela EDP, acaba por ser concluído por um grupo de trabalho nomeado para esse efeito. Entre as instalações inventariadas encontra-se a Central Hidráulica da N.S. do Sabugueiro [...] que conta com máquinas de 1909, 1913, 1923 e 1934” (FIGUEIRA 1982: 1).

O Grupo de Trabalho procedeu a uma acção que visou recolher informação para inventário e fazer uma “...primeira apreciação das possibilidades de criação de secções museológicas nos sítios visitados”¹⁵⁹, sensibilizar as pessoas para a localização, identificação e recolha de objectos com interesse museológico. O Grupo de Trabalho realizou visitas às Direcções de Distribuição Centro e Norte, sendo solicitado um itinerário prévio cobrindo uma selecção de instalações, sendo a mais antiga a de Riba-Coa, de 1906. Na altura, este Grupo de Trabalho recolheu muita informação sobre objectos, equipamentos técnico-funcionais, documentação¹⁶⁰ e instalações diversas consideradas pelos técnicos da empresa como bens de interesse museológico e como tal, referenciadas pelas várias direcções regionais do continente e ilhas.

O Museu da Electricidade da EDP contou desde o primeiro momento com doações realizadas pelos próprios trabalhadores da empresa para enriquecer o património museal existente. Foi utilizado o boletim *Rede Eléctrica* para apelar aos contributos de antigos trabalhadores para um projecto que se pretendia colectivo¹⁶¹. Em Abril de 1982, noticiou-se a criação do museu especializado na história da produção de electricidade da empresa inglesa de electricidade

¹⁵⁹ MUSEU da Electricidade. Museu da EDP. Complemento de Dezembro de 1981 ao relatório de Julho de 1981 do Grupo de Trabalho nomeado pela DR 7/80/CG. Electricidade de Portugal. EDP/Empresa Pública. Acessível no Arquivo Histórico da Fundação EDP., 4 p.

¹⁶⁰ Na Direcção de Distribuição da Região Norte, mais precisamente na cidade do Porto, o Grupo de Trabalho deparou com um espólio de cerca de 5000 “chapas fotográficas” de instalações de empresas que tinham sido integradas na EDP, reservadas para um futuro Museu de Imagem.

¹⁶¹ Pretendia-se criar um museu de empresa como já acontecia com várias empresas públicas portuguesas, como eram os casos da CP, dos CTT/TLP, da EPAL e da TAP que “... possuem ou estão a organizar, os seus museus” (FIGUEIRA 1981: 3).

CEGB – o Fiddler’s Ferry Museum – instalado também ele numa central a carvão com o mesmo nome, localizado perto de Warrington, no Noroeste de Inglaterra¹⁶². Lançou-se com este artigo uma verdadeira campanha de mobilização dos trabalhadores da empresa para a doação de documentos e objectos para o futuro museu¹⁶³. A partir de então, tornou-se frequente a publicação de pequenos textos sobre os objectos oferecidos por antigos trabalhadores para o museu, bem como das histórias associadas a esses objectos e notas biográficas dos doadores.

Após este primeiro levantamento dos diferentes tipos de “património industrial eléctrico” da EDP com interesse histórico e museológico realizado pelo Grupo de Trabalho, em 1984, a Comissão Instaladora para o Museu da Electricidade¹⁶⁴ apresentou o programa do Museu da Electricidade, cujo principal objectivo foi o de “...ajudar a «conhecer» a electricidade, divulgar as suas aplicações e realçar a sua importância no progresso humano [optando-se] por uma concepção de natureza estrutural, com um arranjo lógico das partes de preferência a uma representação temporal, simplesmente evolutiva, da electricidade como ciência e como forma de energia geradora de tecnologias.”¹⁶⁵ No que se reporta ao âmbito temático, o programa estruturava-se em três áreas: invenções ou área científica, dedicada aos grandes inventores e aos seus trabalhos, e ao estudo e compreensão da electricidade (como parte das ciências físicas e como forma de energia), evolução tecnológica dos meios de produção e das aplicações de energia eléctrica e consequências sociais, económicas e ambientais, e a área das inovações e novas tecnologias, ocupando-se de novas fontes de produção de energia eléctrica.

¹⁶² Cf. FIGUEIRA, José Corrêa (dir.) – *Rede Eléctrica*. Ano 2, n.º 20, Abril de 1982, p. 7.

¹⁶³ Contrariando esta acção, em 1983 foi publicado nos *Cadernos de Museologia* da APOM, um artigo de Antero Vieira de Sousa intitulado “Museu da Electricidade”¹⁶³, que tornou público um “Esboço do Programa do Museu” refere-se que “... não convirá que o Museu vá dilatando o seu acervo, mas sim que se conserve como imagem de uma unidade produtora de uma forma de energia de influência determinante dos princípios e primeiras décadas do nosso século” (SOUSA 1983: 21).

¹⁶⁴ Quanto aos elementos que constituíram a Comissão Instaladora para o Museu da Electricidade conseguimos apenas apurar que o Engenheiro Mário Mariano, técnico da EDP foi membro daquela Comissão e que, a partir de 1985, tornou-se coordenador da referida Comissão.

¹⁶⁵ COMISSÃO Instaladora para o Museu da Electricidade – *Programa do Museu da Electricidade*. DT 5/84 CIME. 29.12.1984. Acessível no Arquivo Histórico da Fundação EDP. Lisboa. P. 3.

O programa do museu refere ainda a realização, no âmbito da exposição, de “...experiências fundamentais [para] evidenciar certas leis físicas que constituem o fundamento do conhecimento científico e prático da electricidade e são a base de compreensão do princípio de funcionamento de máquinas [...] que constituem uma parcela do património museológico da EDP.”¹⁶⁶ Previa-se ainda a possibilidade do museu poder adquirir centrais de produção de energia eléctrica de antigas fábricas que, devido às suas características, ao tipo de equipamento ou à ligação a acontecimentos assinaláveis de âmbito regional ou nacional, merecessem ser preservadas.

O levantamento anteriormente realizado, em 1981, foi considerado pela Comissão Instaladora como “...o meio indispensável a uma correcta avaliação, por parte do Museu da Electricidade, do espólio existente, em quantidade e em natureza, permitindo-lhe, a partir daí, o estudo das condições tendentes à definição dum plano prévio de instalação de núcleos museológicos regionais e centrais”. O mesmo documento refere que a Central Tejo será o “núcleo museológico central”, e que os “núcleos museológicos regionais” serão criados a partir de instalações industriais mais antigas (centrais, barragens, subestações, postos de transformação, entre outros) ou mesmo instalações completas que envolveriam, segundo aquela Comissão, “simples operações de conservação”.

Em termos de serviços do museu, previa-se a organização de áreas de conservação, de inventariação e de classificação de património industrial eléctrico, de uma biblioteca de livros técnicos e científicos e de um centro de informação e documentação abertos à consulta do público. No âmbito daquela empresa, previa-se que o Museu da Electricidade actuasse como “órgão de consulta da EDP para o efeito de classificação [...] de antigas instalações desactivadas para o serviço ou, mais simplesmente, para a sua preservação ou mero levantamento para fins museológicos.”¹⁶⁷

¹⁶⁶ Idem, pp. 4-5.

¹⁶⁷ Idem, pp. 11-12.

Embora o edifício da Central Tejo tenha emprestado alguma projecção aos objectos na exposição realizada em 1985, parece-nos que este evento também constituiu um momento para valorizar e divulgar daquele património industrial: “O velho edifício de tijolo, característico de uma construção fabril do princípio deste século [...] encontrava-se abandonado e em condições degradadas. Este aspecto acaba por ressaltar-se com a exposição, que recuperou todo o edifício, mantendo as estruturas metálicas de origem e as grandes salas de laboração. [...] Incidindo o primeiro núcleo [da exposição] sobre a própria Central Tejo como antiga unidade de produção e energia.” (GRANADA 1985: 24)

Após a realização da exposição *Arqueologia industrial: um mundo a descobrir, um mundo a defender* na Central Tejo, em 1985, o Conselho de Gerência da EDP considerou extinta a Comissão Instaladora do Museu da Electricidade, passando à fase de implementação do museu, utilizando os espaços dos edifícios das caldeiras e casa das máquinas da Central Tejo, incluindo os cinzeiros das caldeiras de alta pressão, integrando os equipamentos *in situ* ainda existentes, com vista à reconstituição do processo de produção de energia eléctrica por via térmica convencional, sob a forma de circuito didáctico. Na inauguração deste museu, em 1990, foi apresentada a exposição *Um século de electricidade*, incluindo os temas: Central Tejo – Espaço e memória, Lisboa Luzes da Cidade, História da Electrificação e Fontes de Energia.

Actualmente, o Museu da Electricidade da EDP, após um período de encerramento de cerca de três anos (segundo informação da própria entidade), em que se aprofundou a investigação sobre a temática da electricidade através da parceria com a Universidade de Évora / Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (CIDEHUS), tendo em vista o desenvolvimento do seu principal projecto – “História do sector eléctrico em Portugal como contributo para a história social e económica contemporânea Portuguesa” – prepara para o início de 2006, e após uma intervenção de conservação e de beneficiação das estruturas construídas, a apresentação de uma nova exposição.

4.4. Síntese e interpretação de dados de inquérito aos três museus

Com o propósito de conhecer, estudar e comparar os instrumentos de trabalho – as fichas de inventário – utilizadas por estas entidades museológicas no inventário e na documentação de seu acervo, e partindo de um conjunto restrito de fichas que estas entidades nos cederam, procurámos proceder a uma análise comparativa, ainda que necessariamente sumária, destes instrumentos¹⁶⁸.

Assim, ao analisar uma ficha da AAIRL / TECNICELPA, de 1986, para o registo de “Levantamento de unidades papelarias” realizado em Santa Maria da Feira, deparámo-nos com uma ficha que de uma forma abrangente, mas breve, identifica a fábrica de indústria papelaria, descrevendo sumariamente as estruturas construídas e o seu historial, procurando aprofundar informações quer sobre os equipamentos técnico-funcionais em uso, ou já desactivados, quer sobre as infra-estruturas energéticas utilizadas. Quanto a aspectos sócio-culturais, limita-se a inquirir sobre o número de trabalhadores masculinos e femininos, categorias profissionais e sobre os equipamentos sociais existentes.

Efectuado o inventário e a investigação de sítios industriais durante os anos 90 do século XX, a actual ficha de inventário utilizada pelo Museu do Papel reporta-se a objectos móveis. No caso analisado, tratou-se de um objecto que foi integrado no museu por via de doação, identificando-se a proveniência industrial do objecto, qual a sua função, características físicas e estado de conservação, mas não se regista qualquer informação de contexto.

No caso da ficha de inventário utilizada no Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior, relacionada com o projecto da “Rota da Lã – TRANSLANA, inventário de património industrial”, não são descritos com detalhe os aspectos arquitectónicos e funcionais do sítio industrial, encontrando-se também ausentes informações sobre ligações funcionais ou equipamentos tecnológicos que se encontrem associados, mas denota algum aprofundamento ao nível da investigação histórica, recorrendo tanto a fontes documentais como orais para este efeito. Tal como nos esclareceu Elisa Pinheiro, este inventário foi desde logo limitado pelos

¹⁶⁸ Ver Anexo 17: Fichas de inventário utilizadas pelos museus inquiridos.

prazos de execução do projecto, pelo que os campos de descrição da ficha, necessariamente poucos, foram também seleccionados de acordo com estas limitações.

A ficha de inventário utilizada no inventário do Museu da Electricidade, destina-se ao registo dos vários equipamentos que integram a Central Tejo, que no caso considerado coincidiu com uma estrutura industrial construída, e, apesar de muito sintética e de não apresentar grandes detalhes arquitectónicos, sumaria aspectos históricos e funcionais do equipamento inventariado, sem referir outro tipo de informação.

Tendo como base de análise este conjunto de instrumentos de trabalho utilizados por as entidades museológicas estudadas, concluímos que mais do que reflectirem especificidades reportadas às características de um determinado sector industrial, estas fichas traduzem os objectivos principais da própria entidade ou instituição museológica que promoveu e realizou as acções de inventário e de documentação de testemunhos industriais, bem como do nível de informação que pretendeu divulgar sobre esses mesmos bens.

Pela leitura dos dados obtidos no nosso inquérito, em termos dos principais campos temáticos do museu constatamos que enquanto o Museu de Lanifícios e o Museu do Papel se reviram nas áreas temáticas da “história industrial” e da “ciência e da técnica”, o Museu da Electricidade apenas se identificou com este último campo temático. Esta relutância em considerar-se como um museu de indústria poderá corresponder à perspectiva da Central Tejo como equipamento produtor de energia eléctrica para abastecer a região de Lisboa. No entanto, para além desta central eléctrica ter sido uma infra-estrutura energética importante para o trabalho industrial, no próprio programa do museu, em 1984, fez-se referência ao “património industrial eléctrico” da empresa. No mesmo inquérito, quando se refere ao seu acervo imóvel, este museu define-o como “industrial”.

Curiosamente, dos três museus em análise, apenas o Museu de Lanifícios se identificou com a área do património e da arqueologia industrial como seu campo temático, apesar de em Paços de

Brandão terem ocorrido trabalhos de natureza arqueológica numa antiga unidade industrial papelreira que, segundo o programa do Museu do Papel, irá integrar aquela entidade museológica.

Relativamente aos resultados do inquérito quanto à questão da constituição do acervo museológico e aos modos de incorporação, aspecto que consideramos importante para a caracterização geral dos museus, tanto o Museu da Electricidade como o Museu de Lanifícios consideraram o seu acervo imóvel de temática industrial já devidamente inventariado, tendo o Museu de Lanifícios promovido, para a realização do inventário do património industrial construído do concelho da Covilhã – no qual se incluem os núcleos do museu – uma parceria entre a UBI e o IPPC, mais tarde assumida pelo IPPAR, parceria que funcionou entre 1982 e 2004. O Museu do Papel considerou ter apenas inventariado parcialmente o seu património imóvel, tarefa iniciada em 2002.

Analisando as respostas ao nosso inquérito em relação à natureza do acervo móvel, o conjunto das instituições museológicas considerou ter à sua guarda acervo fotográfico e documental e ainda de natureza científica e técnica, mas apenas o Museu de Lanifícios considerou possuir igualmente acervo arqueológico contemporâneo, acrescentando preservar objectos da indústria têxtil. Note-se que embora se tenham verificado trabalhos de natureza arqueológica, embora não oficial, na Fábrica de Papel do Engenho Novo, em Paços de Brandão, em 1990, o Museu do Papel não identifica, no seu acervo, objectos incorporados por essa via. A actual responsável técnica pelo museu, Maria José dos Santos, referiu em entrevista ao jornal *Notícias de Paços de Brandão* que foram efectuados trabalhos arqueológicos no Engenho Novo “... com vista a uma definição dos antigos espaços fabris, sem o qual não seria possível iniciar um plano de musealização.” (BRANDÃO 1999: 6).

No que se refere aos níveis de inventariação de património móvel, enquanto o Museu de Electricidade e o Museu de Lanifícios consideraram que mais de 75% do seu acervo móvel se encontrava inventariado, o Museu do Papel referiu que a percentagem do seu

acervo inventariado atingia um nível inferior a 25%, facto que não será estranho se considerarmos que o inventário teve início após a abertura pública do museu, em 2001.

Um aspecto a realçar e que nos parece revelador do importante trabalho de levantamento e inventário verificado nas últimas décadas na Covilhã, foi a constituição do acervo museológico remeter para uma fase anterior ao da própria fundação do museu. Concluímos assim, segundo os dados que nos foram disponibilizados no inquérito, que o inventário do acervo imóvel teve início em 1982, enquanto que o do acervo móvel se iniciou em 1986.

Tendo como base os resultados do nosso inquérito no que se reporta ao estabelecimento de parcerias na realização dos seus projectos, destacamos que o Museu de Lanifícios, de tutela universitária, envolve não só particulares e entidades locais e regionais (Câmara Municipal da Covilhã, Universidade de Coimbra e o Parque Natural da Serra da Estrela), mas também entidades de âmbito nacional e internacional, com quem estabeleceu parcerias no sentido de “... promover a cooperação internacional através da partilha e da transferência de informação, de saber, de recursos e de experiências” (PINHEIRO 2004: [3]).

Essa será uma mais-valia aparentemente ainda pouco explorada pelos restantes museus, apesar do Museu da Electricidade ter já estabelecido parceria com o ISCTE/ISEG e com a Universidade de Évora, no que se refere a projectos desenvolvidos em colaboração com o Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (CIDEHUS), tendo em vista o desenvolvimento do projecto “História do sector eléctrico em Portugal como contributo para a história social e económica contemporânea Portuguesa”. O Museu do Papel, por sua vez, estabeleceu parceria com a TECNICELPA/ANIPC, tendo em vista o desenvolvimento dos seus projectos sobre o “Levantamento e estudo de marcas d’água” e a “História do papel em Portugal”.

A análise dos museus seleccionados – o Museu da Electricidade/Central Tejo, em Lisboa, o Museu de Lanifícios da UBI, na Covilhã, e o Museu do Papel Terras de Santa Maria, em Paços de Brandão – pareceu-nos constituir um ponto de partida interessante para levantar algumas

questões referentes à contribuição das funções museológicas de documentação e de estudo que marcam a programação destas entidades museológicas e o modo como têm vindo a evoluir.

Reconvertendo antigos edifícios fabris desafectados em espaços museológicos, parece-nos que uma preocupação comum aos casos escolhidos foi, numa fase anterior ao da sua abertura ao público, a implementação de acções no âmbito do inventário, da documentação e do estudo do acervo imóvel e móvel, promovidas pelas entidades tutelares. Em dois dos museus estudados, as parcerias estabelecidas com associações de defesa de património desempenharam um papel relevante quer na sensibilização para a protecção daquele património, quer em acções promotoras de inventário e estudo do património industrial, levando, numa fase posterior, à sua preservação e valorização através da concretização de projectos museológicos. No caso do Museu da Electricidade, o trabalho de levantamento que esteve na sua génese foi efectuado, a nível nacional, por técnicos da empresa que seleccionaram e recolheram objectos, baseando-se, sobretudo, no interesse histórico e tecnológico desses bens, instituindo um acervo específico à empresa que lhe serve de tutela, procurando apresentar publicamente e em espaços próprios, infra-estruturas e equipamentos colectivos industriais no âmbito respectivo da produção, transporte e distribuição pública de electricidade em contexto regional.

Parece-nos de salientar que, dos casos considerados, um já evoluiu para uma organização territorial polinucleada – o Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior, na Covilhã – enquanto os restantes museus se perspectivam também nesse sentido, o que nos parece ser uma evolução natural, dado que os acervos constituídos e as suas realizações se relacionam (sobretudo no caso dos museus de Lanifícios e do Papel) com as comunidades onde se inserem e com os respectivos territórios de implantação.

No conjunto dos inquiridos, podemos de algum modo aperceber-nos da importância que os museus dão ao apoio e à participação da comunidade ou grupos de pessoas mais directamente relacionadas com as temáticas apresentadas nos museus. No caso do Museu

da Electricidade foram salientadas as doações realizadas por particulares, nomeadamente por antigos trabalhadores da empresa. Por sua vez, o Museu de Lanifícios relevou as doações de empresas de lanifícios já desactivadas, de empresários, técnicos e operários têxteis, enquanto o Museu do Papel referiu as recolhas efectuadas não só na região, mas noutras regiões historicamente ligadas ao papel.

Este aspecto é tanto mais importante se considerarmos que, por exemplo o Museu de Lanifícios não dispunha inicialmente de acervo museológico para além do que resultou dos trabalhos arqueológicos e que, ao efectuar o trabalho de terreno de inventário das unidades industriais, a equipa deparou-se com fábricas desactivadas, esvaziadas ou em processo de hasta pública após a declaração de falência, o que não lhes possibilitou quer o inventário, quer a recolha de equipamentos técnico-funcionais. Este relacionamento com as comunidades locais sobre um determinado sítio e indústria proporcionou-lhes um trabalho e uma reflexão mais aprofundada. Por outro lado, estas entidades museológicas têm vindo a desenvolver actividades que ultrapassam o âmbito local. Neste sentido, poderemos talvez considerar o Museu de Papel como um museu de âmbito regional, dado que embora se encontre tutelado pela autarquia, o seu contexto histórico e o território onde procede à recolha de testemunhos industriais papeleiros abrange outros concelhos vizinhos, também eles detentores de uma forte tradição de produção industrial papeleira dos séculos XVIII e XIX, que integravam uma vasta área conhecida por “Terras de Santa Maria”, designação que, aliás, foi adoptada pelo Museu do Papel.

Enquadrado num projecto ambicioso de inventário e de estudo sobre os lanifícios, reportado a uma região geográfica transfronteiriça, o Museu de Lanifícios alargou o âmbito da sua investigação, passando a estudar não só o sistema de produção presente nos vestígios da Real Fábrica de Panos da Covilhã e do seu contexto a nível da história da indústria dos lanifícios no Concelho da Covilhã, mas também numa perspectiva transversal, os produtos e a sua evolução, em função do desenvolvimento tecnológico, para além da proveniência e das condições de aquisição da matéria-prima para a fábrica.

Esta foi a entidade museológica que, tanto quanto nos foi dado conhecer, melhor rentabilizou, até agora, museológica e museograficamente, a informação de contexto que lhe proporcionou o trabalho de inventário, documentação e estudo do seu objecto museológico, integrando os resultados do estudo nas suas realizações museológicas e divulgando-os junto da população e da comunidade científica.

Em relação à divulgação do património incorporado e preservado e da investigação realizada, através da multiplicidade de iniciativas e de materiais informativos referidos no nosso inquérito, é possível constatar que o conjunto das instituições museológicas atribui relevância a este aspecto da comunicação com os seus públicos, sobretudo através da apresentação de exposições permanentes. Os museus de Lanifícios e de Electricidade realizam ainda exposições temporárias, mas apenas este último informou organizar ou integrar exposições itinerantes.

Conscientes de que a comunicação museológica não se esgota na apresentação de exposições, os museus inquiridos desenvolvem diversos recursos, tais como a publicação de cartazes e a edição de folhetos, catálogos e brochuras. Apenas o Museu de Lanifícios referiu a preocupação na divulgação do seu património e projectos em encontros científicos, e ainda a produção de materiais com uma componente promocional, de *marketing* e de representação, embora tanto quanto nos foi dado verificar, o mesmo aconteça no Museu do Papel.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após termos dotado os diferentes capítulos da dissertação de algumas breves considerações de balanço crítico dos pontos abordados, propomo-nos agora sintetizar algumas apreciações ou considerações finais incluindo alguns contributos pontuais para a definição de metodologias de investigação e de documentação de património industrial em contexto museal.

A partir da década de 70 do século XX, salientamos o surgimento, a nível europeu, de várias iniciativas, entre as quais relevamos a comemoração do Ano Europeu para o Património Arquitectónico (1975), evento que originou um movimento internacional no sentido de se reconhecerem os edifícios industriais como parte integrante património arquitectónico europeu, as exposições sobre o tema – sendo uma das primeiras a *Exposição de Arqueologia Industrial* (1975) organizada pelo Cultureel Centrum Pro Civitate, em Bruxelas –, o alargamento do conceito de património, passando a englobar o património industrial, para além da realização de vários colóquios e encontros sobre arqueologia e património industriais. Sublinhamos, no plano museológico, as experiências de musealização de sítios industriais, como em Creusot – Montceau-les-Mines, em França, e em Ironbridge Gorge Museum, na Grã-Bretanha.

Em Portugal, beneficiando de um contexto cultural europeu favorável e no âmbito do movimento associativo de defesa do património, emergiu o propósito de promover algumas iniciativas de salvaguarda, de valorização e de divulgação de património industrial, apoiado oficialmente quer pela Direcção-Geral do Património Cultural, quer, mais tarde, pelo IPPC. Terá sido neste âmbito que surgiram iniciativas culturais, como a instalação do Museu da Fábrica de Fiação de Tomar, que deu origem, em 1978, à *Primeira exposição de arqueologia industrial* realizada em Portugal e que, no início dos anos 80, foi nomeada a COAI, com o propósito de organizar a exposição *Arqueologia industrial: um mundo a descobrir, um mundo a defender*.

Estas realizações marcaram as primeiras tentativas em Portugal de articular eventos expositivos, baseados em acções de levantamento e de documentação de testemunhos

industriais, realizados com o apoio oficial, assumindo como um dos principais objectivos a criação de uma entidade museológica de abrangência nacional, vocacionada para recolher, documentar, conservar, investigar e difundir património industrial. Terminadas as referidas exposições, desvaneceu-se porém a perspectiva de apoio e enquadramento institucional por parte de uma tutela que abrangesse sistematicamente os projectos patrimoniais e museológicos relacionados com o património industrial.

Através da análise das fontes documentais, tornou-se claro que, no caso da COAI, esta Comissão tinha uma clara consciência da necessidade de sensibilizar a sociedade civil para o desenvolvimento de formas de valorização e de protecção dos testemunhos industriais de modo a estreitar o desfasamento existente nesta área entre Portugal e os restantes países europeus, quer garantindo uma coordenação científica de inventários de património industrial apoiados a nível oficial (tal como acontecia em países como a França, que desde 1980 integrara o inventário e o estudo de património industrial no sistema de inventário geral de monumentos, acautelando institucionalmente aquelas acções), quer através da criação de museus que dessem a conhecer a industrialização portuguesa.

A iniciativa expositiva *Arqueologia industrial: um mundo a descobrir, um mundo a defender*, pensada, projectada e realizada de forma a tornar possível a criação de um museu de indústria de abrangência nacional, parece ter-se devido mais a interesses pessoais nomeadamente da então presidente do IPPC, Natália Correia Guedes, do que resultante de uma estratégia ou programa político e cultural pré-definido daquele instituto, coerente e consequente, pelo que, com a substituição da Presidência do IPPC, o projecto foi perdendo o ímpeto inicial, tornando-se um encargo financeiro ao qual não era reconhecido praticamente qualquer interesse, sendo o seu acervo, uma vez desmontada a exposição, e apesar de se encontrar sob a tutela do IPPC, disperso e esquecido. Situação em que, aliás, o fomos encontrar, em 2005, não obstante a preocupação de alguns técnicos da instituição, o que denota o desinteresse daquele instituto em implementar, a nível central, a concretização dos objectivos anteriormente propostos.

Por outro lado, a equipa técnica envolvida naquele evento, após apresentar ao IPPC a parceria com associações industriais e empresas como alternativa para a viabilização do projecto de criação de um museu industrial de abrangência nacional, talvez devido às tensões geradas por todo o processo de encerramento e desmontagem da exposição ou por se encontrar ainda demasiado apegada ao projecto inicial, não teve capacidade de se reajustar à situação, eventualmente propondo outros projectos menos ambiciosos que integrassem, conservassem, divulgassem e dignificassem aquele espólio, colocando à fruição pública o seu centro de documentação especializado ou finalmente, forçando uma reavaliação daquela iniciativa pelo poder político.

A partir desta experiência, o movimento associativo que apoiou a organização da exposição, procurou promover acções de inventário de âmbito temático ou territorial, patrocinando o estudo e a musealização de testemunhos industriais ancorados em interesses de comunidades locais com o apoio institucional de autarquias, ou de empresas particulares, abandonando-se, dado não se terem reunido as necessárias condições políticas, técnicas e financeiras, o propósito de um projecto museológico de abrangência nacional.

A análise das realidades museológicas consagradas ao património industrial que, no quarto capítulo, procurámos estudar, comparando não só a sua génese e a evolução das realizações, mas também as diferentes metodologias utilizadas no inventário, documentação e estudos dos seus acervos, conduziu-nos também a algumas reflexões.

Ao analisar os processos de criação e desenvolvimento dos museus de indústria seleccionados – o Museu de Lanifícios da UBI, o Museu do Papel Terras de Santa Maria e o Museu da Electricidade, da EDP – concluímos que, a partir da intenção das tutelas, os museus nasceram associados a projectos de inventário, documentação, estudo e investigação de testemunhos industriais específicos que alicerçaram os respectivos programas museológicos e a constituição e a valorização dos seus acervos.

Enquanto os restantes museus possuíam já objectos provenientes da aquisição e da reutilização e aproveitamento museológico de um sítio industrial, após a sua desactivação mas ainda com o respectivo equipamento técnico-funcional, o Museu de Lanifícios não dispunha à partida de objectos reportados àquela indústria, pelo que se tornou ainda mais importante o estudo e investigação, bem como o levantamento e inventário de património industrial reportado aos lanifícios, permitindo a recolha de objectos pertinentes à reconstituição do processo produtivo da indústria de lanifícios específico àquela região, facilitando a sua comunicação com os públicos e valorizando o seu património industrial.

Outras entidades museológicas existentes no nosso país, nomeadamente no caso do Museu da Pólvora Negra, em Barcarena, incorporaram património industrial mas basearam os seus programas científicos e museológicos não no inventário do património existente nos sítios industriais, mas antes na investigação histórica desenvolvida no meio universitário, resultando naquele caso concreto numa exposição que apresenta alguns dados sobre o fabrico de pólvora negra do século XVIII, mas que carece de testemunhos industriais que traduzam as técnicas, os equipamentos produtivos e as respectivas ligações técnico-funcionais, existentes nas últimas décadas de funcionamento daquela fábrica, bem como da sua relação com os restantes estabelecimentos industriais congéneres.

Em Portugal, apesar de esboçada uma estratégia de política patrimonial de salvaguarda, ao definir-se o registo patrimonial de classificação e o registo patrimonial de inventário (n.º 2 do art.º 16º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro) como formas de protecção legal dos bens culturais, nomeadamente do património industrial, subsiste a ausência, em nosso parecer, de uma eficaz e abrangente política patrimonial.

A destruição de importantes testemunhos, subsequentemente ao encerramento de muitas fábricas com relevância histórica, traduz-se numa perda significativa, quer a nível patrimonial, dado que não foram atempadamente identificados, inventariados e documentados testemunhos técnicos e industriais importantes, nos respectivos contextos,

quer a nível museológico, tendo em conta que não se procedeu à necessária recolha e incorporação do património (ainda que apenas o considerável móvel) mais representativo e significativo do fenómeno industrial, com que se promoveria o conhecimento e a compreensão, pelos públicos, de muitos aspectos da industrialização portuguesa.

A criação de um órgão coordenador, a nível da administração central, com o apoio oficial e institucional à investigação e à salvaguarda de património industrial, possibilitaria a definição de uma tutela científica de inventários de fábricas e sítios industriais, que passaria pela aferição de metodologias e de critérios de intervenção. Estes alimentariam um *corpus* de informação necessário quer à investigação, quer à implementação de projectos de conservação e de valorização. Ao Estado competiria ainda definir as suas atribuições e competências, bem como o modo de articulação com os serviços de administração local, evitando a emergência de iniciativas locais desenquadradas e, por vezes, inconsequentes, garantindo a integridade dos testemunhos industriais através da sua reutilização museológica ou não, mas contextualizada numa verdadeira política de salvaguarda e protecção daquele património.

A esse órgão oficial competiria a coordenação técnica e científica das investigações, reforçando a responsabilidade científica das equipas técnicas que realizassem os trabalhos de campo, de inventário, de documentação e de estudo, através da apresentação, numa fase preparatória de projectos de investigação, de conservação e de valorização que enquadrassem essas actividades, bem como da definição dos procedimentos metodológicos a seguir, passando pela elaboração de relatórios sobre as diferentes etapas do trabalho e as conclusões dos estudos. Estes relatórios constituiriam, para além de bases de investigação, instrumentos para a fundamentação do desenvolvimento de estratégias e de tomada de decisão, por parte das entidades competentes, para a preservação, a comunicação e a difusão dos bens culturais.

No plano museológico também se colheriam benefícios, dado que ao desenvolver o inventário e o estudo do património industrial, se poderiam delinear projectos de investigação sobre determinados aspectos da industrialização portuguesa, identificando e conhecendo o que ainda

existe de representativo, significativo ou singular preenchendo lacunas no panorama museológico nacional e definindo sectores industriais com pertinência para traduzir o fenómeno técnico e industrial a musealizar, contribuindo para a constituição de um fundo museológico e patrimonial representativo das indústrias nacionais.

Apesar de se terem já anunciado algumas experiências no âmbito da constituição de rotas temáticas de museus detentores de património industrial e de sítios industriais subordinados a determinados sectores de actividade (indústria têxtil e corticeira, entre outras), ou territórios (tal é o caso do Projecto da Rota de Património Industrial do Vale do Ave), será necessário promover uma visão estratégica que estabeleça uma política museológica a nível nacional, envolvendo os museus de indústria e conferindo visibilidade à investigação e à documentação dos acervos. Esta visão estratégica poderá passar pela promoção de rotas industriais apresentando, por exemplo, museus detentores de património industrial subordinados a determinadas temáticas, seleccionando sítios industriais musealizados que apresentem diferentes estádios de evolução tecnológica da mesma indústria, ou que associem diferentes produtos de uma mesma indústria, ou ainda organizando uma rede de museus de indústria apresentando os sectores industriais mais marcantes em determinadas regiões do país, tal como se faz em alguns países europeus. Entre estes países, merece-nos especial atenção o Rheinische Industriemuseum, na Renânia-Vestefália, na Alemanha, que desenvolveu um sistema integrado de museus através da preservação de sítios de significativo interesse arquitectónico e industrial na região, consagrados a diferentes temáticas industriais (fabrico de placas de zinco, fiação e tecelagem de algodão e lã, produção de tesouras, e fabrico de papel) reportados a diferentes períodos tecnológicos, procedendo ao aproveitamento museológico desses sítios industriais, preservando um deles para sediar os serviços técnicos da rede de museus (administração, oficinas de conservação e restauro, reservas, arquivo fotográfico, salas de conferência) para além de áreas de exposição temporária. Outro exemplo interessante,

com um funcionamento similar, é o Museu de la Ciència i de la Tècnica de Catalunya, sistema sediado em Terrassa, que agrega um elevado número de museus de indústria (moagem, têxtil, corticeira, pesca, entre outros) que procuram interpretar e divulgar os diferentes aspectos da industrialização catalã.

Por outro lado, tendo em conta as especificidades do património industrial, parece-nos óbvia a necessidade de criação no nosso país de um corpo técnico nos quadros dos museus que responda a necessidades específicas de inventariação, de investigação, de documentação e de conservação de património industrial ou, em alternativa, a implementação de uma articulação disciplinar e científica formal através de acções de partilha e apoio de saberes técnicos e científicos entre museus, que permitia capitalizar os recursos profissionais e técnicos existentes (este foi, aliás, um dos princípios apresentados nas Linhas Programáticas da Rede Portuguesa de Museus (RPM 2001: 34-36) a ser devidamente implementado).

Devido aos limites da extensão formal do texto e ao vasto campo de investigação de património industrial, alguns temas da nossa dissertação foram superficialmente abordados, carecendo portanto de uma maior pesquisa de fontes documentais, nomeadamente sob a perspectiva museológica. Entre esses temas salientamos, quer face ao limitado número de entidades museológicas em Portugal com recursos e capacidade para recolher o espólio de antigas empresas e instalações fabris desactivadas, assim como de equipamentos técnico-funcionais, quer face à insuficiência de recursos a nível documental, o estudo de alternativas de reabilitação e de valorização de património industrial em relação às medidas que têm vindo a ser adoptadas no nosso país. Sublinhamos também a necessidade de reflexão sobre os processos de classificação de património industrial e os seus efeitos, podendo ou não levar à efectiva salvaguarda, delineando-se outros processos a aplicar.

As experiências portuguesas no âmbito de museus de indústria não se esgotam nas entidades museológicas que foram aqui objecto de análise. Tomando como fonte os dados resultantes do Inquérito aos Museus de Portugal, publicado em 2000, Clara Camacho, coordenadora da

Estrutura de Projecto – Rede Portuguesa de Museus, concluiu que os museus com colecções de indústria beneficiaram, nas últimas duas décadas, de “...um especial incremento, num primeiro momento nos anos oitenta (criação de 20 unidades), ocorrendo depois um pico na década de noventa (criação de 30 unidades), tendência que parece manter-se num sentido crescente. Sendo na sua maioria de constituição recente, estes museus são tutelados por autarquias (32), por empresas públicas ou privadas (25), por associações (9), e pela administração central (3)” (CAMACHO 2002: 115)¹⁶⁹. No entanto, será importante ressaltar que no universo de entidades museológicas considerado, engloba todos os museus com objectos de indústria no seu acervo e não apenas “museus de indústria” em sentido restrito, ou seja, museus vocacionados para a preservação de acervos consagrados ao património industrial¹⁷⁰.

Parece-nos que deve ser promovida a reflexão sobre as diferentes entidades museológicas que têm à sua guarda acervos em campos temáticos reportados à indústria, aprofundando esta área museológica e se possível apontando parâmetros de referência, no âmbito dos quais será útil estabelecer comparações e avaliar as diversas estruturas museológicas e as suas realizações.

A consolidação da investigação e do estudo de património industrial passará também pela esfera das Universidades, nomeadamente integrando-os, pluridisciplinarmente, nos currículos e nos projectos de trabalho, em articulação com as realidades e as necessidades emergentes, associadas a museus ou a outras entidades com vocação nos campos patrimoniais em questão.

¹⁶⁹ Entre 2000 e 2003, o Observatório de Actividades Culturais apurou a abertura de 11 instituições museológicas com colecções ligadas ao património industrial e 10 em projecto (OBSERVATÓRIO... 2005: 29)

¹⁷⁰ Encontramos bens técnico-industriais em vários museus locais, tal como foi evidenciado pela CAMINUS – Actividades Culturais, responsável pelo projecto subordinado ao tema “Representações da Cultura Portuguesa nas Colecções Etnográficas dos Museus Locais”, que decorreu entre Janeiro de 1994 e Dezembro de 1997, que constatou – num universo de 252 colecções estudadas e distribuídas por vários museus em todo o território nacional – a natureza heterogénea das colecções à salvaguarda dessas entidades museológicas, incluindo bens relacionados com as actividades de grupos socioprofissionais, fazendo parte destes acervos os testemunhos de património industrial, seleccionados pelas comunidades e pelos próprios museus locais como significativos da identidade local (DIAS, 1997: 7).

BIBLIOGRAFICA DE REFERÊNCIA

DOCUMENTOS DE ARQUIVO

- **IPPAR / DEPARTAMENTO DE ESTUDOS.**

COAI – *Acta da primeira reunião de trabalhos.* Jan. 1982. 4 p.

COAI – *Acta da quarta reunião de trabalhos.* [1982]. [dactilografado]. 1982. 3 p

COAI – *Acta da sexta reunião de trabalhos.* 1982.03.27. [dactilografado]. 1982. 4 p.

COAI – *Acta de reunião de trabalhos.* 1984.11.12. [dactilografado]. 1984. 3 p.

COAI – *Ano de 1986. Programa Acções de Dinamização. Museu da Indústria e dos Transportes.* [dactilografado]. [1986]. [3 p.].

COAI – *Centro de Documentação especializado em Arqueologia industrial.* [dactilografado]. 1984. [4 p.].

COAI – *Entidades colaboradoras.* [manuscrito]. [s.d.]. [3 p.].

COAI – *Exposição de arqueologia industrial. JC-3/COAI* [dactilografado]. [1984]. [1p.].

COAI – *Gabinete de trabalho de arqueologia industrial.* [dactilografado]. [s.d.]. [3 p.].

COAI – *[Ofício]. 1981.11.30 [ao] Secretário-Geral da Ordem dos Engenheiros* [dactilografado]. 1981. [1 p.].

COAI – *Peças - Inventário.* [dactilografado]. [1985]. [82 p.]

COAI – *Processo Companhia Aliança. Assunto – Museu de Arqueologia Industrial. Instalações.* [dactilografado]. [s.d.]. 15 p.

CUSTÓDIO, Jorge – *Exposição de Arqueologia Industrial. Relatório e orçamento.* 1983.03.21 [dactilografado]. 1983. 7 p.

CUSTÓDIO, Jorge – *Memorandum.* [dactilografado]. [s.d.]. [4 p.].

CUSTÓDIO, Jorge – *National Report of Portugal. Dr. Jorge Custódio, Coordinator of Industrial Archaeology Exhibition's in Lisbon and in Portugal.* [dactilografado]. [1984]. 4 p.

CUSTÓDIO, Jorge – *[Parecer] A Companhia Aliança SARL e seu espólio. Do ponto de vista da Arqueologia Industrial.* 1984.10.10. [dactilografado]. 1984. [3 p.].

CUSTÓDIO, Jorge – *Relatório e orçamento da Exposição de Arqueologia Industrial*. [dactilografado]. [1981(?)]. 6 p.

IPPC. Assessoria Técnica – *Parecer. Proc.º 84/23-6(60), 1985.01.15*. [dactilografado]. 1985. 2 p.

IPPC. Delegação Regional do Porto – [Ofício]. 1985.09.26. [dactilografado]. 1985. 2 p.

GTAI – *Exposição de Arqueologia Industrial no Porto. Plano de intenções*. [dactilografado]. 1986. 4 p.

GTAI. Ordem dos Engenheiros-Direcção Regional do Norte – *Colóquio «O Porto manufactureiro e fabril». Conclusões. 1986.02.7-8* [dactilografado]. 1986. 3 p.

SANTOS, Maria Luísa – [Informação]. 1988.03.15 [manuscrito]. 1988. [4 p.].

SANTOS, Maria Luísa – *Projecto do «Museu da Indústria e dos Transportes». 1986.12.11* [manuscrito]. 1986. 5 p..

TEIXEIRA, Madalena Brás – *Informação sobre Comissão da Exposição de Arqueologia Industrial. 1982.11.25 [à] Presidência do Conselho de Ministros. Secretaria do Estado da Cultura. IPPC*. [dactilografado]. 1982 [p. 1]

• **IPPAR / DIRECÇÃO REGIONAL DE CASTELO BRANCO.**

Ministério da Cultura. Instituto Português de Património Cultural. Serviço Regional da Arqueologia da Zona Centro – *Processo de classificação n.º 05.0310/01: conjunto de fornalhas e poços cilíndricos da antiga Tinturaria da Real Fábrica de Panos da Covilhã, do século XVIII. 1976- 1989*.

CUSTÓDIO, Jorge, PINHEIRO, Elisa, SANTOS, Maria Luísa e RIBEIRO, Isabel – *Relatório. Real fábrica de Panos da Covilhã (Actual UBI). Intervenção Arqueológica de Emergência – Julho a Dezembro de 1986*. [Covilhã]: AAIRL, Outubro de 1987. [17 p.].

CUSTÓDIO, Jorge – *Pedido de autorização de trabalhos arqueológicos de 17 de Julho de 1989*. [Covilhã]: AAIRL, 1989, 8 p.

CUSTÓDIO, Jorge [e tal] – *Projecto do Museu de Lanifícios da Região da Covilhã*. [s.l.]: [1985], 5 p.

• **IPPAR / DIRECÇÃO REGIONAL DE LISBOA.**

PRESIDÊNCIA do Conselho de Ministros. Secretaria de Estado da Cultura. Instituto Português de Património Cultural – *Processo de classificação da Central Tejo, em Lisboa. 1980-1986*.

• **IPA / EXTENSÃO DE LISBOA**

MINISTÉRIO da Cultura. Instituto Português de Arqueologia. Extensão de Lisboa – *Processo de sítio da Fábrica de Vidro da Amora n.º S-15420. (1982 – 1985)*.

• **APAI / ESPÓLIO DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DA COAI**

COMISSÃO de Instalação do Museu da Fábrica de Fiação de Tomar – *Relatório*. 1977.08.15. [à] *Direcção-Geral do Património Cultural*. [dactilografado]. 1977. p.6.

COMISSÃO de Instalação do Museu da Fábrica de Fiação de Tomar – *Relatório*. 1978.08.25. [dactilografado]. 1978. [34 p.].

COMISSÃO de Instalação do Museu da Fábrica de Fiação de Tomar – *Relatório semestral de actividade no âmbito do projecto do Museu da Real Fábrica de Fiação de Tomar*. 1979.06.12 [dactilografado]. 1979. [3 p.].

COMPANHIA da Fábrica de Fiação de Tomar, SARL – [Ofício] 1978.07.5 [a] *Companhia de Seguros Portuguesa Previdente*. [dactilografado]. 1978.

COSTA, Marques da – [Ofício] 1978.07.28 [ao] *Presidente da Câmara Municipal de Tomar*. [dactilografado]. 1978.

• **ARQUIVO HISTÓRICO DA FUNDAÇÃO EDP**

COMISSÃO Instaladora para o Museu da Electricidade – *Programa do Museu da Electricidade*. DT 5/84 CIME. 29.12.1984. EDP/Empresa Pública. 12 p.

MUSEU da Electricidade. Museu da EDP. Complemento de Dezembro de 1981 ao relatório de Julho de 1981 do Grupo de Trabalho nomeado pela DR 7/80/CG. Electricidade de Portugal. EDP/Empresa Pública. 4 p.

LEGISLAÇÃO E TEXTOS NORMATIVOS PORTUGUESES

Decreto-Lei n.º 429/77, de 15 de Outubro, estabelece normas relativas à salvaguarda de arquivos e bens culturais pertencentes a empresas privadas. *Diário da República*, I Série, n.º 239, de 15.10.1977, p. 2498.

Despacho n.º 36/84, de 18 de Abril, do Ministro da Cultura, António Coimbra Martins, nomeia a COAI e enuncia os seus objectivos. *Diário da República*, II Série, n.º 107, de 9.05.1984, p. 4146.

Despacho n.º 85/84, de 17 de Agosto, do Ministro da Cultura, António Coimbra Martins, acrescenta um representante do Ministério do Equipamento Social à a COAI. *Diário da República*, II Série, n.º 201, de 30.08.1984, p. 7952.

Despacho n.º 47/85, de 29 de Abril, do Ministro da Cultura, António Coimbra Martins, prorroga por mais um ano as funções da COAI. *Diário da República*, II Série, n.º 109, de 13.05.1984, pp. 4426-4427.

Lei n.º 13/85, de 6 de Julho, Lei do património cultural português. *Diário da República*, I Série, n.º 153, de 6.07.1985, pp. 1865-1874.

Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural português. *Diário da República*, I Série, n.º 153, de 8.09.2001, pp. 5808-5829.

Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto, Lei Quadro dos museus. *Diário da República*, I Série-A, n.º 195, de 15.10.2004, pp. 5379-5394.

BIBLIOGRAFICA GERAL

ABREU, Ilda [et al] (1993) – *A Indústria Corticeira e o Concelho da Moita. Projecto de Musealização da Fábrica Socorquex*. Moita: C.M. / Departamento de Acção Sócio – Cultural. 83 p.

ASSOCIAÇÃO Portuguesa dos Amigos dos Moinhos (1965a) – *Estatutos da Associação Portuguesa dos Amigos dos Moinhos*. [s.l.: s.n], (Lisboa: Tip. Gráf. Ajudense), 15 p.

ASSOCIAÇÃO Portuguesa dos Amigos dos Moinhos (1965b) – *Regulamento programa. I Simpósio Internacional de Molinologia*. Cascais, de 28 de Setembro e 4 de Outubro de 1965. Lisboa: APAM. 8 p.

ANACLETO, Mário (1989) – “Museu do Papel vai ser uma realidade”. *Notícias de Paços de Brandão*. XII Ano, n.º 124, de 15.06.1989, p. 2.

ANDRIEUX, Jean-Yves (1992) – *Le patrimoine industriel*. Paris: Presses Universitaires de France. 128 p.

BAIROCH, Paul (1986) – “Indústria”. In *Enciclopédia Einaudi. Modo de produção/ Desenvolvimento/subdesenvolvimento*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. V. VII, pp. 326-363.

BERGERON, Louis (1992) – “Écomusées, musées techniques, musées industriels: une nouvelle génération”. In SCHROEDER-GUDEHUS, Brigitte (dir.) – *La Société industrielle et ses musées. Demande sociale et choix politiques 1890-1990*. Paris : Éditions des Archives Contemporaines. pp. 271-280.

BERGERON, Louis (1997) – “Le patrimoine industriel de l’Amérique latine: un champ ouvert à l’investigation”. *Universalia 1997. La politique, les connaissances, la culture en 1996*. Paris : Encyclopaedia Universalis. pp. 236- 239.

BERGERON, Louis (1998) – “Patrimoine industriel et transmission du savoir technique: Identité et savoir professionnel”. *TICCIH Informação*. Suplemento de *Património Industrial*. [s.l. : s.n.], Jul.-Dez. N.º 2., [p. 1].

BRANDÃO, Francisco Azevedo (1999) – “Entrevista com a Dr.ª Maria José Ferreira dos Santos, directora indigitada para o futuro Museu do Papel das Terras de Santa Maria. *Notícias de Paços de Brandão*. Ano XX, n.º 510, de 24.02.1999, p. 6.

- BURTON, Anthony, COOTE, Clive (1982) – *Remains of a revolution. Arqueologia Industrial na Grã-Bretanha. Guião da Exposição*. [catálogo policopiado]. Introd. Jorge Custódio; trad. APAI. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura. IPPC. 29 p.
- BUCHANAN, Angus (1985) – “The definition of industrial archaeology”. In *L'Étude et la mise en valeur du Patrimoine Industriel*. 4^e Conférence internationale Lyon – Grenoble, Septembre 1981. Paris: Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique. Pp. 104- 108.
- BUCHANAN, Angus (2000) – “The origins of industrial archaeology”. In *Perspectives on Industrial Archeology*. London: Science Museum. Pp. 18- 38.
- CAMACHO, Clara Frayão (1996) – “Do inventário do Património Industrial à exposição «O Homem, o Trabalho e a Fábrica – Indústria no Concelho de Vila Franca de Xira»”. In *O Homem, o Trabalho e a Fábrica – Indústria no Concelho de Vila Franca de Xira* [catálogo de exposição]. Vila Franca de Xira: C.M. / Museu Municipal. Pp.11-16.
- CAMACHO, Clara Frayão (2002) – “Rede Portuguesa de Museus – um novo projecto para o panorama museológico nacional”. In *I Jornadas de Museologia da Indústria de Chapelaria. Comunicações*. S. João da Madeira: C.M.. Pp.113-119.
- CORDEIRO, J. Lopes [et al] (1997) – *Museu da Ciência e Indústria do Porto: programa museológico. Arqueologia Industrial*. III Série. Braga: Universidade do Minho. Unidade de Arqueologia. I (1-2), pp. 47-87.
- CORDEIRO, J. Lopes (1987-88) – “Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave”. *Arqueologia Industrial*. Braga: Universidade do Minho. Unidade de Arqueologia. V. I (1-2), pp. 1 e 23-24.
- CORDEIRO, J. Lopes (1997) – “Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave: um Museu para um Território”. *Arqueologia Industrial*. III Série. Braga: Universidade do Minho. Unidade de Arqueologia. I (1-2), pp. 165-176.
- CORDEIRO, José Lopes (2000) – “Arqueologia e Património Industrial na Zona do Grande Porto. Balanço de quinze anos”. *Almadan*. II^a Série. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. N.º 9, pp. 117-128.
- CORREIA, Miguel Brito e LOPES, Flávio (2004) – *Património arquitectónico e arqueológico. Cartas, recomendações e convenções internacionais*. Lisboa: Livros Horizonte. 351 p.
- COSTA, Fernando Marques da, SEIXAS, Cruzeiro (1978) – *Primeira Exposição de Arqueologia Industrial. No projecto do Museu da Fábrica de Fiação de Tomar*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura. [13 p.]
- COSTA, Fernando Marques da (1979) – “Pré-aviso sobre algumas acções cautelares no domínio da salvaguarda de arquivos históricos de origem empresarial”. In *VII Encontro de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas Portugueses: Actas*. Lisboa: Associação dos Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas Portugueses. V. I, [59-69 p.].

- CUSTÓDIO, Jorge [et al] (1979) – *Aspectos da revolução e civilização industrial. Exposição organizada pelos colectivos da cadeira de Revolução Industrial*. [policopiado]. Lisboa: Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras de Lisboa. [29 p.].
- CUSTÓDIO, Jorge (1980) – “Arqueologia Industrial e Património”. *História e crítica: boletim do Grupo de Trabalho por um Ensino Crítico e Científico da História*. [Lisboa: s.n.]. N.º 5, p. 23-27.
- CUSTÓDIO, Jorge [et al] (1981) – *A Arqueologia Industrial em Portugal. Cronologia*. [policopiado]. Lisboa: AAIRL. 15 p.
- CUSTÓDIO, Jorge, NABAIS, António SANTOS, Maria Luísa (1982)– *Campo arqueológico da Amora. Fase preparatória. Set. de 1982. Conclusões*. Lisboa: AAIRL. 15 p.
- CUSTÓDIO, Jorge (1982) – “Arqueologia Industrial: objecto e método”. *Boletim da Associação dos Professores de História*. Lisboa: APH. N.º 4. p. 3-12.
- CUSTÓDIO, Jorge [et al] (1985) – *Exposição de Arqueologia Industrial. Um Mundo a Descobrir, um Mundo a Defender* [brochura policopiada]. [S.l.:s.n.]. 52 p.
- CUSTÓDIO, Jorge, PINHEIRO, Elisa e SANTOS, Luísa (1990) – *As fábricas de José Mendes Veiga e Sucessores. Exposição temporária. 30 de Abril a 19 de Julho de 1987. Catálogo*. Cadernos de Arqueologia, Arqueologia Industrial e Património Arquitectónico ICovilhã: UBI. Centro de Estudo e Protecção do Património. 66 p.
- CUSTÓDIO, Jorge (1990) – “Plenário Nacional. Discurso de abertura”. In *I Encontro Nacional sobre o Património Industrial. Coimbra-Guimarães-Lisboa /1986. Actas e comunicações*. Coimbra: Coimbra Editora, Lda.. APAI. V. 2, p. 32.
- CUSTÓDIO, Jorge, SANTOS, Luísa [et al] (1991) – *Museologia e arqueologia industrial. Estudos e Projectos*. Lisboa: APAI. 163 p.
- CUSTÓDIO, Jorge, MATOS, Ana M. Cardoso, SANTOS, Luísa (1994) – “Inventário do Património Industrial Português”. In *I Jornadas Ibéricas del Património Industrial y la Obra Pública*. Sevilla: Junta de Andalucía. Consejería de Cultura y Médio Ambiente. Pp.63-95.
- CUSTÓDIO, Jorge (1996) – “A problemática da inventariação do património arqueológico-industrial”. In XAVIER, Gabriela e SANTOS, Vanda (resp. téc.) – *Recenseamento e estudo sumário do parque industrial da Venda Nova*. Amadora: C.M.. pp. 7-31.
- CUSTÓDIO, Jorge (1999) – “Museu da Cortiça da Fábrica do Inglês. Um museu de empresa, uma experiência criativa das indústrias da cultura?”. In *I Encontro Internacional sobre Património Industrial e sua Museologia*. Lisboa: EPAL. Pp. 39-47.
- DIAS, Nélia [et al] (1997) – *Roteiro de museus. Coleções Etnográficas/ invest. CAMINUS – Actividades Culturais*. Lisboa: Olhapim. V. 2, 144 p.
- “EXPOSIÇÃO de Arqueologia Industrial inclui objectos com seis mil anos.” *O Dia*, n.º 2961, (25.05.1985), p. 11.

- FERREIRA, Maria Odete e FREIRIA, Maria Luísa (1999) – *A Central Tejo. Cadernos do Museu da Electricidade*. [Lisboa]: [EDP, Empresa Pública]. N.º 2, 72 p.
- FIGUEIRA, José Corrêa (1981) – “Vamos todos criar o Museu de Electricidade”. *Rede Eléctrica*. Ano 2, n.º 11, Maio de 1981, p. 3.
- FIGUEIRA, José Corrêa (1982) – “Um pouco de tudo para o Museu de Electricidade”. *Rede Eléctrica*. Ano 2, n.º 17, Janeiro de 1982, p. 1.
- FILIFE, Graça (2000) – *O Ecomuseu Municipal do Seixal no movimento renovador da museologia contemporânea em Portugal (1979-1999)*. [policopiado] Dissertação de Mestrado em Museologia e Património da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (Departamento de Antropologia), Universidade Nova de Lisboa. Lisboa : [s.n.]. 366 p.
- FINA, Orimar da (2000) – “O Museu do Papel Feirense (continuação)”. *Notícias de Paços de Brandão*. XXII Ano, n.º 549, de 25.10.2000, p. 4.
- FOLGADO, Deolinda (1997) – “Organização da reserva de arqueologia-património industrial do IPPAR”. *Almadan*. II Série. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. N.º 6, p. 146.
- FOLGADO, Deolinda (2002) – “Instituto Português do Património Arquitectónico. Inventário do Património Industrial”. In *Património Edificado. Novas Tecnologias. Inventários*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoreano de Cultura. IPPAR. Pp. 213-238.
- GAMEIRO, José – “Museu Municipal de Portimão”. In FILIFE, Graça coord. – *Rede Portuguesa de Museus. Papel Social dos Museus e Intervenção Comunitária*. [Lisboa: s.n.], 2002. pp.1-12.
- GIL, Fernando Bragança (1994) – *Museu da Ciência da Universidade de Lisboa. Sua caracterização à luz da museologia das ciências*. [policopiado]. Lisboa: Museu da Ciência. 34 p.
- GOUVEIA, Henrique Coutinho (1980) – *Museus de Coimbra: da 1ª exposição distrital à organização do Museu Machado de Castro*. Coimbra: [s.n.]. 33 p.
- GOUVEIA, Henrique Coutinho (1992) – “A musealização de sítios – questões relativas à formulação do programa interpretativo”. *Homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira.III. Trabalhos de Antropologia e Etnologia. Vol.XXXII*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. pp. 87-100.
- GRANADA, Novaes (1985) – “Arqueologia Industrial. Evolução da Técnica Portuguesa”. *A Tarde*. II Série, n.º 763, 29.05.1985, p. 24.
- GUEDES, Natália Correia (1983) – *Relatório sucinto de actividades da Direcção-Geral do Património Cultural do Instituto Português de Património Cultural: apresentado a Sua Excelência o Secretário de Estado da Cultura pela Presidente do Instituto Português de Património Cultural*. [Lisboa: IPPC], Jan./Dez. de 1982. 110 p.
- GUIMARÃES, Manuel da Silva (1976) – *História de uma fábrica. A Real Fábrica de Fiação de Thomar*. Santarém: Junta Distrital. 353 p.

- HUDSON, Kenneth (1971) – *A guide to the Industrial Archaeology of Europe*. Bath: Adams & Dart. 186 p.
- HUDSON, Kenneth (1975) – *Exploring our industrial past*. London: Teach Yourself Books. 214 p.
- LAMEIRAS-CAMPAGNOLO, Maria Olímpia (1998) – “Dois modos de pescar na enseada da Nazaré (a “xávega” e o “candil”: devir técnico, devir turístico”. In *I Jornadas sobre Cultura Marítima, Nazaré – 1995*. Nazaré: Câmara Municipal, pp. 175-198.
- MAIA, Fernando e PINHEIRO, Elisa (1989) – “Os portais das fábricas da Covilhã.” In *I Encontro Nacional sobre o Património Industrial. Coimbra-Guimarães-Lisboa/1986. Actas e comunicações*. Coimbra: Coimbra Editora, Lda.. APAI. V. 1, pp. 103-168.
- MAIA, Fernando e PINHEIRO, Elisa (1990) – “Projecto da instalação do Museu dos Lanifícios da Região da Covilhã.” In *I Encontro Nacional sobre o Património Industrial. Coimbra-Guimarães-Lisboa/1986. Actas e comunicações*. Coimbra: Coimbra Editora, Lda.. APAI. V. 2, pp. 411-419.
- MATOS, Ana M. Cardoso (1998) – “Ciência e Público: laboratórios, gabinetes, exposições industriais, museus e conferências científicas e pedagógicas”. In *Ciência, tecnologia e desenvolvimento industrial no Portugal Oitocentista. O caso dos lanifícios do Alentejo*. Lisboa: Ed. Estampa. Pp. 184-209.
- MENDES, J. Amado (1993) – “A Arqueologia Industrial: problemática e potencialidades. *Vértice*. Coimbra: Emp. Jornalística, Maio/Junho. N.º 54, p.9-13.
- MENDES, J. Amado (1995) – “A Arqueologia Industrial no processo ensino-aprendizagem”. In *XII Encontro de Professores da Zona Centro (Coimbra 18, 19 e 20 de Maio de 1994): Comunicações*. Coimbra: APH. Pp. 81-100.
- “MUSEU de Arqueologia Industrial”. *Arqueologia Industrial*. Braga: Universidade do Minho. Unidade de Arqueologia. V. I (1-2), p. 39.
- MUSEU do Ferro da Região de Moncorvo* (1983). *Catálogo* [policopiado]. Carvalhal: Ferrominas, E.P. [25 p.].
- MUSEUMS & Galleries Commission (1994) – *Standards in the museum care of larger & working objects collections 1994*. London: Museums & Galleries Commission. 93 p.
- NETO, Abílio (1999) – *Código Civil: anotado*. 12ª ed. Lisboa: Ediform. Edições Jurídicas. 1766 p.
- OBSERVATÓRIO das Actividades Culturais (2005) – *O Panorama Museológico em Portugal (2000-2003)*. Lisboa: Instituto Português de Museus/Rede Portuguesa de Museus. 138 p.
- PADRÃO, Cabeça (1985) – “Os moinhos de Alburrica, pequeno contributo para o seu conhecimento”. *Um olhar sobre o Barreiro*. Barreiro: Augusto Pereira Valegas. N.º 3, pp. 7-18.

- PALMER, Marilyn e NEAVERSON (1998) – *Industrial Archaeology. Principles and Practice*. London/New Yorque: Routledge. Pp. 1-15.
- PINHEIRO, Elisa (2004) – “Da investigação desejável à possível. O caso do Museu de Lanifícios da Beira Interior”. *ICOM Informação. Boletim semestral da Comissão Nacional Portuguesa do ICOM*. Lisboa: ICOM. N.º 4, [pp. 3-5].
- RAMOS, Paulo Oliveira (2003) – *A princesinha branca e esbelta e o dragão negro e rotundo. Um estudo de história do património de Lisboa. 1888 – Anos 50*. [policopiado] Dissertação de Doutoramento em Ciências Humanas e Sociais (Ramo História), Universidade Aberta. Lisboa: [s.n.]. 431 p.
- REDE Portuguesa de Museos (2001) – *Linhas Programáticas*. Lisboa: Instituto Português de Museus. Rede Portuguesa de Museus, 70 p.
- SANTOS, Maria José dos (2003) – “Museu do Papel Terras de Santa Maria”. *Villa da Feira - Terra de Santa Maria*. Vila da Feira: Liga dos Amigos da Feira, n.º 4, 2003. pp. 7-20.
- SIMÕES, Ilídio Mariz (1983/1984/1985) – “Uma «Relíquia Industrial» de um passado recente: a Central Tejo”. *Olisipo*. Lisboa: Grupo Amigos de Lisboa. N.º 146-148, p. 69.
- SIMÕES, J. M. Santos (1965) – “Moinhos de vento de Lisboa”. *Revista Municipal de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal, 1965. N.º 106-107, pp. 88-98.
- SOUSA, Antero Vieira (1983) – *Museu da Electricidade*. Cadernos de Museologia. Lisboa: Associação Portuguesa de Museologia. 24 p.
- TEIXEIRA, Madalena Braz (1984) – “Do objecto ao museu”. *Prelo*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, Outubro/Dezembro. N.º 5, pp. 31-50.
- TORRES, Ruy d’Abreu (1985) – “Sousa Viterbo”. *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas. V. VI, pp. 337-339.
- VASCONCELOS, Joaquim de (1983) – *Indústrias Portuguesas*, org. e pref. de Maria Teresa Viana. Lisboa: IPPC. Departamento de Etnologia. Estudos e Materiais. 2, pp. 48-51.
- VIEIRA, João Gomes – “A baleação e a identidade cultural numa ilha: o projecto de recuperação da Fábrica Baleeira do Boqueirão – um modelo museológico inserido em realidades locais”. *Cadernos de Sociomuseologia*, N.º 8, 1996
- VITERBO, Sousa (1896) – *Archeologia Industrial Portuguesa. Os moinhos*. Lisboa: Imprensa Nacional. 14 p.
- VITERBO, Sousa (1912) – “A archeologia da industrial”. *Cem artigos de Jornal*. Lisboa: Tipografia Universal. pp. 40-42.
- WORONOFF, Denis (1989) – “L’archéologie industrielle en France : un nouveaux chantier”. *Histoire, économie et société*, n.º 3, pp.447-458

Anexos

Anexo – 1

**Contributo para uma cronologia sobre património industrial
e museologia em Portugal (1974-2004)¹**

Ano	Realizações centradas no património industrial em Portugal
1883	O Decreto de 24 de Dezembro cria os museus industriais e comerciais de Lisboa e Porto.
1886	Francisco de Sousa Viterbo publica <i>Arqueologia Industrial Portuguesa. Os moinhos</i> .
1899	Extinção dos museus industriais e comerciais de Lisboa e Porto, pelo Decreto de 23 de Dezembro.
1947	Constituição do Museu Histórico da Vista Alegre, em Ílhavo – Aveiro.
1954	Silva Carvalho retoma o conceito de <i>arqueologia industrial</i> no seu artigo sobre <i>A Ferraria da Foz do Alge</i> . O Decreto-lei n.º 39840/54, de 4-10, determinou a organização de um museu para colecções representativas da indústria vidreira nacional, quer nos aspectos técnicos quer nos artísticos, anexo às instalações da Fábrica-Escola Irmãos Stephens.
1967	Classificação do edifício residencial e jardins de Guilherme e João Diogo Stephens, integrados no conjunto de dependências que constituem a Fábrica-Escola dos Irmãos Stephens. Imóvel de Interesse Público. Decreto N.º 47508/67 de 24-01.
1971	Classificação da Estação Ferroviária do Rossio, em Lisboa. Imóvel de Interesse Público. Decreto N.º 516/71 de 22-11. Nomeação da Comissão de Planeamento do Museu Nacional da Ciência e da Técnica.
1975	Constituição da Comissão de Instalação do Museu da Fábrica de Fiação de Tomar.
1976	Criação do Museu Nacional da Ciência e da Técnica na dependência do Ministério da Educação e Investigação Científica e da Comunicação Social. Decreto-Lei de 12-05. (→ 1978) Introdução da cadeira <i>Revolução Industrial – problemas da indústria em Portugal, nos séculos XVIII e XIX</i> , na Faculdade de Letras de Lisboa.
1977	A C.P. ao desactivar o seu material circulante mais antigo, decide garantir a preservação e restauro de uma locomotiva de cada série. Mais tarde, em 1979/80 abrirá ao público a 1ª secção do Museu Ferroviário, sediado em Santarém. Despacho do Secretário de Estado de Investigação Científica, no sentido de determinar o propósito de classificação pela Direcção-Geral do Património Cultural, como Imóvel de Interesse Público, de uma delimitada zona urbana da cidade de Guimarães – Rio de Couros – devido ao importante e representativo conjunto de antigas fábricas de curtumes aí instalado.

¹ Sistematizámos cronologicamente as informações a partir dos dados pesquisados na bibliografia de referência. Optámos por extravasar ligeiramente a delimitação cronológica proposta neste trabalho, no sentido de referir alguns antecedentes que nos parecem importantes no âmbito da contextualização nacional destas temáticas.

	Decreto-lei n.º 429/77, de 15 de Outubro reconhece a necessidade de salvaguardar alguns arquivos históricos de antigas empresas privadas.
	Constituiu-se o Grupo de Investigação e Divulgação Científica que, através do estudo do ecossistema e dos efeitos da poluição, analisaram as tecnologias utilizadas e a implantação geográfica dos moinhos de maré no território concelhio do Seixal.
1978	Classificação da Fábrica de Cerâmica Viúva Lamego. Imóvel de Interesse Público. Decreto N.º 95/78 de 12-9.
	Realização da exposição <i>Primeira Exposição de Arqueologia Industrial</i> (13/Out. a 27), com o objectivo, entre outros, de se tornar a génese do Museu da Fábrica de Fiação de Tomar.
1979	Exposição temporária <i>Aspectos da Revolução e da Civilização Industrial</i> , organizada no âmbito do curso de História, da Faculdade de Letras de Lisboa, na disciplina <i>Revolução Industrial – problemas da indústria em Portugal, nos séculos XVIII e XIX</i> .
1980	I Encontro Nacional de Associações de Defesa do Património, organizado pelo Grupo de Trabalho Inter-Associações e realizado em Santarém, onde foram apresentados os objectivos da arqueologia industrial.
	Constituição da Associação de Arqueologia Industrial da Região de Lisboa (AAIRL), com concretização legal a 28 de Abril.
	Exposição <i>Património 80</i> , realizada em Lisboa, no âmbito da Campanha Nacional para a Defesa do Património, integrando a perspectiva do património industrial.
1981	Exposição temporária <i>O trabalho na história do concelho do Seixal</i> , organizada pela Câmara Municipal do Seixal, estando subjacente o propósito de constituir um futuro museu municipal.
	O IPPC aprovou o projecto apresentado por Jorge Custódio para a realização de uma exposição de arqueologia industrial. Para tal, foi nomeada uma comissão organizadora pelo Secretário de Estado da Cultura.
	Exposição temporária <i>Pontes metálicas e arquitectura do Ferro – a propósito de um centenário</i> , iniciativa integrada nas comemorações do centenário da ponte D. Luís, em Santarém, organizada pela AAIRL e pela Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém.
	O plano museológico apresentado pelo IPPC e aprovado pelo Secretário de Estado da Cultura, a 3 de Dezembro, prevê a urgente organização do Museu Nacional do Vidro, projectado em 1954, a instalar no antigo Palácio dos Irmãos Stephens, na Marinha Grande e albergar colecções de vidros das fábricas daquela cidade, cuja recolha se considerava urgente. Aguardava-se autorização do Ministério da Indústria para utilização do imóvel.
1982	Exposição itinerante <i>Remains of a Revolution</i> realizada no Panteão Nacional, em Lisboa, (no catálogo do evento, traduzido pela AAIRL para português, foi denominada por <i>Arqueologia Industrial na Grã-Bretanha</i>).
	Classificação do conjunto de fornalhas e poços cilíndricos da antiga Tinturaria da Real Fábrica de Panos da Covilhã (Séc. XVIII). Imóvel de Interesse Público. Decreto N.º 28/82 de 26-2.

	<p>Classificação do Mercado Ferreira Borges e das pontes D. Luís e D. Maria Pia, na cidade do Porto, importantes obras da denominada Arquitectura do Ferro, construídas no século XIX. Imóvel de Interesse Público. Decreto N.º 28/82 de 26-2.</p>
	<p>Classificação da Nora de Ferro, em Cova da Piedade – Almada, obra da denominada Arquitectura do Ferro. Valor Concelhio. Decreto N.º 28/82 de 26-2.</p>
	<p>(→ 1983) Intervenção arqueológica da AAIRL em colaboração com a Câmara Municipal do Seixal e com o Museu Municipal do Seixal (inaugurado em 1982), na Fábrica de Garrafas de Vidro da Amora, no concelho do Seixal.</p>
1983	<p>Realização do primeiro curso sobre património industrial na cidade do Porto, na Avenida da Boavista, organizado conjuntamente pela comissão que se encontrava a organizar uma exposição de arqueologia industrial, em Lisboa, e pela Associação Industrial Portuense.</p>
	<p>Inauguração do Museu de Ferro de Moncorvo, no Carvalhal, tutelado pela empresa Ferrominas, E.P.</p>
	<p>Classificação do edifício e estabelecimento da Panificação Mecânica, em Santa Isabel – Lisboa. Imóvel de Interesse Público. Decreto N.º 31/83 de 9-5.</p>
	<p>Exposição <i>Dos vidros de Coina à fábrica de vidros da Amora: cinco séculos da indústria do vidro em Portugal</i>, organizada pela Câmara Municipal do Seixal em colaboração com a AAIRL.</p>
	<p>Kenneth Hudson foi convidado para participar, em Portugal, num ciclo de conferências do Curso de Museologia promovido pelo então IPPC.</p>
	<p>(→ 1990) Intervenções arqueológicas da AAIRL e APAI na Real Fábrica de Vidros de Coina, no concelho do Barreiro.</p>
1984	<p>I Curso de Introdução à Arqueologia Industrial, organizado pela AAIRL, decorrido em Lisboa, de Outubro de 1984 a Março de 1985.</p>
	<p>Classificação da Garagem Auto-Palace, obra da Arquitectura do Ferro, em Lisboa. Imóvel de Interesse Público. Decreto N.º 29/84 de 25-6.</p>
	<p>Nomeação formal da COAI por Despacho n.º 36/84, de 9 de Maio.</p>
	<p>Classificação das instalações da Fábrica Nova da Romeira, em Alenquer. Imóvel de Interesse Público.</p>
	<p>Seminário de Arqueologia Industrial, realizado na cidade do Porto, nas instalações da Associação Industrial Portuense.</p>
	<p>O Decreto-lei n.º 29/84, de 25 de Junho, classificou doze moinhos de maré existentes no concelho do Seixal, entre os quais o Moinho de Maré de Corroios, como imóveis de Interesse Público.</p>
	<p>Pela primeira vez, um representante nacional participa na V International Conference of the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH), realizada em Lowell,</p>

	<p>Boston, nos Estados Unidos da América. Esta participação está na origem quer da organização e promoção de um encontro de âmbito nacional (realizado em 1986), quer da formação de uma secção portuguesa no TICCIH.</p>
	<p>Classificação do edifício da Escola Industrial de Marquês de Pombal, construída em 1886, em Lisboa. Imóvel de Interesse Público. Decreto N.º 29/84 de 25-6.</p>
	<p>Classificação do Bairro Grandela, em Lisboa, destinado a alojar os operários da “Sociedade Algodoeira do Fomento Colonial” e os empregados dos Armazéns Grandela. Imóvel de Interesse Público. Decreto N.º 29/84 de 25-6.</p>
	<p>Classificação do edifício da antiga fábrica de Tecidos de Seda, remanescente de um conjunto fabril pombalino implantado na zona das Amoreiras, em Lisboa. Imóvel de Interesse Público. Decreto N.º 29/84 de 25-6.</p>
1985	<p>A Lei n.º 13/85, de 6 de Julho, refere, pela primeira vez, que o conceito de monumento abrange bens com reconhecido interesse “científico, técnico e social”.</p>
	<p>Exposição <i>Primórdios da Mecanização da Agricultura</i> organizada pela Comissão Instaladora do Museu Distrital de Santarém e realizada no Matadouro Municipal, entre 6 de Junho e 14 de Julho.</p>
	<p>Exposição <i>Um mundo a descobrir, um mundo a defender</i> realizada na Central Tejo, em Lisboa, entre 24 de Maio e Dezembro, entre outros objectivos procurou promover a constituição de um futuro Museu de Indústria e dos Transportes, de âmbito nacional.</p>
	<p>Exposição Indústria dos Lanifícios, apresentada na Covilhã.</p>
	<p>Exposição <i>História dos transportes terrestres e metropolitanos do mundo</i>, integrada nas comemorações do 25º Aniversário do Metropolitano de Lisboa.</p>
	<p>Seminário sobre Arqueologia Industrial em Espinho, organizado pela Cooperativa Nascente em colaboração com a AAIRL (22, 23 e 24 de Novembro)</p>
	<p>Exposição <i>Memória industrial de Portimão: as fábricas de conservas</i>, organizada pela Comissão Instaladora do Museu Municipal da Câmara Municipal de Portimão.</p>
1986	<p>I Encontro Nacional sobre o Património Industrial (Coimbra, Guimarães e Lisboa).</p>
	<p>Classificação da Central Tejo, edifício construído em 1919, em Lisboa. Imóvel de Interesse Público. Decreto N.º 1/86 de 3-2.</p>
	<p>Início do inventário de património industrial na região da Bacia do Rio Ave, com o apoio do IPPC / Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte.</p>
	<p>O Moinho de Maré de Corroios, no Seixal, foi aberto ao público após intervenção que possibilitou o seu acesso público em funcionamento (Núcleo do Ecomuseu Municipal do Seixal).</p>
	<p>Classificação da Ponte metálica de Fão, em Braga, importante obra da denominada Arquitectura do Ferro sobre o Rio Cávado, de 1888. Imóvel de Interesse Público. Decreto N.º 1/86 de 3-2.</p>
	<p>A COAI cessa oficialmente as suas funções.</p>

	Colóquio <i>O Porto manufactureiro e fabril</i> , organizado pelo Grupo de Trabalho de Arqueologia Industrial do Porto, em colaboração com a Secção Norte da Ordem dos Engenheiros, realizado a 7 e 8 de Fevereiro.
	Exposição documental comemorativa do I Centenário da Ponte Luís I, organizado pelo GTAI em colaboração com o Arquivo Histórico Municipal do Porto.
	A Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra organiza uma exposição temporária intitulada <i>Arqueologia Industrial da Zona Centro: exposição bibliográfica</i> .
	(→ 1989) Intervenções arqueológicas da AAIRL e APAI na Tinturaria da Real Fábrica de Panos da Covilhã.
1987	Inaugurado a 1 de Outubro de 1987, o Museu da EPAL abrange actualmente quatro núcleos: o Aqueduto das Águas Livres, os Reservatórios da Mãe-d'água das Amoreiras e da Patriarcal e a Estação Elevatória a Vapor dos Barbadinhos.
	Início da publicação periódica <i>Arqueologia Industrial</i> , editada pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.
	Fundação do Museu do Trabalho Michel Giacometti, em Setúbal. De tutela municipal, o museu encontra-se sediado, desde 1995, numa antiga fábrica de conservas de peixe.
	Constituição da Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial (APAI), que resultou da reestruturação da AAIRL.
1988	A Câmara Municipal do Barreiro apresentou a exposição <i>A indústria do vidro na perspectiva da arqueologia da Arqueologia Industrial</i> .
	Inauguração do Museu João Victor Ferreira da Fonseca, tutelado pela SPEL – Sociedade Portuguesa de Explosivos, Lda. e instalado em Santa Marta de Corroios, Seixal.
	(→ 1989) Intervenções arqueológicas da APAI no Alto-forno de Pedreanes, na Marinha Grande.
	(→ 1990) Realização de inventário de património industrial de fábricas com a colaboração da APAI nas freguesias de Alcântara, Belém, Chelas e Campo Grande, no concelho de Lisboa.
1989	Exposição <i>As fábricas de José Mendes Veiga e sucessores</i> , no âmbito da abertura ao público do primeiro núcleo do Museu dos Lanifícios da Região da Covilhã.
	Inauguração do Museu Mineiro de S. Pedro da Cova dedicado à história da exploração das minas de carvão aí existentes desde 1795, pela Junta de Freguesia de S. Pedro da Cova.
	Apresentação à Câmara Municipal do Porto uma primeira proposta para realização do inventário do património industrial do Porto (realizado entre 1990 e 1992).
	Conferência Internacional sobre História, Tecnologia e Arqueologia Industrial do Vidro (Lisboa e Marinha Grande), organizada pela APAI, envolveu a realização de três exposições: <i>O Vidro em Portugal</i> , no Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa, <i>A Real</i>

	<i>Fábrica de Vidros de Coima</i> , na Biblioteca Municipal do Barreiro, e <i>A Indústria do Vidro na Perspectiva da Arqueologia Industrial</i> , no Palácio Stephens, na Marinha Grande.
	O núcleo da Estação Elevatória de Água dos Barbadinhos do Museu da Água Manuel da Maia (EPAL) recebeu o Prémio Conselho da Europa.
	Leccionação de uma cadeira de Arqueologia Industrial na Pós-graduação em Museologia, na Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões.
	Seminário Arqueologia Industrial, História e Tecnologia dos Lanifícios, realizado na Covilhã.
	A Câmara Municipal de Matosinhos apresentou <i>A indústria conserveira em Matosinhos. Exposição de Arqueologia Industrial</i> .
1990	Intervenções arqueológicas da APAI na Fábrica de Vidros Lusitana-Angolana, na Marinha Grande.
	Intervenções arqueológicas da APAI na Fábrica de Papel do Engenho Novo, Paços de Brandão, no concelho de Sta. Maria da Feira.
	Início da publicação periódica <i>Cadernos de Arqueologia, Arqueologia Industrial e Património Arquitectónico</i> , editado pela UBI.
	Atribuição do Prémio Micheletti – Melhor Museu Europeu do Ano/Património Industrial, promovido pelo Conselho da Europa, ao Museu da Água de Manuel da Maia, em Lisboa.
	Realização de inventário de património industrial de fábricas de vidro no concelho de Marinha Grande, com a colaboração da APAI.
	(→ 1992) Realização de inventário de património industrial de fábricas com a colaboração da APAI nos concelhos de Porto e Gaia.
1991	Instalação do Museu do Cimento Maceira Liz, no concelho de Leiria.
1992	Seminário Arqueologia Industrial, Museologia e Indústria do Papel (Paços de Brandão e Santa Maria da Feira).
	Constituição da Associação Portuguesa de Empresas com Museu (APOREM), pelos representantes dos conselhos de administração das empresas: EPAL, EDP, Metropolitano de Lisboa, Cafés Delta, Santos Barosa, CTT, Cimpor e Nacional.
	Fundação do Museu dos Lanifícios da Universidade da Beira Interior, sediado no edifício da antiga Tinturaria da Real Fábrica de Panos, na Covilhã.
	Classificação da Fábrica de Papel do Boque, em Serpins, Freguesia de Lousã, em Coimbra. Valor Concelhio. Decreto N.º 26-A/92 de 2-6.
	Classificação do conjunto formado pelo edifício de Serra Hidráulica de Pereiras e respectiva máquina, o açude em que está integrado e o canal que a serve, no Porto. Imóvel de Interesse Público. Decreto N.º 26-A/92 de 2-6.
	Fundação do Museu do Carro Eléctrico do Porto. Este museu de empresa é tutelado pela Sociedade Colectiva dos Transportes Colectivos do Porto.

	A exposição <i>Património Industrial do Vale do Ave</i> apresenta publicamente o Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave.
	(→ 1993) Realização de inventário de património industrial com a colaboração da APAI no concelho de Amadora.
1993	Câmara Municipal do Porto apresentou a exposição <i>Memória da indústria</i> . Exposição fotográfica sobre a indústria na cidade do Porto no século XIX.
	Constituição, pela então Associação Industrial Portuense e pela Câmara Municipal do Porto, da Associação para o Museu da Ciência e Indústria (AMCI), no Porto.
	Realização da exposição <i>O têxtil de Matosinhos no Vale do Ave</i> , organizada pelo Museu da Indústria Têxtil com o apoio da Câmara Municipal de Famalicão.
	A Câmara Municipal da Amadora publica os resultados do inventário do património industrial do Parque da Venda Nova que realizou em colaboração com a APAI.
	Divulgação do projecto de musealização da Fábrica Corticeira Socorquex, propriedade da Câmara Municipal da Moita.
	(→ 1995) Realização de inventário de património industrial com a colaboração da APAI no concelho de Vila Franca de Xira.
1994	II Jornadas Ibéricas do Património Industrial, realizadas em Lisboa e Seixal.
	Fundação do Museu da Indústria Baleeira (20 de Mai.), instalado na antiga fábrica de <i>Armações Baleeiras Reunidas</i> , este museu constitui uma extensão do Museu Regional do Pico.
	Associação Industrial Portuense/APAI realizaram a exposição temporária <i>O empresariado português – uma abordagem às suas realizações: exposição biográfica e arqueológica</i> . Europarque – Santa Maria da Feira/Porto
1995	I Encontro Internacional sobre Museologia Industrial, realizado na cidade do Porto.
	Abertura ao público do Museu do Ferro da Região de Moncorvo, integrando acervo do anterior Museu do Ferro da Empresa Ferrominas, E.P.
	O Museu do Trabalho Michael Giacometti (fundado em 1987) instala-se, após obras de reabilitação, no edifício da antiga Fábrica Perienes de conservas de peixe, em Setúbal.
1996	Realização de inventário de património industrial com a colaboração da APAI na freguesia de Alcântara, no concelho de Lisboa.
	A C.M. V. F.Xira apresentou <i>O Homem, o trabalho e a fábrica – Indústria no concelho de Vila Franca de Xira</i> .
	Colóquio Arqueologia e Património Industrial, em Viseu.
1997	A Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros promoveu a primeira campanha de intervenções arqueológicas no espaço do Real Filatório de Seda de Chacim,

	estabelecimento industrial que remonta a 1778.
	Fundação do Museu das Comunicações, em Lisboa, instalado na antiga fábrica da empresa <i>H. Vaultier</i> de construção de materiais para a construção civil e agricultura.
	Realização do levantamento e registo funcional do circuito da pólvora da antiga Sociedade Africana de Pólvora, em Corroios – Seixal.
	Fundação da Associação Portuguesa para o Património Industrial (APPI).
	I Curso Teórico-Prático sobre o Património Industrial, organizado pela Universidade Portucalense Infante D. Henrique.
	Fundação do Museu Nacional da Imprensa, no Porto, tutelado por uma associação sem fins lucrativos criada em 1989.
1998	Fundação do Museu da Pólvora Negra em Barcarena, uma iniciativa da Câmara Municipal de Oeiras (7 de Jun.).
	Jornadas de Arqueologia Industrial na Covilhã (12 e 14 de Nov.).
	Início da publicação periódica de <i>Património Industrial</i> , boletim informativo da APPI.
	Seminário Internacional <i>Os caminhos da seda em Trás-os-Montes</i> (6 e 7 Nov.).
	Exposição <i>Fábrica de Pólvora de Vale de Milhaços – Comemorar o Centenário (1898-1998)</i> realizada pelo Ecomuseu Municipal do Seixal, no Moinho de Maré de Corroios.
	Seminário Arqueologia e Museologia Mineiras (Lisboa e Lousal).
	Início da publicação periódica <i>Arqueologia & Indústria</i> , editada pela APAI.
	Abertura ao público de uma área expositiva do Ecomuseu Municipal do Seixal consagrada à indústria corticeira nas antigas instalações da Mundet, no Seixal.
	Inauguração do Museu do Vidro (13 Dez.), sediado no palacete dos Irmãos Stephens, na Marinha Grande, anexo às instalações industriais da antiga fábrica de vidros dos irmãos Stephens.
	Apresentação pública de uma máquina a vapor Buckley & Tylor, Inglaterra – 1898, proveniente da Fábrica de Fiação e Tecidos de Soure, no Centro Comercial NorteShopping, em Matosinhos (inaugurado a 21 de Out.).
1999	Fundação do Museu da Carris (12 Janeiro), na freguesia de Sto. Amaro, em Lisboa.
	I Jornadas do Museu da Fábrica do Inglês (12 a 14 de Fevereiro), em Silves.
	Abertura ao público das instalações do Museu Municipal de Portimão no espaço da Fábrica de Conservas Feu.
	(→ 2001) Decorreu o inventário e estudo do Alto-forno da Siderurgia Nacional, realizado pela associação do EMS com a Siderurgia Nacional, E.P.

	<p>Início da realização de inventário de património industrial com a colaboração da APAI no concelho do Montijo.</p>
	<p>A Associação Industrial Portuense organizou a <i>Exposição de Arqueologia Industrial: Um século de indústria do Norte. 1834-1933: o génio do engenho</i>. Europarque – Santa Maria da Feira/Porto</p>
2000	<p>Inauguração do Museu da Cortiça da Fábrica do Inglês, em Silves, inserido no Parque de Animação e Cultura da Fábrica do Inglês S.A. daquela cidade.</p>
	<p>Fundação do Museu dos Transportes e Comunicações (14 de Dez.), com sede no edifício da Alfândega do Porto. Este museu é tutelado pela Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações (AMTC), constituída em 1992.</p>
	<p>Abertura do núcleo expositivo permanente, organizado pelo EMS, na oficina de carbonização da Fábrica de Pólvora de Vale de Milhaços, Corroios – Seixal. Abertura do respectivo processo de classificação pelo IPPAR, em 2000.</p>
	<p>Divulgação dos resultados dos trabalhos arqueológicos efectuados na Fábrica Schalk, em Lisboa, sob a orientação científica de arqueólogos do Museu da Cidade de Lisboa, com a colaboração de técnicos do IPPAR.</p>
2001	<p>Fundação do Museu de Cerâmica de Sacavém (7 de Julho), instalado em torno do forno 18 da antiga Fábrica de Louça de Sacavém.</p>
	<p>Fundação do Museu do Papel Terras de Santa Maria, instalado numa antiga fábrica de papel. Museu tutelado pela Câmara Municipal de Santa Maria da Feira.</p>
	<p>A Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, refere-se expressamente à salvaguarda do património industrial, como parte integrante do património cultural do país.</p>
	<p>Atribuição do Prémio Micheletti – Melhor Museu Europeu do Ano/Património Industrial, promovido pelo Conselho da Europa, ao Museu da Cortiça da Fábrica do Inglês.</p>
2002	<p>Atribuição do Prémio Micheletti – Melhor Museu Europeu do Ano/Património Industrial, promovido pelo Conselho da Europa, ao Museu da Cerâmica de Sacavém.</p>
2003	<p>Exposição <i>Engenho e Obra: Engenharia em Portugal, no século XX</i>, realizada no edifício da Cordoaria Nacional, em Lisboa.</p>
2004	<p>Publicação da Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto, a Lei-quadro dos Museus Portugueses.</p>
2005	<p>A Arqueologia Industrial surge como cadeira obrigatória no curso de História, variante de Arqueologia, do Departamento de História da Universidade Nova de Lisboa</p>
	<p>Inauguração do Museu da Indústria Chapeleira, de tutela municipal, em S. João da Madeira.</p>

Anexo – 2

Ficha de levantamento

1. Caracterização geral do museu

Designação da instituição: _____

Localização: _____

Ano de fundação: _____ Ano de abertura ao público: _____

Responsáveis técnicos e científicos pela sua criação: _____

Actual responsável científico: _____

Dispõe de um documento definidor do programa museológico?

Sim > Consultável Editado

Não

Responsável administrativo:

Instituto Português de Museus

Câmara Municipal _____ (por favor completar o nome da entidade)

Outro. Qual a entidade? _____

1.1. Principais campos temáticos do museu:

História industrial

Indústria e técnica

Ciência e indústria

Outro. Qual? _____

Principal indústria ou área temática: _____

2. Constituição do acervo museológico e modos de incorporação

2.1. Acervo imóvel ou integrado:

Industrial

Outro. Qual? _____

Visitável Não visitável

Inventariado: Sim ____ (número de) sítios ____ (número de) imóveis

parcialmente, cerca de _____ %

Período ou ano em que decorreu o inventário? _____

Equipa/responsáveis pelo inventário: _____

Outras formas de protecção:

Classificação Outra. Qual? _____

2.2. Acervo móvel:

- Arqueológico contemporâneo
- Fotográfico e documental
- Científico e técnico
- Outro. Qual? _____

Inventariado: menos de 25% 50% a 75% mais de 75%

Período ou ano em que decorreu o inventário: _____

Equipa/responsáveis pelo inventário: _____

Outras formas de protecção:

- Classificação Outra. Qual? _____

3. Estudo e projectos de investigação

O museu realiza ou promove actualmente projectos de investigação: Sim Não

Objectivos do principal projecto: _____

Estabelecimento de parcerias na realização do projecto:

- Outros museus Quais? _____
- Outras autarquias Quais? _____
- Universidades Quais? _____
- Associações Quais? _____
- Outras entidades. Quais? _____

Indique quais os projectos de investigação mais importantes do museu para os próximos dois anos (até três projectos):

1. _____

2. _____

3. _____

4. Localização e divulgação do património móvel:

Integrando património imóvel. Exemplo? _____

Deslocado. Principais sítios de proveniência: _____

Método de recolha: _____

Em reserva:

Visitável Não visitável

Em exposição:

Permanente Temporária Itinerante

Outras formas de divulgação: _____

Data: _____

Responsável pelo preenchimento da ficha:

Anexo – 3

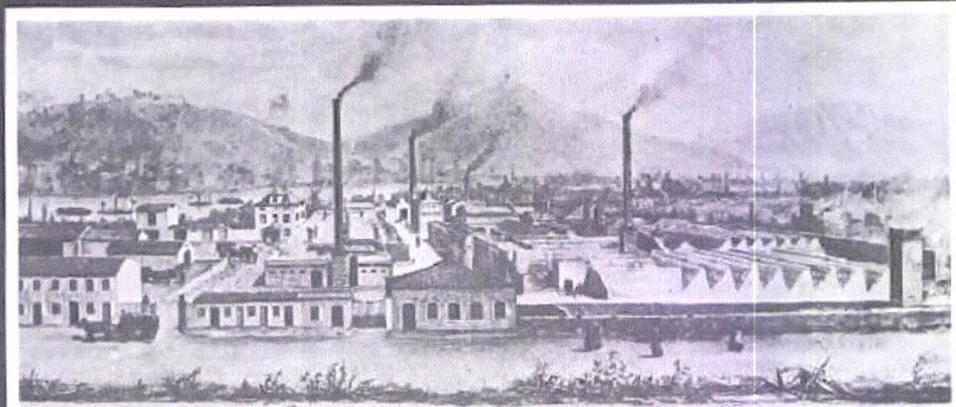
MUSEU DA FÁBRICA DE FIAÇÃO DE TOMAR		
Época de Fabrico	Objecto	N.º de Inv.
Proveniência		Secção
Ord. no Ent. no Museu		Localização
Oficina de Origem		Met. de Const.
Preço de Aquisição		Dimensões
Período de utilização		
Descrição: (Material, decoração, acessórios, marcas, características técnicas)		
		Neg.º N.º

Reprodução da ficha de inventário do Museu da Fábrica de Fiação de Tomar.

Anexo – 4

PRIMEIRA EXPOSIÇÃO DE ARQUEOLOGIA INDUSTRIAL

A PARTIR DO DIA 13
LEVADA – LAGARES D'EL REI
TOMAR



Reprodução de cartaz de exposição da Primeira Exposição de Arqueologia Industrial, realizada em Tomar, em 1978.

Anexo – 5

**Entrevista realizada ao Dr. Jorge Custódio,
Director do Convento de Cristo de Tomar
Tomar, 26 de Abril de 2005**

Tendo-nos deslocado a Tomar para a realização da entrevista fomos acompanhadas pela Dra. Graça Filipe que assistiu e participou na entrevista.

Trata-se de uma entrevista semi-dirigida, dado que embora tenhamos elaborado previamente um guião, o entrevistado, reportando-se às temáticas propostas contou livremente factos das experiências de levantamento e inventário, aspectos de organização e programação de exposições e iniciativas museológicas das quais foi o principal promotor.

A entrevista decorreu no Convento de Cristo em Tomar e teve a duração de cerca de três horas.

› Da sua experiência pessoal de investigação e de inventários e no âmbito da musealização de património industrial, quais as experiências que destacaria?

Todas elas têm para mim um papel importante porque são experiências que eu considero quase de origem, quase iniciais. Para mim cada uma delas constitui um ponto de referência que permite fazer uma mudança e, simultaneamente, acompanhar os movimentos que se dão quer a nível nacional, quer a nível internacional.

A Central Tejo foi a experiência pioneira, todavia já tinha feito algumas exposições antes, exposições geralmente a duas dimensões ou com alguns objectos.

A primeira exposição em que colaborei foi uma exposição, julgo eu, de grande importância do ponto de vista pedagógico. Foi a exposição que se realizou na Faculdade de Letras de Lisboa, em 1979, ao abrigo de uma actividade pedagógica que exerci, era professor de Revolução Industrial e então levei os alunos a procurar informações, dados

e a preparar uma exposição que abriu ao público lá numa sala na Faculdade de Letras sobre o património industrial e a arqueologia industrial, com peças originais de algumas fábricas que foram cedidas. Foi quando começou a falar-se sobre o assunto.

Esta exposição marcou-me muito porque criou uma entropia interessantíssima entre os alunos e os professores que trabalhavam na universidade naquela altura e entre a universidade e o curso de história, porque ter uma actividade de exposição numa universidade era uma coisa muito rara naquela altura e o que havia era, sobretudo, coisas de pintura. Ainda por cima criou condições para fazer outras exposições. Logo a seguir foi feita uma sobre o fascismo quando foi o *Congresso Nacional sobre o Fascismo* que lá se realizou e em que eu também participei.

A seguir fizemos uma exposição sobre pontes. Essa exposição provavelmente teria sido uma exposição que marcou muito as entidades que me vieram a convidar porque começava-se a ouvir falar muito de património industrial, tinha-se criado a Associação de Arqueologia Industrial para a Região de Lisboa. Os jornais todos falavam sobre o assunto. Mas antes ainda da Central Tejo, pediram-me para fazer uma exposição em Portugal a partir de uma exposição inglesa, uma exposição que se realizou no Panteão nacional. Foi a primeira exposição mais “oficializada” sobre o património industrial, da qual existe um catálogo policopiado. [...] No fundo era uma exposição que vinha da Inglaterra e que foi adaptada ao nosso conhecimento, era uma informação sobre o desenvolvimento do património industrial e da arqueologia industrial na Inglaterra: *Remains of a Revolution*, assim se chamava – “Vestígios de uma revolução” – e teve a particularidade de obter notoriedade.

▸ **Porque foi realizada no Panteão Nacional, em Lisboa?**

Porque foi o espaço que na altura se encontrou mais adequado para fazer aquela exposição, já que também o IPPC estava ainda a gerir muitos problemas e manter esses

espaços que também tinham de ser desenvolvidos. Ora a exposição foi em 1980, portanto ainda não era o IPPC! Era a Direcção-Geral do Património Cultural do Ministério da Educação e depois, em 1981, estava a começar o IPPC, portanto estamos no início do IPPC. Comecei a prepará-la no final de 80...

Houve uma exposição anterior de que me estava a esquecer. Foi realizada uma exposição chamada *Património [80]*, que se realizou no refeitório no Mosteiro dos Jerónimos. A razão porque se realizou essa exposição foi a seguinte: fui nomeado, com o Rui Rasquilho e o Pedro Canavarro, mais outras duas pessoas e um cineasta chamado Bento Pinto da França, para uma Campanha Nacional para a Defesa do Património, foi por aí mais ou menos que andei nos anos 80. A Campanha Nacional para a Defesa do Património foi a primeira vez que se fez propaganda do património a nível nacional, andei por aí por todas as Câmaras do país.

► **Então era professor?**

Era professor da Faculdade de Letras e fui nomeado a nível ministerial. Criámos um gabinete que estava junto do Secretário de Estado, Vasco Pulido Valente, por causa do movimento de associações de defesa do património. No fundo, isto começou por causa disso.

Essa campanha acabou com uma exposição e eu fiquei encarregado, nessa exposição, do património industrial. Portanto, apareceram nessa exposição realizada nos Jerónimos umas imagens referentes ao património industrial.

Depois disso a Natália Correia Guedes veio convidar-me por causa de um certo número de acontecimentos, para liderar uma equipa de trabalho só sobre o património industrial. Ela veio convidar-me ainda de uma forma informal. Chamou-me ao gabinete – ainda na Biblioteca Nacional, em 1982 – e colocando logo a questão de que tinha de fazer a exposição *Remains of a Revolution* que era uma exposição que tinha sido oferecida e que era o ponto de partida para tudo isso (Agora é que está a fazer-se luz!). Essa

exposição já era uma iniciativa nessa altura do IPPC – já estava portanto criado, só que ainda estava a fazer a transição que demorou um ou dois anos – e os monumentos passaram a pertencer ao IPPC, houve ali uma série de confusões.

Ora, a nossa actividade na Campanha Nacional de Defesa do Património, no fundo, também contribuiu para criar condições para aparecer o IPPC e, ao mesmo tempo, exigir um conjunto de alternativas em relação à Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais que se encontrava em crise desde o 25 de Abril, de modo a que a afectação do património fosse entregue à cultura. Foi o que aconteceu e estamos a viver isso.

Depois disso continuei na universidade, mas a dado momento senti a necessidade de pedir requisição, o que foi um processo muito complicado. Eu acedi a ser o coordenador de uma equipa com a Adília Alarcão, o Luís Casanovas...

› **Porque é que o João Castel-Branco entrou na equipa?**

Eram pessoas que estavam noutras áreas, mas que tinham alguma afinidade com estas matérias e que ficaram, mais ou menos, até ao fim. Acho que, inicialmente, o Coutinho Gouveia também esteve. Eram entidades que estavam no IPPC e deviam ter um papel de colaboração.

› **Qual foi o problema com a sua requisição?**

Era óbvio que eu fosse o comissário logo à partida, mas para ser comissário tinha de ter um vencimento superior e isso o Estado nunca resolveu. Ganhei sempre pelo valor de técnico superior de 2ª classe.

Evidentemente que depois não tive problemas com as ajudas de custo, como tive de fazer muito trabalho fora as ajudas de custo compensaram toda essa actividade. A minha requisição chegou muito tarde e prejudicou muito os meus trabalhos, só chegou um ano antes da inauguração já aquilo estava num pé muito avançado.

› **Como surge a ideia da exposição *Um mundo a descobrir, um mundo a defender*?**

Foi nas reuniões com a Natália Correia Guedes. A questão central inicial foi sempre onde fazê-la e fui defendendo sempre a tese de que devia ser feito num edifício industrial, por razões de que já estava envolvido no problema do património industrial e da arqueologia industrial há anos e já sabia o que era, não é? Não só por dar aulas, porque já tinha lido o Kenneth Hudson e essas coisas todas. Na própria universidade, os meus alunos já recebiam essas informações, os meus programas dessa altura – que são conhecidos – mostram a bibliografia que eu dava e não ia fazer uma coisa sem a história da indústria, nem sequer que não pudesse ter o património industrial na sua plenitude. Tinha de se procurar os arquivos, ver as máquinas e estudar os assuntos com alguma propriedade. [...]

Nós quando nos dedicamos a alguma coisa, dedicamo-nos porque temos algum interesse por essa questão, mas não quer dizer que a gente domine, que a gente saiba [...]. Eu conhecia o património industrial e considerava que conhecia as coisas, mas faltava ali qualquer coisa. Faltava a tecnologia. Não fazia a ligação, era mais a arquitectura, aparecia lá por trás as máquinas, apareciam os homens e a sociedade porque eu era um homem que vinha dos movimentos de esquerda e, portanto, a sociedade estava sempre presente. Dava a Revolução Industrial mas era a história industrial ainda. [...]

A Campeã é uma aldeia fabulosa no Marão e ia lá de vez em quando. De uma das primeiras vezes que lá fui houve uma coisa que me chocou. Deparei-me com um alto-forno a funcionar e pensei: “A gente só sabe que há um alto-forno lá em baixo no Seixal. Mas que coisa esquisita!” E então fui visitar o alto-forno, tirei fotografias – até já publiquei um relato sobre esse alto-forno no livro de Moncorvo – então cheguei à conclusão que o país funcionava em compartimentos estanques: o Norte era o Norte, o Sul era o Sul, o litoral era o litoral, e o interior era o interior, e que ninguém conhecia a realidade toda e que tinha

de se dar uma volta. Fui ver as minas de Vila Cova, os Escoriais [de Vale de Ferreiros] ... e outras coisas que ninguém se interessava na altura. [...]

Comecei a recordar tudo o que tinha aprendido em matemática, em física e em química no liceu e comecei a juntar todos os dados. [...] Foi como se a maçã me caísse na cabeça! Foi uma espécie de espécie de mudança epistemológica...

► **Transversalmente?**

Transversalmente. [...] De facto foi esta mudança de pensamento que gerou a Central Tejo. De facto, se tivesse levado a Central Tejo de acordo com os princípios da história da indústria, nunca lá chegaria.

Nessa altura estava ainda a fazer inventário e então o que é que comecei a fazer? Comecei a estudar as coisas de uma forma diferente do que tinha estudado até aí e, como resultado, quando fui para a Central Tejo já estava perfeitamente equipado com aquilo que era preciso fazer. Por isso a exposição vai ter muito o dedo do comissário maior. Nessa altura eu era o coordenador e as outras pessoas que estavam na comissão podiam saber um bocadinho disto e um bocadinho daqueloutro, mas não do todo. Por isso eu cheguei facilmente às associações industriais, consegui fazer com que compreendessem o significado desta situação, isso foi uma mais-valia que depois foi desperdiçada nos anos seguintes, sobretudo em 86/87, quando as coisas podiam ter dado o grande salto.

Fiz uma segunda volta ao país, comecei a percorrer o país todo à procura das unidades industriais mais importantes para recolher informação, bens para entrarem na exposição da Central Tejo, organizados já segundo uma tabela organizativa que são os cinco núcleos essenciais, um dos quais foi muito difícil de desenvolver porque encontrei um bloco muito grande por parte do Estado que foi a falta de dinheiro. Por isso fiz aquilo em duas etapas: a primeira abriu praticamente com os quatro núcleos todos, não abriu o dos transportes... Eu já sabia que fazia os transportes, tinha quase a certeza porque estava associado aos melhores

nomes já nessa altura para fazer os transportes, mas os transportes era muito complicado, tinha de trazer locomotivas com 16 ou 17 toneladas e depois não havia dinheiro.

Foi na altura em que a AAIRL, com quem tinha entrado em conflito e saído [...] decidiu que também queria entrar na iniciativa. Como o Estado teve dificuldades em arranjar dinheiro, tínhamos de o tentar pela via do mecenato, coisa que já tinha conseguido anteriormente só que agora era necessário o mecenato dirigido para os aspectos finais da área dos transportes.

▸ **Nessa altura do ponto de vista etnográfico, pensando no caso do Dr. Coutinho Gouveia por exemplo, havia algum paralelo que achasse interessante de levantamento ou inventário do país?**

Não. A única coisa foi que quando entrei para a Central Tejo queria demonstrar a energia em todas as suas vertentes e a energia humana...

▸ **Mas em termos do inventário do património e nível do país?**

Havia só o Museu de Etnologia onde eu me fui basear e fazer um estudo das reservas do museu e depois consegui a colaboração da gente do Museu de Etnologia Museu de Etnologia para trabalhar na Central Tejo. Foi especialmente o Fernando que era um homem fabuloso e aprendeu muito na Central Tejo mas era de facto uma figura de grande relevo na área da conservação e ajudou e desenvolveu a conservação das outras áreas e dos outros bens. Isto levou a que tivéssemos uma equipa de conservação a trabalhar em pleno, diariamente na Central Tejo, ao mesmo tempo que estávamos a preparar a exposição. Isso é que foi uma grande novidade. Depois, quando foram apresentadas as coisas já não apareceram todas sujas como a gente as recolheu em mísero estado. [...]

Começo a fazer uma primeira grande digressão pelo país em 82 e ainda faço uma segunda digressão. Não bastou só aquela, ainda tenho que ver mais umas coisas que, entretanto, não tínhamos pensado e que era preciso verificar. Portanto, tínhamos de estar a investigar e tínhamos de estar a recolher, a suscitar as primeiras intervenções de mecenato... porque

o IPPC recolheu dinheiro do mecenato (na altura não havia ainda Lei do Mecenato). E porquê? Porque interessava e porque me liguei às associações industriais. Cheguei a fazer um curso na Associação Industrial Portuense com 15 pessoas. [...] A negociação que fiz com eles foi de dar um curso para desenvolver um núcleo no Norte para fazer uma exposição no Norte, porque a exposição era para fazer em Lisboa e no Porto e só não se fez no Porto porque entrou um novo presidente no IPPC, Palma Ferreira, que não tinha aquela concepção. Não só não percebia o que aquilo era como achava que se estava a gastar dinheiro a mais. Não via o significado daquilo e, inclusivamente, quando teve tudo nas mãos para decidir a criação de uma equipa que pudesse levar tudo para a frente, ele, inadvertidamente, disse que não. [...]

▸ **Comparativamente a nível da abordagem industrial para si havia algum termo de comparação com o levantamento da equipa do Dr. Veiga de Oliveira relativamente ao etnográfico, ou isso nunca se colocou?**

Nunca se colocou porque não tinha condições para o fazer. O que aconteceu é que exerceu alguma influência sobre o estudo dos moinhos.

Para mim o que exerceu maior influência a nível do levantamento foi a questão das pontes, porque fizemos um levantamento de todas as pontes que existiam na documentação e andámos a vasculhar as pontes nos arquivos da CP... Isso é que teve alguma influência, se bem que hoje considere que tudo isso intervém. Mas tudo acontece ao mesmo tempo, estamos a estudar e a intervir ao mesmo tempo, esse é que é um aspecto interessante. A intervenção obriga-nos a agir e ao mesmo tempo a sensibilizar, a esclarecer, a fundamentar e ao mesmo tempo a recolher e conservar. A equipa não era muito grande e só podia fazer a Central Tejo com pouco dinheiro, tinha de se pagar apenas pouca coisa a uma pessoa para secretariar, a outra pessoa para dar apoio técnico e, no princípio, somos dois, três e os outros vêm todos da instituição e são

pagos pela instituição pelo trabalho de apoio nessa matéria e depois começam a destacar-se em algumas áreas.

Por exemplo, o Nabais na parte da museologia. Se bem que o Nabais depois não vai fazer a museologia, ficou como museólogo mas não exerce porque ele falta muito, ele está ausente e isso perturba os *timings* que se estavam a dilatar cada vez mais. [...] Ele vai intervir até um ponto onde é possível intervir, depois com o *pressing* ele não vai mais intervir. Quem vai intervir são duas ou três pessoas, além de mim, que têm uma experiência de exposições muito grande como foi o caso do Vítor Belém, que é o homem que vai marcar todo o desenho expositivo.

▸ **Que vinha de onde?**

Da Direcção-Geral do Património. É um grande pintor da nossa praça, não sei se ele é vivo ou não [...].

▸ **E além dele?**

É o homem que trabalho hoje nas exposições da Biblioteca Nacional [Saldanha da Gama(?)]. Nessa altura ele era ajudante do Vítor Belém e continuou na Biblioteca Nacional, não passou para o IPPC. Era tudo gente da casa!

Porque o projecto para o Vítor Belém... Ele percebeu todas as intenções. Nas nossas reuniões o Vítor Belém foi formando a ideia da exposição, do valor que isto representava e acabámos por encontrar soluções que foram depois negociadas na equipa e desenvolvidas em função dos objectivos e das grandes vertentes, sobretudo as vertentes temáticas que nos orientavam a nós. A escolha das vertentes temáticas foi muito difícil porque elas tinham de representar as ideias básicas dessa altura e eu tive em conta uma coisa muito importante ao verificar que o património industrial ainda existia em Portugal e muito bom, mas que estava ameaçado pelas questões do 25 de Abril e senti que havia dificuldades em resolver certas coisas.

Era extremamente necessário que o património industrial não acabasse. E na realidade não acabou, mas não foi na grande linha que tínhamos pensado que podia ir. Temos uma certa utopia, mas o país é assim. [...] O país não resolve, fica embotado, não sei bem porquê, por razões financeiras umas, por razões de rivalidades entre as pessoas... tudo isso.

Do ponto de vista da Central Tejo este foi o primeiro problema e depois, há medida que eu estava a fazer isto também estava a fazer outras coisas, estava a criar as condições para o Museu do Ferro, em Moncorvo. [...]

▸ **No caso do Museu da Água, também deu apoio para a sua criação?**

No Museu da Água não dei apoio...A minha memória não recorda as coisas todas. Mas qual foi a minha intervenção no Museu da Água? O facto de ter construído uma associação na região de Lisboa [AAIRL] de que fui o principal mentor e trouxe os meus alunos todos. Começámos a trabalhar no Seixal por interesse, porque na associação tínhamos uma pessoa que era da fábrica de Arrentela [refere-se à fábrica da Companhia de Lanifícios de Arrentela, no Seixal], um senhor francês que eu tinha visitado para os trabalhos da Central Tejo, e fizemos ainda uma exposição do vidro, uma exposição em que nos empenhámos. Aquilo foi uma exposição gigantesca para aquela altura, ainda estava no início o Ecomuseu [Municipal do Seixal], não é? Tinha também havido a escavação da fábrica do vidro.

▸ **Passavam-se várias coisas ao mesmo tempo...**

A questão do Museu da Água é que a dado momento soubemos que aquilo ia ser demolido.

▸ **Os Barbadinhos?**

Os Barbadinhos. Alguém nos disse, deve ter sido alguém que estava na EPAL e nós nessa altura já tínhamos uma boa relação com a RTP e conseguimos levar a televisão para dentro dos Barbadinhos e nós a falarmos que não se podia perder aquele

património porque senão o que é que nós dispúnhamos em Lisboa? Dispúnhamos da Central Tejo e daquelas coisas que eram emblemáticas.

Isso suscitou um movimento muito bom do público, foi a primeira vez que se falou de património industrial na televisão e, passado pouco tempo, também soubemos que já não ia ser deitada a baixo [a estação elevatória de água dos Barbadinhos, em Lisboa].

Um dos primeiros acontecimentos que ocorreu foi a nossa denúncia dos acontecimentos da Fábrica de Cerâmica Lusitânia [situada no Campo Pequeno, em Lisboa], porque a fábrica era um monumento, um verdadeiro monumento! A Natália Correia Guedes inicialmente dá início ao processo todo, apostando na defesa da fábrica e mandou proceder ao estudo e à sua classificação e nós começámos a preparar o processo de classificação só que, a dado momento, um dos nossos funcionários passou durante a noite e ouviu petardos e dinamite no interior da fábrica.

Isto deu origem a uma polémica muito grande que veio nos jornais, onde participou o José Augusto França e essa gente toda, com um contencioso entre mim e o Taveira por causa da chaminé e tudo isso, e a imprensa vai relatar essas coisas todas, mais do que hoje até, curiosamente!

Entretanto, estávamos a preparar a proposta de classificação da Fábrica da Romeira, em Alenquer ou a proposta de classificação da Escola Industrial Marquês de Pombal, em Alcântara. Essas coisas todas estavam a decorrer e nós intervínhamos ao mesmo tempo.

► **O levantamento dos moinhos nessa altura também estava a decorrer?**

O levantamento dos moinhos foi também nessa altura, mas não foi nossa iniciativa.

Mas houve outra iniciativa que, inicialmente, também foi nossa que foi a da própria Central Tejo que também constava que não era para poupar. Mas a classificação da Central Tejo já foi feito por uma equipa de arquitectos envolvida nesse processo.

A Natália Correia Guedes achou que este era um edifício bom para a exposição – ela foi de facto a primeira pessoa a falar-me na Central Tejo – e mandou-me verificar se o edifício era bom para a iniciativa. Depois alterámos para outros espaços e finalmente ficámos com a Central Tejo porque a defendi com unhas e dentes e porque achei uma maravilha, aquilo lá por dentro.

Porque é que eu também defendi a Central Tejo? Porque já havia um movimento no sentido da formação do Museu da Electricidade.

► **Anterior ao Museu da Água?**

Antes do Museu da Água. Só que eles não sabiam muito bem o que é que queriam porque o Mário Mariano, que trabalhou depois na equipa, não sabia muito bem o que é que queriam fazer. Hoje respeito muito o Mário Mariano, é um homem que sabe muito de electricidade [...].

Eu tinha o apoio de toda a gente que trabalhava no projecto da Central Tejo e depois havia pessoas que se estavam a aproveitar da Central Tejo e essa é que foi a crise. Criaram situações gravíssimas como foi aquela que vieram para os serviços públicos do IPPC dizer que havia roubo de dinheiros o que obrigou a uma auditoria. Eu próprio pedi uma auditoria e o que se passou foi o seguinte: uma funcionária que trabalhava na bilheteira e que não roubou mas teve falta de dinheiro, levou o dinheiro do dia de entradas e alguém ouviu e foi dizer que havia roubo de dinheiro da exposição só para prejudicar a equipa.

► **E num projecto dessa dimensão...**

Num projecto dessa dimensão, dando referência de que aquilo era muito mais grave. [...] Se houvesse ali algum caso, eu era despejado da Central Tejo pelo próprio Instituto [IPPC] que queria era “cortar a cabeça” a quem estava a gastar dinheiro com coisas do ferro-velho e tal, não é?! E eu sabia. Aconteceu felizmente que essa crise até foi saldada positivamente por nós, mas daí para a frente as coisas tornaram-se muito mais graves [...].

A dado momento, eu tenho a exposição montada e digo ao IPPC: “Eu não vou desmontar esta exposição. Esta exposição custou muito dinheiro ao Estado!” O Estado é que tinha que negociar com a EDP para encontrar uma solução alternativa porque havia espaço suficiente para se fazer dois museus, ou fazer um só museu, o património até podia ficar nas mãos da EDP se fosse necessário e o IPPC quisesse resolver o problema. Mas movimentaram-se de tal ordem para que a exposição acabasse e fosse encerrada, que eu fui obrigado a encerrá-la.

▸ **Mesmo sem uma alternativa?**

Sem uma alternativa. Aliás, ainda me deram hipótese de encontrar uma alternativa, que encontrei. Que encontrei! E foi uma alternativa muito boa e sólida. Só que entretanto... Esta história para mim foi muito grave. Reparem bem: sai da Universidade requisitado e depois o presidente do IPPC, Palma Ferreira, quando inaugurei aquilo e outras coisas mais, aliás, até de acordo com o Ministro da Cultura, Coimbra Martins, que acabou meu amigo e que gostou muito do meu trabalho. Foi ele até que fez o despacho final e que gostou imenso e disse que aquilo [a exposição *Um mundo a descobrir, um mundo a defender*] iniciava uma nova fase da história dos museus em Portugal. Ele foi uma pessoa fabulosa e na visita que fez... aliás, ele foi duas vezes à Central Tejo. Ele era uma pessoa muito culta e foi o primeiro Ministro da Cultura a sério.

▸ **Veio alguém do TICCIH na altura ver a exposição?**

Veio o membro vogal... Veio o Adriaan Linters, veio o Barblan da Suíça que fez um texto que a gente publicou¹. Também veio gente de Espanha, mas não recordo quem [...]. Eu entrei para vogal do TICCIH em 1986 e acabei em 1990. O Eusebi Casanelles fazia parte do nosso grupo, porque havia um grupo chamado dos “países do Sul” – a

¹ Marc A. Barblan – «L’Exposition de la “Central Teje” à Lisbonne : étape importante dans la mise en valeur du patrimoine industriel portugais et réalisation internationale ». *Museologia e Arqueologia Industrial. Estudos e projectos*. Lisboa: APAI, 1991, pp. 105-109.

Grécia, a Itália, a Espanha e Portugal –, que tentávamos lutar pelos interesses do Sul. Por essa razão eu consigo fazer em determinado momento um encontro intercalar do TICCIH em Portugal: o do vidro.

Mas voltando à alternativa. A determinada altura o Palma Ferreira diz que vamos tentar resolver o problema do museu da indústria (foi uma das promessas que me fez): “Quando tiver o seu problema resolvido na Universidade, vou convidá-lo para dirigir esse grupo de trabalho!”

- “Pois muito bem, se o Sr. Presidente diz isso eu vou resolver o meu problema na Universidade.” Fechei o meu “negócio” com a universidade e vim...

► **Para o museu da indústria...?**

Para o museu da indústria. Trabalhei no projecto e o primeiro documento que eu vi foi o de nomeação da equipa do museu da indústria e essa equipa tinha todas as pessoas menos eu. Fui falar com ele: “Ah! Isso é intercalar, é provisório até estar resolvido o seu problema. Está a resolver o seu problema?”

- “Estou a resolver o meu problema.” E digo-lhe que estou a negociar uma reunião para breve com o próprio Jorge Rocha de Matos [então Presidente da Associação Industrial Portuguesa]. Fizemos essa reunião na Associação Industrial Portuguesa, reunião em que apareceram os membros da Comissão nomeada, apareci eu, um representante da APAI, e não me lembro mais quem.

Toda a gente dizia dentro do IPPC que era eu que tinha de continuar e então fiz a exposição (foi o dia em que vi tudo a correr para trás!), os problemas todos que existiam e que a Central Tejo estava a ser desmontada de acordo com as indicações, que agora se colocava o problema do espólio, onde é que vai ser colocado, que já tinha resolvido o problema para parte da colecção do espólio que ia para a Carris. Tínhamos condições para avançar porque contávamos tanto com a Associação Industrial Portuguesa como

com a Associação Industrial Portuguesa: “Está aqui o Sr. Presidente Rocha de Matos para poder dizer a sua opinião e, portanto, agora estamos à vontade para avançar para este projecto. Temos o apoio das empresas transportadoras...” Aliás, foi uma reunião muito importante porque expus essas coisas todas. Todas as coisas que tinha conseguido depois de ter dito à imprensa que aquilo ia fechar.

Entretanto, o Rocha de Matos diz que está interessado em avançar, que sabe que a Associação Industrial Portuense, que não estava ali representada, ia dar o seu apoio e, portanto, íamos discutir financiamentos. Quando se começou a discutir financiamentos, o Palma Ferreira recusa-se e diz que não tem dinheiro suficiente para avançar para uma parceria daquele tipo!

▸ **Quem pagou a desmontagem?**

O IPPC. Tinha pago a montagem com os apoios, tinha pago a equipa, tinha pago a desmontagem, o transporte, a embalagem...

▸ **A receita dos visitantes...?**

Foi tudo para o IPPC e foi uma coisa muito visitada. Não foi mais visitada porque não estive tempo suficiente, foi só meio ano.

▸ **Uma exposição daquela dimensão...**

Uma exposição daquela dimensão desde Maio até Dezembro, aquilo era para prolongar! À medida que o tempo estava a avançar, estávamos a ter mais visitantes.

A dado momento, o Palma Ferreira diz que não tem capacidade financeira para avançar. Aquilo que eu tinha conversado com ele, era tudo ao contrário do que ele estava ali a manifestar numa altura em que estava numa reunião, perante uma equipa que queria avançar e desenvolver... E fiquei desempregado durante três anos! [...]

▸ **Na altura, o levantamento feito de todo o trabalho no terreno pelo país começava a ter efeitos?**

Começou a ter apoios até porque há sempre reacções que ficam. Ainda há dias recebi um telefonema de Aljustrel para ir lá fazer uma conferência porque sabem que trabalhei lá.

No Norte também. Só houve algumas questões com o Porto que não foram bem resolvidas porque quem devia ter sido a pessoa que tinha mais capacidade para fazer a exposição no Porto era a Teresa Viana e acabou por não ser, mas também porque a determinado momento também começaram a ver que não havia dinheiro.

A exposição no Norte era fácil, não era difícil. A questão era que havia duas associações envolvidas, por isso tinha de haver duas exposições: uma em Lisboa e outra no Porto. Bati-me sempre pela exposição no Porto só que, a dado momento, começaram a cortar-se cada vez mais por causa dos dinheiros. [...]

Uma das razões porque estou a fazer o trabalho [sobre as Minas] do Pejão² é porque ficou lá um rasto e as pessoas lembram-se de mim e depois, quando cheguei, viram a facilidade com que eu dominava o assunto das minas. O catálogo ficou com duzentas e tal páginas...

‣ **Institucionalmente deviam reconhecer a necessidade do Dr. Jorge Custódio estar mais concentrado no património industrial, não tirando o reconhecimento da sua personalidade multifacetada...**

Continuo a escrever e a fazer coisas em património industrial. Escrevi um artigo para a revista *Estudos* sobre património mineiro, uma síntese que vai sair neste número, em Julho.

‣ **Do que não foi publicado no catálogo da Central Tejo, de certa forma acha que ainda...?**

Os artigos já estão desactualizados. Aproveitei alguns para fazer trabalhos meus mais tarde. Aproveitei a parte das fábricas para desenvolver, no caso das fábricas de Lisboa, a

² Jorge Custódio encontra-se actualmente a trabalhar no projecto do Museu das Minas do Pejão, no concelho de Castelo de Paiva.

partir de muitas coisas que já tinha pensado. Acho que já não tem interesse hoje em dia publicar, está muito desactualizado.

Aliás, a experiência da Central Tejo foi sempre em crescendo e esse crescendo teve a ver com o Centro de Documentação. Nós tínhamos um Centro de Documentação na Central Tejo, estávamos a criá-lo. Depois esse Centro de Documentação foi para o IPPC e depois acabou por ingressar na APAI porque também fiz um *forcing* para ir para lá.

▸ **Que futuro lhe dava hoje?**

Agora deixava, portanto, no IPPAR esperando que as coisas pudessem dar o grande salto no IPPAR.

▸ **Institucionalmente diluiu-se sempre ao longo destes anos todos...**

Diluiu-se cada vez mais o património industrial e tornou-se património em vias de extinção, ou indiferente ou ignorado. As razões disso têm a ver com a cultura portuguesa, com a mentalidade.

A única vantagem neste momento, no meu ponto de vista, é a de haver uma cadeira obrigatória de Arqueologia Industrial [no curso de História, variante de Arqueologia, do Departamento de História] na Universidade Nova de Lisboa, isso já foi uma novidade e estou a leccioná-la.

▸ **Sem subestimar o papel de outras pessoas, apesar de ser pouca gente, para além do seu papel na UAL e na Lusófona?**

Sim.

▸ **Considera que as experiências efectuadas em Portugal no âmbito dos trabalhos arqueológicos propriamente ditos foram experiências de sucesso em termos do seu aproveitamento museológico e museográfico?**

Nem era necessário que fosse museológico nem museográfico. Quer dizer, no caso do Barreiro³ não, mas há uma classificação, a responsabilidade deixou de ser minha até porque eu fiz o programa da musealização da estação, do sítio arqueológico e foi entregue no Barreiro. Até houve uma vereadora que a usou para poder expressar esse ponto de vista. Porque eu disse logo que no Barreiro só trabalhava desde que houvesse a expropriação do Xavier de Lima, porque só estão 10% explorados, e como já foi publicado o livro... Aí cumpri em toda a dimensão.

Algumas das outras explorações deram resultado, como no caso de Macedo de Cavaleiros que agora até tem lá um centro de interpretação para a seda e já foi aí assumida [pelo IPA] como uma escavação arqueológica.

Em Pedreanes, essa também é da responsabilidade da autarquia. Nós entrevistamos, fizemos três campanhas, mas não se apresentou o relatório da segunda escavação e tem sempre de se fazer o relatório dos trabalhos. Recolheu-se o espólio que está arquivado na Câmara e foi feita uma vedação no campo com o consentimento da entidade particular. A Câmara Municipal da Marinha Grande é que não sabe desenvolver o projecto.

Outros casos de escavações? Deu resultado o da Covilhã.

► E o do papel?

O do papel também deu e nesses casos houve de facto progressão. Eu escrevi sobre isso no *Atlas de Arqueologia na Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. A parte portuguesa foi liderada pelo [José Morais] Arnaud e ele pediu-me para fazer a parte de arqueologia industrial e escrevi três laudas sobre intervenções arqueológicas, arqueologia industrial e museologia.

Acho que do ponto de vista da museologia também deu resultados. Os efeitos disto acabaram por resultar, de uma forma ou de outra, hoje as pessoas vão trabalhando, vão desenvolvendo, vão sempre buscar as bases àquilo que foi feito.

³ Refere-se ao sítio da Real Fábrica de Vidros Cristalinos do século XVIII, em Coima, concelho do

› **Mas não se manteve uma linha de trabalho?**

Não, não se manteve uma linha de trabalho porque precisava de um centro de investigação e de trabalho que era o que devia ser a Central Tejo e aí é que falhou, mas eu sempre defendi essa tese... Hoje, ao ver a experiência da Catalunha⁴, eu tenho a certeza absoluta de que estava certo.

As coisas estavam abandonadas, eram consideradas ferro-velho, ainda por cima sem valor e o que importava era recolher. Mas manter pólos onde se pudessem desenvolver essas coisas, não é? E não “Meter o Rossio na Rua da Betesga”, porque a Central Tejo era a “Rua da Betesga” do património industrial quando devia ser um pólo de investigação. Por isso é que privilegiar o Centro de Documentação foi um ponto de partida da nossa posição. Integrar o património que estava lá, mesmo que algum tivesse sido devolvido aos seus proprietários, muito ficou e eles ofereceram, não o queriam. Ainda hoje o IPPAR não resolveu o problema e podia ser um sítio [refere-se ao sítio onde actualmente se encontra o espólio da exposição *Um mundo a descobrir, um mundo a defender*] para recolher novos espólios, mas nem tem capacidade para fazer isso.

› **Mesmo na perspectiva da arqueologia não acha que há uma dispersão de tutelas que dificilmente proporcionaria agora que se fizessem...?**

Agora quando estiver na faculdade vou desenvolver a arqueologia como é óbvio. Comecei com o primeiro ano, no próximo ano já vamos provavelmente desenvolver uma iniciativa de trabalho arqueológico de campo. Um colega meu já está a desenvolver

Barreiro, sujeito a trabalhos arqueológicos de intervenção no terreno a partir de meados dos anos 80.

⁴ A Catalunha desenvolveu um sistema integrado de museus – o Sistema del Museu de la Ciència i de la Tècnica de Catalunya – constituído por uma rede de catorze museus de indústria (com mais seis museus em processo de integração neste sistema reticular) com um núcleo central localizado em Terrassa (dispondo de mediateca), que procuram interpretar e divulgar os diferentes aspectos da industrialização catalã. Cf. *MUSEU DE LA CIÈNCIA I DE LA TÈCNICA DE CATALUNYA. GUIA*. Terrassa: mNACTEC. Generalitat de Catalunya. Departament de Cultura. 1999. 52 p.

essa perspectiva na Fábrica do Fundão, depois vai haver provavelmente a escavação do vidro lá do Covo... serei capaz de coordenar uma ou outra equipa.

Houve efeitos mas se queres a minha opinião da actualidade, é a seguinte: o modelo de desenvolvimento do património no nosso país após os anos 80 [do século XX] está agora em causa. Em toda a linha, mesmo no urbano, mesmo no monumental.

▸ **E a nível municipal?**

Muito mal. Muito mal porque a nível municipal não têm suficientes capacidades técnicas para desenvolver estas iniciativas. Ou são pessoas competentes a controlar os diferentes sítios das Câmaras ou quando se vão embora a memória esvai-se. [...] Estamos a viver uma fase muito difícil do património a nível geral e em todos os terrenos, mesmo aqui [no Convento de Cristo, em Tomar].

▸ **Mas olhando para outros países também vemos coisas...**

Semelhantes, não é? Tem a ver com o modelo de sociedade. A sociedade de consumo desenvolveu-se muito e por isso não me importo de fazer aqui espectáculos, espectáculos de teatro ou isso, porque aqui continuo a ter aumento de receitas [...].

▸ **Entre os exemplos, se é que tem alguma opinião actualmente de museus na área industrial que incorporem acervo técnico e industrial, acha que há alguns casos que estejam dentro do paradigma da museologia para o património técnico e industrial que estejam a cumprir as várias funções museológicas para esse tipo de acervo?**

Em Portugal? Eu acho que ainda não. Talvez o Ecomuseu Municipal do Seixal... agora não conheço bem a experiência final.

▸ **Também não temos só essa área...**

Pois, não têm só essa área. No caso de Silves [o Museu da Fábrica do Inglês] continua o êxito, mas no caso de Silves gerem segundo os interesses próprios da empresa (ou seja,

é como no caso da EPAL, depende dos valores que estão em causa). Por exemplo, o que falha ali é o pessoal que estava adstrito à conservação que é chamado para fazer às vezes outras coisas e isso não pode ser.

Espero que o caso do Pejão seja outro, estou-me a bater por isso porque o projecto tem plenitude. Aliás, o projecto arquitectónico está muito bom, foi muito esgalhado dentro dos objectivos e nas condições que a gente tinha. [...] Vai ficar lá uma equipa a trabalhar. Eu vou lá, faço as coisas e venho embora. É como se fosse um lavrador a semear, não é? É esta que tem sido a minha atitude ao longo da vida.

Talvez o aspecto que vos possa parecer mais complexo, ou talvez não, foi a decisão de a fazer [a exposição *Um mundo a descobrir, um mundo a defender*] na Central Tejo. A Central Tejo derivou do facto de haver possibilidade de manter a Central Tejo tal e qual era na altura em que nós a recebemos. Eu acho que isso foi uma conquista porque a Central Tejo, inicialmente, era para ser destruída no seu miolo e só ficar a arquitectura (agora eu não sei o que estão a fazer mas, concerteza, não estão a destruir o miolo). Foi juntar tudo o que era património industrial num edificio industrial, isso é que era um aspecto interessante: o contentor e os conteúdos ficarem ligados.

› **Não acha obsoleta a ideia de criar um museu de indústria e dos transportes em Portugal?**

Não. Eu acho que até o museu da indústria e o dos transportes podem ficar separados, mas o que é importante é que o museu de indústria possa ser uma valência, possa ter as componentes... As componentes que estão no despacho ministerial.

› **Não acha que pode ser um risco não ter uma ideia estruturante para o país e haver alguma dispersão de iniciativas?**

Não, não me parece.

› **Por exemplo, a questão dos inventários. Deixou-se para trás aquilo que na década de 90 ainda se defendeu?**

O grande problema do inventário em Portugal – e foi sempre aquilo que eu disse – o inventário tinha de ser assumido pelo Estado. Até achei que o Estado o estava a assumir quando se fez o inventário da Covilhã. Primeiro porque se fez o inventário até ao fim (apesar de não se fazer o inventário com toda a informação que se podia deter, dado que não se fez um *feedback* posterior), depois serviu para proteger os arquivos (estão protegidos) e para proteger as máquinas (não estão todas protegidas, mas algumas), serviu para seleccionar os edifícios que deviam ser preservados e para vocacionar outros para outras funções, e ainda serviu para fazer uma carta de recomendações à Câmara Municipal da Covilhã. Se a Câmara não a cumpre, aí temos de fazer uma revolução autárquica ou uma não revolução, dado que foi uma revolução democrática num sentido, mas agora já começa a ser uma regressão, não é? Não interessa só destruir a paisagem, destruir a cidade, destruir tudo.

› **Em termos de selecção de contextos de sítios, não há nenhuma estrutura articuladora?**

Não, agora não há nada mas naquela altura havia [retoma o assunto da exposição *Um mundo a descobrir, um mundo a defender*]. Nós tínhamos estabelecido relações com as empresas, com as instituições, com as associações industriais e até tentámos a Intersindical. Enviámos cartas para lá, não responderam nunca.

Isto tem a ver com a cultura do país, era uma coisa que interessava ao trabalho. Há como que uma desvalorização do património industrial, remetendo-o para um patamar ignóbil. Se calhar tem a ver com o país. O país gosta de coisas de prestígio, tem a ver com o “fazer-se grande”, o estar com as classes altas...

› **O ignorar as memórias...**

Exactamente. É um país que consome muito em bens de capital, de alto gabarito e no fundo é pobre. Tem muito a ver com esta mentalidade do país, e a falta de cultura e nível técnico, é mais que inductório. Onde tenho encontrado cultura técnica é nos operários, nem nos engenheiros tenho encontrado. [...]

Aquilo que é mais evidente para mim, agora que tenho uma certa distanciação a essas coisas, é saber que o país desprezou de tal modo o trabalho que até acabou com as escolas industriais. Um país que faz uma coisa dessas é o mesmo que estar a dizer que despreza as artes e os ofícios, e depois só há algumas Belas Artes. Por isso é que os museus de arte têm um prestígio em Portugal que ocupam vinte e tal por cento.

► **Aliás, é mais fácil transformar esses espaços industriais em galerias...**

Do que outra coisa, não é?! Temos essa vertente. Mas temos que gerir o nosso país com uma certa calma, agora uma coisa depois outra, dentro das nossas possibilidades. [...]

► **O valor dos espaços industriais supera tudo?**

Supera tudo que esse é o valor da urbanização. Por isso enquanto houver uma lei que restrinja isso vemo-nos e desejamo-nos para conseguir alguma coisa. Ainda por cima o que é a cultura industrial? A cultura é artística e é a cultura de consumo, não é?! Estamos a viver um período difícilimo.

Tenho quatro alunos que estão a trabalhar. Uma aluna está a trabalhar muito interessadamente na fábrica Simões [localizada em Benfica, Lisboa] ... O que estes alunos têm é muita dificuldades em obter informações oficiais. Vão aos arquivos e têm dificuldades em obter esses dados! Inclusivamente [os arquivos e outras entidades] restringem, fazem força para não os revelar. [...].

As actas da COAI são importantes porque apanha o movimento todo [retoma o assunto da organização da exposição *Um mundo a descobrir, um mundo a defender*], as pessoas que estavam envolvidas, onde fizemos recolhas, como estava a conservação, os

problemas... Aquilo também foi trabalho de equipa, não deixou de ser uma equipa que conduziu àquilo que foi o que considere uma pequena obra-prima, com as dificuldades inerentes aos materiais, à exposição e tudo isso. Basta só dizer que ter feito uma exposição com material de ferro...

Sabem como era a exposição? Sabem que tenho um vídeo que nunca foi montado. [...]

Aquilo é um choro de bebé profundo porque aquilo já foi na fase final quando se estava a desmontar. No último momento, quando se ia desmontar a exposição é que se fez o vídeo... naquela altura não havia os meios. São três horas a acompanhar peça a peça ao pormenor.

▸ **Isso é um documento importantíssimo!**

É um documento é. Tem tudo o que estava lá correspondente à situação e pode dar uma ideia da imagem. Sabes como era? Como estava organizada? Havia cinco núcleos, mas em termos de imagem é que falta.

▸ **Vimos os restos dos painéis no armazém...**

O grande grosso. Ainda está lá quase tudo, está tudo embalado. Eram grandes fotografias... havia uma fotografia que tinha onze metros de comprimento.

▸ **Não há um *layout* daquilo, pois não?**

Foi feito um *layout* de tudo.

▸ **Aquilo é o que resta para documentar como foi a exposição do ponto de vista gráfico ou museográfico. Só há o vídeo, aquilo e as fotografias que hajam?**

Exactamente. [...] Estou a digitalizar tudo, já estou a apresentar até aos meus alunos coisas que fiz, que já não existem e que são importantes. Ao nível de arquivos, da minha parte aquilo que é material que recolhi e trabalhei, etc., etc., textos inéditos – que tenho muitos inéditos –, isso há-de ficar tudo organizadinho antes de morrer para poderem beber. Mas, mesmo assim, ainda há artigos e coisas que quero ver se consigo publicar.

Também não existe quase revistas para a gente publicar as coisas! Temos coisas feitas para serem publicadas e não há condições para as podermos publicar. Nem a APAI consegue sair daquela cepa-torta! [...]

Do ponto de vista das fontes que existem [sobre a exposição *Um mundo a descobrir, um mundo a defender*], estas são os meus dossiers, tenho praticamente as actas todas, alguns textos que disponho, o discurso inaugural... Não sabes o que foi a inauguração, foi um espectáculo. Todos os museus de Portugal estavam lá representados, todos! Era a novidade que trazia o IPPC, trabalhar numa área que ninguém tinha trabalhado.

Também tive um pequeno conflito com outra entidade, que foi o Museu da Ciência e da Técnica [de Coimbra], mas esse era um absurdo! Ele era o “Prof. Dr.” E eu era um mero assistente universitário, aquelas coisas não é? E ele tinha sempre aquele ar...tinha sempre aquele ar de senhor dominante daquelas áreas do conhecimento da ciência e da técnica e até que um dia lhe disse: “Sr. Dr. Alte da Veiga, eu fui à vossa reserva e aquilo é uma vergonha. Não tem ponta por onde se pegue e nem consegui trazer de lá nada!” Vieram poucas coisas lá do museu porque aquilo não estava inventariado. Cá está outro depósito [de testemunhos técnicos] que estava na Mala Posta, em Coimbra, estava cheio de coisas (agora não sei se está lá ou não...). Depois perguntei pelo inventário e não havia. Não havia descrição, apenas tinham reunido aquilo ali. [...]

▸ **Quando se fala de uma escala como a da Fábrica de Pólvora [da Sociedade Africana de Pólvora, em Corroios, extensão do Ecomuseu Municipal do Seixal], da Mundet [antiga fábrica corticeira, actual núcleo do Ecomuseu Municipal do Seixal], a escala de que estamos a falar ninguém nos dá resposta.**

Não dá, não dá. Mas eu acho que só se consegue com um movimento civil muito forte que tenha o apoio de grandes nomes que queiram também agir connosco senão não se consegue nada. E ainda assim os jornais não estão atentos, mas também não têm essa preocupação

agora, porque agora a preocupação passou a ser as banalidades. Agora não quer dizer que não regresse, não é? Isto é feito de renascimentos, isto é feito de avanços e recuos...

▸ **Mas perdem-se coisas irreversíveis.**

Mas no património industrial perdem-se muitas mesmo, porque elas vão para a sucata não é? Ou entram na reciclagem. E o que eu vi, o que tenho na minha memória ou dentro dos meus apontamentos ou dos *slides* é completamente distinto de tudo aquilo que a gente hoje possa observar. [...] Eles, na Central Tejo, devem ter gasto uma fortuna para recuperar as caldeiras de alta pressão! [...]

▸ **No Norte também nunca se saiu da intenção, chegou-se ao ponto que não há movimento associativo, representativo mesmo do trabalho científico e das vontades existentes.**

Deixou por e simplesmente de existir. A APAI o que fez foi estiolar, morrer. Entrou em degradação e hoje em dia deixou de ter notoriedade pública.

▸ **E institucionalmente, mesmo em termos do IPPAR penso que devia ser transversalmente, é o património industrial como é o património náutico..., na verdade procuramos uma entidade que noutros países existe...**

E aqui não existe. O pensamento que eu tenho é que de agora para o futuro temos de começar a preocupar-nos é com o património industrial que ainda existe e que vai desaparecer daqui a uns anos, porque este património da primeira e da segunda geração já desapareceu. O que aconteceu com a Fábrica de Fiação aqui em Tomar, e mesmo assim eu tomei uma posição que não sei se estou legal ou ilegal, mas pronto... foi salvar o arquivo. Está cá o arquivo no Convento de Cristo. Foi preciso quase pressionar aqui as entidades por esta razão e dizer: “Eu ofereço o espaço!” Já viram o que era o

desaparecimento do arquivo da Fábrica de Fiação? Era o maior crime de lesa arquivos que existiria no nosso país. Mesmo assim não está salvo todo...

▸ **A questão da reserva das máquinas, o Presidente da Câmara Municipal de Tomar afirmou em reunião que havia disponibilidade e que iriam dotar uma estrutura na área museológica da Câmara para a reserva das máquinas da fiação. [...]**

A imagem dos espaços [retoma o assunto da exposição *Um mundo a descobrir, um mundo a defender*, apresentando o sub-tema *Energia e máquinas*]. Nós concebemos a organização do espaço – isso foi uma coisa muito discutida entre nós [COAI] – atendendo às características do imóvel e à necessidade de apresentar uma exposição dentro daquele imóvel, mas ao mesmo tempo adequado ao significado e significantes que tínhamos perante nós. Se queríamos apresentar a sala das caldeiras como monumento *per si*, nós então resolvemos eleger essa base que era a base da Era Neotécnica, ou seja a Era da Electricidade, como sendo o elemento central de observação, sabendo que as caldeiras de baixa pressão tinham sido demolidas e podíamos aproveitar esse espaço e que depois as pessoas podiam ir, eventualmente, acompanhar e ver a electricidade na parte da maquinaria eléctrica mais à frente. Se bem que esse espaço, ao mesmo tempo também nos era útil para fazer a parte dos transportes. Por isso, fizemos assim: a parte das energias, começámo-la com a energia humana nos cinzeiros, a zona onde a energia humana era mais utilizada, quer dizer o transporte braçal da cinza, já não transportavam só o carvão mas também a cinza. Ali não havia condições para ser transportada senão braçalmente e foi aí que começou a energia humana, aquela que era a parte mais negra daquele processo, dando assim relevo ao social, ao valor da energia humana e ao seu tratamento nas diferentes épocas.

Depois passávamos para a baixa pressão. Como não havia lá nada, fizemos aí todas as outras energias e demos conta de todas as outras energias. A energia a sangue com

peças originais, a energia eólica, a energia hidráulica e maremotora... até à solar com os acontecimentos do *Pyrheliophoro* do Padre Himalaia.

Reparem que muitos estudos que estavam feitos para o catálogo acabaram por aparecer publicados nas actas do I Encontro Nacional sobre Património Industrial. Por exemplo, parte do meu estudo sobre energia eólica já desenvolvido e que estava por isso representado na Central Tejo a questão do Moinho do Barão do Sobral, acabei por publicar e lá está. Beneficiou o encontro em detrimento do catálogo, mas também o catálogo não podia avançar. Não se perderam os textos de química e das minas, se bem que o texto das minas, hoje já está ultrapassadíssimo.

Logo a seguir [o sub-tema] *A fábrica como monumento da civilização industrial*.

Queríamos dar esse conceito de “monumento” para se fazer valer a importância da fábrica como monumento, para as pessoas não ficarem a pensar que monumentos são só as igrejas e essas coisas. O tema depois desenvolveu-se com a análise de algumas oficinas e não só aparecia um pouco de história da arquitectura e da história das grandes indústrias, mas também aparecia de vez em quando, intercalada, a oficina de tinturaria, a oficina de fundição... eram as coqueluches, tratava-se da sua importância e explicava-se uma oficina.

Aquela que me pareceu mais interessante e aquela que custou mais a montar foi a da fundição, mas ficou muito bem. Aproveitou-se um pé direito alto para montar o *cubilot* e para o podermos montar tivemos de retirar aquilo que se estava a perder que era o [tijolo] refractário interior, não conseguimos montá-lo com o refractário. Houve que fazer algumas restrições. O refractário estava todo a esboroar-se, caía e não conseguimos fazê-lo, aí resolvemos manter a imagem do *cubilot* sem o refractário e acho que expusemos um ou dois exemplares desse refractário.

Passámos a seguir às minas [o sub-tema *O mundo mineiro*]. Aqui fomos às caves das caldeiras de baixa pressão e fizemos uma construção completa de uma mina, quer dizer

entrava-se por uma galeria de uma mina e depois ia-se vendo a história das minas desde a antiguidade. Começamos a associar aquilo que é a arqueologia mineira àquilo que é o património mineiro, à necessidade de haver arqueologia do património mineiro actual, estabelecendo esse paralelo. Foi uma parte muito boa.

Teve aí um papel de relevo e escreveu um texto muito bom, o Rui Parreira. Foi na altura em que ele se começou a interessar por estes assuntos, mas depois abandonou. Trabalhámos muito os dois juntos. E estiveram aí representadas as duas Tábuas de Aljustrel, foi a primeira vez que as reunimos. Isto é muito interessante não é? Porque elas viveram sempre separadas e sempre à espera que aparecesse um museu mineiro em Aljustrel para as reunir, o que não tem acontecido. E nós conseguimos reunir ali! Foi muito difícil porque não tinham condições de humidade adequadas, foi o Luís Casanovas que nos deu todo o apoio nessa matéria.

▸ **O Rui Parreira em escavação nunca se ligou a nenhum sítio?**

Só se ligou aos sítios do ferro e do cobre, mas enquanto núcleos urbanos e fez alguns estudos, mas muito poucos. Mas é uma pessoa que percebe de inventários e isso e eu dei-lhe todo o apoio para ele avançar porque a dado momento abrimos um curso de arqueologia, onde estiveste⁵, e o Rui Parreira foi chamado. Isto tem tudo uma ligação, o curso de arqueologia que nós fizemos no CNC nasceu das pessoas que tiveram qualquer coisa a ver com a Central Tejo e outros novos para dar a arqueologia do ambiente, para dar a arqueologia medieval... Acabámos por ter muitos contactos nessa altura e ele ficou com a arqueologia mineira porque tinha feito investigação para a Central Tejo. Mas não publicou nada.

⁵ No âmbito da formação profissional frequentámos, entre Outubro de 1989 e Junho de 1990, o Curso de Guias de Turismo Especializado em Arqueologia, organizado e coordenado pela APAI e pelo Centro Nacional de Cultura, em Lisboa, com o apoio do Instituto de Emprego e Formação Profissional e do Fundo Social Europeu.

Fizemos a mina que era muito interessante e tinha tudo que havia no nosso país. Veio de todos os sítios, de todas as minas que eu visitei, desci às minas e andei a ver tudo! Panasqueira, Jales (hoje já não existe), Tresminas, Pejão (fui três vezes ao Pejão), Covo, S. Pedro da Cova...

▸ **Que também teve um projecto de museu?**

Teve esse projecto. De lá vieram andorinhas, porque montámos um cavalete! Não, isso foi outra coisa. O cavalete foi uma coisa mais engenhosa e as andorinhas estavam lá fora, eram aquelas coisas gigantescas.

▸ **Tinham um elevador de mina, não era?**

Tínhamos uma gaiola de mina que está agora no Museu da Ciência... Ah, não, agora já está na exposição de S. Domingos de Mértola. Estás a ver, alguns projectos têm dado resultado! Quem é que recolheu aquela coisa que estava para lá abandonada? Cheguei lá, falei com as entidades e foi aí que comecei a estudar. S. Domingos de Mértola deu origem a uma série de publicações que já fiz. Levava um caderninho de campo e ia apontando.

▸ **Esses caderninhos de campo, obviamente são seus? Nunca ficaram depositados em instituição nenhuma?**

São. Isto foi iniciativa mesmo de levantamento.

▸ **Dos objectos que se perderam nestas voltas, há algum objecto que tenha sido deslocado e lamente particularmente?**

As andorinhas foram valorizadas a partir de então e estão no Museu de S. Pedro da Cova. Assim, o que é que pudésemos ter perdido? Jales, as coisas de Jales, evidentemente. Não sei onde estará e em Jales perdeu-se muita coisa porque voltou para lá.

Das coisas da *Mason & Barry* também ficou pouca coisa, quando lá chegámos também já estava muita coisa perdida. Mas eles continuaram com a sociedade, deverão ter lá as suas coisas, dado que foram devolvidas. Perder-se mais de importante? Não sei. Se

aquilo que foi valorizado na Central Tejo se chegou a perder-se verdadeiramente? No sentido absoluto do termo? Acho que não.

› **Quando refere o levantamento e o inventário, os elementos que tinham mais de contexto no trabalho de campo tiveram transposição para a documentação da exposição?**

Nunca apanhámos coisas do contexto, eram coisas já postas de lado.

› **Do ponto de vista do inventário, a exposição capitalizou suficientemente a informação do contexto?**

Capitalizou em termos de contexto porque as coisas estavam organizadas segundo um plano directo.

› **A exposição nunca teria sido a mesma se não tivesse esse trabalho de campo feito pelas mesmas pessoas?**

Exactamente. Isso interveio de uma forma muito especial. O dinheiro que havia para fazer o trabalho de levantamento de campo era muito pouco. Resumia-se a uma ou duas pessoas que faziam o trabalho de recolha e faziam tudo. Tinham de fazer tudo naquela altura. Tinham de ver as peças, negociar, estudá-las, registá-las, combinar tudo e fotografá-las. Ia sempre um fotógrafo connosco. Essa relação de fotografias foi parar à APAI e foi a partir dessas fotografias que se fez depois as ampliações para a exposição. Primeiro ficaram no IPPAR... E reparem, porque é que eu cheguei a um ponto de dizer que preferia que fossem para a APAI? Porque o IPPAR na altura estava abandonado, aquilo perdia-se tudo, iam lá pessoas e sacavam as coisas, por isso é que disse para ir para a APAI... Fiz mal, pronto. Mas também fiz bem. No fundo é a mentalidade que está por detrás disto, porque devia tudo ficar no IPPAR, é aí que tinha de ficar.

O Fernando Real que era o meu chefe também me disse que estava a estudar o assunto e tinha de dividir o espólio por outros museus, respondi: “Pois muito bem, faz o que quiseres. Mas isto não está na lei.” Porque eu quis sempre forçá-los a assumir a posição de assumir aquilo como bens e essa era uma forma de não assumir.

Mas mesmo assim dei autorização para algumas coisas irem e hoje estão bem. É o caso das coisas da tinturaria que foram para a Covilhã [Museu dos Lanifícios] e ainda lá estão. Não pertenciam à tinturaria da Covilhã porque ela não tinha nada, o que se achou está lá exposto e é apenas para ilustrar como seria... à maneira dos museus nacionais portugueses. Não é a mesma coisa que em Silves [Museu da Fábrica do Inglês], porque em Silves encontrei as coisas e musealizei como estava, não é? É um bocadinho diferente.

Porque é que no Pejão vou manter as casas de banho dos operários? Porque realmente é a única coisa que existe e, portanto, vou deixar o que existe. Aí deixou de ter o património industrial como conceito para ser o social como base e as pessoas vêem a casa da malta, a parte de cima é igual acabou, destrói-se. Mas a parte de baixo mantém-se senão não se apercebem, não é? Depois há-de conseguir ter as roupas dos operários que alguém há-de oferecer e há-de pôr lá as roupas penduradas para as pessoas verem o *enforcado*, etc., etc. Isto é muito difícil e naquela altura tínhamos de fazer investigação, levantamento, tudo isso e fazer fotografia e depois estávamos algum tempo nas terras, mas também não podíamos estar muito tempo porque também havia pouco dinheiro. Por isso é que estive meses ausente de Lisboa [...]. Ou a pessoa fazia isso ou não fazia.

E depois era chegar cá, registar, trabalhar e escrever a um ritmo acelerador.

Depois era preciso cumprir os prazos, chegar no dia certo aos diversos sítios porque eles não gostavam que chegássemos atrasados e depois não nos recebiam. Falámos com as entidades, com as administrações e depois tínhamos que achar os técnicos para os levarmos connosco. Mas foi uma experiência espantosa! Depois era também a nossa

pesquisa, porque nós pesquisávamos as coisas, os objectos e tínhamos de ir para a Biblioteca Nacional e como eu não tinha muitos livros sobre estas matérias, na altura ia para os alfarrabistas, era preciso comprar nos alfarrabistas.

› **A exposição foi montada com doações e empréstimos ou chegaram a adquirir objectos?**

Não, não. Tudo doações e empréstimos.

› **E os suportes?**

Os suportes inclusive. E porquê? Eu comecei a trabalhar com associações industriais que mandavam cartas para todos os sócios e isso também contribuiu.

› **Havia o peso institucional...**

O peso institucional. Era a cultura junto com a indústria, era a primeira vez que se falava disso em Portugal. Convidei o Borges Macedo para fazer um discurso sobre esse assunto, para dar também apoio.

Essa lógica foi a certa para as instituições e quando a gente chegava lá já vínhamos empossados com uma mais-valia, não só éramos representantes do Ministério da Cultura e tínhamos credenciais passadas... – a primeira credencial foi passada pelo Luís Casanovas, dado que eu ainda não podia assinar credenciais, só depois é que passei a assinar – mas já tinham recebido a carta que era da associação industrial (da Associação Industrial Portuguesa ou da Associação Industrial Portuense) com quem eu tinha estabelecido acordos fabulosos! O acordo que fiz com o Rocha de Matos era um acordo fabuloso, se o Estado não quis é da responsabilidade do Estado! Porque resolvia o problema do contenciosos que já estava resolvido, só que ele estava sempre por trás a fazer o contrário, não tenham dúvidas nenhuma.

Então havia a secção das minas que era uma parte muito interessante da exposição, as pessoas prendiam-se lá dentro e era aquela que tinha as melhores condições de segurança e de conservação porque era aí que reunimos geologia, havia minas que tinham património – S. Domingos de Mértola, Jales, Pejão, S. Pedro da Cova... – todas aquelas minas que visitei. Curiosamente aí não demos valor nenhum... fizemos uma omissão – eu hoje em dia já não faço essa omissão, mas naquela altura fazia – não demos valor ao património geológico mineiro. Esse é um aspecto que falhou. Se bem que estivesse representado o carvão ou outra coisa, não estava enfocado, mas sim a evolução do trabalho nas minas, isso sim. E até a própria construção, a própria madeira na entivação veio de uma mina. Estão a ver a quantidade de transportes que foi preciso para aquilo?

‣ **E termos de conservação também?**

Exactamente e em termos de transportes, porque cada vez que vinham coisas de um determinado sítio ou tínhamos de ser nós a pagar ou a entidade, a fábrica, a empresa que se dispunha a colaborar.

‣ **Havia algum efeito de publicidade ou de prestígio?**

Havia o efeito de prestígio porque sabia-se e depois no final estava representada a lista de patrocinadores com os logótipos. Nunca aceitei que fosse durante o percurso, não queria que aquilo tivesse o efeito de uma exposição industrial mas uma exposição com aquele nível teria de ser à entrada e à saída para as pessoas poderem ver num painel o nível dos patrocinadores.

‣ **As empresas assumiam esse efeito de prestígio?**

Tanto mais que depois tendo envolvido o Rocha de Matos e o presidente da associação industrial do Norte que nessa altura ainda não era o Ludgero [Marques] era outro... Foi de tal modo importante a intervenção que fizemos no Norte que, mais tarde, a Associação Industrial Portuense pediu à APAI para fazer uma exposição nova no Porto

que foi *Os empresários e as suas realizações* [realizada na Exponor, em Outubro de 1992] que também foi um acontecimento de grande relevo e com muito dinheiro envolvido. Só que aí já tivemos outros problemas, porque era outro modelo e envolvia muita coisa... e ainda fomos buscar algumas peças que tinham estado na Central Tejo e que acabaram por estar representadas nessa exposição. Só que, quando acabou a exposição não devolveram as coisas a Lisboa.

Por exemplo, aí está uma peça muito importante e que ficou por lá: um martelo-pilão da Companhia Aliança. Depois não havia ninguém no IPPAR para tratar do assunto e a responsabilidade era mais da APAI do que de outra coisa.

▸ **Pressupõe que tenha havido interesse da própria associação industrial para reter alguma peça?**

Nem sei. Não sou capaz de tirar alguma ilação. Essa era uma boa peça o martelo-pilão com umas oito toneladas.

▸ **De onde?**

Da Companhia Aliança, do Porto. Empresa que desapareceu, ainda tentámos salvá-la mas não conseguimos o empresário tinha muitas dívidas. Nós tínhamos consciência que estávamos a trabalhar num mundo a morrer! Por isso é preciso salvar arqueologicamente para o conhecimento e para a cultura.

▸ **Na Companhia Aliança também tinham feito o levantamento?**

Sim, fotografias e tudo. [...]

Falámos na terceira parte, a parte das minas. Todo o património, que não o revelam como mineiro, estava num espaço emblemático que era uma galeria onde havia uma sala e era lá que estava exposto.

A seguir foi a parte dos transportes [sub-tema *Equipamentos colectivos*] que não foi logo criada, mas os transportes estavam colocados no piso superior da casa das máquinas da Central Tejo e foi para aí que foi uma locomotiva de 17 toneladas que demorou um dia a colocar no sítio. A máquina teve de ser içada e demorou um dia todo a ser colocada no espaço. Quem foi o homem chave da parte dos transportes? O grande ministro Ginestal Machado, o homem que criou os núcleos dos caminhos de ferro. Foi ele que depois abriu as portas a outras instituições de transporte e hoje, como sabes, o museu dos comboios tem sido uma epopeia de escândalos!

› **Agora há uma nova comissão...**

Sim. Aí falámos sobre todos os grandes temas dos transportes expondo projectos fabulosos. Por exemplo, os caminhos de ferro não são expostos... enquanto que o Ginestal Machado gostava muito de observar as máquinas, houve uma área em que aprendeu comigo que foi a área das vias. Mostrámos a questão das vias toda e foi muito giro. Explorámos tudo o que havia na via e isso foi muito interessante. Mas foi a secção que teve menos tempo, teve de Outubro a Dezembro porque faltou dinheiro.

Eu ficava mal comigo próprio se não tivesse lá o projecto todo e batalhei para que houvesse uma solução e no final de tudo associei-me outra vez à AAIRL. Mas depois quando saí desse processo todo já não entrei outra vez na AAIRL, fiz com que fosse dissolvida a AAIRL e constituída a APAI, onde fiquei como presidente.

Finalmente havia um grupo que era o quotidiano com coisas ligadas à vida doméstica, à publicidade, como chegavam os produtos a casa das pessoas [sub-tema *Indústria, quotidiano e consumo*]. Para mim era a secção que estava mais desequilibrada porque era impossível naquela altura e com os conhecimentos que a gente tinha, levar isso a bom termo. Hoje em dia resolvia isso de forma especial, mas naquela altura era difícil e então tivemos de privilegiar alguns casos: o caso do pão, do design de peças e da publicidade.

Naquela altura falar disso era falar de produtos e os produtos ainda estavam muito por estudar e não havia condições ainda para estudar verdadeiramente esses produtos como hoje já se pode estudar. Precisava de muita investigação, de muito *feedback*...

▸ **Ainda hoje não há museus que dediquem muita área a esse aspecto...?**

Não. Nós lá em Silves beneficiámos da minha experiência em relação aos produtos e acabei por eleger a rolha como o objecto principal de abordagem no final. E agora vai ser o carvão [no Museu das Minas do Pejão].

A seguir fizemos coisas que agora passam despercebidas. Fizemos passeios na cidade de eléctrico e de autocarro dos anos 30 que fazia a publicidade e, ao mesmo tempo, abria as perspectivas das pessoas para beneficiarem daquela situação. Fizemos passeios de barco, fizemos várias iniciativas com as escolas...

▸ **Quem ficava com essa área?**

Era a Lurdes Costa, mas nós fazíamos tudo, éramos polivalentes. Fazíamos de bilheteira... Quando abriu a exposição, tivemos vigilantes pagos a peso de ouro.

Havia também os colaboradores de investigação que não recebiam nada, só receberiam se fosse publicado o catálogo.

▸ **Na altura, quem fez o cartaz da exposição?**

Foi a partir do Vítor Belém, foi uma equipa... Foi nos azulejos da Central Tejo que nós nos inspirámos para fazer desdobráveis e coisas muito maiores. Houve um livrinho pequenino que se vendia, uma brochura para as pessoas que queriam saber mais qualquer coisa, houve um desdobrável e houve postais. Editámos postais, o que teve uma saída muito grande.

▸ **Institucionalmente, o Ecomuseu Municipal do Seixal teve alguma parceria?**

Sim, sim. Sabem o que teve lá? Um rodízio do moinho de maré.

▸ **O rodízio do Moinho de Maré dos Paulistas.**

Que era aquele que estava na exposição, porque eu fui seleccioná-lo lá.

› **Na correspondência mais antiga do museu existe correspondência fazendo referência aos objectos que foram para a exposição.**

Quem fez a entrega das peças foi a Lurdes, que ficou com a parte da entrega das peças porque eu, entretanto, zanguiei-me e cortei-me um bocadinho.

› **E foi embora?**

Ah pois! Para já, fui contra a desmontagem daquilo, não é? Depois ainda acompanhei um bocadinho a desmontagem mas acompanhei já naquela situação...

› **A EDP fez alguma pressão no sentido de montar o Museu da Electricidade, não foi?**

Foi, foi. A EDP fez muita pressão. Inicialmente o Mário Mariano trabalhou comigo e enquanto trabalhou comigo, entendíamo-nos. Ele era um bocadinho difícil mas eu tinha paciência para o aturar, é preciso dizê-lo. E ele aprendeu muito comigo, não tenho dúvidas nenhuma. Ele era uma pessoa que não sabia muita coisa de assuntos que eu já dominava na altura, apesar de ele ser engenheiro. Mas eu já encontrei muitos engenheiros que não sabiam nada de nada. [...]

Encontrei um caso diferente quando montei a máquina a vapor no Norte Shopping. Se não fosse eu aquela máquina nunca se ia montar. Repara, não é que eu soubesse muito da máquina, eu também não sabia muito, só que fui lendo, fui estudando até que cheguei a uma conclusão e o engenheiro que apareceu lá não sabia nada! Nem sabia o que era uma máquina a vapor verdadeiramente, ele já tinha sido de outra Era. Porque a formação a partir dos anos 30 ou 40 passou a ser uma formação à base de cálculos matemáticos e, por isso, é que eles estão desfasados da realidade. Isto tem a ver com a nossa cultura tecnológica.

Quando foi a desmontagem da máquina a vapor, fiz um estudo sistemático da desmontagem e sabia tudo como era a montagem, era óbvio! E tenho o registo completo

disso tudo, que foi feito minuciosamente. Depois ainda por cima fui buscar os documentos. Só não resolvi um problema deles que era um problema complicadíssimo que era, a dado momento o de saber como se levantava a roda de balanço que estava pressionando uma parte da máquina. Eles não sabiam como resolver: “Agora vamos cortar a roda e depois colar perfeitamente no sítio.”

- “Desculpem, mas não fazem isso. Eu também não sei levantar mas não pode ser assim e vocês têm de tentar.” Parámos uma semana e depois encontraram um técnico, um operário de lá que disse que bastava pôr uma cunha de madeira (tinha a noção prática da situação). Lá puseram uma cunha e a roda levantou. Uma coisa tão simples! Mas era uma máquina complicada.

Ali [na montagem da exposição *Um mundo a descobrir, um mundo a defender*] também havia essa situação. Havia esses conhecimentos práticos que também tínhamos de ter. Queres que diga quem colaborou também na exposição? Operários. Como? Com as entidades que vinham entregar coisas, eles muitas vezes vinham e ajudavam a identificar as peças e o modo como se resolviam situações. Foi assim que resolvemos também alguns problemas.

▸ **Nessa época registos orais...?**

Isso não fizemos. Já tinha feito alguns registos lá no Seixal e depois também em Chelas, mas nem havia capacidade de os fazer porque o tempo iniciava um novo acontecimento em Portugal que era criar as condições para que houvesse uma estrutura nessa área, o que aconteceu. Por isso é que foi o meu desânimo. Saíram artigos nos jornais sobre essa situação.

▸ **Na fase das escavações da Fábrica de Vidros da Amora, em Seixal, os jornais deram imenso eco até das declarações dadas relativamente à temática da arqueologia industrial.**

Exactamente. Claro que era preciso ouvir sempre os operários porque eles tinham informação. Mas não era preciso dar o relevo que às vezes se pensava dar, mas sim ter

sempre essas informações como base para o trabalho que se ia realizar. A minha posição foi sempre crítica em relação a essas informações, aliás, eu tive um debate, uma polémica com o Hugo de Varine sobre este assunto. Escrevi umas coisas sobre isso porque achava que não devíamos estar sujeitos à informação tal como ela era.

► **Mas o Varine pronunciou-se?**

Não. O Varine escreveu um artigo sobre o assunto e eu depois publiquei o que achava do assunto no Vale de Chelas e os trabalhadores⁶ e o Varine nunca respondeu, ou porque aceitou ou porque não viu ou por qualquer coisa que aconteceu. Mas deve ter conhecimento porque o Nabais era amigo dele. Eu quis demonstrar que não bastava termos os trabalhadores para fazermos um trabalho de cultura e património industrial. Havia um outro nível em que tínhamos de intervir, visto que uma coisa é objectivamente aceitar que os operários participem, outra coisa é eles nos darem informações, outra coisa ainda é aceitar tudo o que nos dizem.

Nem eles sabem totalmente o processo global do trabalho, como inclusive podem ter pressupostos. Por exemplo, o capital e o trabalho é um pressuposto, temos de ter também a posição do outro lado, do empresário, não é? É indispensável, porque o empresário pode dar-nos uma leitura diferente. Basta só ver a diferença nos empresários: há empresários que são paternalistas, há outros que são associativos, outros que são utópicos e há outros então que são capitalistas, profundamente negativos, etc., etc., e outros que só vivem na esfera dos números. Há de tudo!

► **Dizia há pouco que a Intersindical nunca vos respondeu, seria por ser uma iniciativa parcialmente de poder central?**

Podia ser isso, não tem lógica nenhuma porque a gente tem de fazer a diferenciação. A coisa dizia respeito aos trabalhadores e falava-se no mundo do trabalho. O mundo do

trabalho era importantíssimo! Porque nada disso podia ser alheio ao património industrial. Nunca deram resposta!

‣ **Nunca foi possível a estatística a nível de visitantes para saber que tipo de visitantes era?**

Fez-se estatística de visitantes. Na altura se tivéssemos computadores... mas estava-se ainda na origem dos computadores, senão teríamos dado um salto quantitativo muito grande.

‣ **Não lhe parece que este tipo de iniciativas nestas áreas que acabámos por envolver pessoas intelectualmente mais interessadas nas temáticas técnicas do que propriamente aqueles que são os mais directamente interessados?**

Eu não tenho essa opinião, ainda que distinga o mundo da indústria do mundo da mina. Sabemos que a identidade interessa ao mundo da mina.

‣ **É um mundo muito específico.**

Sim. Nas indústrias o que acontece é o seguinte: o tecido industrial português é muito frágil, acaba por não ter uma representação muito grande na memória operária por excelência. Até porque o operário, por outro lado, o que pertenceu às antigas indústrias está em vias de morrer e os seus filhos são o grande problema deles, porque não foram bem acompanhados...

‣ **E não são os grandes interessados em transmitir a memória.**

E em último lugar ainda há outra questão que é muito complicada que é o facto de, do ponto de vista dos públicos e em especial dos públicos operários, haver uma iliteracia muito acelerada.

‣ **Mas nos últimos tempos também se mostra mais distanciado destas questões.**

Porque pensam que o trabalho é uma coisa que dá dinheiro e que na realidade não é uma coisa que seja fundamental para as suas próprias existências como memória e como identidade. Por vezes sabem muito sobre as máquinas, sabem muito sobre o trabalho que

⁶ Refere-se ao artigo *O património industrial e os trabalhadores – O caso do Vale de Chelas*.

faziam, mas manifestam essa posição. E inclusive não querem incutir nos filhos a necessidade de manterem essa posição.

‣ **Porque é uma área socialmente inferior?**

E porque tem a ver com esta mentalidade que se vive em Portugal em relação às artes e ofícios.

E depois, em Portugal, como diz o grande pensador de psicanálise do povo português, Eduardo Lourenço, diz e di-lo claramente que é um povo pobre, mas que tem a mania que é rico.

‣ **Mas do ponto de vista cultural, tem-se visto nestes últimos anos o interesse aparente pelos Centros de Ciência Viva e por estas divulgações de ciência, independentemente da forma como é feito, e há público...**

Sim, mas não deixa de haver público.

‣ **O problema é que as instituições não têm feito o trabalho equivalente em certas áreas culturais e a área do património industrial no fundo é um exemplo disso.**

É esse exemplo, mas esse exemplo é repercutido noutras áreas. Por exemplo, no ambiente também não tens um tratamento conveniente, nem nas minas, nem na indústria. A população é capaz de protestar por causa do ambiente onde houve alguma política governamental, mas não é capaz de protestar do ponto de vista da indústria.

‣ **Aliás, do ponto de vista dos parques, se formos falar um pouco em abstracto da muzealização dos espaços naturais ou de aproveitamento, também foram uma série de esperanças goradas. A dada altura, estou a lembrar-me do Arqt.º Fernando Pessoa também houve toda aquela fase de relatórios da UNESCO e a história do Ecomuseu da Serra da Estrela... é um bocadinho anterior a isso.**

Continuo a dizer que se há de facto alguma situação em que nós podemos responsabilizar o Estado, também o devemos fazer em relação à mentalidade da população que também não é capaz de evoluir. E somos nós que estamos errados? Se calhar também estamos e

não somos capazes de transmitir, mas não acredito. Há uma grande base na história de ter sido sempre assim e se calhar nós é que pensámos que íamos modificar o mundo.

› **É incrível que, durante tantos anos, o Moinho de Maré de Corroios [núcleo do Ecomuseu Municipal do Seixal] era uma afluência incrível e temos o moinho fechado por causa das obras e não há qualquer movimentação. Só lá de vez em quando aparece alguém a interpelar-nos criticamente, mas não se pode dizer que é isso que move as pessoas.**

Mesmo aqui, ajudei a criar a Liga dos Amigos do Convento de Cristo, mas também foi um pouco pressionado por mim. No nosso país não vemos aí as entidades públicas nem o Sr. Presidente da República a dizer: “Atenção, também há a cultura, também há o património!” Têm que dizer isso também porque, se calhar, o problema também começa com a formação cultural das pessoas.

Anexo – 6

SINTESE DO GUIÃO

A. NO PRINCÍPIO ERA A ENERGIA

O primeiro núcleo temático da exposição incide sobre a questão central da energia como força motriz da indústria. Pretende-se aproveitando o espectáculo da monumental sala das caldeiras da Central Tejo, montar um percurso expositivo que dê ao visitante uma imagem didáctica e científica das sucessivas energias utilizadas pelo homem até à actualidade.

Recorrendo à fotografia, à iconografia, ao desenho, a amostragem de objectos, máquinas e maquetes tentar-se-á estabelecer uma conexão entre a história da energia e as suas manifestações vivas, ainda em pleno séc. XX.

O Guião deste núcleo obedece aos seguintes tópicos:

1. Energia humana: Referência a engenhos movidos pelo homem.
O Lagar comunitário de Cera da Freguesia de Felgueiras (Moncorvo)
2. Engenhos movidos pela força animal: Noras, atafonas, recurso à energia a "sangue" em fábrica e minas. O engenho do Vidro da Fábrica da Vista Alegre.
3. Energia Eólica: Recurso à etnologia e aos diversos tipos de moinhos classificados de acordo com a energia. Moinhos gigantes do séc. XIX (Barreiro). Complexos moinheiros de moinhos de vento. O moinho do Conde do Sobral no Barreiro (sistema Evans). Moinhos de Polders (Barroca de Alva). Moinhos metálicos americanos. Adaptação do moinho de vento às minas: Buarcos.
4. Energia Hidráulica: Moinhos de Rodízio, complexos moinheiros: Pernes e Campeã (Vila Real), Azênhãs da Região de Torres Novas. Incidência especial sobre os moinhos/de maré com a reconstituição em maquete e mostragem de um Rodízio do Moinho de Corroios (Seixal). Levantamento cartográfico dos moinhos de Maré. Rodas Hidráulicas do Nabão-Pisões. Adaptação da energia hidráulica a novas funções

que foram utilizados. Os exemplos escolhidos resultaram de uma pesquisa concreta através de uma informação documental, iconográfica, arqueológica, dando-se especial relevo aos vestígios construídos ou às fábricas que ainda se mantêm em laboração no mesmo ramo ou noutros ramos. Não se pretende um estudo exaustivo, nem meramente sequencial. Procurará introduzir-se em cada área zonas de descompressão de uma leitura meramente ilustrativa, reconstituindo espaços fabris humanizados e utilizando soluções video ou diaporamas.

Neste núcleo o guião obedece aos seguintes tópicos:

1. As Manufaturas Reais em Portugal: Panorâmica geral das principais manufaturas reais sobre as quais há elementos iconográficos e vestígios arqueológicos. A construção naval e Arsenal da Marinha. A fundição de Artilharia: Das Portas da Cruz à Foz do Alge. A pólvora: Barcarena e Alcântara. Os Fornos do Vale do Zebro. A Fábrica das Sedas em Lisboa e o programa pombalino das Amoreiras. Os lanifícios reais: Covilhã e Portalegre. A Real Fábrica dos Chapéus da Vila de Pombal. A Real Cordoaria: uma manufatura viva. De Coima à Marinha Grande: uma incursão das manufaturas dos Vidros
2. Fábricas Hidráulicas nas origens da industrialização: o filatório à piemonteza de Chacim. A Fábrica de Fiação de Tomar. A Fábrica de Alcobaça. A Fábrica do Marvão. A Fábrica do Padromeiro. A Fábrica de Mussaco, Covilhã. A Fábrica de Lanifícios da Romeira. A Fábrica de Cobertores de Moncorvo.
3. A fábrica como expressão da civilização industrial: Percurso elegido para a amostragem de exemplos concretos dos principais ramos industriais: fiação e tecelagem do algodão; a nova era dos lanifícios e linifícios; o nó górdio da metalurgia; a indústria química; a faiança e a porcelana; o vidro; a cerâmica comum; o papel; o império das moagens; as conservas e a cortiça; a unidade agrícola como empresa industrial.

C. MINAS E MINEIROS

Reconstituição natural de um cenário mineiro com montagem de um poço com respectivo cavalete. O Cavalete é uma grande fotografia do guincho e malacate de S. Pedro da Cova que segura uma gaiola autêntica com sistema de pára-quedas (Skip) onde no seu interior estão manequins vestidos de mineiros com o equipamento de lavra. A entrada deverá fazer-se por uma galeria com entivação de madeira de acordo com as normas da Eng. de Minas e com um tamanho semelhante ou igual ao tamanho normal dos princípios do séc. XX.

O público circulará por essa galeria a partir das travessas desembocará em pequenas salas, onde numa dimensão humana visionará o guião que se segue.

1. Riqueza Mineira e Geologia de Minas

(Apresentação de um quadro geral da riqueza mineira do país e sucessiva intervenção dos geólogos portugueses na prospecção dessa riqueza. Minérios portugueses)

2. Aspectos da Engenharia de Minas.

(Galerias, Poços, Cavaletes, Sistema de lavra; recurso a uma colecção de maquetes do Instituto Superior Técnico)

3. Arqueologia Mineira

(Objectos encontrados no interior das minas, referentes a trabalhos antigos e que mostram a permanência de trabalhos mineiros em algumas minas portuguesas)

a) Equipamento técnico das Minas

b) Ferramentas de trabalho

c) Vestuário

d) Iluminação

e) Escórias

f) Vilas Mineiras (Plantas e Artefactos de Cerâmica, vidro etc.)

4. A Exploração de Carvão em Portugal

- a) Cabo Mondego - Buarcos
- b) S. Pedro da Cova
- c) Pejão

5. A Experiência do Ferro

- a) Minas de S. Pedro de Mós (Leiria)
- b) O Alto Forno de Pedraenes
- c) Minas Alentejanas (Cercal e Montemor-o-Novo)
- d) Moncorvo

6. A Exploração das Pirites Alentejanas

- a) S. Domingos de Mértola: Mineração e Fábricas da Achada
- b) Minas de Aljustrel (S. João do Deserto; Algaes):
Mineração e Aproveitamento Industrial - Ustulação
e Cementação
O Estabelecimento Industrial de Pedras Brancas
- c) Minas da Caveira e do Sobral

7. O Chumbo

- a) As minas do Braçal
- b) As minas do Freixo

8. O Ouro

- a) A Adiça
- b) Mina de Ouro de Campo de Jalles

9. Volfrâmio: Minas da Panasqueira

10. Primeiras Pesquisas de Petróleo: Torres Vedras.

D. EQUIPAMENTOS COLECTIVOS

- 1. Vias de Comunicação: Estradas e marcos miliários. Da macadamização ao alcatroamento. Pontes: Pontes de alvenaria, pontes metálicas e pontes de betão armado.

2. Transportes: Malaposta; Caminhos de Ferro e Locomotivas; Navegação a vapor; os primeiros automóveis e as primeiras garagens; bombas de gasolina; transportes urbanos; elevadores.
3. Correios e Telecomunicações: Aspectos dos Correios, Telegrfos e Telefones e referências aos principais inventores desta área.
4. Portos: Alcântara, Leixões e Pomarão
5. Abastecimento de Água e Gás: Lisboa, Porto e Santarém
6. Iluminação: Azeite, gás e electricidade
7. Mercados: Mercado Central de Gados de Lisboa; Mercado da Figueira; Mercado do Bulhão, Mercado da Ribeira
8. Escolas Industriais: Marquês de Pombal, Afonso Domingues; Infante D. Henrique, Damião de Gois.
9. Exposições: Palácios de Exposições; Palácio Cristal e o Palácio da Tapada da Ajuda. Exposição Industrial de Lisboa de 1888. Museus Industriais de Lisboa e Porto.

Anexo – 7

EXPOSIÇÃO DE ARQUEOLOGIA INDUSTRIAL
CENTRAL TEJO - LISBOA
CATÁLOGO

SECÇÃO

N.º CATÁLOGO

42

DESIGNAÇÃO: Moimho Gigante do ~~Barcel~~ de Sobral (vestígios)

LEGENDA: ~~Corte por Moimho Gigante do Barcel de Sobral (1820)~~

Corte de Moimho de vento circular, Barcelo (1820)

OBJECTO FOTO DESENHO PLANTA DOCUM.

OUTROS _____

MATERIAL _____

DATA _____ DIMENSÕES: COMP. _____ LARG. _____ ALT. _____

DIAMT. _____ PESO _____

ORIGEM _____

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS Moimho Gigante - Buedes da Silva Porto

FICHA DE INVENTÁRIO (SEGURO) _____

RESTAURO: SIM NÃO

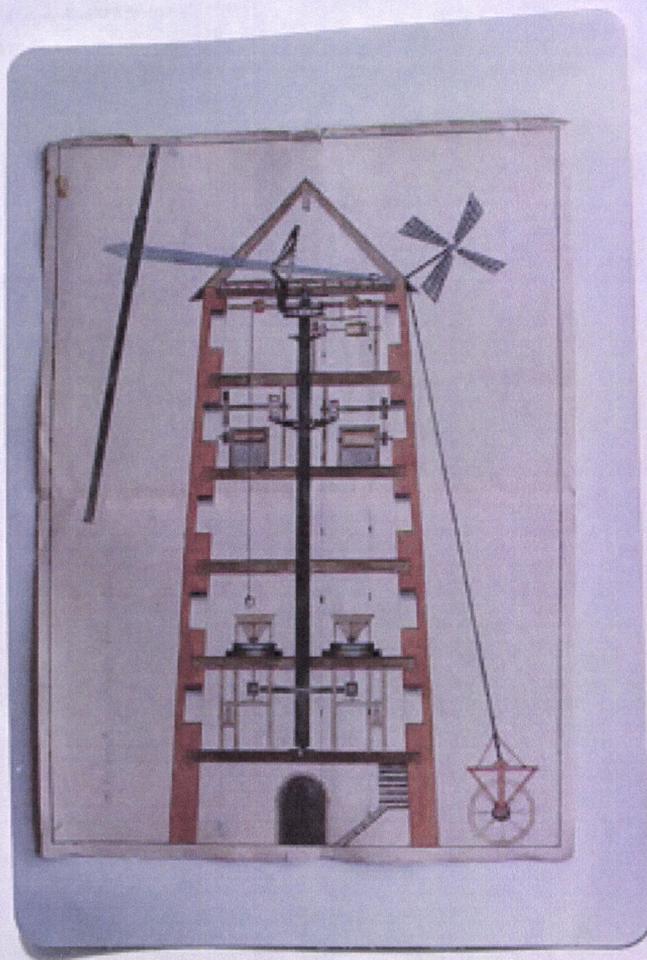
OBS. _____

JC/11/ DOAI(1984)

V.S.F.F.

Reprodução da ficha de objecto da exposição *Arqueologia industrial: um mundo a descobrir, um mundo a defender* (1985).

As fichas foram organizadas de modo a formar grupos, correspondentes aos vários núcleos temáticos.



ORIGINAL
FOTÓGRAFO

REPRODUÇÃO

RESPONSÁVEL

Reprodução do verso da ficha de objecto da exposição *Arqueologia industrial: um mundo a descobrir, um mundo a defender* (1985).

EXPOSIÇÃO DE ARQUEOLOGIA INDUSTRIAL
CENTRAL TEJO - LISBOA
CATÁLOGO

SECÇÃO

N.º CATÁLOGO

23

DESIGNAÇÃO: Banca ~~de~~ MESA DE ESTAR DESEJ - Madeira e ferro
LEGENDA: BANCA ~~de~~ Tompanha de Papel de Porto Cavaleiros, Tomar

OBJECTO FOTO DESENHO PLANTA OUTROS

OUTROS

MATERIAL Madeira e ferro

DATA _____ DIMENSÕES: COMP. 27cm LARG. 99cm ALT. 85cm

DIAM. _____ PESO _____

ORIGEM Fábrica de Papel de Porto Cavaleiros

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS _____

FICHA DE INVENTÁRIO (SEGUNDO) _____

RESTAUR: SIM NÃO

OBS. 2ª Peça: Comp: 1,26cm

Alt: 22cm

Larg: 27cm

JC/11/ COA1(1984)

V.S.F.F.

Reprodução da ficha de objecto da exposição *Arqueologia industrial: um mundo a descobrir, um mundo a defender* (1985).

FOTO:



ORIGINAL REPRODUÇÃO

FOTÓGRAFO _____

RESPONSÁVEL _____

Reprodução do verso da ficha de objecto da exposição *Arqueologia industrial: um mundo a descobrir, um mundo a defender* (1985).

Anexo – 8

Plano geral da exposição Arqueologia Industrial: um mundo a descobrir, um mundo a defender

A exposição desenvolveu-se em cinco núcleos expositivos nos dois principais edifícios da Central Tejo: cada núcleo obedeceu a tratamento museológico diferenciado de acordo com o espaço e o material escolhido.

I – Energia e máquinas

II – A fábrica como monumento da civilização industrial

III – O mundo mineiro

IV – Equipamentos colectivos

V – Indústria, quotidiano e consumo

Áreas da exposição:

Caldeiras

Piso térreo – Recepção: 24 m²

Introdução à Central Tejo – 420 m²

Cinzeiros (sub-núcleos da Energia Humana e Animal) – 828 m²

Antigos Cinzeiros (Núcleos das Minas e Mineiros) – 496 m²

Caldeiras

1º Andar – Caldeiras de Alta Pressão (sub-núcleos da Energia Eléctrica) – 841 m²

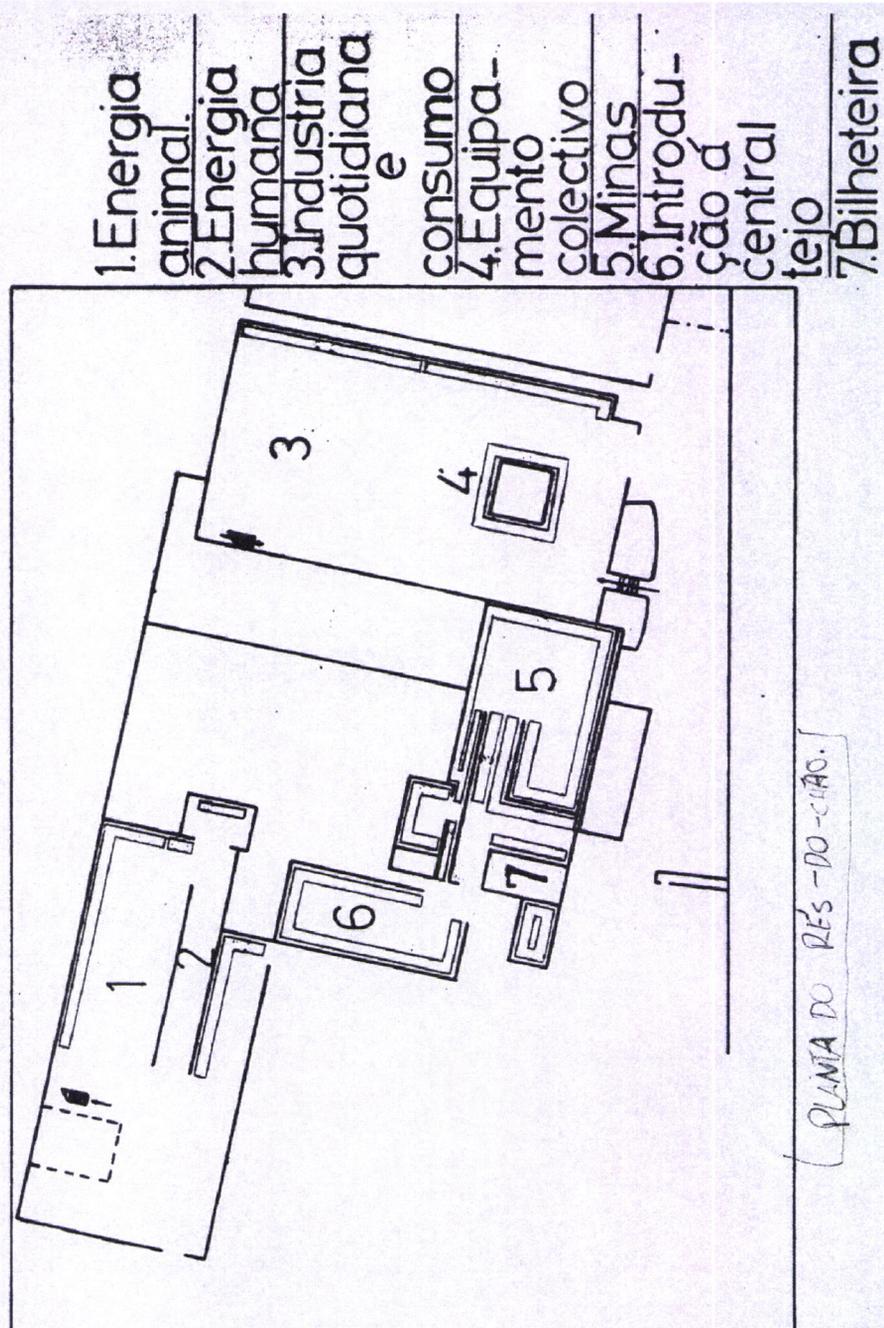
Caldeiras de Baixa Pressão (sub-núcleos da Energia Hidráulica, Eólica, a vapor, solar; Núcleo da Fábrica e sub-núcleo da Oficina de Tinturaria, Papel e Fundição) – 1.124 m²

Casa das Máquinas – Piso térreo (Núcleos de equipamentos Colectivos e Indústria Quotidiana e Consumo) – 420 m².

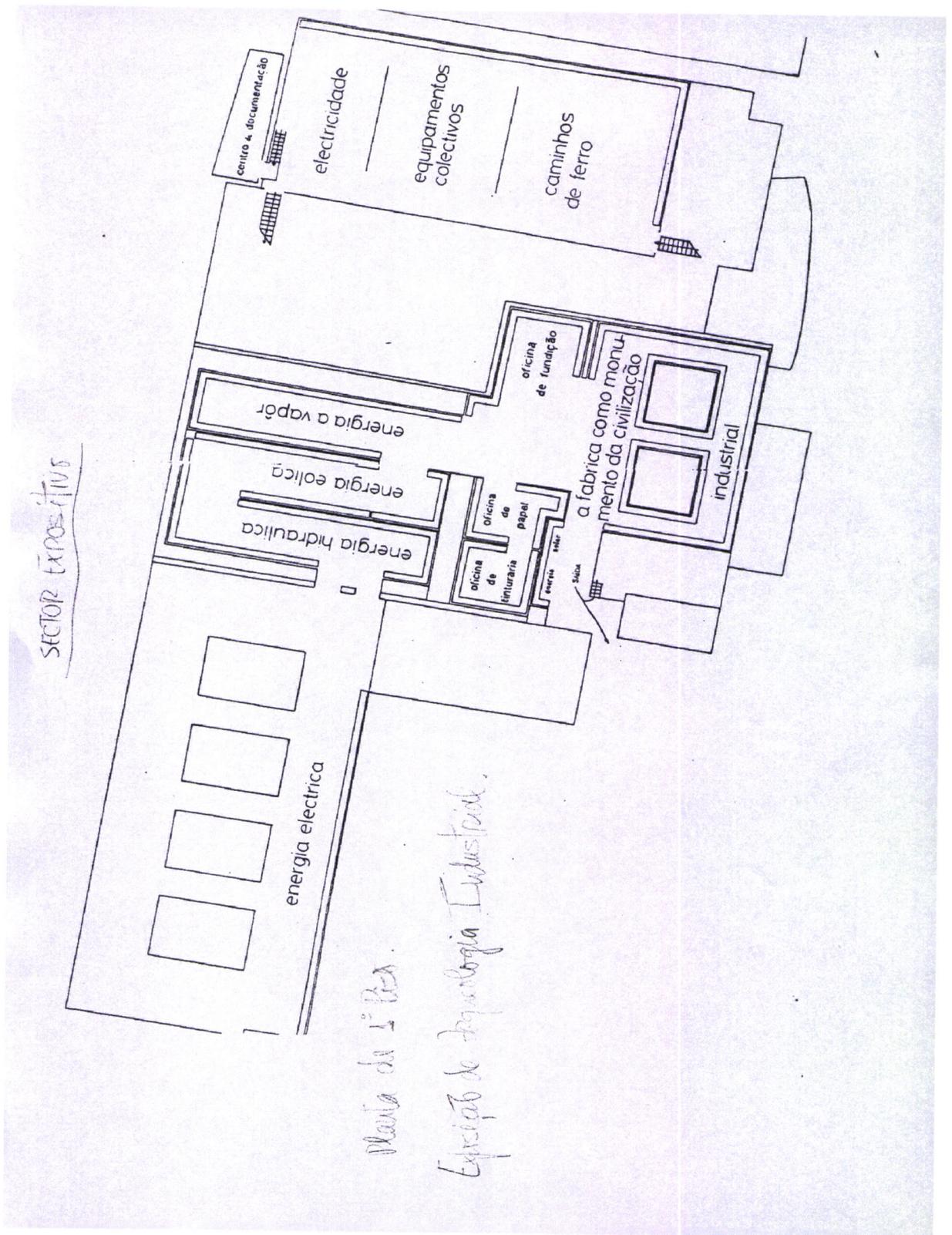
Máquinas – 208 m²

- 1º andar (Núcleos de Equipamentos Colectivos) – 680 m²

SECTORES EXPOSITIVOS

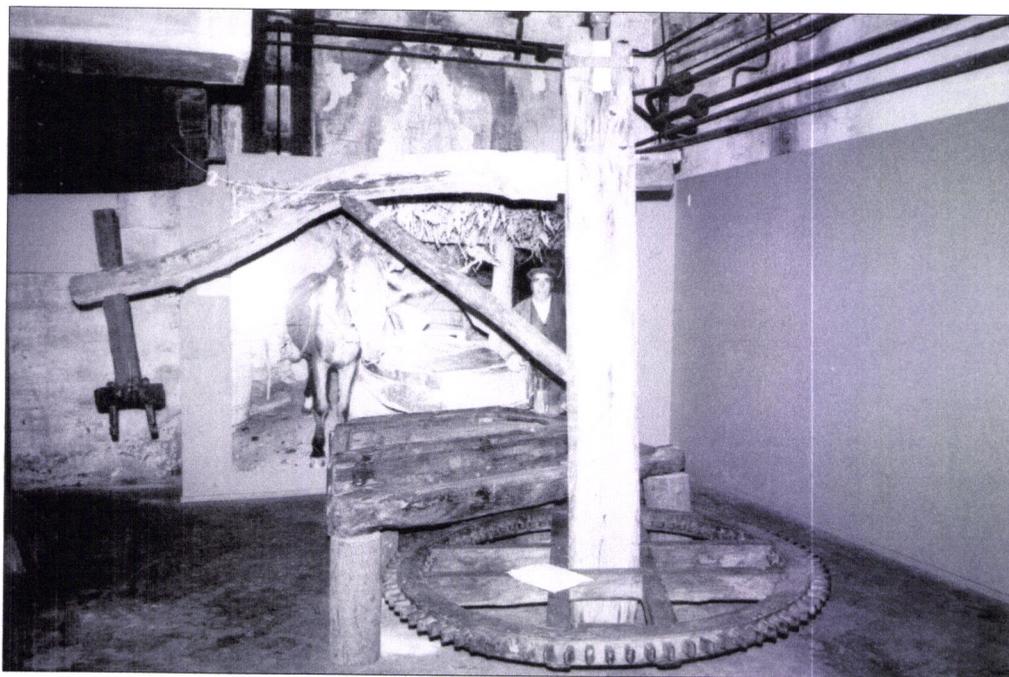


Áreas de instalação dos sub-temas da exposição *Arqueologia industrial: um mundo a descobrir, um mundo a defender* (1985), no piso térreo dos edifícios da Central Tejo, em Lisboa.



Áreas de instalação dos sub-temas da exposição *Arqueologia industrial: um mundo a descobrir, um mundo a defender* (1985), no 1º piso dos edifícios da Central Tejo, em Lisboa.

Anexo – 9



Registo fotográfico da exposição *Arqueologia industrial: um mundo a descobrir, um mundo a defender*, Central Tejo – Lisboa (1985).

Núcleo *No princípio era a energia* – engenhos movidos pela força animal.

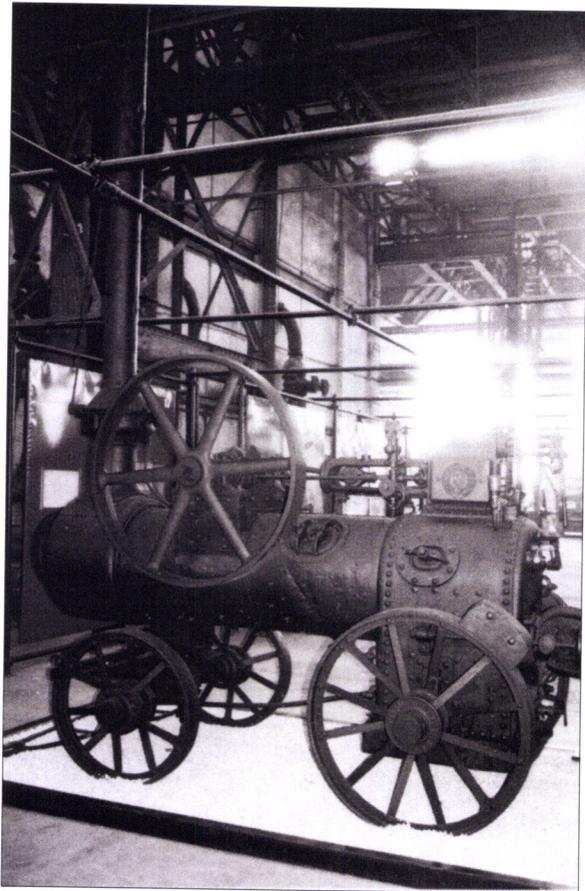
Imagem cedida pelo Arquivo Histórico da Fundação EDP.



Registo fotográfico da exposição *Arqueologia industrial: um mundo a descobrir, um mundo a defender*, Central Tejo – Lisboa (1985).

Perspectiva da disposição museográfica de objectos, imagens e legendas.

Imagem cedida pelo Arquivo Histórico da Fundação EDP.



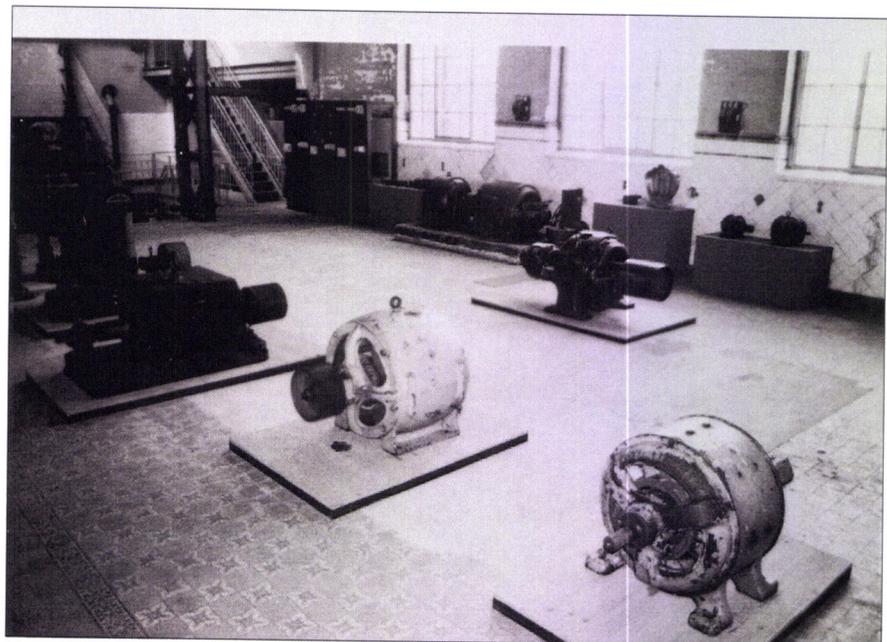
⇐ Registo fotográfico da exposição *Arqueologia industrial: um mundo a descobrir, um mundo a defender*, Central Tejo – Lisboa (1985).

Núcleo *No princípio era a energia* – energia a vapor: o locomóvel.

Imagem cedida pelo Arquivo Histórico da Fundação EDP.

Registo fotográfico da exposição *Arqueologia industrial: um mundo a descobrir, um mundo a defender*, Central Tejo – Lisboa (1985).

Núcleo *No princípio era a energia* – energia eléctrica (organizada em colaboração com a EDP). Imagem cedida pelo Arquivo Histórico da Fundação EDP.



Anexo – 10

Quadro de objectos inventariados e locais de proveniência¹

<i>Proveniência</i>	N.º de inventário	N.º de objectos
<i>Instituto Superior Técnico</i>	1 a 36	36
<i>Museu Militar</i>	37 a 56	20
<i>Museu de Etnologia</i>	57 a 124	68
<i>Escola Industrial Marquês de Pombal</i>	125 a 134	10
<i>Câmara Municipal de Lisboa / Museu da Cidade de Lisboa</i>	135 a 151	17
<i>OSRAM</i>	152 a 178	27
<i>EFACEC</i>	179 a 184	6
<i>Junta Autónoma das Estradas</i>	185 a 228	44
<i>Museu Nacional da Ciência e da Técnica</i>	229 a 240	12
<i>Faculdade de Engenharia do Porto</i>	241 a 254	14
<i>FAPAJAL</i>	255 a 257	3
<i>Câmara Municipal da Lousã / Biblioteca - Museu</i>	258 a 270	13
<i>Museu do Traje</i>	271 a 278	8
<i>Fábrica Escola Irmãos Stephens</i>	279 a 289	11
<i>Câmara Municipal do Barreiro</i>	290 a 294	5
<i>Companhia Papel Porto de Cavaleiros</i>	295 a 307	13
<i>Sociedade Mineira da Sabina</i>	308 a 314	7
<i>Laboratório da Direcção-Geral de Geologia e Minas</i>	315 a 325	11
<i>Sociedade Nacional de Cortiças, Lda. - Barreiro</i>	326	1
<i>Câmara Municipal de Pombal</i>	327	1
<i>Câmara Municipal do Seixal / Museu Municipal do Seixal</i>	328 a 330	3
<i>Câmara Municipal de Santarém</i>	331 a 332	2
<i>Campos & Mello</i>	333	1
<i>Companhia das Lezírias Tejo e Sado</i>	334	1
<i>Instituto Português de Arquitectura, História e Etnografia</i>	335	1
<i>Fábrica de Porcelana Vista Alegre</i>	336 a 339	4
<i>Fábrica de Papel do Prado</i>	340 a 341	2
<i>Fábrica de Cobertores de Moncorvo</i>	342 a 343	2

¹ Para a realização do quadro utilizámos o documento COAI – *Peças. Inventário*. (N.º de inventário. Designação. Proveniência). [dactilografado] 1985. 88 p. Acessível no IPPAR. Departamento de Estudos. Lisboa.

<i>Fábrica de Conservas Judice Fialho</i>	344 a 350	7
AUTOSIL	351	1
<i>Sr. Clive Gilbert</i>	352 a 354	3
<i>Minas de S. Pedro da Cova</i>	355 a 358	4
<i>Minas de S. Domingos de Mértola</i>	359	1
<i>Museu do Ferro de Moncorvo</i>	360 a 371	12
<i>Minas de Jales</i>	372 a 393	22
<i>Pirites Alentejanas</i>	394 a 417	24
<i>Companhia Aurifícia</i>	418 a 429	12
<i>Direcção-Geral de Minas</i>	430 a 483	54
<i>Administração do Porto do Douro e Leixões</i>	484 a 508	25
FORTIS - Elevadores	509 a 511	3
<i>Rodoviária Nacional</i>	512 a 519	8
<i>Companhia Portuguesa Rádio Marconi</i>	520 a 521	2
EPAL	522 a 543	22
<i>António Moreira Rato & Filhos</i>	544 a 552	9
CTT/TLP	553 a 575	23
<i>Carris</i>	576 a 642	67
<i>Museu Nacional de Arqueologia</i>	643 a 660	18
<i>Serviços Geológicos de Portugal</i>	661 a 705	45
IVIMA	706 a 708	3
<i>Companhia de Moagens Harmonia</i>	709 a 717	9
<i>Empresa Carb. do Douro-Pejão</i>	718 a 734	17
<i>Direcção de Serviços Fortificações e Obras do Exército</i>	735 a 740	6
<i>Ministério do Equipamento Social</i>	741 a 744	4
<i>Biblioteca Nacional</i>	745 a 746	2
<i>Imprensa Nacional/Casa da Moeda</i>	747 a 748	2
<i>Engenheiro Fernando Real</i>	749 a 750	2
<i>Museu da Marinha</i>	751 a 762	12
<i>Caminho de Ferro Português</i>	763 a 904	142
<i>Companhia Industrial Portugal e Colónias</i>	905 a 943	39
N.º total de objectos		943

Anexo – 11



ARQUEOLOGIA INDUSTRIAL

MINISTÉRIO DA CULTURA
INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO CULTURAL
COMISSÃO ORGANIZADORA DAS EXPOSIÇÕES DE ARQUEOLOGIA INDUSTRIAL

UM MUNDO A DESCOBRIR
UM MUNDO A DEFENDER

24 MAIO 85

Conciliar o povo português com a tecnologia, pela mediação da história das técnicas e do património industrial;

Divulgar junto do grande público os inventores portugueses e as suas principais experiências e invenções;



MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E ENERGIA
MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO SOCIAL / MUSEU NACIONAL DA CIÊNCIA E DA TÉCNICA
ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUGUESA / ELECTRICIDADE DE PORTUGAL, EDP

Reprodução do cartaz de exposição *Arqueologia industrial: um mundo a descobrir, um mundo a defender*, Lisboa, 1985.

Anexo – 12



Registo fotográfico de perspectiva parcial da reserva do espólio da exposição *Arqueologia industrial: um mundo a descobrir, um mundo a defender* (Armazém do Ministério da Cultura – Belém).

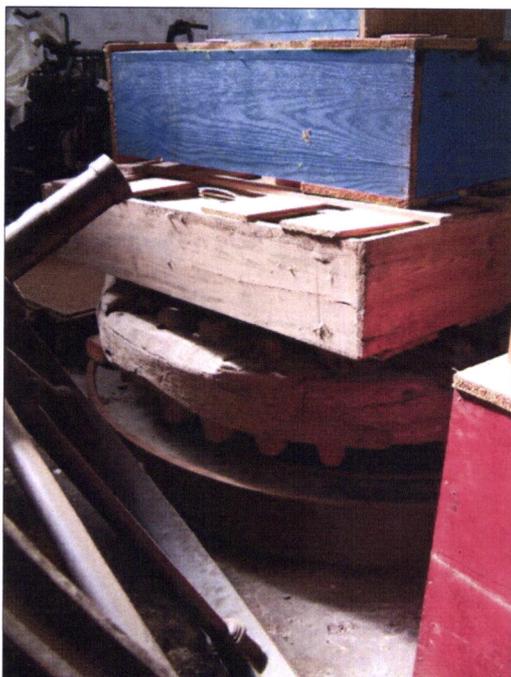
Fot. Fátima Afonso, 2005.



Registo fotográfico da reserva do espólio da exposição *Arqueologia industrial: um mundo a descobrir, um mundo a defender* (Armazém do Ministério da Cultura – Belém).

Aspecto de algumas máquinas em reserva e de caixas onde foram acondicionados alguns objectos após a desmontagem da exposição.

Fot. Fátima Afonso, 2005.



Registo fotográfico de pormenor de alguns objectos do espólio da exposição *Arqueologia industrial: um mundo a descobrir, um mundo a defender* (Armazém do Ministério da Cultura – Belém), entre os quais destacamos uma peça de engrenagem em madeira de um moinho, ao qual se sobrepõem algumas caixas.
Fot. Fátima Afonso, 2005.



Registo fotográfico de pormenor de alguns objectos do espólio da exposição *Arqueologia industrial: um mundo a descobrir, um mundo a defender* (Armazém do Ministério da Cultura – Belém), entre os quais salientamos a roda de balanço de uma máquina a vapor.
Fot. Fátima Afonso, 2005.

Anexo – 13

**Entrevista realizada ao Dr. José M. Lopes Cordeiro,
Director do Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave
E representante nacional do TICCIH**

Porto, 16 de Agosto de 2005

Tratou-se de uma entrevista dirigida, dado que tendo preparado previamente um guião, o entrevistado reportou-se às temáticas propostas referindo as suas experiências no âmbito do património industrial.

A entrevista decorreu no Café Guarany, na cidade do Porto, e teve a duração de cerca de duas horas e meia.

▸ **Em que medida é que o levantamento de testemunhos industriais realizados pela COAI tendo em vista a organização da exposição sobre património industrial na Central Tejo, em 1985, influenciou o surgimento de outras iniciativas relacionadas com o levantamento, documentação e estudo de testemunhos industriais no país, nomeadamente no Norte?**

Acho que foi importante, não sei se seria decisiva mas foi muito, muito importante. A exposição aproveitou ainda o fim de uma época favorável ao património, *lato sensu*, que vem ainda daquele movimento das associações de defesa do património dos anos 70, altura em que, aliás, nasceu a AAIRL. A iniciativa veio um pouco na sequência desse trabalho, do trabalho da AAIRL e também do Ano Europeu do Património, em que o Jorge Custódio esteve muito envolvido, tendo na altura começado a trabalhar nessa perspectiva.

A exposição e tudo aquilo que ela despoletou foi de primordial importância e foi, por assim dizer, o momento do nascimento do interesse pelo património industrial em

Portugal, em termos do grande público. Lembro-me que, nessa altura, quando se falava em património industrial as diversas entidades olhavam para nós como se fôssemos extraterrestres! E teve um certo impacto mediático na altura, na primeira página do suplemento do *Expresso*, na *Revista do Expresso* e na primeira página do *Jornal de Letras*, e ainda em entrevistas que, de maneira geral, saíram na imprensa. A própria exposição em si, que infelizmente fechou mais cedo do que estava pensado inicialmente (estava para estar aberta na Central Tejo durante um ano e fechou em Novembro desse ano e depois estava para vir ao Norte) e não chegou a vir ao Norte.

Trabalhei precisamente no grupo do Porto que estava a organizar a vinda da exposição para cá não seria exactamente a mesma exposição que foi mostrada na Central Tejo, era uma exposição com um guião diferente, um pouco mais pequena até porque já nessa altura havia uma grande dificuldade em encontrar um espaço, que, aliás, é um problema que o Porto ainda tem de certa maneira, não tem um grande espaço... agora vai tendo com a Alfândega, mas para fazer uma grande exposição, seja de arqueologia industrial, seja de outro tipo não tem, não é? A cidade não tem espaços de grande dimensão e isso na altura foi um problema, foi quando começamos a pensar nas Moagens Harmonia que já estavam devolutas na altura e, de modo que, esse trabalho que foi feito... Há duas coisas a distinguir, por um lado há o trabalho de contactos que essa pequena equipa fez, o Custódio, a Luísa, a Isabel e a Mafalda (um elemento que se afastou logo a seguir) e também o Tinoco. Esse trabalho de contacto com autarquias e com empresas que tinham peças, foi um trabalho importante e foi feito de Norte a Sul e ilhas – o Custódio esteve na Madeira – e foi um trabalho importante porque despertou junto dos proprietários desses acervos, o interesse que havia em salvaguardar essas peças.

Depois, o segundo aspecto foi, de facto, o sucesso da exposição. A exposição teve muito sucesso, o Custódio teve muitos problemas a nível do IPPC na altura, nomeadamente em

termos orçamentais porque não lhe queriam dar dinheiro, porque... talvez por culpa dele. Eu sei que por vezes é difícil fazer estas coisas, mas não havia um orçamento claro à partida e isso era uma coisa que estava no Conselho Consultivo do IPPC e várias pessoas do IPPC diziam que aquilo estava a ser um sorvedouro, de modo que, a exposição – acompanhei um pouco isso – foi montada um pouco *ad-hoc*, não houve uma grande declaração, nem sequer estimativas para... à medida que se precisava de alguma coisa, pedia-se. Isso não terá sido a melhor maneira de o fazer, de qualquer das maneiras, enfim o IPPC apoiou, dentro daquilo que era um mau funcionamento, já nessa altura, do IPPC.

A exposição tinha um grande trunfo a seu favor que era o facto de estar promulgada em *Diário da República*, havia um decreto ou uma portaria que criava as comissões organizadoras para Lisboa e para o Porto, isso era um grande trunfo do Custódio: estava no *Diário da República*, logo tinha de se cumprir! Esse foi um dos aspectos positivos, a exposição foi, vá lá, o momento do nascimento do interesse pelo património industrial em termos do grande público, em Portugal, mas teve um defeito que se deve... que também é um pouco a tradução de uma certa improvisação que acho que existiu: não teve catálogo.

O Custódio diz que tinha um catálogo quase pronto, mas não tinha. Tinha umas partes do catálogo prontas, mas não tinha catálogo. Inaugurou-se a exposição sem catálogo e o tempo foi passando e não apareceu catálogo. Ora, se a exposição tivesse tido um catálogo acho que hoje seria recordada de maneira diferente, porque provavelmente, hoje em dia, tirando as pessoas que se interessam por esta área, ninguém se lembra da exposição da Central Tejo. Mas foi muito importante, sem dúvida nenhuma.

► **Mas aqui no Porto porque é que a exposição não resultou?**

Aqui não resultou. Ela estava programada para durar um ano em Lisboa, de Julho de 1985 a Julho de 1986, e depois ou seis meses ou oito meses no Porto. Só que, em Dezembro desse ano (ela nem chegou a completar meio ano... ou foi um pouco mais de

meio ano), o IPPC um tanto ou quanto abruptamente, aliás, mesmo incompreensivelmente – a exposição já não estava a gastar dinheiro, já não dava grandes prejuízos, não é? – Resolveu fechar a exposição.

Entretanto a equipa que estava no Porto não se dissolveu, porque institucionalizou uma coisa que se chamava “Grupo de Trabalho de Arqueologia Industrial” que era o grupo de trabalho que estava a trabalhar para a organização da exposição, que não tinha dado grandes passos – diga-se de passagem – que estava um pouco à espera, porque não se tinha autonomia absolutamente nenhuma, dependia-se muito dos *raids* que o Jorge Custódio vinha cá fazer e estávamos na altura sediados no Museu Soares dos Reis. Na altura, a directora do museu, que era a Teresa Viana, era também responsável e coordenadora desse grupo de trabalho porque convinha que fosse uma pessoa que tivesse uma ligação ao IPPC, e, nessa altura, os museus ainda estavam no IPPC.

Isso correspondeu a uma altura de falta de dinheiro tremenda. Lembro-me que, na altura, o Soares dos Reis não tinha pessoal nenhum, tinha problemas de segurança tremendos porque só tinha um guarda e um cão e o guarda nem sequer podia andar armado. Foi daqueles momentos em que a Teresa dizia que não havia dinheiro nem para o papel higiénico e era verdade!

Não sei se foi por isso que fecharam a exposição na Central Tejo e, claro, quando soubemos disso... o Custódio ainda veio cá, e para... por assim dizer, não digo satisfazer mas para dar uma espécie de compensação ao entusiasmo deste grupo de pessoas que tinha prestado um contributo na organização da exposição fizemos duas iniciativas, já um tanto ou quanto autonomamente. Realizámos *O Centenário da Ponte de D. Luís I*, uma pequenina exposição, na reitoria da Universidade do Porto, que aconteceu já em 86, e depois fizemos um colóquio, de dois dias, sobre património industrial em colaboração com a Ordem dos Engenheiros, com uma visitazita ao património industrial da região.

Enfim, foram as duas únicas coisas que o grupo de trabalho do Porto ligado à organização da exposição fez e depois praticamente passados uns meses morreu... Isto foi em 86/87, eu em 1988 entrei para a Universidade do Minho e depois as outras pessoas... continuei a dar-me com elas, mas elas não tinham verdadeiramente interesse por património industrial... estava um pouco na moda, não é? Uma coisa gira com um nome assim esquisito: património industrial, arqueologia industrial... De modo que... eles eram quase todos arquitectos, as pessoas que vieram colaborar connosco, havia dois ou três que não eram, e depois também dispersaram. Um que era professor foi parar a Coimbra, outro desapareceu, os arquitectos foram para a vida deles. Havia um que era industrial que estava no grupo por razões de interesse pessoal, mas enfim isso era outra história [...].

▸ Da sua experiência pessoal e no âmbito da musealização de testemunhos de património, quais as experiências que destacaria em que se possa relacionar a qualidade de inventário com os programas museológicos e com a valorização de património industrial?

Como faço muitas viagens sozinho e de carro, dá para ir pensando. Tenho reflectido muito sobre aquilo em que me tenho envolvido já há mais de vinte anos e, feito o cômputo geral, nunca me senti plenamente satisfeito com tudo aquilo que fiz. Acho que todas as iniciativas tiveram aspectos positivos e negativos e na maior parte dos casos, podia ter sido feito mais e melhor.

Um dos casos que eu acho que foi razoavelmente conseguido, porque esses projectos nós nunca os dominamos a 100% como sabe, porque infelizmente nós temos de trabalhar sempre com alguém e esse alguém são as instituições, nomeadamente autarquias. Com as autarquias, a experiência que eu tenho é que geralmente nós aparentemente estamos a falar sobre a mesma coisa, mas na realidade não estamos. Eu estou-lhes a apresentar um projecto, estou a ter a anuência deles para o projecto mas eu estou a pensar numa coisa e

eles estão a pensar noutra e, se numa fase inicial os dois pensamentos ainda podem ser mais ou menos coincidentes, à medida que os projectos se vão desenvolvendo nós vamos começando a divergir e, a certa altura, estamos com problemas: eles estão a pensar em manipulação, em aproveitamento eleitoral, em tudo e mais alguma coisa e nós a pensar no projecto em si e naquilo de que necessita para se consolidar.

Tenho uma experiência pontual que, lá está, acabou por ser relativamente frustrante mas que, apesar de tudo, teve aspectos positivos, que foi a exposição sobre a indústria conserveira, em 89, com a Câmara [Municipal] de Matosinhos, porquê? Porque essa exposição de facto foi procedida de um trabalho de inventário não exaustivo, mas bastante considerável quer em termos de instalações fabris, quer de equipamentos que existiam e que alguns foram recolhidos para a exposição. Recolha e aquisição porque a Câmara comprou algumas máquinas que iam para a sucata. Nós conseguimos que eles comprassem aquilo por vinte e cinco contos, na altura, e que estão por lá também, concerteza em condições muito más e ouvi dizer, aqui há uns tempos atrás, que estavam ao ar livre. Uma máquina a vapor, etc., e enfim uma série de peças que se tentou recolher, que os industriais não queriam de volta e que ficaram lá. Muita gente disse quando se fez a exposição que estava ali o museu.

A exposição foi feita na cave do novo edifício da Câmara que tinha acabado de ser inaugurado, que era uma cave monstruosa... Não visitou a exposição? Não conhece o catálogo?

‣ **Conheço o catálogo.**

No final do catálogo está um desenho da exposição. A exposição foi toda construída com divisórias em tábua vã, a exposição condicionava o visitante no percurso, tinha quatro ou cinco núcleos com cores diferentes, enfim, a exposição estava mais ou menos bem conseguida.

Portanto, a exposição em termos da pesquisa da história visou quer a indústria conserveira local, quer mesmo nacional, e esse trabalho de investigação foi revertido no catálogo quer em termos de levantamentos de inventário de peças, de que foi feito um trabalho razoável. A exposição também não estava má, não tenho problema nenhum em dizê-lo, nunca se tinha feito nada igual no Norte. Tinha catálogo – foi um ponto que marcámos em relação à Central Tejo – que saiu no dia da inauguração, que não era um catálogo qualquer. Era um catálogo apoiando aquilo que os visitantes iam ver, tinha também um folheto de divulgação para quem não quisesse comprar o catálogo, que, aliás, era vendido por mil escudos, era muito barato e esgotou logo! A Câmara prometeu reeditá-lo várias vezes e nunca o reeditou.

Teve uma coisa que eu gostei bastante, que já falámos há bocado, quando não estava a gravar ainda – também só tinha trabalhado naquela exposição da ponte de D. Luís I e pouco, não tinha experiência nenhuma... – que foi ver as peixeiras de Matosinhos a pousarem as canastras à porta da exposição e entrarem para irem tentar identificar parentes nas grandes fotografias de ampliação que tínhamos na exposição. Foi das coisas que mais bem me soube! Achei que o trabalho tinha valido a pena, ver aquelas pessoas que possivelmente nunca tinham entrado e provavelmente nunca mais visitariam uma exposição. Claro que houve outros que foram ver porque tinham trabalhado com as máquinas e quiseram ir ver. Nesse ponto de vista, houve um certo relacionamento com a população local e acho que isso foi bem conseguido, foi bem conseguido! A exposição foi um êxito, teve 14.000 visitantes.

Muita gente disse... o Fernando António [Baptista Pereira] veio com a Isabel Vítor e disseram assim: “Então, agora é só tirar isto daqui e pôr em instalações próprias que o museu está feito!” e daí a frustração toda. De facto a Câmara saiu-se muito bem com a exposição porque conseguiu rentabilizá-la muito bem politicamente, mas depois a

exposição foi uma dor de alma por ter que devolver... não tanto as peças, mas a documentação porque alguma dela – eu aliás já sabia que ia ser esse o destino, porque tive esse *feeling* – por exemplo, os calendários da [firma] Brandão Gomes, aqueles calendários bonitos que, provavelmente, se perderam ao serem devolvidos aos particulares, porque era um empréstimo, não é? E nunca mais se vão ver. Peças únicas que não há em parte nenhuma, os calendários publicitários... raros, e que no catálogo não se puderam reproduzir todos porque era uma colecção anual dos “Anos de Ouro” daquela empresa. Perdeu-se tudo isso.

Havia uma boa colecção de fotografias que tentei reproduzir no catálogo, o melhor possível, os elementos iconográficos que me pareceram mais interessantes e que estavam em risco, porque uma vez devolvidos...

Desse ponto de vista, se houvesse uma estrutura fixa que se pudesse de facto dizer: “Muito bem, fazemos um protocolo ou uma doação, como queira, e nós conservamos essa documentação e fica à guarda”, mas não, a Câmara nem tinha um museu.

Esse é o problema do património industrial móvel. Ainda agora, no início desta semana, uma fábrica têxtil queria oferecer [ao Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave] uma peça e nós, provavelmente, como já temos duas peças daquelas e embora seja muito interessante, não temos espaço suficiente em termos de reserva e a peça vai-se perder, não é? Podia ser útil para outro museu ou mesmo para a reserva e isso é uma dor de alma. Nestes anos todos tenho visto máquinas a serem destruídas porque não há capacidade de recolha ou, muitas vezes, não há interesse em recolher, mas de facto essas peças têm interesse, mas somos um país que nunca prestou atenção verdadeiramente ao património industrial e à sua conservação enquanto espécimes, enquanto testemunhos do trabalho.

A exposição de Matosinhos foi um evento positivo. Depois fiz uma exposição aqui no Porto, aqui mesmo no Rivoli, que tinha um painel que cobria toda a fachada do edifício, que se chamava a *Memória da Indústria* [1993]. Era uma exposição fotográfica que teve aquele catálogo de que toda a gente se queixa porque é muito grande e não cabe em parte nenhuma, não sei se conhece... * *

Foi uma exposição que teve o objectivo de lançar o projecto do Museu de Ciência e Indústria, com base em fotografias sobre a indústria do Arquivo [Fotográfico] Alvão. Tinha ainda um texto introdutivo e de contextualização sobre a história da indústria no final do século XIX, no Porto, e depois a reprodução das fotografias – uma coisa feita no primeiro mandato da Manuela de Melo, quando a Câmara do Porto estava a nadar em dinheiro, aquilo custou uma brutalidade, custou sete mil contos nos anos noventa – e que teve muito êxito porque estava aqui no centro da cidade. Tinha um painel com uma fotografia ampliadíssima, uma imagem muito apelativa do interior da Central do Lindoso com o respectivo operário, o elemento humano, uma fotografia magnífica! A exposição teve um certo sucesso em termos de público, teve a comunicação social, a televisão, etc., foi uma exposição diferente, fotográfica, mas que teve um certo êxito.

Depois tive a exposição sobre *Os 150 anos da AIP* que foi um pouco frustrante porque, na minha opinião, a exposição não traduz os cento e cinquenta anos da AIP e o catálogo ficou a meio porque, a certa altura, constatei que não tinha equipa para fazer um catálogo como tinha pensado inicialmente e tive de o fazer adaptado àquilo que era possível, não é? Colocando a questão panorâmica da indústria do Norte e das suas várias facetas, não incidindo muito na própria história da AIP que ainda está por fazer, particularmente o período da República e do Estado Novo (eles indicaram uma história feita por elementos da Universidade do Porto que é muito fraca e que não compensava,

de maneira nenhuma, em termos de conhecimento, dado que o que lá vem são meia dúzia de generalidades).

Mesmo em termos da concepção da exposição em si também não foi bem aquilo que queria fazer. Eu queria fazer uma exposição cronológica, com os marcos fundamentais..., mas lá está, como nós não chegamos para tudo... Tinha uma equipa pequena, era eu e mais quatro pessoas que foram contactados *ad-hoc*, eram portanto miúdos licenciados (dois deles excepcionais!) mas eu já fiz essa exposição em litígio com a Manuela de Melo, aliás, a exposição agravou mais o litígio porque o que ela queria precisamente era folclore! Ela não queria uma exposição concreto-científica e isso, a certa altura, inibiu-nos porque o *timing*... Alertei com mais de dois anos de antecedência para iniciar o trabalho e eles foram protelando, protelando, protelando até termos só dez meses para preparar a exposição e, claro, não havia tempo para fazer a investigação específica para a exposição.

Depois o problema de montar a exposição. Procurámos fazer a exposição nas Moagens [Harmonia] que era uma maneira de projectarmos e de fazermos algumas obras nas Moagens, mas disseram que não. Depois ainda tentei fazê-la na EXPONOR, em Matosinhos, e também me disseram logo que não, porque eles quiseram foi rentabilizar o EUROPARQUE [situado em Santa Maria da Feira] fazendo lá tudo, mas sabe o que é fazer uma exposição a 40 quilómetros de distância? Porque eles dizem: “A quinze minutos do Porto”, mas isso é da Ponte da Arrábida, não é?! Tínhamos de atravessar a cidade toda do Porto e fazer uma exposição lá foi uma loucura, fiquei esgotado, o arquitecto ficou esgotado, quase que dormimos lá nos últimos dias... [...]. A exposição teve patrocínios brutais, a AIP não gastou um tostão com a exposição e depois ganhou dinheiro porque todas aquelas empresas cobraram-se da carpintaria, da electricidade, das telas, das letras, tudo! Só que o problema é que aquilo era feito por “*n*” empresas em

simultâneo e eu tinha de estar a fazer legendas. O arquitecto a certa altura... nós tínhamos estabelecido um *xis* de palavras, e volta e meia o arquitecto devolvia-me o material e lá tinha de reduzir as legendas, eram dezenas de legendas, era uma coisa terrível! Tinham de ser explícitas, em linguagem clara e que tivessem rigor, numa exposição é o mais difícil de fazer são as legendas.

A exposição como era grande e tinha um tema aliciante, com alguma documentação interessante e estava bem montada, que a gente esmerou-se, a exposição resultou em termos positivos, digamos assim, mas na minha opinião não resultou tanto em termos de conteúdo e, acima de tudo, em traduzir o objectivo que tinha imposto a mim mesmo que era o de relatar a história da AIP nos últimos 150 anos, porque não foi possível fazê-lo naquele *timing* imposto [...] Apercebi-me que o projecto do Museu [da Ciência e da Indústria¹] com aquela gente não ia a lado nenhum. Como aconteceu, com coisas inacreditáveis! Quando se estava a relançar a revista *Arqueologia Industrial*, disse à Manuela de Melo que devíamos publicar a revista – na altura, a APAI tinha acabado com a sua própria revista – dado que era a única revista que existia e que era importante publicá-la regularmente, e ela disse que sim. Quando lhe mostrei a revista com alguns dos artigos que constituíram o primeiro número, ela disse-me assim: “Ah, eu queria fazer uma revista como o *Ponto de encontro*”, que era a revista da Câmara que só tinha fotografias, sobretudo do presidente da Câmara, e ela tinha pensado que era uma coisa dessas. Lá saiu o primeiro número porque ela já não podia dizer que não, ao segundo que foram colocadas restrições enormes, a revista saiu magríssima e não quis que se publicassem, por exemplo, as recensões. Eu fiquei... não dá para trabalhar com esta

¹ Antes de iniciar a gravação da entrevista J. Lopes Cordeiro tinha comentado que, embora existisse uma relação histórica entre as Moagens Harmonia e o Palácio do Freixo, o programa arquitectónico do palácio, da responsabilidade do Arq.º Fernando Távora, não tinha tido esse aspecto em consideração e tinha isolado as moagens, não permitindo sequer ao museu dispor de um parque de estacionamento de viaturas e remetendo a entrada principal daquele museu para um beco.

gente, não dá para trabalhar com esta gente! A exposição foi um pouco a gota de água, porque a exposição não cumpriu os objectivos iniciais, dado que andaram a protelar e nunca mais se contratava a equipa.

A equipa do Museu [da Ciência e da Indústria] na altura, era eu, a Maria da Luz [Sampaio] e a Armandina e, quer dizer, não deu para trabalhar [na exposição] porque era uma equipa reduzidíssima, ainda para mais a Maria da Luz não tinha perfil para se dedicar à investigação e havia as tarefas de gestão quotidiana, digamos assim, atender os telefonemas, marcar as visitas... questões de que ela se encarregaria, de modo que tinha de haver uma equipa, que foi contactada *ad-hoc*. Mas os miúdos foram impecáveis e aquilo que puderam fazer fizeram-no bastante bem e, muita da investigação que foi feita, eu não tive tempo, nem capacidade... porque, a certa altura, passámos àquele ritmo que era o de fazer a exposição a 40 Km., montar a exposição com tudo aquilo que implica e, ao mesmo tempo, estarmos a editar o catálogo. Era eu que tinha que levar as fotografias que eram da minha colecção, escrever o texto, fazer a revisão e a tipografia era na Maia! O que vale é que eles trabalhavam 24 horas sobre 24 horas, cheguei a levar trabalho às duas da manhã aos Sábados e aos Domingos, depois ia da Maia para a Vila da Feira, era uma coisa de loucos! E depois, como tínhamos aquela data fixa, dado que era o ministro que vinha inaugurar naquele dia. Tivemos ainda a questão complicada do transporte de máquinas.

É que nem sequer o Museu [da Ciência e da Indústria] colaborou, porque este museu tem um problema. Para além de todos os problemas que agora tem e que, na minha opinião, são fatais. O museu era uma coisa que tinha de ser bem pensada porque na verdade aquilo eram dois museus: o Museu da Ciência e o Museu da Indústria (já deixaram cair o Museu da Ciência porque ali, de facto, não tem condições para abrir), mas mesmo o Museu da Indústria é um museu de toda a indústria. Neste momento estou no projecto do Museu de Indústria Têxtil, mas é só têxtil não estou preocupado com

mais nada! – Este é o mesmo problema que [o Ecomuseu Municipal do Seixal] tem, aliás, até tem mais porque para além da indústria tem outras áreas, não é? – Mas a cidade do Porto tinha praticamente representados todos os ramos da indústria e, por isso, tinha de retratar toda a indústria que marcou a cidade desde finais do século XVIII. Embora o museu tivesse incorporado mais duas ou três peças, aliás, estão a fazer um trabalho hominívoro que é um disparate (eu, aliás, já na altura me insurji com a Maria da Luz porque ela estava a aceitar tudo e não podia ser, não há critérios e não se pode...). A responsabilidade perante o doador de se aceitarem máquinas são tremendas e a certa altura, não era essa a minha área, mas vi entrar no museu peças que não tinham interesse absolutamente nenhum do ponto de vista histórico e museológico, mas que ela achava muito giro. Não pode ser, não podemos estar a avolumar o acervo com peças de segunda categoria que não têm interesse, temos de nos cingir ao essencial e tem de haver um grande critério, não pode ser malha larga porque isso levanta responsabilidade perante o doador e custo de armazenamento. O museu tinha reservas em tudo quanto era sítio: no quartel na Arca de Água, na EXPONOR, em Matosinhos, porque já não tinha condições de armazenamento e depois o grande problema da museologia industrial são as reservas, onde é que se vão fazer as reservas, e não pode ser, tem de haver critérios para a incorporação de peças.

O museu estava a ter muitas peças, mas não tinha as peças representativas da indústria, por isso, para aquela exposição, tive que me socorrer para aquela exposição de conhecimentos que tinha de fábricas que tinham algumas peças armazenadas para as trazer para lá. Este foi o caso de toda a maquinaria têxtil que veio de uma fábrica de Santo Tirso, que eu conhecia do tempo do projecto do Museu da Indústria Têxtil, que as máquinas tiveram de ser desmontadas lá, depois remontadas em área de exposição e desmontadas em exposição e montadas lá [na fábrica] e ainda os transportes, não é? Só

isso levou dois meses. Foi um problema tremendo, de modo que a exposição, claro, como há pouco espírito crítico (infelizmente!) até nem resultou mal, agora para mim não me satisfaz. Acho que até o estou a dizer pela primeira vez.

▸ **As peças que há pouco referiu² que receberam da exposição sobre os empresários eram peças importantes?**

Só usámos o moinho [de cilindros]. Eram importantes? Essas tinham algum significado porque eram: uma peça que era um moinho industrial do século XIX, uma peça da Fundação do Ouro que agora não me recordo qual era e havia uma outra... Acho que eram três peças, duas delas usei na exposição.

A exposição dos empresários foi uma coisa que não correu nada bem, nem sequer para a APAI e, aliás, o Custódio saiu de lá incompatibilizado. Eu digo isto porque nós herdámos... a APAI herdou a documentação da Central Tejo e nós [o Museu da Ciência e da Indústria] herdámos a documentação dessa exposição. O catálogo estava cheio de gralhas, a exposição estava cheia de gralhas nas legendas e depois aquilo não foi bem feito. A exposição estava com falhas imensas, quase todas as bibliografias do catálogo estão cheias de erros, aliás, o Custódio chegou a fazer uma corrigenda de duas páginas que tenho e que eles até nem publicaram, porque tiveram de inaugurar aquilo também um pouco à pressa, não é? Aquela foi uma má exposição e foi uma exposição que não fazia sentido. Mesmo do ponto de vista histórico, não acho que a industrialização remonte ao século XV, não é? Isso é outro tipo... essa actividade económica que marcou o século XV, a Expansão, tem de ser perspectivada de uma maneira diferente. Ele meteu o Infante D. Henrique como grande empresário, meteu o Salazar como grande empresário e depois falharam lá alguns, de facto, grandes empresários. Ele

² Anteriormente ao período da gravação, o Dr. José Lopes Cordeiro referiu-se a algumas máquinas provenientes do acervo da exposição *Um mundo a descobrir, um mundo a defender*, que tinham também constado na exposição sobre *O Empresariado Português* e que tinham ficado no Porto.

também não teve condições porque eu cada vez mais me convenço que só pode fazer as coisas convenientemente quem é do lugar, quem é do sítio, e o estilo do Custódio (que o conheço já há muitos anos...) é de fazer *raids*, não é? Isso não dá bom resultado, a certa altura ele não tinha sequer equipa, ele fez tudo com um fulano de Santarém que é o José Manuel Lopes (não o conheço pessoalmente, mas está lá o nome dele) e não teve condições, também não teve tempo e, claro, depois falhou.

Claro que, se eu me queixo com o *timing* da abertura das exposições que realizei, essa esteve aberta dois ou três dias e fecharam-na logo para depois a reabrirem na Vila da Feira, aí durante uns quinze dias ou três semanas – vi-a nos dois sítios, mas então na Vila da Feira vi-a completamente sozinho, então o EUROPARQUE tinha aberto há pouco tempo.

A exposição apresentava essa meia dúzia de máquinas, tipo cartão de visita, completamente descontextualizadas, era assim uma espécie de... era para ilustrar mas não tinha qualquer relacionamento com a exposição. A exposição seguia um modelo, eram três [manchas de informação]: uma foto do empresário, uma bibliografia e uma legenda com as empresas a que estava ligado. O problema é que as bibliografias eram uma calamidade, estavam cheias de gralhas, algumas por culpa deles que não leram ou não conseguiram ler os documentos certos e outras por gralhas, havia imensas gralhas. As máquinas que ele usou, que foram as que vieram, de facto, da dita reserva do IPPC, depois ficaram por aí. Umás ainda estão em Matosinhos – ah, lembro-me que também havia um tear – e outras estão nas Moagens Harmonia, pelo menos quando sai de lá ainda estavam lá e não sei qual vai ser o destino delas.

Neste momento estou a programar uma grande exposição para o Museu da Indústria Têxtil, com um grande catálogo! Acredito que essa venha a ser um grande sucesso porque agora ao nível do projecto do Museu da Indústria Têxtil finalmente as coisas estão todas resolvidas e acredito que o projecto vá para a frente.

Estamos a preparar uma exposição que vai ter um impacto nacional, que é uma exposição de que posso falar já. Vamos fazer uma exposição comemorativa dos cinquenta anos da edição de *O Têxtil*, sabe o que é *O Têxtil*? É o jornal que o PCP tinha para o sector têxtil e que editou entre 1956 até 74. Vamos reproduzir em edição fac-similada de todos os números no catálogo, que vai ser procedido de um estudo sobre a vida operária.

A exposição chama-se *O jornal «O Têxtil» e as lutas sindicais na Bacia do Ave entre 1956 e 1974* e é uma exposição com base em *O Têxtil*, uma fonte histórica fundamental que não há em biblioteca nenhuma a não ser na sede, na Soeiro Pereira Gomes, e temos números especiais, separatas, tudo! Espero que essa exposição que está a ser preparada meticulosamente, com muita calma e que vai ser um estudo histórico que nunca se estudou sobre a actividade do PCP ao nível do sector têxtil e, ao mesmo tempo, uma história económica sobre o sector têxtil que tem coisas fantásticas, inéditas a nível da maquinaria, a nível da entrada de Portugal na EFTA, aquilo é apaixonante de se estudar e de se escrever sobre o assunto! Está-me a dar um gozo imenso, acrescentando o facto de ser tudo inédito e de contrariar muito disparate que se tem escrito sobre este período. Problemas que nunca pensei que existissem e que aparecem retratados nas reivindicações que aqui se faziam, e do enraizamento, particularmente aqui no Porto, do eixo do Porto/Vale do Ave quando o Porto ainda tinha uma indústria algodoeira que só acabou depois do 25 de Abril, no Vale do Ave também e depois na Covilhã, embora da Covilhã não vá tratar no catálogo, mas está lá tudo. Até pela questão da luta da legalização do sindicato deles, as eleições, a estratégia do PCP para tomar os sindicatos, o que, aliás, nunca conseguiu.

E depois tudo o que transparece das páginas daquele jornal – o fac-simile leva quase 400 páginas – estão ali 25 anos da história industrial, económica e social, do movimento operário, da história do Partido Comunista Português também, da história da oposição

ao regime. Eles queriam que inaugurasse agora a exposição porque este ano há o Programa Foral, que tem muita propaganda, mas como ainda não está preparada, só o será quando tiver o catálogo editado e pronto para ser distribuído durante a inauguração, os outros materiais de divulgação e a exposição propriamente dita. Acredito que um tema destes venha a ter impacto porque tudo o que tenha a ver com a parte clandestina do PCP, obviamente que causa sucesso e nós tivemos a sorte de obter uma edição completa de *O Têxtil* e temos a promessa por parte do PCP de nos emprestar o prelo onde o texto era feito e mais outras coisas.

▸ **Vão inaugurar a exposição nas instalações do museu?**

Vamos inaugurar nas instalações do museu que são miseráveis, mas estamos a fazer obras.

▸ **Ainda estão instalados num armazém da indústria têxtil?**

Isso foi feito no período em que eu não estive lá, mas agora espero bem que a Câmara reinstale o museu convenientemente. Aliás, usando um pouco como exemplo o Museu de Chapelaria [sito em S. João da Madeira], ao qual vou levar o vereador [da Câmara Municipal de Famalicão] a visitar. A exposição vai ser feita agora porque em 2006 faz 50 anos sobre o início da publicação do jornal e, não tendo nada a ver com o PCP, de qualquer maneira, acho que não se pode fazer a história do século XX em Portugal sem fazer a história daquilo a que o PCP esteve ligado, goste ou não se goste!

Sob o ponto de vista jornalístico *O Têxtil* era meticulosamente feito e dá para perceber pela colecção, do rigor com que era feito. Aquilo devia ser feito por várias pessoas, porque volta e meia eram presos, não é? Era feito pelo Comité Central, mas não por muita gente, só que eles não se abrem ao ponto de me dizerem quem é que fazia o texto. Espero ainda, quando tiver aquilo mais avançado, pedir uma reunião com eles para lhes mostrar e espero saber mais algumas informações que nos interessava saber.

Consigno, por exemplo, saber onde é que o texto era impresso. [...] Conseguimos através de algumas pessoas do PCP fazer uma listagem de todas as tipografias – parece que também havia uma no Seixal – onde *O Têxtil* foi feito e vamos fotografar as casas porque temos os números de polícia. Também gostava de saber por exemplo, se o logótipo do jornal foi feito pelo Dias Coelho, penso que sim e ele tem uma evolução, sabe? Não é sempre o mesmo, é aprimorado [...]. Há toda uma série de pequenos pormenores que eu gostava de saber mas, lá está, eles têm muita relutância em falar sobre isso, mas o que eu gostava mais de saber é quem escreveu *O Têxtil* porque aquilo está, do ponto da análise do produto jornalístico, impecável, foi feito com um rigor impressionante. [...] É um manancial de informação, consegue-se fazer a história industrial do sector do têxtil do país com base naquilo [...].

Tudo isto para dizer que espero que esta seja, finalmente, a exposição que eu consiga acabar e dizer que não falhou isto... Não posso também dizer que todas aquelas exposições de que falei foram, no cômputo geral, um fracasso porque não foram, elas tiveram sucesso, só que a mim não satisfizeram completamente. Esta agora que está a ser feita da maneira que estou a dizer penso que me irá satisfazer a 90 ou 95% porque não vai falhar nada, pelo menos da nossa responsabilidade, sobretudo a nível de investigação, da recolha e, ao fim ao cabo, da salvaguarda do património constituída por esta documentação que é impressionante. Não há nenhuma documentação do PCP que tenha sido, por exemplo, fac-similada antes, como aconteceu noutros partidos que reproduziram algumas edições e jornais. O PCP nunca publicou nada e, inclusivamente, uma vez publicado, poderá dar pistas para outras pessoas fazerem outro tipo de análise.

► **É também esse o projecto que irá relançar o Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave?**

Exactamente, porque, sobretudo em termos de seriedade de investigação, aquilo passou completamente pelas ruas da amargura, um disparate total! Eu deparei, por exemplo, com o problema das recolhidas. Aqui há uns tempos tive de fazer uma coisa dolorozíssima, fazer uma limpeza à reserva porque é uma condição para entrarmos na Rede [Portuguesa de Museus]. Cerca de um mês antes de regressar ao projecto, foi lá a Cláudia Pignatelli visitar o museu e, uma meia dúzia de meses depois de lá ter ido, mandou-nos um relatório fabuloso e o mais engraçado foi que, entretanto eu retomei funções e fiz um relatório de situação em que digo quais são os problemas existentes e qual não é a minha surpresa quando recebemos o relatório da Rede, a referir exactamente os mesmos problemas que eu tinha chamado a atenção uns meses antes! Este país é esplêndido, dito por mim é uma coisa, mas dito por ela é outra. Os requisitos para entrarmos na Rede tiveram de ser considerados e um dos problemas era a reserva que era um monte de sucata, num armazém, onde metade do telhado tinha caído e chovia lá dentro. Elas devem ter ficado com os cabelos em pé quando viram aquilo!

Tive de fazer uma limpeza à reserva porque havia ali coisas inaproveitáveis, mais havia peças em septuplicado (sete peças iguais!), era um disparate! Tal como a Maria da Luz estava a fazer no Museu de Ciência e da Indústria, havia um industrial que se queria livrar de uma máquina e muitas vezes infelizmente é assim, e oferecia e eram colocadas máquinas por cima de outras, dado já não havia espaço, e já não se percebia nada! Nós temos três operários e os próprios operários já não se entendiam no meio daquilo tudo pelo que tive de fazer uma limpeza às máquinas na reserva, ou seja, para já só ficam as máquinas que ainda possam vir a funcionar. Uma das coisas que conseguimos fazer foi completar a linha, porque ela aceitava máquinas em duplicado mas não se preocupava em completar a linha de produção, faltavam duas ou três máquinas essenciais para conseguirmos completar a linha. Depois, todas as máquinas que estão na exposição

funcionam, de modo que os miúdos quando lá vão vêem as máquinas todas a funcionar.

De modo que só temos na reserva máquinas que possam vir a funcionar e que estejam, vá lá, a 70, 80 ou 90% de autenticidade, que tenham um interesse histórico e museológico e não máquinas dos anos 80 ou 90 porque essas teremos tempo de as recolher e só as recolheremos excepcionalmente, porque embora nos pareçam interessantes, essas são máquinas enormes, contínuas dos anos 90 e não temos área de reserva [...].

A exposição vai servir para o relançamento do museu, precisamente para mostrar que o museu está a trabalhar numa base científica. Por que os projectos funcionam sobre uma base científica ou então não são projectos, são uma outra coisa.

► **A recolha que fazem de máquinas baseia-se na investigação realizada?**

E não é só isso, vai-nos servir como base para muitas outras exposições sobre muitas outras coisas. Podemos fazer exposições sobre a renovação do parque tecnológico na indústria têxtil, a entrada de Portugal na EFTA, a questão dos sindicatos e das questões operárias que também temos de fazer, não podemos só fazer exposições sobre os empresários. Temos de fazer sobre empresários, mas esta é outra perspectiva.

De início tive algum receio que não autorizassem a exposição porque a Câmara Municipal de Famalicão é uma coligação PSD/CDS, mas não tenho razão de queixa. E porquê? Porque eles vêem que lhes traz prestígio, só por isso.

► **Qual a situação actual do património industrial português no contexto geral da salvaguarda, investigação e divulgação do património cultural do país?**

Infelizmente acho que o património industrial em Portugal está muito mal. Não é ser pessimista, mas acho que está mal e tem de se alterar... As pessoas que trabalham nesta área têm de alterar esta situação e salvaguardar aquilo que ainda é possível.

Claro, que há bons exemplos. Sabe perfeitamente que não é por estar a falar consigo, que acho que o [Ecomuseu Municipal do] Seixal é um bom exemplo, já o escrevi e já o

disse em vários encontros, ainda na última reunião do TICCIH, no Japão, o disse. É um bom exemplo que tem problemas, como todos, aliás, têm, mas também tem uma dimensão que nenhum outro projecto tem.

Penso que os projectos do [Museu do] Papel e [o Museu] da Chapelaria, venham a ser bons exemplos, parece-me que têm todas as condições pois têm uma boa base de investigação em que se podem apoiar e o essencial está feito. A parte do ciclo produtivo está feita e agora podem debruçar-se e virar-se para outros aspectos e contextualizar e mostrar a indústria chapeleira na história regional e na história nacional (o mesmo para o Papel), mostrar a história social, a história operária, a história empresarial também em termos do patronato que é muito interessante que conheço um pouco quer um, quer outro, porque são centros que estão muito dependentes do Porto e os seus interesses eram muito veiculados pelo Porto e através do Porto, com o nascimento da AIP no século XIX.

Gosto do projecto da Covilhã, especialmente agora nesta segunda fase com os novos pólos que se estão a perspectivar.

▸ **Antes de começar a gravação, referiu também o caso de Portimão...**

De Portimão também tenho alguma esperança, não sei bem... já não estou com o [José] Gameiro há uns tempos e não sei bem o que ele tenciona meter lá dentro. A partir do que ele fez anteriormente, tenho algumas expectativas porque o vi fazer lá algumas coisas boas, temo um pouco é que a parte do património industrial não seja devidamente representada neste novo figurino que ele quer dar... o dito museu de sociedade, de influência francesa – que não está a ter sucesso nenhum em França, não sei se ele está informado disso – foi uma moda que os franceses tiveram aqui há uns anos atrás e, por outro lado, há pressões locais, porque ainda hoje recebi o Boletim da Câmara Municipal de Portimão em que dizem que vão abrir o museu para o ano e estão a apresentar aquilo como um museu regional. Ora, se o museu é regional tem de ter outras valências e eu

não sei se a valência de património industrial fica submersa ao valorizar as outras valências, espero bem que não porque quer a Fábrica Feu quer a recolha que eles fizeram... Sabe que eu conheço o Gameiro desde 1989, porque eles vieram à exposição de Matosinhos, foi uma surpresa! O Gameiro apareceu-me numa *Ford Transit*, com mais dois fulanos, vindos do Algarve, de Portimão.

▸ **Tinham em comum o estudo da indústria conserveira...**

Era isso. Mas eu não os conhecia de lado nenhum, e eles apareceram a dizerem, na altura, que tinham um projecto da indústria conserveira para Portimão. Conheço o Gameiro desde essa altura.

Sei que o museu agora vai ter boas instalações, vi o projecto e não me pareceu mau. Agora a única dúvida que tenho, e uma vez que estamos a falar apenas de património industrial, é até que ponto é que esse património industrial... Ele tem já um trabalho notável em termos de salvaguarda de peças e de documentação – e não é só o famoso filme, isso é outra coisa... – ele tem lá peças fabulosas da Judice Fialho e tem espólio para mostrar e tratar a indústria conserveira do Algarve e o património industrial de uma forma magnífica. Agora não sei, vamos ver em termos programáticos o é que vai ser mas tenho boas expectativas.

Agora, outros projectos. Há muitos projectos, então agora em período pré-eleitoral não há autarca que se preze que não inaugure um projecto novo. No outro dia, fiz o prefácio do livro e fui ao lançamento da primeira pedra do Museu da Olaria do Grés de Oliveira do Bairro, que a mim me parece um bom projecto que também tem um bom suporte científico, ou seja, há um estudo feito sobre a indústria na região pela Ana Paula Assunção. O projecto arquitectónico do edifício baseia-se na recuperação de uma antiga fábrica que tem um Forno Hoffman que vai ser musealizado que deve ser o único no país, dado que não se pode aproveitar o da Central Tejo e o de Aveiro ao fazer o

aproveitamento da Fábrica [Jerónimo Campos] destruíram o forno. É um projecto fabuloso, no papel aquilo é um projecto impressionante... Agora é feito por uma autarquia que não tem dinheiro! Sei que vão candidatar a tudo e mais alguma coisa, inclusivamente ao POC que poderá apoiar a 75%, agora não sei, porque o problema muitas vezes – e o [Ecomuseu Municipal do Seixal] é o melhor exemplo para o dizer – não é só a qualidade do projecto à partida, é também ter pessoal para o pôr em prática.

Por exemplo, [o Museu da Indústria Chapeleira] em S. João da Madeira, a directora disse-me que têm uma equipa muito reduzida e isso é um problema.

O projecto de Oliveira do Bairro foi feito pela Ana Paula Assunção que fez um *raid* lá para fazer um projecto e depois de concebida a “criança” entregou-a à Câmara. Claro que se for chamada dará apoio, mas agora a Câmara tem de decidir, tem de se bastar a si própria e tem de ter quadro de pessoal. Claro que eles fizeram uma coisa que é de facto muito boa, a Ana Paula Assunção conseguiu convencê-los a que na orgânica da Câmara se contemplasse o museu, na Divisão da Cultura. Portanto, uma coisa já contempla a outra e isso já é um passo em frente.

Não sei quando é que esse museu vai nascer, a fábrica está em ruína e tem de ser recuperada, mas o projecto já existe, há investigação razoável feita e há um projecto arquitectónico dos mais ambiciosos que já vi, da autoria de fulanos da Universidade de Engenharia de Coimbra.

Há ainda o projecto de [Museu de Cerâmica de] Sacavém, que não é projecto é já uma realidade. Não é por ter obtido o Prémio Micheletti que, aliás, é um prémio muito controverso na minha opinião, acho que esses prémios têm muito que se lhe diga, basta ver o museu da cortiça [Museu da Fábrica do Inglês, em Silves] que não faço ideia como é que está agora, mas na comunicação é só festas, do museu nunca se ouve falar! Vamos ver...

O Museu da Cerâmica [de Sacavém] é um bom museu, obviamente que houve ali uma grande cedência que foi a destruição do património “fábrica” que foi, praticamente, toda destruída. Agora uma coisa que me agrada naquele museu, por um lado é a ideia em si: a Câmara [Municipal de Loures] ter exigido como contrapartida a construção de um museu pela destruição da fábrica, não se perdeu tudo, e depois é o trabalho que elas fazem. Elas têm boas condições, tiveram a sorte de salvaguardar o arquivo da fábrica ou uma boa parte dele, que está bem tratado e digitalizado e acessível o que nem sempre acontece. É exemplar. Tem uma actividade mais ou menos regular com exposições sobre a sua temática específica. O mal de muitos museus industriais, e não é só mal nacional porque apercebo-me disso em Espanha e em França, é fazerem actividades que não têm nada a ver com a sua área específica como, aliás, pretendeu fazer o Museu da Indústria Têxtil, no tempo em que não estive lá. Fez exposições sobre tudo, mas nunca fez uma exposição sobre a indústria têxtil ou algo relacionado.

Claro, que eventualmente para se ligar ao tecido empresarial, para se obter dinheiro, o museu pode fazer exposições sobre outra coisa qualquer mas isso não pode ser antitético, ou seja, feito em exclusão de ter uma actividade específica sobre a sua área temática. O museu da louça de Sacavém tem feito exposições sobre a sua área temática, algumas até muito interessantes. No ano passado, durante o EURO, fez uma sobre as equipas do futebol das fábricas que foi interessante, aquela que foi feita anteriormente sobre a própria colecção da louça de Sacavém com base em peças privadas também foi interessante. Todas elas com catálogos e, desse ponto de vista, tem uma boa actividade, tem boas condições, tem um auditório muito bom... É um bom museu, sem dúvida nenhuma.

Tem uma equipa de pessoal, coisa que muitos museus e projectos de museu não têm. O [Museu da Indústria] de Chapelaria pelo menos não tinha, e a Elisa Calado [Museu de Lanifícios da Beira Interior, na Covilhã] agora tem, mas mesmo assim não tem a equipa

de que necessita, para os projectos que tem desenvolvido emprega pessoal temporário. O que esta gente quer são bons projectos a trabalhar a fundo mas depois os projectos não têm matéria-prima, não têm gente... Não pode haver bons projectos sem existir um quadro de pessoal permanente a trabalhar, essa é condição *sinequanon*.

Há o Museu do Trabalho, [em Setúbal] da Isabel Vítor que ultimamente não tenho ouvido falar dele, mas que fez boas coisas. Pode-se dizer que tem também salvaguardado algum património...Aquele museu tem, quanto a mim, um problema com as instalações, tem um problema de temperatura que eles não conseguem regular [...] Agora não sei como é que é, mas tinha uma actividade regular.

Há outros projectos em Almada e no Barreiro que não sei muito bem o que é que estão a fazer, mas que acredito que venham a desenvolver bons projectos.

E depois há os museus de empresa com os problemas que já lhes conhecemos, com os seus altos e baixos. O Museu da Electricidade está fechado, o Museu da Água, aquilo parece que não anda. Aqui no Porto o [Museu do] Carro Eléctrico também está com problemas, porque a expansão que queriam fazer há dois anos não a fizeram. Têm lá os eléctricos recuperados, o que é interessante.

Mas em termos gerais, em termos da salvaguarda do património tem de se fazer uma intervenção mais eficaz, fazendo aquilo que é possível. Está a haver mais destruições na indústria têxtil, nomeadamente aqui no Norte e a Noroeste, aquilo que não faliu aqui há uns anos quando Portugal entrou na CEE está a falir agora por concorrência chinesa. Faliram duas fábricas históricas, uma em Guimarães e outra em Braga, têxteis, uma delas é a mais antiga fábrica do Vale do Ave com 150 anos – a Fábrica do Castanheiro – que faliu agora em Maio e tem um espólio importantíssimo que estou agora a tentar recolher alguma coisa. Devido à concorrência chinesa, a indústria têxtil do Vale do Ave vai acabar e o que vai permanecer vai ser muito pouco. Estão todas a fechar com

problemas tremendos e é património que se está a perder e, ou nós temos capacidade para intervir e tentar salvaguardar aquilo que importa, ou seremos aliados da destruição que se sente um pouco por toda a parte.

O que falta neste momento é institucionalizar um movimento da sociedade civil com capacidade de intervenção para, junto da comunicação social, junto da sociedade, intervir chamando a atenção e responsabilizando as autoridades para intervirem, porque não é agora que as câmaras ou o Estado podem fazer tudo mas que o façam na medida das suas capacidades, porque no caso das autarquias podem fazê-lo sem grandes dificuldades, e mesmo a nível central.

O velho problema que nós temos é não haver um Museu da Indústria na capital. Agora há um candidato para a Câmara de Lisboa que é o Ruben de Carvalho que no programa eleitoral, vi no outro dia na Internet, promete um Museu de Arqueologia Industrial mas não sei se vão ter dotação suficiente para poder depois pressionar.

▸ **Na sua perspectiva continua a achar pertinente a organização de um Museu de Indústria a nível nacional?**

Sim, mas acho que em Lisboa, neste momento, é difícil que isso venha a ser feito porque não há espaço para isso. Os espaços estão a ser destruídos ou reutilizados para outros fins: no caso da Fábrica da Matinha, os gasómetros não sei o que lhes aconteceu, a Tabaqueira também vai ser um condomínio fechado, o património que existia em Alcântara foi uma caricatura o que lhe fizeram... Em Lisboa é como no Porto, o Porto também perdeu todo o seu património industrial e Lisboa também o perdeu, não é?

Disse-o uma vez à Graça [Filipe] e defendo isso pessoalmente, aliás, escrevi isso para aquele encontro que se fez no Museu da Água, num artigo chamado “Arqueologia industrial: entre o desejo e a realidade”, não sei se tem esse artigo, está nas actas que a EPAL editou. Na altura disse que uma vez que o impasse está instalado em Lisboa já há

muito tempo, acho que o Ecomuseu Municipal do Seixal devia ser o museu da industrialização da grande Lisboa. Claro que isso é terrível, mas é ser pragmático. É preferível aproveitar uma possibilidade que já está no terreno do que estar à espera de algo que nunca vai acontecer e, a certa altura, quando houver vontade política para o fazer, já não há nada. É o que está a acontecer com o Porto, neste momento onde é que vão fazer o museu? Deixaram destruir o património todo!

O grande desafio que eu tinha lançado neste projecto [do Museu da Ciência e Indústria] não era tanto a nível das instalações do museu, mas o juntar um espólio suficientemente representativo para mostrar o que foi o processo de industrialização do Porto, nas suas diferentes vertentes. Era por isso que tinha de haver uma grande exigência e isso nunca foi aceite. Acusaram-me de querer transformar o museu num centro de investigação... E isso queria, queria fazer investigação... Nunca perceberam que o museu quer para se fundamentar, quer depois para a sua actividade corrente e a sua renovação em termos das exposições tem por base a investigação do museu... ou então está sempre a mostrar a mesma exposição temporária ou permanente.

Aqui no Norte tive uma barreira cerrada, tremenda. Eles criam era o muito giro, queriam o critério do muito giro, mas esse critério não se vê em lado nenhum, não é?

De modo que o património industrial... Neste momento, o IPPAR não funciona é uma caricatura – sempre o foi, já o IPPC o foi – e isso não tenho problemas nenhuns em o dizer. O IPPAR em termos de classificação de património é uma ilusão, não classifica nada... Os processos estão retidos anos, e anos, e anos, e vocês sabem muito bem isso com o pedido de classificação do Alto-forno e agora o IPPAR recusou-se a classificar os gasómetros da Matinha, veio no jornal, e o IPPAR recusou-se a classificar, não é?! Ao ponto de se permitir que o Santana Lopes fizesse uma gracinha ao dizer: “Nós vamos cuidar desse património!”

Já fui presidente duma associação de defesa de património em Braga, que era a ASPA [Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural e Natural], aqui há uns anos, entre 1990 e 1992, e na altura recebi uma vez um ofício do IPPAR pedindo-nos para nós mandarmos de novo o processo de um sítio que nós tínhamos pedido a classificação, porque eles tinham perdido o processo no meio da barafunda, das centenas de processos que têm lá à espera. Por isso é que aquilo não funciona.

Aqui no Porto, em particular, conheço-os e lido com aquela gente toda há 20 anos mas já lhes disse, e digo, aquilo não funciona. Não têm a menor capacidade de resposta, não têm interesse, eles só classificam aquilo que são pressionados politicamente para o fazer.

O caso que houve com o Aqueduto das Águas Livres é uma vergonha! Eles estavam na disposição de desclassificar parte do aqueduto para permitir o betão, para permitir o alcatrão, isto é uma coisa inacreditável! Quando é o próprio organismo que, teoricamente, tem de defender o património em Portugal que faz isto, então estamos conversados e não precisam de dizer mais nada, não é? Em termos de património industrial por muito que eles digam, aliás, nem industrial nem qualquer outro património, o IPPAR não funciona.

▸ **Mas não lhe parece que deveria existir uma entidade central que coordenasse os trabalhos de inventário e documentação de testemunhos de património industrial?**

Claro, claro. Eu vejo, por exemplo, o que neste momento o Serviço de Inventário do Ministério da Cultura Francês, está a fazer, nomeadamente, a nível do património industrial: a colocar os inventários que realiza na Internet e ao mesmo tempo a editá-los, não sei se conhece aqueles livrinhos que editaram? Já vão em mais de vinte, e estão a fazer um trabalho notável!

Os espanhóis, assumido a nível de todo o Estado Espanhol, pelo governo espanhol e coordenado por todas as autonomias, o ano passado criaram um plano nacional para a

salvaguarda do património industrial com o inventário dos principais sítios e instalações que têm de classificar e estão a fazê-lo neste momento, estão a trabalhar. Isto para nós é uma vergonha! É uma vergonha!

Obviamente que isso também deveria fazer parte da responsabilidade deles [do IPPAR]. Também já defendi, creio que foi num artigo publicado no *Almadan* que, se se criou um Centro Nacional para a Arqueologia Subaquática, porque não se cria um Centro Nacional para o Património Industrial? Porque não? É um dos sectores mais ameaçados em termos de salvaguarda, não há património... Claro que todo o património está ameaçado, particularmente neste país, mas em termos do património ameaçado, o património industrial é o que está mais ameaçado porque é o património mais recente, é o menos valorizado socialmente, é o mais desprotegido, é o menos conhecido e é o património que está nas zonas mais críticas, ou seja, nas zonas mais ameaçadas do ponto de vista da especulação imobiliária. É o património que tem de ter prioridade! Como aliás, o próprio documento publicado no Diário das Cortes, em Espanha, no *Boletim Oficial do Estado* que é assim que se chama, o diz! Eles aperceberam-se disso, nós não. Porquê? Porque não só para o património industrial, como para todo o património, este país não funciona. Basta ver que temos a mesma situação escandalosa de uma vez mais, já é a terceira ou quarta vez, que a Lei do Património não está regulamentada! Eles deixaram, aqui há um ano e meio atrás, esgotar o prazo que a própria lei deu para sair os decretos regulamentares e tornámos a cair na mesma coisa da lei de 1985, da primeira lei do património. Esta é uma situação única em termos da União Europeia, somos o único país da União Europeia que não tem lei do património! Porque a lei geral, é a lei geral, não é? Claro que isto não dá votos...

Aliás, o sector do património e dos museus sempre foi uma desgraça e o único período em que, de facto, se fez alguma coisa e, felizmente, se lançaram as bases para ter uma nova lei do património, foi com a Raquel Henriques da Silva porque até aí os museus... estavam para lá...

Foi sob a orientação dela que se fez o trabalho de inventário dos 900 museus. A situação era uma caricatura porque esses museus não existiam, museus em que faltava tudo.

Criou a Rede Portuguesa de Museus e viu a reacção do homem da Associação Nacional de Municípios? Disse que a lei era Salazarista! Ouvi uma entrevista que ele deu à TSF furioso com a Lei dos Museus, portanto, ao exigir que os museus só sejam acreditados se tiverem aqueles requisitos cumpridos, e porquê? Porque os obriga a gastar dinheiro, porque eles queriam é fazer folclore como até agora, não é? Queriam continuar a criar “museus” porque têm uma tabuleta à porta, dizem que têm museu mas não tem espólio, não tem quadro de pessoal, não tem projecto museológico, quer dizer, não tem nada! Que era como eram os setecentos e tal museus que foram diagnosticados, como a lei agora os obriga: “Se querem ter museu, têm de o mudar”, o homem espumava raiva por tudo quanto era sítio porque achava que era uma violência! Que nem no tempo do Salazar e que a lei era Salazarista!

Vai-se escrever, seguramente, no futuro a história da museologia em Portugal e aquele trabalho e a criação da Rede Portuguesa de Museus vão ser as melhores coisas que se fizeram desde o 25 de Abril e desde que há museus em Portugal, porque pela primeira vez obrigaram as entidades de tutela a responsabilizarem-se por aquilo... e inclusivamente o próprio Estado, que bem precisa, diga-se de passagem... porque até agora era um farrobo! Obviamente que isto criou requisitos indispensáveis e isso está-se a ver agora com as autarquias a investirem e a quererem ter “verdadeiros” museus e a cumprirem os requisitos mínimos. O trabalho que a Rede está a fazer é notável.

Para o património numa maneira geral e para o património industrial em particular precisávamos do mesmo, mas esta gente não funciona, não funciona... e o património industrial está muito ameaçado. É por isso que pessoalmente e no âmbito das responsabilidades que tenho, vou tentar que se consiga actuar concertadamente para intervir porque há uma coisa, por exemplo, se se for falar com as câmaras a maior parte deles estão-se borrifando, mas se se mobilizar a comunicação social, eles então prestam um pouco mais de atenção. Isso tem de se fazer e tem de ser uma intervenção organizada, e a curto prazo porque senão corremos o risco do património industrial desaparecer e, ao fim ao cabo, da corrente que trabalha na área do património industrial e da arqueologia industrial ficar prejudicada porque estaria isolada e esse isolamento tem de ser quebrado.

A situação é muito má. Eu conheço um pouco o panorama em termos europeus e, mesmo na Europa do Sul, não há país onde o património industrial esteja tão ameaçado e tenha sido feito tão pouco quer pelas entidades locais, quer pelas entidades centrais, como em Portugal. Esta situação tem de se alterar.

Claro que há aqueles bons exemplos que citei mas são exemplos que funcionam contra-corrente e esses mesmos exemplos têm de se divulgar cada vez mais em artigos, em revistas, em encontros... tem de se criar uma dinâmica própria, porque é quimérico pensar que se vai lá sem um trabalho de longo folgo, continuado, regular, de “tipo formiguinha” a tentar chamar a atenção para o que achamos que é importante, não só porque trabalhamos nesta área, mas porque de facto é!

Costumo falar de património industrial junto a públicos que nos são hostis ou que nos são indiferentes. Aqui há uns tempos tive de ir falar a uma audiência de engenheiros sobre museus industriais e claro que tive de explicar um pouco a situação. A dada altura estabeleceu-se diálogo e eles até estavam interessados: “Vocês conhecem o Science Museum de Londres? E La Villette? Já ouviram falar na Ironbridge de Londres, e

noutros museus emblemáticos dos Estados Unidos? Já repararam numa coisa comum: que os países mais desenvolvidos prestam sempre atenção ao património industrial? Já reflectiram porque é que os países mais avançados prestam atenção a estas coisas? É porque concerteza tem importância e se nós queremos ser um país avançado economicamente e socialmente não vos parece que é altura de prestar também atenção ao património industrial e à sua salvaguarda, aos aspectos tecnológicos ou à exploração didáctica ou geográfica do património industrial, à compreensão da sociedade do ponto de vista da sua industrialização e o que é que falhou. Não vêem que esta é uma esplêndida escola porque as pessoas aprendem no concreto.” Não foi o Lucien Febvre que disse em 1953, já lá vão cinquenta anos, que “A melhor maneira de ensinar História é com base nos vestígios materiais”? Porque é que não somos assim práticos?”

Um exemplo é a Universidade do Porto que nas suas diferentes faculdades tem colecções científicas fabulosas que poderiam dar, todas reunidas e num projecto fundamentado, um dos melhores museus da ciência da Europa, sem dúvida nenhuma! Temos Coimbra. Nunca mais nasce um museu... a coisa é de tal maneira que o director se demitiu durante o governo de Santana Lopes porque já não aguentava aquelas coisas todas... Aquilo é uma instituição periclitante e que não funciona. Nós temos a melhor colecção científica do mundo em termos de espólio, basta ver o sucesso de *Mecanismos de génio*, de Edgar Cardoso, na EUROPÁLIA [2004], juntamente com *O Triunfo do Barroco* [1991] que foram as exposições mais visitadas. É uma colecção única porque aquilo eram peças únicas encomendadas nas melhores casas por essa Europa fora.

O Prof. Mário Silva, fundador do projecto, o homem que trabalhou com os Curie e que criou aquele museu foi buscar algumas peças ao caixote do lixo! Toda a gente desprezou aquilo, a começar pela própria Universidade de Coimbra! Não tenho dúvidas

em dizê-lo. A Universidade de Coimbra desprezou aquilo, houve cenas caricatas sobre o interesse da Universidade de Coimbra para com o laboratório pombalino!

Quando organizámos o Encontro Nacional sobre o Património Industrial, em 1986 – foi uma coisa descentralizada, realizada em Coimbra, Guimarães e Lisboa – em Coimbra, o Amado Mendes organizou a sessão no laboratório e estava a sessão a decorrer e o Alte da Veiga [...] que era então o Director do Museu Nacional da Ciência da Universidade de Coimbra – na assembleia éramos para aí uns 50 ou 60 e ele ia a falar já não sei do quê e a certa altura o homem, já não sei a que propósito tirou umas chaves do bolso – ficou toda a gente assim a olhar para ele, foi uma cena de vergonha! Eu fiquei siderado... – virou-se para o público e disse: “Sabem o que é isto? Isto são as chaves do laboratório pombalino, mas só eu é que entro lá, sabem? Sou eu que as tenho!” Uma coisa a despropósito!

Temos um espólio fabuloso ali que ainda por cima podia ser rentabilizado porque as pessoas pagam dinheiro para ver aquilo, e a Universidade de Coimbra prezou tanto aquilo que a única exposição da EUROPÁLIA que não foi repetida em Portugal com catálogo em português foi precisamente os *Mecanismos de Génio*, porque eles opuseram-se e desprezaram um patrocínio já garantido dos TLP que pagava a tradução do catálogo em português e a montagem da exposição em Portugal.

Por isso nós temos, de facto, condições para ter coisas excelentes, não há é por parte dos responsáveis a mais pequena visão estratégica para cuidar destas áreas. O Porto tem coisas fabulosas, nem imaginam! Eu conheço o espólio do Porto, o espólio científico do século XIX. Nomeadamente da antiga Escola Industrial do Porto, que não é da Universidade do Porto é do Instituto Técnico do Porto, espólio que está encaixotado, não sabem rentabilizar uma coisa fabulosa. Nem a cidade tem ambição para isso, porque os autarcas são todos... Todos: o PS, todos, até o fulano da APU, coitado, não há nenhum que se aproveite, nem nunca houve. O Porto, neste momento, não tem notáveis, os notáveis são

todos uma desgraça: o Pinto da Costa, o Fernando Gomes, o Valentim Loureiro... são todos uma desgraça de fugir, de fugir! Eu nasci no Porto e não me revejo nesta cambada! É uma coisa inacreditável, isto é uma vergonha! As elites do Porto, onde é que elas estão? Não têm ninguém com pensamento para projectar a cidade em termos europeus. [...]

Isto tem a ver com a questão que me colocou do património industrial, nós somos poucos mas temos de criar uma corrente e de nos unirmos para falarmos em uníssono, para intervirmos. [...] Quando foi a história do Aqueduto das Águas Livres, aliás, quer o Pedro Inácio quer o Raul telefonaram-me para ver se podia fazer qualquer coisa, por aquilo era um escândalo! E ainda não está resolvido, parece que agora há uma nova versão que veio no *Expresso* aí há 15 dias. Mas é o Aqueduto e se fazem isto ao Aqueduto das Águas Livres, o que não farão ao património industrial *lato sensu*?!

Isto tem de se contrariar, porque de outra forma nós vamos dar um mau exemplo. Participo regularmente em encontros internacionais e, de facto, tenho que me reduzir à minha insignificância. É uma pena porque há condições para o fazer, tal como vocês [Ecomuseu Municipal do Seixal] têm demonstrado, como o Museu do Papel tem demonstrado, como o Museu da Chapelaria, como a Covilhã [Museu de Lanifícios da Beira Interior] o fez, não é? Embora o galardão... Como falámos há pouco, esses galardões... eu também gostava de ter um, não é? Mas o que importa é trabalhar continuamente, aliás, como vocês fazem [Ecomuseu Municipal do Seixal]...

Agora darem o Prémio Micheletti ao Museu da Cortiça [da Fábrica do Inglês, em Silves] e não se aperceber que aquilo é só um invólucro e que não tem conteúdo, que não tem quadro de pessoal (tem só lá o Manuel Ramos e não tem mais ninguém), ao ponto do Custódio me dizer pouco tempo depois daquilo ser inaugurado que não sabia se aquilo ia desaparecer, e de pôr peças de interesse museológico lá no meio, às intempéries... [...]

Estou neste momento a trabalhar num projecto num pequeno museu no Algarve e deparei-me com uma situação impressionante, sabe? A grande quantidade de maquinaria agrícola, maquinaria industrial agrícola feita nos anos 40 e 50, que é dum interesse histórico fundamental, apercebemo-nos de uma parcela da realidade portuguesa que foi a mecanização dos campos e, ao mesmo tempo, a produção nacional de maquinaria, porque eles fizeram de tudo: tractores, debulhadoras, etc. ... e há nas cooperativas do Alentejo, digo do Algarve porque foram as cooperativas que visitei, armazéns cheios de máquinas desse tipo, abandonadas, que mereciam um tratamento museográfico. Aquilo são peças de museu que traduzem uma determinada realidade do nosso país e um esforço de mecanização da agricultura e não sei o que lhes vai acontecer. Fiquei siderado, nunca pensei que houvesse... e não é um caso só, há vários casos, é uma pena!

De modo que há espólio que tem de se salvaguardar mas temos de se intervir nesse sentido. Isso é uma carência que espero... Enfim, procurando recorrer às minhas poucas forças e utilizando os organismos que existem quer do TICCIH, quer da associação [APPI], para começar a trabalhar organizadamente porque senão de facto não temos hipótese nenhuma. Se cada um olha para o seu problema, pode o resolver mas não o muito que há por fazer e que tem de ser feito e sob este ponto de vista eu sou optimista. Sou pessimista em relação ao diagnóstico, mas sou optimista em relação àquilo que é possível fazer.

O país está em crise, está em crise mas nomeadamente do ponto de vista do poder local, muitas das carências básicas das populações já estão asseguradas, as autarquias começam a olhar para os aspectos da cultura, bem vejo, um pouco por toda a parte, mais verbas a serem investidas nestas áreas, até porque há esse grande trunfo que é poder recorrer a fundos comunitários e por isso podem-se fazer coisas.

▸ **Em termos disciplinares e das investigações aplicadas à museologia dos fenómenos industriais quais acha que são, ou devam ser, as principais áreas no plano académico e universitário?**

Essa é outra grande questão sem dúvida nenhuma porque por um lado, os estudos museológicos, digamos assim, em Portugal nasceram há pouco tempo e estão numa fase embrionária. Nasceram nalguns casos numa perspectiva de aproveitamento financeiro do tema e não, muitas vezes, com os requisitos indispensáveis para poderem criar “escolas” nesta área, ou seja, falo concretamente em relação às universidades privadas e outras escolas privadas que estão por aí e que também dão formação em museologia.

Há as escolas mais inacreditáveis que dão formação em museologia ou formação com cadeiras de museologia, ou seja, não dão formação em termos de grau, mas incorporam a vertente da formação nessa área. Há cursos com fundos comunitários que também contemplam a área da museologia, ao fim ao cabo dado por pessoas que realmente são curiosos que ouviram falar ou que compraram um livrito e têm uma ou duas coisas para falar sobre o tema. De modo que eu acho que os estudos museológicos em Portugal nasceram tarde e nasceram mal. Claro que vamos sempre a tempo de corrigir e também acredito que, enfim, o tempo também tende a “separar o trigo do joio” e também se venham a fazer coisas interessantes.

Acho que o sector ainda é embrionário. Claro que neste tempo já começamos a ter alguma formação superior quer em doutoramentos, quer em mestrados que já começam a ser alguns, não digo muitos, mas alguns e isso é bom e é bom que continuem também na área do património industrial.

▸ **Mas em termos do estudo do património industrial propriamente...**

Em termos do estudo, em termos teóricos? Aí há muito que fazer ainda. Mas aí também digo uma coisa, só os anglo-saxónicos e os norte-americanos estão mais avançados, se bem que em França estão também um pouco mais avançados.

Mas aí de facto o que tem vindo a ser feito quer em termos de conservação de património industrial, em termos das exigências, aquilo que se coloca em termos da conservação das peças industriais, a interpretação da peça, todo o acompanhamento que a peça tem de ter, isso está ainda, em grande medida por fazer, pode-se mesmo dizer que ainda não começamos e, claro, aí os museus têm de ter de dar uma resposta com base no seu próprio trabalho, não podemos esperar que sejam as universidades que o venham a fazer. Vai ser uma espécie de trabalhos aplicados e depois tentar teorizar um pouco com base nas experiências que se venham a fazer, estudos de caso, casos concretos que se venham a fazer e depois teorizar e sistematizar essa informação. O mesmo para os problemas que se levantam ao nível da actividade corrente dos museus industriais, da sua gestão, da incorporação de peças, da organização de colecções, do tratamento informático desses dados.

Por exemplo, a Covilhã [Museu de Lanifícios da Beira Interior] fez um trabalho magnífico desse ponto de vista, com a digitalização das amostras dos tecidos e, penso que ainda não o fizeram, mas tencionam vir a colocá-lo na Internet e a disponibilizá-lo à investigação. É um trabalho notável. Também o trabalho realizado pelo Museu de Cerâmica de Sacavém com as amostras, os azulejos e tudo isso está digitalizado.

É esse o caminho que temos de trilhar agora há toda uma série de questões relacionadas com a museologia industrial, se é que o podemos chamar assim, ou com a museografia industrial, que estão por fazer quer do ponto de vista prático, quer do ponto de vista teórico e temos que ir avançado e isso tem de passar por um *corpus* de conhecimento que tem de ser traduzido em publicações, em artigos...

Esta área do património industrial e da museologia tem de ter uma revista científica que possa recolher esses trabalhos, a divulgá-los, a dar os primeiros passos... As actas de encontros também podem servir para isso, até encontros específicos que se façam. É esse o caminho que temos de fazer e, sob esse ponto de vista, estamos muito, muito atrasados. Não somos só nós, mas isso também não nos compensa, não é? E temos de facto de avançar na teorização e na sistematização desses estudos.

▸ **Não lhe parece que em termos de investigação de património industrial habitualmente a formação desses investigadores é história, mas o património industrial apela à interdisciplinaridade...**

Exactamente. Sob esse ponto de vista felizmente consegui uma coisa, ou melhor, eu não consegui foi uma herança, provavelmente a única boa herança quando voltei ao Museu da Indústria Têxtil, é que na equipa de trabalho tenho um engenheiro têxtil, para além de termos três antigos operários têxteis, um dos quais trabalhou mais de 60 anos na profissão (temos, portanto, o problema da reforma e da passagem do testemunho). Mas temos um engenheiro têxtil, que é um rapaz de trinta e tal anos que também trabalhou em várias empresas têxteis e depois por razões de saúde teve de sair, mas conhece bem a indústria têxtil, tem formação na área, tirou a sua formação na Universidade do Minho, o que é fundamental para trabalharmos de forma interdisciplinar, porque tudo aquilo que tem a ver com a parte da tecnologia ele quando não sabe, investiga. Temos encontrado resposta para tudo ou pelo menos, se não a temos, há a possibilidade de ele a procurar, e ele vai lá. Claro que teoricamente, dizemos muitas vezes isso que património industrial é por excelência interdisciplinar... E é interdisciplinar mas é difícil fazê-lo nomeadamente com os parceiros da tecnologia, porque sociólogos, antropólogos... ainda podemos ir buscar, agora os engenheiros, os técnicos, isso é que é difícil. Mas é importante traduzir na prática essa acção de interdisciplinaridade que é difícil de fazer. Por exemplo, os homens dos

moinhos fizeram isso, a TIMS [The International Molinological Society], têm lá uns engenheiros que deram um salto qualitativo no tratamento da molinologia, o que é uma mais-valia.

Mas de facto em termos teóricos a museologia industrial está por nascer, temos de nos esforçar para trabalhar nessa área nessa perspectiva e começar a ter encontros específicos, seminários, *workshops*, para primeiro nos apercebermos dos problemas e depois de abordar os problemas, tentar encontrar vias para a sua solução e, acima de tudo, o que eu acho que é importante é começar a criar um *corpus* de conhecimento sobre esta área, aproveitar as experiências e os estudos que venham a ser feitos.

É por isso que acho que a nível do património industrial é preciso publicar, e isso foi uma coisa que se pensou ainda no tempo da organização da exposição da Central Tejo. Não se conhece, mas a revista da APAI nasceu nessa altura, a revista da APAI nasceu num almoço que eu, o [Jorge] Custódio e o Amado Mendes fizemos em Coimbra, quando fizemos uma das reuniões parcelares para organizar o Encontro Nacional sobre o Património Industrial, em 1986. Fizemos uma reunião na Faculdade de Letras, para preparar a sessão de Coimbra e fomos almoçar e o Custódio lembrou-se: “Porque é que não lançamos uma revista sobre arqueologia industrial que não temos?” e o Amado Mendes foi entusiasta e eu também, e nesse mesmo almoço nasceu o título *Arqueologia & Indústria*, foi o Custódio que teve a ideia. Ficou-se com essa ideia, vai-se lançar a revista (era uma revista, na altura, da AAIRL, dado que ainda não havia APAI) e o Custódio disse logo: “Eu faço um artigo, o Amado Mendes também..”, o Custódio avançou com a ideia, avançou com o título e muito bem. Essa revista ficou em águas de bacalhau como, aliás, as “n” coisas que o Custódio prometia e nunca se fizeram. Como, enfim, é uma característica que ainda não perdeu.

Depois sai [da APAI], lancei a *Arqueologia Industrial*, depois a revista esteve suspensa, e esses problemas todos. Entretanto eles a nível da APAI lançaram finalmente a revista que o Custódio tinha pensado – que depois só teve dois números – mas aquele título foi o Custódio que pensou em 85, em Coimbra, o que também contribui um pouco para fazer a história desta área.

Mas, lá está, é importante publicar mais porque isto não só entusiasma as outras pessoas também a trabalhar, como é todo um conjunto de conhecimentos que começa a ser sistematizado e esse *corpus* de conhecimento é fundamental para avançarmos, porque não se dão passos em frente se não houver... é o mesmo que os catálogos de exposições, é o que fica daquela experiência e depois no próximo posso fazer melhor, não é? Também nesta área temos de preencher esta lacuna.

A investigação é fundamental e, desse ponto de vista, para mim, os canadianos em particular são os que têm dado um maior contributo a nível da investigação específica dos problemas que se colocam à museologia industrial. Os canadianos em termos da conservação dos objectos em si através daquele famoso instituto [Getty Conservation Institute] que é fabuloso, já para não falar nos museus deles que, para mim, são os melhores museus do mundo. Os museus industriais deles são exemplares, trabalham muito bem e têm produzido alguma coisa, mas não muita também. Os americanos também têm alguma coisa interessante.

Temos de fazer o balanço das exposições que a gente faz e tem de se fazer crítica de exposições, que se saldar os aspectos positivos e os aspectos negativos, e isto porque tem de se encarar a crítica para o conhecimento científico progredir e nós próprios devemos fazer os primeiros a fazer a crítica do nosso trabalho. [...] Muitas vezes é por ignorância que as pessoas não fazem melhor, por não conhecer melhor, por não conhecer outras realidades.

É como aqui, o que há em Portugal é sempre o melhor do mundo. Uma vez ouvi dizer a um fulano que era ministro que veio inaugurar aqui o famoso Museu dos Transportes [e Comunicações] da Alfândega, que não há museu nenhum, em Portugal há quase 20 anos que há é o projecto de museu, mas verdadeiramente não há museu nenhum, aquilo é um espaço cultural onde fazem apresentação de automóveis, às vezes também fazem exposições sobre transportes mas a percentagem é para aí 5%, mas é raro. Serve para tudo desde feiras de antiguidades, aquilo dá para tudo! Agora a imprensa aqui no Porto chama-lhe cada vez mais “alfândega velha” e, de facto, não há museu nenhum... Mas aqui há uns tempos fizeram lá uma exposição que, de facto, tinha a ver com transportes e veio cá o ministro inaugurar e, na *vernissage*, o ministro entusiasmado disse: “... porque nós corremos o perigo de termos aqui um dos melhores museus de transportes do mundo!” Do mundo, logo! Não há espírito crítico e eles estavam satisfeitos com aquela meia dúzia de coisas que viram. Onde é que está a estrutura do museu? Onde está o pessoal do museu? Não são equipas permanentes, aquilo é tudo complicado, é pior que uma FNAC aquilo, aquilo o pessoal muda que é uma coisa impressionante, não tem estabilidade nenhuma. E assim não se vai lá.

Tem de se investigar, tem de se produzir, tem de se criar o *corpus* de conhecimento em termos de investigação, sobre os mais variados aspectos, o problema das reservas... há “n” coisas que têm de se fazer. Uma das maneiras de se fazer e já pensei fazer isso agora quando o Museu da Indústria Têxtil for relançado, é fazer pequenos *workshops* virados para um público específico que trabalhe nesta área, com pouca gente para que seja produtivo e eficaz e sobre problemas específicos mas concretos, convidando dois ou três estrangeiros que tenham um bom trabalho nesta área e nós tentamos expremê-los ao máximo, aproveitando a sua experiência e discutirmos os problemas, e para tentarmos avançar um bocadinho e depois traduzir essa experiência por escrito.

Nesta área se não se põe a mão nas coisas que há para fazer... Mas tem de se caminhar para lá senão é frustrante mesmo para quem trabalha, porque não vemos as coisas a avançar... temos de fazer um esforço para isso e trabalhar organizadamente e com estratégia para de facto fazer progredir esta área em Portugal.

▸ **Qual tem sido, ou deva ser, o papel do TICCIH no desenvolvimento do inventário, estudo e salvaguarda de património industrial em Portugal?**

O TICCIH tem muitos problemas, sempre teve e vai continuar a ter muitos problemas, de qualquer maneira estão-se a dar alguns passos positivos. Gostaria primeiro de falar no TICCIH General.

Para o ano, em Itália, no grande encontro, vai-se colocar um problema: o [Eusebi] Casanelles não pode continuar a dirigir porque estatutariamente só podem ser dois mandatos, ele acaba agora o segundo mandato mas vai continuar no *Board* de qualquer maneira, esperemos que isso não traga problemas, porque é que eu digo isto? O TICCIH nasceu em Ironbridge e durante muitos anos viveu em Ironbridge, Ironbridge era a infraestrutura que permitia a manutenção do secretariado do TICCIH só que com a [Margaret] Thatcher a equipa foi corrida dali e isso na altura foi um grande rombo para o TICCIH, que já funciona com muitas dificuldades. Apesar de ser um organismo internacional, não tem nenhuma outra fonte de financiamento que não sejam as quotizações e alguns protocolos que faz com a UNESCO e, nessa altura, deixou de ter um poiso onde pudesse desenvolver as suas actividades com uma certa regularidade. Ora essa situação resolveu-se favoravelmente quando, aqui há meia dúzia de anos atrás, os catalães [...] propuseram Terrassa para sede do TICCIH [...]. O TICCIH aceitou, ainda mais na situação em que estava – tinha sido corrido de Ironbridge – e o boletim começou a sair regularmente (por incrível que pareça sai mesmo regularmente, o que

não é mau de todo!), algumas iniciativas têm sido feitas e o TICCIH começou a ter uma certa capacidade de intervenção.

Isto resolveu uma parte do problema e a outra parte do problema é a renovação interna do TICCIH, que é o que se está agora a tentar fazer. Estamos a criar um portal na Internet que seja um instrumento para dinamizar o TICCIH onde todos os países possam lá estar e se possa ir buscar informação útil. É algo em que estamos a trabalhar, o portal já foi renovado, tem um novo *layout* mas ainda está numa fase experimental e aquilo é muito ambicioso porque de facto quando estiver a trabalhar pode-se ir buscar quase tudo ao TICCIH e também é financiado pela Catalunha que paga o alojamento e toda a manutenção do *site*, o que é importante. Esperamos que em Itália, com a saída de Casanelles de presidente não haja problemas de relacionamento.

Por outro lado, o TICCIH fez um documento que tentou o resolver o problema que havia em vários países, entre os quais Portugal, criando uma espécie de requisitos – como fez o IPM com os museus – para reconhecer as associações de património industrial. De modo que se as associações quiserem ser consideradas como associação de um país que trabalha com o TICCIH têm de preencher os requisitos exigidos.

Neste momento, a APPI conseguiu ser a interlocutora do TICCIH, eu não tive interferência nisso porque isto foi um trabalho feito por uma comissão da qual, embora seja *Member of the Board*, não fiz parte, que canalizou para vários países com problemas como Portugal, que tinha duas associações (embora o trabalho nos tenha sido facilitado agora que a APAI praticamente desapareceu) e a APPI passa a ser a entidade que, em Portugal, trabalha com o TICCIH. A quotização passa a ser paga através da APPI e o sócio passa a ser simultaneamente a ser sócio da APPI e do TICCIH [...].

O Museu da Indústria Têxtil de Farnalício vai relançar o protocolo que tem com a APPI e com o TICCIH, o que nos permite a publicação da revista e do boletim duas vezes por ano [...].

tentar dar corpo a uma corrente que progressivamente comece a desenvolver esta área de uma forma organizada, sistemática e conquistando projecção a nível das entidades oficiais, a nível das autarquias, a nível da opinião pública e, nomeadamente, a nível da investigação quer captando jovens [...] quer através do apoio do TICCIH.

O TICCIH pode dar apoio à investigação a nível central, por exemplo, com a criação das secções. Estão a ser criadas secções com funcionamento regular, por exemplo a das minas já fez dois encontros, a do têxtil já fez um encontro vai fazer o próximo para o ano em Itália, e esses encontros como se desenvolvem a um nível temático têm vindo de facto a desenvolver algum trabalho interessante.

O TICCIH pode prestar informação sistematizada, proporcionar o contacto com outros países membros sobre determinado assunto.

Acho que a nível da investigação, esta vai surgir se conseguirmos captar outras pessoas, desenvolver esta área paulatinamente... aliás, como se pretende também nas outras áreas, não é? É uma área que recebe correntes de muitos sítios e por isso é que, apesar de reconhecer que o património industrial está muito ameaçado e que temos poucos museus industriais, sou optimista porque sei que há muito trabalho para fazer e se, de facto, se conseguir com algum entusiasmo e com alguma disponibilidade, fazer algumas coisas (e é possível fazê-lo!), podemos ter, pelo menos, resultados a médio prazo.

Anexo – 14

Entrevista realizada à Dra. Elisa Pinheiro,

Directora do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior

Covilhã, 19 de Maio de 2005

Tratou-se de uma entrevista semi-dirigida, dado que tendo elaborado previamente um guião, a entrevistada reportou-se às temáticas propostas referindo as suas experiências no âmbito do inventário de património industrial, e a aspectos de organização e programação do Museu dos Lanifícios da Covilhã.

A entrevista decorreu no Núcleo Real Fábrica Veiga, do Museu dos Lanifícios da UBI, na Covilhã, e teve a duração de cerca de uma hora.

▸ **Em que medida é que o levantamento de testemunhos industriais realizados pela COAI tendo em vista a organização da exposição na Central Tejo, em 1985, influenciou (ou não) o desenvolvimento de projectos semelhantes no âmbito do levantamento e documentação de testemunhos industriais nesta região e, mais concretamente, qual a sua contribuição para a instalação do Museu de Lanifícios da Covilhã?**

Eu gostava de lhe dizer que só indirectamente tive contacto com o trabalho da COAI através do Dr. Jorge Custódio. O Dr. Jorge Custódio foi uma peça muito importante para a criação do Núcleo da Real Fábrica de Panos aqui, porque em Dezembro de 1986, constituiu-se um protocolo entre a Universidade da Beira Interior (UBI) e a, ainda, AAIRL. O Dr. Jorge Custódio, a Dra. Luísa Santos e a Dra. Isabel [Ribeiro] e eu éramos membros da associação e interviemos ao nível da constituição desse protocolo. Portanto, a universidade participou no levantamento da COAI, fui eu que acompanhei quem andou aqui a fazer a documentação fotográfica – que foi a Irene Buarque que veio aqui e mostrei-lhe a Covilhã. Sei que esse trabalho serviu para fazer um levantamento de fotografias, etc.,

mas como o trabalho decorreu em Lisboa e eu estava aqui, não acompanhei directamente o resultado a não ser depois na fase final. Mas beneficiámos porque as pessoas que estavam lá vieram para aqui e deram início à intervenção aqui na Real Fábrica de Panos.

► **Mas a nível local já existia uma associação de defesa do património?**

Ah sim, sim. De resto foi por isso que vieram. Eu era presidente da Associação de Estudo e Defesa de Património da Covilhã, fui a fundadora e a sócia n.º 1.

► **Fundou a associação após o 25 de Abril?**

Sim, sim imediatamente a seguir, acho que até foi em Setembro ou Outubro.

Fundei essa associação sempre dizendo que se tinha de privilegiar o património industrial. Ainda antes da AAIRL, nós já tínhamos aqui feito várias exposições sobre património industrial referindo a sua importância, já tínhamos feito levantamentos documentais, fotográficos, etc., etc. Depois é que estabelecemos contactos – alguns de ordem pessoal, dado que tínhamos sido colegas de universidade e, portanto, isso foi também um factor positivo – mas tínhamos já feito um percurso.

A partir de 74, com a explosão das associações dá-se naturalmente o enfoque ao património industrial, mas foi muito desligado da AAIRL que fizemos esse levantamento. Lembro-me que quando soube que havia uma [associação] em Lisboa, até lhes pedi se tinham algumas fichas para nós podermos trabalhar nesse sentido e eles responderam-me que não tinham... Estávamos todos nessa fase inicial!

Estabelecemos nessa fase inicial esses primeiros contactos, não é? E, no fundo, foi esta primeira associação que, chamando a atenção para a importância do património industrial, sensibilizou também a universidade para o seu próprio património industrial.

Mas houve também um outro aspecto importante que penso que motivou, sobretudo na altura, o poder da universidade, o poder dirigente, o Sr. Reitor na altura era o Prof. Passos Morgado que nem foi o que viu da COAI, mas foi exactamente uma exposição sobre

património industrial feita na área da indústria papelreira que a Dra. Luísa Santos liderou... seria em Paços de Ferreira? Não sei bem. E ele pensou: “É isto que é importante nós termos aqui!” Porque gostou muito dessa exposição. Portanto, ele não viu a [exposição] da COAI, mas foi essa que viu e que o motivou a convidar a AAIRL, depois de nós na altura termos dito que era importante, etc., etc., e foi assim que começou aqui.

O trabalho que foi desenvolvido no âmbito do papel e que levou a essa exposição foi muito, muito importante para que a universidade achasse que também era importante fazer aqui na universidade esse tipo de trabalho.

› **Em que medida a existência de testemunhos arqueológicos *in situ* e a instalação da UBI nos espaços da antiga Real Fábrica de Panos condicionaram o projecto museológico?**

Os achados arqueológicos foram levantados logo em 75 ou 76.

› **Foram achados ocasionais ou havia já intenção...?**

Não, não, foram no âmbito da obra. Ia-se ali construir a biblioteca, estava-se na segunda fase da instalação do então Instituto Politécnico e quando se inicia a obra, o projecto está a ser executado e não se previa que estavam lá as estruturas arqueológicas e quando começaram a surgir as primeiras pedras aparelhadas, então parou-se a obra.

Na altura teve um papel muito importante um representante – na altura era o IPPC e não tinham propriamente delegações, mas sim representantes a nível distrital – que era o Dr. Salvado, na altura Director do Museu de Castelo Branco e que veio imediatamente cá ver o que se estava a pôr a descoberto. Depois ele chamou a Dra. Natália Correia Guedes que veio cá e ela disse que isto era único e, imediatamente, a partir daí começa-se a trabalhar no processo de classificação que era muito incipiente porque apareceram poços cilíndricos (não se sabia propriamente o que eram) e, aliás, os estudos que se fizeram na altura induziram a erro porque estavam reportados à primeira manufactura que era a do Conde da

Ericeira. Pensava-se – como aquilo estava lá por baixo – que primeiro tinha sido a manufatura do Conde da Ericeira e que, por cima, estava a do Marquês de Pombal e não era, uma é de um lado e a outra de outro, isso depois já decorreu de trabalhos nossos. Mas isso levou à classificação da área que aparece classificada em 1986.

Ora bem, a área estava classificada e a universidade não sabia muito bem o que fazer com aquilo. Estava ali um grande buraco, tudo mal feito e queriam fazer ali um arranjinho, um bonitinho para que aquilo fosse visitado e foi nesse âmbito (foi entre o início de 86 e finais de 86) que [a UBI] pediu apoio ao IPPAR e imaginou que o IPPAR iria fazer ali uma intervenção de conservação e restauro, mas o IPPAR disse que não senhor, eles que fizessem o projecto que o IPPAR depois iria fiscalizar a obra.

Nesse sentido [o Reitor] começou a pensar que tinha de pedir apoio. Vai lá acima ao Norte – a Aveiro, cálculo eu mas não sei – e quando veio disse: “Ah, temos de contactar aí umas pessoas com quem tive contacto, porque são capazes de nos dar aqui apoio.” Pronto, e achámos muito bem. Na altura tinha sido o trabalho no âmbito do papel e começámos de facto depois aqui.

Eu já estava a trabalhar com a AAIRL na altura, porque eram processos idênticos de levantamento de património industrial Estava aqui a desenvolvê-los e estava a ter contacto com eles [os elementos da AAIRL] porque tínhamos sido colegas de curso, etc. e, portanto, tornou-se muito fácil pedir-lhes apoio e assinou-se o protocolo entre a UBI e a, ainda, AAIRL.

Passados uns meses a AAIRL transformou-se em APAI e eu era a representante na Região Centro da APAI nessa primeira fase e tinha sido convidada pela universidade para apoiar aqui, uma vez que a APAI estava em Lisboa e, portanto, era o elemento de ligação. Eu era ao mesmo tempo representante da universidade e a representante da APAI porque eles não podiam vir cá muitas vezes, não é? E foi assim que fiquei desde essa altura aqui a liderar o processo.

Ora, como disse com a COAI de facto eu só beneficiei indirectamente.

› **Há pouco referiu a intervenção da Dra. Natália Correia Guedes, foi de facto uma figura importante neste processo?**

Ah, claro! Foi a primeira pessoa a chamar a atenção da universidade (na altura era o Instituto Politécnico da Covilhã) para a importância das estruturas que tinham sido postas a descoberto.

› **A atitude do IPPAR em relação ao património industrial vai dependendo um pouco da sensibilidade...**

Dos dirigentes, claro. Avança ou recua em função dos gostos, das apetências, das especializações... Enfim, se calhar, das pressões, muitas vezes é isso também. Mas espero que haja uma mudança e que as coisas possam correr melhor, era bom para o património industrial [...].

Quando aparecem umas estruturas arqueológicas e é preciso pôr de lado um projecto, claro que é complicado, não é? É muito caro, atrasa muito as obras, etc., mas havia elementos [da UBI] que diziam que as obras tinham de parar e que tínhamos de reformular isto. Isto inviabilizou na altura... teve custos e foi muito difícil porque inviabilizou a dimensão da biblioteca porque era a biblioteca geral da UBI que teve de ficar confinada a uma só parte e que perdeu toda uma área porque ali já não se pode fazer mais nada. Isto trouxe de facto custos, porque só há três anos a universidade construiu uma nova biblioteca à conta desta área arqueológica, portanto, compreende que não foi uma coisa fácil, não é? Mas havia na comissão instaladora – creio que era constituída por cinco pessoas – pessoas com sensibilidade que chamaram as pessoas indicadas e que lutaram para que se não fizesse ali nenhum atropelo e conseguiu-se de facto preservar face, naturalmente, aos interesses dos empreiteiros... estava tudo em obras! Já viu foram custos muito elevados! Mas conseguiu-se.

Penso que, de facto, temos de vir atrás e ver esses aspectos para se perceber como se consegue dar consequência aos projectos. É um conjunto de circunstâncias que foram facilitadoras, naturalmente.

‣ **Realizou-se um inventário e documentação do sítio? Qual a metodologia utilizada?**

Foram feitos dois relatórios da intervenção arqueológica que foram entregues no IPPC.

‣ **Na altura, a intervenção arqueológica foi feita por quem?**

Pela APAI. Foi a APAI que fez a intervenção arqueológica e eu fui uma mera relatora e quem pediu a autorização da intervenção foi o Jorge Custódio, portanto foi ele o coordenador. Ele já estava a fazer [trabalhos arqueológicos] creio que no Seixal e na Marinha Grande e, portanto, foi ele mesmo que coordenou essa intervenção arqueológica. Tínhamos também a nível local um arqueólogo que colaborou e os relatórios foram entregues ao IPPC na altura, porque não havia IPA.

‣ **Segundo julgo saber, durante a investigação para a instalação do museu efectuou-se uma análise de realidades funcionais tecnologicamente comparáveis o que permitiu proceder à reconstituição de equipamentos industriais. Pode falar um pouco sobre o trabalho realizado neste âmbito?**

Utilizámos muito e fundamentalmente a *Encyclopedie ou Dictionnaire Raisonné des Sciences, des Arts et des Metier* e as descrições do Luís Fernando Carvalho Dias, que são documentos publicados sobre os lanifícios.

A mim competiu fazer esse estudo dos documentos do Luís Fernando Carvalho Dias que estava aqui e acompanhar aqui a obra. A Luísa Santos, o Jorge Custódio e a Isabel Ribeiro fizeram um levantamento no Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas (AHMOP) e tinha-se recorrido na altura ao Arquivo Histórico Militar, em

Santa Apolónia. Foi a Isabel que fez esse levantamento e depois dividimos os arquivos por todos. E, com base das informações que fossem aparecendo, mas havia pouco... No início estávamos confiantes que aparecesse informação sobre o que estava aqui, sobretudo que aparecesse a planta. Mas não se encontrou praticamente nada! E, à conta disso, o que se encontrou aqui foi uma planta da Fábrica das Sedas de Lisboa que o Jorge Custódio levou para lá.

O que nos valeu foi de facto toda a documentação publicada de Luís Fernando Carvalho Dias, que nos serviu de referência. Alguma dela estava publicada e fomos encontrar alguma dela no AHMOP, mas há muita mais que não conseguimos saber onde é que ele a foi buscar porque foi nos anos 40 e 50 e Luís Fernando Carvalho Dias era um erudito, era um Licenciado em Direito e não sei se foi bibliotecário na Biblioteca Nacional e entrava nos arquivos, nas bibliotecas... Há muita documentação que ele publicou e que nunca referenciou, portanto, é uma obra notável com mais de 5000 documentos e eu tenho encontrado muita documentação, mas há outra que gostaria de encontrar mas que não encontro. Agora, depois de ele ter morrido, a família veio entregar ao Arquivo Municipal uma série de documentos que estavam perdidos, o que foi óptimo mas eram sobretudo aquilo que eles deram valor, eram bulas...

► **Documentação mais antiga...**

Documentação medieval, mas felizmente essa veio. A outra, se calhar, acharam que não tinha valor... Ainda não chegou.

O Luís Fernando Carvalho Dias não estava cá, era originário da Covilhã mas depois, na altura, a Federação Nacional dos Industriais dos Lanifícios deu-lhe a missão de fazer a história da indústria. Ele publicou de facto muita coisa, mas era naquela altura em que não se dizia as fontes que era para os outros lá não irem, percebe? Mas foi útil, muito

útil. Com base nesta documentação reconheceram-se as estruturas arqueológicas e, com base nisso, fez-se a musealização, os relatórios, etc., e a reconstituição.

Com base nisso e na *Encyclopedie*, que nos valeu termos aqui na universidade uma edição fac-similada e, portanto, foi possível fazer a partir dela as reproduções fotográficas que encontra lá em cima a servir de cenário à musealização.

▸ **E de resto, nos vossos materiais também...**

Pois, exactamente. É isso.

Estão sempre a vir pessoas trazer mais um documento, nisso temos tido sorte. Há um acontecimento e depois trazem mais um ou dois.

▸ **No início da criação do Museu dos Lanifícios, como é que se constituiu o acervo?**

Eu queria de facto fazer referência à COAI nesse aspecto. O acervo resultou dos achados da intervenção arqueológica, de três peças e mais umas pequenas que estão cá provenientes da COAI em depósito e que vieram através do IPPC que nos depositou aqui e que estão lá identificadas [na exposição permanente do núcleo da Real Fábrica de Panos] e que vieram da Tinturaria Cambournac¹. Foi o Dr. Jorge Custódio que liderou esse processo lá no IPPC porque ele já estava lá nessa altura, era técnico superior do IPPC e, portanto, conseguiu agilizar o protocolo de cedência de depósito das peças da Tinturaria Cambournac para a Covilhã, porque era ao nível da tinturaria.

Há bocado esqueci-me de lhe dizer que não tendo uma ligação directa, indirectamente beneficiámos exactamente dessas peças aqui.

Pensámos ainda que iríamos ampliar [o depósito de objectos provenientes do espólio da COAI] e havia de facto um comprometimento, na altura do Dr. Fernando Real quando estava no IPPAR, que algumas peças desse acervo [da exposição *Um mundo a descobrir*,

¹ Tendo em vista a realização da exposição *Um mundo a descobrir, um mundo a defender*, a COAI efectuou o levantamento e recolha de objectos na Fábrica de Tinturaria Cambournac, em Barcarena.

um mundo a defender] também podiam vir para aqui, mas depois parece que o Porto requisitou-as para fazer uma exposição e ficaram por lá perdidas, não sei muito bem como.

▸ **Terá sido a exposição *Os empresários e as suas realizações*?**

Exactamente. Foram e ficaram lá e nós tínhamos o comprometimento, até tínhamos uma carta escrita pelo Dr. Fernando Real ao Reitor da UBI – já foi há bastante tempo, terá sido em 92 – a dizer que estávamos aqui a reconstituir a Fábrica do Rato e, portanto, havia um grande tear e mais umas peças que ele gostaria que viessem para aqui, mas depois o Dr. Jorge Custódio levou-as lá para cima para essa exposição sobre os empresários [realizada na EXPONOR, em Outubro de 1992] e depois ficaram lá e acho que até sem depósito, sem as coisas ficarem muito claras, mas isso foi um processo que não acompanhei.

Por isso é que lhe perguntei como é que estava lá o espólio [da exposição *Um mundo a descobrir, um mundo a defender*] porque este que temos aqui em depósito está perfeitamente identificado, temos as fichas, temos o protocolo, mas do resto de facto não faço ideia [...].

▸ **Mas para além das peças provenientes da COAI?**

Temos as que resultaram da intervenção arqueológica, não é? E uma meia dúzia que foram adquiridas em Antiquários.

▸ **Nessa fase inicial não houve doações?**

Não houve. Depois passou a haver doações, mas no início não. Foram aquisições, foi da intervenção arqueológica e foram de facto esses objectos que vieram da reserva da COAI, que eram da Tinturaria Cambournac

▸ **Quais os critérios de selecção de objectos a adquirir para integrar no acervo do museu?**

Foram aquisições simples. Foram aquelas tinas de cobre e foi uma caneleira. Não foi nada de significativo nem em preço... Ah, foi um dos teares. Andei aqui à procura porque fazia muita falta à exposição. Os teares foram destruídos no âmbito das leis do Condicionamento Industrial e aquele tear estava lá guardado em casa de um senhor e depois eu soube e fui lá bater-lhe à porta e: “Sim senhora, leve.” Aquele tear custou-nos dez contos na altura.

Foram coisas menores e pouco significativas.

▸ **Reportando-nos ao inventário de património industrial da Covilhã, foi desenvolvido em simultâneo com o projecto museológico?**

Foi desenvolvido em simultâneo. Quer dizer, quando foi feita a musealização foi feito apenas um guião e portanto não havia inventário. Depois, o inventário começámos nós aqui a organizá-lo, começámos em 87... Fizemos trabalho de campo para chegarmos à Real Fábrica de Panos e também utilizámos uma metodologia: fizemos trabalho de campo, primeiro em toda a área da Serra da Estrela para sabermos o que existia, etc., etc., e depois a seguir procedemos à musealização e depois ficou todo o inventário [dos objectos] por fazer e portanto já foi feito aqui o inventário e depois começaram a surgir muitas doações, o museu estava aberto etc., e começou a surgir o movimento. Nós até hoje praticamente não comprámos, comprámos pouca coisa.

▸ **Nesse inventário de património industrial da Covilhã já identificavam a Real Fábrica Veiga?**

Sim, lá em cima uma primeira actividade importante foi uma exposição de *As Fábricas de José Mendes Veiga* e publicámos esse trabalho, quer dizer, publicámos pouco depois nuns cadernos. A universidade criou o Centro de Estudos e Protecção do Património (CEPP) e nesse âmbito a vertente da arqueologia industrial e do património industrial ficou forte e depois publicámos esse caderno. Foi o primeiro trabalho de fôlego que

fizemos aqui foi essa exposição que foi aqui desenvolvida e resultou de um trabalho de investigação que foi feito pelo Jorge Custódio, por mim, pela Luísa Santos e pela Isabel, com a contribuição do Pedro Aboim. O Pedro Aboim veio muito cedo para aqui também trabalhar na Real Fábrica de Panos mas ele também tinha um projecto que era publicar uma monografia sobre a Covilhã e, portanto, começou a recolher muita documentação e fez um levantamento fotográfico que foi para a APAI e depois na APAI aquilo andou sem controlo e eu penso que até se perdeu. E, de resto, havia documentação que nós tínhamos aqui e que o Jorge Custódio também levou para publicar [...].

▸ **Na altura já tinham a expectativa de criar aqui neste edifício um segundo núcleo do museu?**

Quando em 1986 fui apresentar o projecto do museu ao *I Encontro Nacional sobre Património Industrial* já tinha feito referência que era preciso criar um centro de documentação e dar continuidade ao processo. O primeiro passo foi criar o centro de documentação que criámos em 97 no âmbito do ARQUEOTEX, fizemos essa exposição [*As Fábricas de José Mendes Veiga*] e a universidade adquiriu este edifício, mas era para parque de estacionamento. Foi muito complicado mudar o projecto e, mesmo assim, foi assim negociado aos bocadinhos e foi uma sorte!

O projecto do parque de estacionamento estava todo feito para aqui. No edifício havia uma parte que estava em ruína, tinha ardido completamente uma parte e sobre a outra parte disse ao Sr. Reitor (na altura ainda Vice): “Vocês fazem ali e depois vai aparecer ali estruturas arqueológicas e depois ficam com o projecto parado.”

“- Ah, se assim é, então eu dou-lhe aqui uma parte para o museu.” E então, quando começámos, aqui [refere-se à área de gabinetes onde se encontram instalados os serviços] era para o museu e a outra parte era para um estacionamento de três pisos que era o parque de estacionamento para toda a universidade. Só que tivemos tanta sorte

que, quando se vai iniciar o parque de estacionamento e aqui a parte do museu, entre um e outro, aparecem as estruturas arqueológicas lá em baixo e isso implicou alterações profundas e nós ficámos com a outra ala toda para instalar o centro de documentação.

Os outros pisos ainda eram para ser parque, mas depois eu disse: “Não pode ser, não candidato este projecto se não tiver uma área de reservas.” Quando se viu que isso não era possível já nos foi dado o outro piso para área de reservas e foi assim que nos candidatámos à Comunidade Europeia para termos o apoio do INTERREG para a musealização.

Tivemos muita sorte por nos aparecer ali no sítio, a meio. E sabe que pensava que ia aparecer... Porque sabia que existiu aqui um engenho e pisão do José Mendes Veiga, só que eu pensava que ia aparecer numa área a que nós não tínhamos acesso e que tinha mesmo aspecto de nos ir aparecer ali qualquer coisa, era lá mesmo ao fundo junto à ribeira, só que eles não escavaram mesmo ali. Como era o parque de estacionamento, não foi necessário. Mas aqui, como era a ligação entre os dois edifícios, por razões estruturais era preciso fazer uma intervenção de fundo e quando o fazem... foi uma sorte! E foi possível desenvolver o projecto já com estas áreas.

Agora temos o trabalho todo por fazer, tem sido um trabalho muito intensivo! Deslocalizámos toda a sede lá de cima cá para baixo e estamos a organizarmo-nos, não é? Com a documentação toda às costas. Temos aqui uma equipa muito boa, trabalham muito e com vontade.

Conseguimos higienizar tudo o que trouxemos lá de cima e que estava disponível e a outra parte é tudo o que ainda está por catalogar e inventariar. Mas conseguimos dar por concluída tudo a 30 de Abril daquilo que era possível disponibilizar, agora falta o resto.

‣ **O Museu dos Lanifícios/UBI estabeleceu um protocolo com o IPPAR para a realização do inventário das fábricas de lanifícios do concelho da Covilhã, podemos falar um pouco do projecto?**

Foi feito o protocolo com o IPPAR e foi tudo cumprido até à parte da informatização.

› **Podia referir o que esteve na origem do protocolo entre as duas entidades?**

Pois posso dizer o que esteve na origem do protocolo. Introduzimos logo a Acção I.

› **Parece-me que como iniciativa, independentemente dos resultados, foi muito importante.**

Não calcula como trabalhei nisto! Depois do protocolo estar pronto, o IPPAR não dava resposta. [...] Foi exactamente através do presidente da Região de Turismo, o irmão era assessor do então Ministro do Ambiente (actual Primeiro Ministro) e que vai fazer o POLIS para a Covilhã com a justificação que é para preservar o património industrial. E conseguimos... O POLIS, tudo o que conseguimos levantar, cumpriu tudo e agora os processos de classificação não foram feitos o que significa que os imóveis que o POLIS não tocou, andámos a desviar... Houve uma ponte que foi construída para desviar, para preservar um lavadouro e os lavadouros não foram preservados porque o IPPAR não aparece com o processo de classificação, o que significa que dentro de algum tempo – é disso que tenho receio... – já há muito imobiliário que já se sabe o que é... É que estão inventariados mas não estão salvaguardados do ponto de vista legal. É uma primeira salvaguarda mas até os proprietários não sabem que foi inventariado, como é que os proprietários sabem? Na Covilhã está tudo à venda, está tudo em reconstrução, em transformação antes que venha aí qualquer coisa.

A minha pena toda é isso, ter lutado tanto para que isto fosse preservado e agora é isto. Mas isto é também a nível nacional, nós no sentido de contribuir para o conhecimento do património industrial da Covilhã termos movido outras esferas e qualquer dia vêm cá e já não há nada! Por isso a minha preocupação em pelo menos publicar e nós vamos publicar isso tudo.

Anexo – 15

LEVANTAMENTO DAS UNIDADES
PAPELEIRAS

AAIRL/TECNICELPA
(LS/IR-GTP-AAIRL)
1986

IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

LOCALIZAÇÃO: _____
 DESIGNAÇÃO: _____
 ENDEREÇO: _____
 CONTACTOS NO LOCAL: _____
 PROPRIETÁRIO: _____
 EM LABORAÇÃO: DESACTIVADA

DESCRIÇÃO DA UNIDADE

ÁREA EM M²: _____ MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO _____
 Nº DE EDIFÍCIOS: _____

FUNÇÕES:	EDIFÍCIO PRÓPRIO		FUNCIONA NO MESMO EDIFÍCIO DAS SECÇÕES DE:
	SIM	NÃO	
ARMAZÉM	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	_____
DESINTEGRAÇÃO	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	_____
REFINAÇÃO	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	_____
BRANQUEAÇÃO	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	_____
CASA DO FABRICO DO PAPEL	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	_____
ACABAMENTO	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	_____
SECAGEM	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	_____
CONTAGEM	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	_____
ADMINISTRAÇÃO	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	_____
OFICINAS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	_____
CARPINTARIA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	_____
SERRALHARIA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	_____
FUNDIÇÃO	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	_____
OUTRAS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	_____
HABITAÇÕES	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	_____
PROPRIETÁRIO	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	_____
PESSOAL TÉCNICO	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	_____
PESSOAL OPERÁRIO	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	_____
OUTRAS	<input type="checkbox"/>	INDICAR QUAIS: _____	

DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS EM LABORAÇÃO:

DESINTEGRAÇÃO:

DESINTEGRADORES-TRITURADORES	<input type="checkbox"/>	TIPO:
Nº _____		REFERENCIAS:
MOINHOS DE GALGAS	<input type="checkbox"/>	DESCRIÇÃO E REFERENCIAS:
Nº _____		
PILHAS DESINTEGRADORAS	<input type="checkbox"/>	DESCRIÇÃO E REFERENCIAS:
Nº _____		
DESINTEGRADORES PULPER	<input type="checkbox"/>	DESCRIÇÃO E REFERENCIAS:
Nº _____		
DESPASTILHADORES	<input type="checkbox"/>	DESCRIÇÃO E REFERENCIAS:
Nº _____		

REFINAÇÃO:

PILHAS HOLANDESAS	<input type="checkbox"/>	DESCRIÇÃO E REFERENCIAS:
Nº _____		
REFINADORES CÔNICOS	<input type="checkbox"/>	DESCRIÇÃO E REFERENCIAS:
Nº _____		
REFINADORES DE DISCOS	<input type="checkbox"/>	DESCRIÇÃO E REFERENCIAS:
Nº _____		

CONDUÇÃO DA PASTA:

TINÕES	<input type="checkbox"/>	DESCRIÇÃO E REFERENCIAS:
Nº _____		
BOMBAS DE PASTA	<input type="checkbox"/>	DESCRIÇÃO E REFERENCIAS:
Nº _____		

REGULADORES DE DENSIDADE

Nº _____

TIPO:

REFERENCIAS:

REGULADORES DE CAUDAL

Nº _____

TIPO:

REFERENCIAS:

DOSEADORES

Nº _____

DESCRIÇÃO E REFERENCIAS:

DEPURADORES

Nº _____

TIPO:

REFERENCIAS:

MÁQUINA CONTÍNUA

Nº _____

CARACTERÍSTICAS:

MARCAS:

DATA DA ORIGEM: _____

DATA DE INSTALAÇÃO: _____

PROVENIENCIA: _____

SECAGEM

NA MÁQUINA

NATURAL, EM SALA PRÓPRIA

AO AR LIVRE

ACABAMENTOS

CALANDRA

Nº _____

DESCRIÇÃO E REFERENCIAS:

MÁQUINA DE REVESTIMENTO

Nº _____

DESCRIÇÃO E REFERENCIAS:

DESCRIÇÃO E REFERÊNCIAS:

CURSO DE ÁGUA

CONSTRUÇÕES HIDRÁULICAS

AÇUDE

CARACTERÍSTICAS:

LEVADA

CARACTERÍSTICAS:

EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS:

RODAS HIDRÁULICAS

Nº _____

TIPO:

TURBINAS

Nº _____

TIPO:

MOTORES DIESEL

Nº _____

DESCRIÇÃO:

CALDEIRAS

Nº _____

DESCRIÇÃO:

MOTORES ELÉCTRICOS

Nº _____

DESCRIÇÃO:

ELECTRICIDADE

PRODUÇÃO ACTUAL:

PESSOAL

MASCULINO

FEMININO

Nº _____

Nº _____

CATEGORIAS: _____

CATEGORIAS: _____

NOTAS HISTÓRICAS

DATA DE CONSTRUÇÃO: _____

CONSTRUTOR: _____

DATA DE FUNDAÇÃO: _____

FUNDADOR: _____

OUTROS PROPRIETÁRIOS: _____

USOS PRECEDENTES: _____

DATAS-REFERENCIA: _____

ARQUIVOS

	SIM	NÃO	
POSSUI ARQUIVO	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	_____
PLANTAS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	_____
DOCUMENTOS ESCRITOS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	_____
DOCUMENTOS IMPRESSOS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	_____
CATÁLOGOS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	_____
FOTOGRAFIAS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	_____
OUTRA DOCUMENTAÇÃO	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	_____

OBSERVAÇÕES:

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

NOME: _____

DATA: _____

Anexo – 16

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E ENERGIA
MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO SOCIAL / MUSEU NACIONAL DA CIÊNCIA E DA TÉCNICA
ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUGUESA / ELECTRICIDADE DE PORTUGAL, EDP

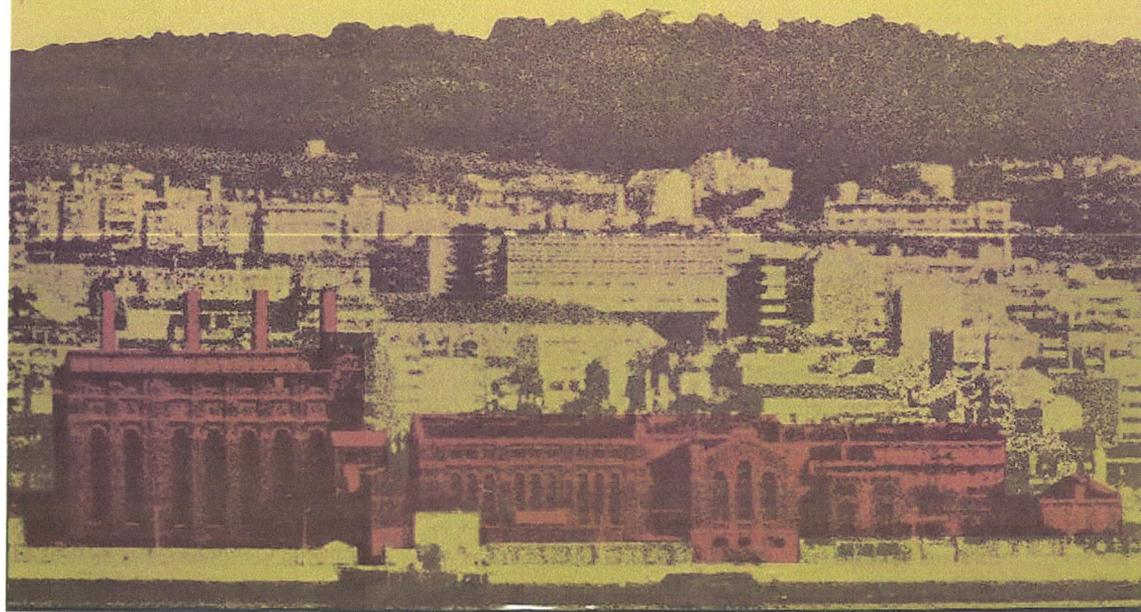


ARQUEOLOGIA INDUSTRIAL

MINISTÉRIO DA CULTURA
INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO CULTURAL
COMISSÃO ORGANIZADORA DAS EXPOSIÇÕES DE ARQUEOLOGIA INDUSTRIAL

UM MUNDO A DESCOBRIR
UM MUNDO A DEFENDER

24 MAIO 85



Reprodução de cartaz da exposição *Arqueologia Industrial: um mundo a descobrir, um mundo a defender*, realizada na Central Tejo – Lisboa (1985).

Anexo – 17

Freguesia	Corcelheiro	Nº Ficha
Tortosendo	Covilhã	

Unidade / Complexo Industrial	
Código	Sociedade de Fabricantes, Lda
Designação	Sociedade de Fabricantes, Lda
Outras designações	
Datação do imóvel	Séc. XX
Base Cartográfica	(escala)
Localização	Largo Santo Cristo, nº 10
Acessibilidade	
Coordenadas Geográficas	X Y

Caracterização

- Edifício
- Sujeito à laboração especial

Historial

- Firmas
- Fundadores
- Actividade
- Arquitectura

O complexo sofreu várias ampliações que acabaram por reunir num só edifício todos os edifícios originais. Os edifícios originais eram todos em pedra, construídos segundo o sistema tradicional, pertazendo o total de 10 edifícios. Alguns dos edifícios antigos são ainda visíveis no interior das construções mais recentes. Junto aos edifícios existiu, como estrutura de apoio, o "Centro de Alegria no Trabalho" que se compunha de cantina/refeitório, biblioteca e mercado.

Fundadores: António Rodrigues Pontifício, Filipe da Cruz Sousa, José Joaquim Afonso, José Craveiro Júnior, José Laureano Moura Sousa, António Arménio de Sousa, Jaime Moura Sousa, Júlio Maria da Cruz e Costa e José Ramos.

1920: Ocupação do edifício pela firma "Sociedade de Fabricantes, Lda" constituída por António Rodrigues Pontifício, Filipe da Cruz, António Arménio de Sousa, Jaime Craveiro Júnior, José Laureano Moura Sousa, António Arménio de Sousa, Jaime Moura Sousa, Júlio Maria da Cruz e Costa e José Ramos. Esta firma também era conhecida como "Sociedade de Fabricantes, Lda" (cardápio), em parceria com a firma "Moura & Bapista" e a firma "Sociedade de Lanifícios do Tortosendo, Lda." (utilização).

1938: A firma inicia a concentração da tecelagem manual que tem dispersa em várias povoações (Tortosendo, Domingos, Peso, Vales, Pesinho, Coudada, Alcaria, Barco e Unhais da Serra).

1940: Funcionava com as seguintes secções: cardação, fição e tecelagem.

1948: A constituição da sociedade passa a ser a seguinte: José Laureano de Moura Sousa, Jaime Moura Sousa, António Arménio de Sousa, José de Moura e José Nunes Marinho Monteiro.

1965-1992: No edifício laboraram em simultâneo um sector de produção de lanifícios (tecelagem) e um de confecção.

Desde os anos 80: A firma ocupa também um edifício paralelo que pertenceu a firma "J.R.T." de José Rodrigues Trindade, a qual passa a funcionar como armazém e cuja ligação ao complexo se faz através de uma passagem superior, mandada construir pela Sociedade de Fabricantes.

1992: A tecelagem é encerrada, ficando apenas a confecção a laborar no edifício.

Confecção da "Sociedade de Fabricantes, Lda."

Ocupação Actual	Confecção da "Sociedade de Fabricantes, Lda."
Estado de Conservação	Bom
Classificação	Em laboração. Imóvel de Interesse Histórico



Fontes Oraís	<ul style="list-style-type: none"> • Alfredo Craveiro de Matos • Angelo Craveiro Sousa • Eduardo Carvalhal Sousa • José Madeira Craveiro
Fontes Documentais	<ul style="list-style-type: none"> • Arquivo de Obras da Câmara Municipal da Covilhã, proc. nº 1839 (Sociedade de Fabricantes, Lda.), de 10 de Fevereiro de 1945 • Arquivo de Obras da Câmara Municipal da Covilhã, proc. nº 238-A • Sociedade de Fabricantes, Lda., de 1973 • Carvalhal, Eduardo (cedido por), <i>Iconografia</i>, datada dos anos 30 da autoria de Luís da Fonseca • <i>Grêmio dos Industriais de Lanifícios de Covilhã</i>, proc. nº 54 (Sociedade de Fabricantes, Lda.) (F10, ML / CD-AH) • <i>Inquerito Industrial da Federação Nacional dos Industriais de Lanifícios - Sociedade de Fabricantes, Lda.</i> (F10, ML / CD-AH) • Morão, Eduardo, <i>Dossê</i>
Observações	
Registos Fotográficos	
Nº	Código

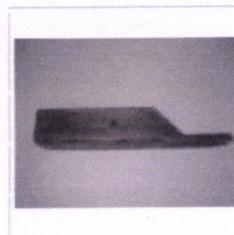
Inventário : Objectos

20-09-2005 16:14:27

Câmara Municipal Santa Maria da Feira

sa

Nº inventário	2002.06.001
Designação	Forma de Sacos
Título	Forma de Sacos
Descrição	Caixa de formato prisma quadrangular perfurado na base e recortado no topo
Data registo	06-03-2002



Informação específica

Características técnicas

Característica	Descrição
caixa de forma quadrangular	Trabalho de carpintaria manual

Categorias

Tipo categoria	Justificação
06 - Equipamentos e utensílios	Utensílio de manuseamento do papel

Colecções

Tipo colecção	Justificação
Fábrica Gomes e Inácio	

Cores

Cor	Parte descrita	Notas
Castanho	Totalidade	

Reprodução da ficha de inventário do Museu do Papel Terras de Santa Maria.

Cronologia

Data inicial	Data final	Data textual	Parte descrita	Justificação
01-01-1901 d.C.	31-12-1999 d.C.	Séc. XX	Totalidade	

Designações

Tipo designação	Designação	Justificação
Comum	Forma de Sacos	

Entrada

Data entrada	Data saída	Motivo	Proveniência	Responsável	Créditos	Notas
18/6/2001						

Estados

Estado	Parte descrita	Descrição	Data estado	Cond. especiais
Conservação\Bom	Totalidade		2001-07-20	
Forma\Completa	Totalidade		2001-07-20	
Função\Operacional	Totalidade		2001-07-20	

Incorporações

Tipo incorpor.	Proveniência	Data	Notas
Doação			

Inventariantes

Inventariante	Data	Notas
Sara Gisela Oliveira Ferreira Santos		

Localizações

Tipo localização	Localização	Data	Notas
Exposição permanente	Casa do Lixador		

Reprodução de ficha de inventário do Museu do Papel Terras de Santa Maria.

Materiais

Tipo material	Cor	Parte descrita	Notas
Madeira / Pinho	Castanho		

Medidas

Unidade medida	Parte descrita	Tipo de medida	Valor	Notas
cm	Totalidade	Altura	31,5	
cm	Totalidade	Largura	5,3	
cm	totalidade	Espessura	5,3	

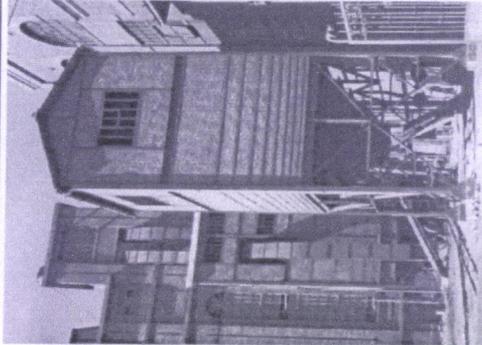
Originalidade

Originalidade	Justificação
Original	

Informação relacionada

Inventariantes Sara Gisela Oliveira Ferreira Santos (directa)

Reprodução de ficha de inventário do Museu do Papel Terras de Santa Maria.

 <p>Museu de Electricidade</p>	<p>Nº Registo: 1544/05 Nº Peça: 1544.EQ.83/05 Colecção: Equipamento (Central Tejo) Data de Incorporação:</p>
<p>Denominação: "SKIP" DAS CINZAS</p>	<p>Localização:</p>
<p>Características Técnicas:</p>	
<p>Descrição: Edifício com um silo e um sistema "elevatório" das vagonetes que que permitia fazer a descarga automática da jorra e das cinzas</p>	
<p>Função: Armazenagem da jorra e das cinzas que posteriormente eram descarregadas em carroças e camiões para ser transportadas para o exterior.</p>	
<p>Oficina:</p>	
<p>Origem de Fabrico:</p>	
<p>Ano Fabrico: 1941</p>	
<p>Estado de Conservação:</p>	
<p>Modo de Entrada:</p>	
<p>Proveniência: CENTRAL TEJO</p>	
	
<p>Observações: Conjunto: Edifício, sistema elevatório das vagonetes, e equipamento eléctrico de funcionamento</p>	

Reprodução de ficha de inventário do Museu da Electricidade / Central Tejo.

Dimensões	<p>Altura:</p> <p>Comprimento:</p> <p>Largura:</p> <p>Espessura:</p> <p>Profundidade:</p> <p>Diâmetro:</p> <p>Peso:</p> <p>Capacidade:</p>
História da Peça:	Este equipamento situado no Parque do carvão junto à fachada poente do edifício de Baixa pressão, foi instalado em 1941 para facilitar a armazenagem da jorra e das cinzas e o seu transporte (substituindo os primitivos carros de condução braçal). Mariz Simões - Central Tejo
Informação Bibliográfica:	
Conservação:	01/01/2005 - equipamento eléctrico recuperado Fev. 2005 - edifício recuperado (Engil)
Exposições:	

Reprodução de ficha de inventário do Museu da Electricidade / Central Tejo.